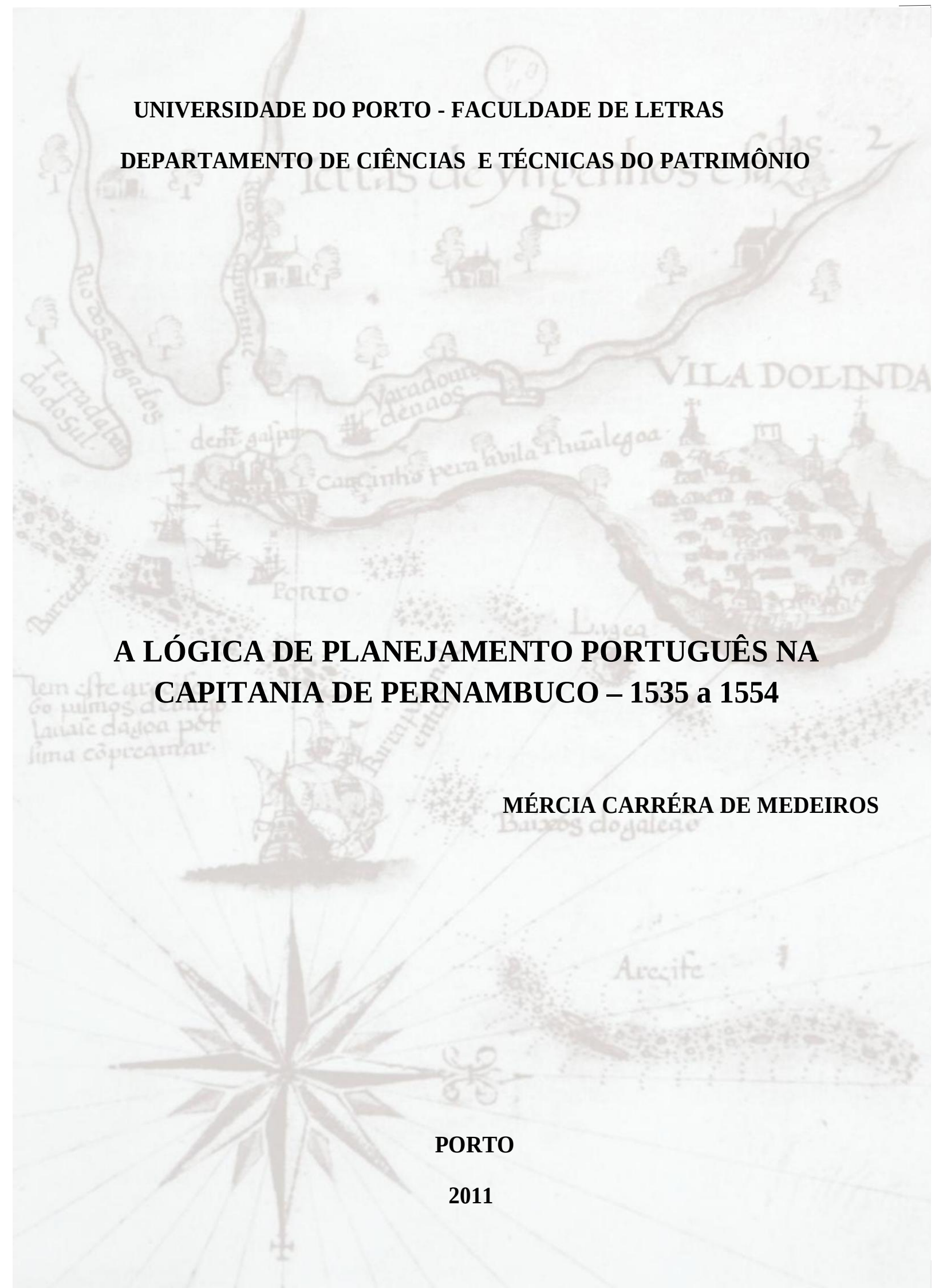


MÉRCIA CARRÉRA DE MEDEIROS

ALÓGICA DE PLANEJAMENTO PORTUGUÊS NA
CAPITANIA DE PERNAMBUCO - 1535 A 1554

PORTO
2011



MÉRCIA CARRÉRA DE MEDEIROS

**A LÓGICA DE PLANEJAMENTO PORTUGUÊS NA CAPITANIA DE
PERNAMBUCO – 1535 a 1555**

Dissertação para obtenção do grau
de Doutor em Arqueologia, sob
orientação do Professor Doutor
Vitor Oliveira Jorge e coorientação
da Professora Doutora Virginia
Maria Almôedo de Assis.

PORTO

2011

AGRADECIMENTOS

A meus pais, José Carréra (*In Memoriam*) e Alda, por tudo que representam para mim e por terem me propiciado cultura e educação, as bases que me permitiram atingir mais uma grande etapa no meu conhecimento científico.

Às minhas irmãs, Matilde, Márcia e Mônica, e suas respectivas famílias, pelo eterno carinho, apoio e suporte emocional.

Ao meu filho Diego, por ser uma razão para me fortalecer nos momentos difíceis, e a Sophia, por sua ternura e amizade.

Ao Professor José Luiz Mota Menezes, pela sugestão do tema e por disponibilizar sua biblioteca particular.

Ao Professor Vitor de Oliveira Jorge, orientador desta tese, pela acolhida e confiança que depositou na minha capacidade de realizar este trabalho.

À Professora Virginia Almôedo, minha coorientadora, pela amizade, apoio e incentivo durante a realização da pesquisa.

Ao querido amigo Leandro Surya, pelas incontáveis horas que compartilhou em diversas discussões sobre o tema, a ajuda na produção dos mapas, mas, principalmente, pelas muitas palavras de incentivo.

À amiga Claristela Santos, pelo apoio e solidariedade.

A Cristina Malta, pelo enorme carinho, amizade, profissionalismo e atenção.

“A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza”.

Augustine Berque, 1998.

RESUMO

O desafio desta investigação consistiu em identificar a organização e distribuição espacial dos engenhos no início da colonização, como parte de um sistema de planejamento interligado, dentro do processo de apropriação do espaço, com o objetivo de constatar que não houve apenas uma intenção mercantil na implantação dos engenhos, mas um propósito, um planejamento de ocupação territorial. O objeto de estudo foi a Capitania de Pernambuco, no recorte espacial, e no período da administração de Duarte Coelho (1535 – 1555), como recorte temporal. A abordagem teórica, para situar e delimitar o tema a ser estudado, foi realizada sob a perspectiva da Arqueologia da Paisagem, recorrendo-se a outras ciências, como Geografia, Arquitetura e Antropologia, caracterizando uma interdisciplinaridade que ampliou o instrumental para análise das informações coletadas. Os conceitos da Arqueologia da Paisagem fornecem uma base de grande potencial para o entendimento das sociedades do passado. A metodologia abrangeu três etapas: pesquisa de campo, com base documental, visando a coleta de informações em textos (livros, teses, dissertações, relatórios, artigos de periódicos); pesquisa iconográfica e cartográfica, para selecionar os documentos que seriam utilizados; estudo e análise dos documentos selecionados para o embasamento teórico da investigação; registro fotográfico *in loco* da área estudada. Os engenhos tinham um papel econômico de grande importância, constituíam mesmo a base da economia da Capitania no período estudado, e serviam de polo de atração para a ocupação e povoamento da terra, com a fundação de povoados e vilas. Apesar de todas as transformações ocorridas na área pesquisada, é possível observar que ainda persistem fortes evidências da gênese dessa ocupação da Capitania, do planejamento inicial de Duarte Coelho. Como exemplo: o porto continua com a sua função específica de comunicação com o mundo. As áreas dos antigos engenhos são hoje ocupadas por bairros da cidade do Recife, continuando como local de habitação. Mesmo não mais abrigando os engenhos em sua função de produzir açúcar, não perderam sua característica de locais autossuficientes, como no passado, em que os engenhos eram completamente independentes da Vila de Olinda e do porto do Recife. A situação político-administrativa e socioeconômica evidentemente sofreu modificações ao longo do tempo decorrido (mais de quatro séculos) até chegar ao momento atual. No entanto, o uso do espaço no presente, não obstante toda a evolução da sociedade, continua a guardar forte identidade com a ocupação espacial, no passado. O resultado do estudo,

abrangendo a totalidade dos meios pesquisados (incluindo textos impressos, fotos, mapas, pesquisa *in loco* etc.) conduz a um caminho conclusivo, para confirmar a hipótese de que o donatário Duarte Coelho usou a forma racional de ocupação do espaço na Capitania de Pernambuco, utilizando o sistema sede, porto, a plantação, a produção de açúcar (os engenhos) e os rios para o transporte. Desta maneira caracterizando que houve uma “ **lógica de planejamento português na Capitania de Pernambuco**”.

Palavras - chave: Arqueologia Histórica, Arqueologia da Paisagem, Lógica de Planejamento, Capitania de Pernambuco.

ABSTRACT

The challenge of this investigation was to identify organization and spatial distribution of the mills at colonization beginning, as part of an interconnected planning system, within appropriation space process in order to establish that there was not only a mercantile intention in implantation of the mills, but a purpose, a plan of territorial occupation. The study object was the Capitania de Pernambuco, in spatial window, and during Duarte Coelho Administration (1535 – 1555) as a temporal window. The theoretical approach to locate and delimit the topic being studied, took place from a Landscape Archaeology perspective, resorting others sciences such as geography, architecture and anthropology featuring and interdisciplinarity that extended the instrumental to the analysis of the collected information. Landscape Archaeology concepts provide a large potential base to understand past societies. The methodology comprised three steps: field research, with documentary basis, aiming to gather information (books, theses, dissertations, reports, periodical articles); iconographic and mapping research to select that documents that would be used; selected documents study and analysis for theoretical investigation basement; area studied photographic record. The mills had a very important paper in economy during the studied period and acted as an attraction for land occupation and settlement with town and villages foundation. Although all occurred transformation in researched area, it is possible to note that there still persists strong evidences from the genesis of this Capitania occupation, Duarte Coelho initial planning. For example, the port still has its specific function of world communication. Early mills area today is occupied by Recife city area, still being residential space. Even though no more housing the mills having its function as producing sugar, they did not loose their character as a auto-independent, as in the past, where the mills was completely independents from Olinda Village and Recife port. Of course political-administrative and social-economical situation undergone changes over time (more than four centuries) till present moment. However, the present space use, despite all society changes, continues to maintain strong identity with spatial occupation in the past. The study result, covering all researched sources (including printed texts, photos, maps, in loco research etc) leads to a conclusive path to confirm the hypothesis that Duarte Coelho donee used a rational occupation form of the Capitania de Pernambuco space, using established system, port, plantation, sugar

production (mills) and rivers for transportation. This way characterizing that there was a **“Portuguese planning logic in Capitania de Pernambuco”**.

Key Words: Historical Archeology, Landscape Archeology, Planning Logic, Capitania de Pernambuco.

SUMÁRIO

LISTA DAS IMAGENS SATÉLITES	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE MAPAS	13
LISTA DE FOTOGRAFIAS	14
INTRODUÇÃO	16
1. PENSAMENTOS E REFLEXÕES: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL.....	29
1.1. Contexto atual das pesquisas sobre o tema	29
1.2. A paisagem, o espaço e o tempo	33
2. BRASIL COLÔNIA: UM CAMINHO A SER PERCORRIDO	54
2.1. Cenário do contexto histórico	54
2.2. Uma leitura geográfica	59
2.2.1. Pero Vaz de Caminha, Fernão Cardim, Hans Staden e Gabriel Soares de Souza	62
2.2.2. Os primeiros viajantes franceses	66
2.2.3. Contribuição holandesa nos registros meteorológicos no Brasil	72
2.3. O Sistema de Capitanias Hereditárias , as sesmarias e os engenhos como estratégia de ocupação territorial	78
2.4. A Capitania de Pernambuco	91
2.5. Os engenhos de açúcar de Pernambuco: elementos de estruturação da lógica de planejamento português	110
2.6. O engenho e suas características gerais	118

3. MAPAS, CARTAS E ICONOGRAFIAS:	
IMPORTANTE DOCUMENTAÇÃO	123
3.1. Mapas e cartas	123
3.2. A cartografia portuguesa do século XVI e XVII	125
3.3. A Capitania de Pernambuco a partir da cartografia histórica	138
3.3.1. A cartografia portuguesa	138
3.3.2. Um olhar holandês sobre A Vila de Olinda e o Povoado do Recife	156
3.4. Uma imagem vale mais que mil palavras: a iconografia de Pernambuco produzida por Frans Post	165
4. UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE OS DADOS TEXTUAIS, CARTOGRÁFICOS, ICONOGRÁFICOS E ARQUEOLÓGICOS	190
4.1. A Capitania de Pernambuco por meio dos dados arqueológicos, textuais, cartográficos e iconográficos	190
4.2. Sítio dos Marcos, Igarapé, Olinda e Recife: os primeiros núcleos de povoamento	194
4.3. O ambiente geográfico a época	197
4.4. Arqueologia da paisagem: uma prospecção arqueológica nas áreas dos antigos engenhos	201
4.5. O contexto ambiental	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS	262
BIBLIOGRAFIA	267

LISTA DAS IMAGENS SATÉLITES

Imagem Satélite 01. Sítio dos Marcos	202
Imagem Satélite 02: Vila de Igarapu	207
Imagem Satélite 03 – Vila de Olinda	209
Imagem Satélite 04 – Povoado do Recife (atualmente Recife Antigo)	212
Imagem Satélite 05 – Engenho São Salvador	215
Imagem Satélite 06 – Engenho Velho	216
Imagem Satélite 07 – Engenho do Capitão Afonso Gonçalves (Igarapu)	217
Imagem Satélite 08 - Engenho Camaragibe	219
Imagem Satélite 09 – Engenho Jaguaribe	222
Imagem Satélite 10 – Engenho da Madalena	226
Imagem Satélite 11- Engenho da Torre	229
Imagem Satélite 12 – Engenho Casa Forte	231
Imagem Satélite 13 – Engenho São Pantaleão do Monteiro	233
Imagem Satélite 14 – Engenho Apipucos	235
Imagem Satélite 15 – Engenho Santo Antônio (atual bairro da Várzea)	238
Imagem Satélite 16 – Área da pesquisa	242

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação da Carta Foral	99
Figura 2. Pintura de Frans Post	120
Figura 3: “Carta do Mundo” – 1500	127
Figura 4: “O planisfério de Cantino”, 1502	128
Figura 5: “Planisfério de Cantino” (1502): detalhe mostrando as Américas	128
Figura 6: “Mapa-Mundi”, de Martin Waldseemuller, 1507	129
Figura 7: Imagem: Mapas Históricos Brasileiros	130
Figura 8: “Carta Terra Brasilis”, atribuída a Lopo Homem, 1519	133
Figura 9: Imagem: Mapas Históricos Brasileiros.....	135
Figura 10: Mapa - Múndi: Bartolomeu Velho, 1561.....	136
Figura 11: Costa desde o Maranhão, ao sul do Brasil	144
Figura 12: Mapa da Divisão das Capitanias Hereditárias	144
Figura 13: Demonstração da Paraíba até a Candelária (Autor: João Teixeira Albernaz I).....	146
Figura 14: Porto e Barra de Pernambuco (Autor: João Teixeira Albernaz I).....	147
Figura 15: Perspectiva do Recife e da Vila de Olinda.(1616) (Autor: João Teixeira Albernaz I).....	148
Figura 16: “Perspectiva de Pernambuco como se mostra olhando o mar desta Villa até a barreta”	150
Figura 17. Detalhamento do mapa anterior	151
Figura 18. Esquema mostrando o casario (1), a ponte (2), os diferentes níveis de alinhamento topográfico da instalação dos edifícios e os prováveis percursos entre eles	152
Figura 19: Esquema mostrando o conjunto de edificios da Povoação de Recife, a cruz (3), o forte (4), o alinhamento retilíneo das construções e caminhos.....	152
Figura 20. Autor: Luis Teixeira, 1578.....	155
Figura 21: Carta de trecho da costa pernambucana, entre a ilha de Antônio Vaz e o Rio Pau Amarelo. 1630 (Autor: Hessel Gerritz).....	157
Figura 22: Planta da Ilha de Antônio Vaz, do Recife e do	

continente no Porto de Pernambuco, no Brasil, tal como atualmente se apresenta guarnecido pela Companhia das Índias Ocidentais, com fortificações, redutos e outras obras, 1631 (Autor: Andreas Drewisch Bongesaltensis).....	158
Figura 23: Recife e Olinda. 1632 (Autor e Título ilegíveis)	160
Figura 24: Representação da Vila de Olinda, Cidade Maurícia e Recife, com uma parte da Várzea, compreendendo os seus engenhos, casas, canaviais, roças e outras circunstâncias (1648) . (Autor: Cornelis Bastiaensz Golyath).....	163
Figura 25: “Forte de Frederick Hendrik”	169
Figura 26: “Paisagem com plantação”	169
Figura 27: “A Cachoeira na Floresta.....	170
Figura 28: “Paisagem de Planície”	172
Figura 29: “Paisagem”	172
Figura 30: “Paisagem com grande árvore à direita”	173
Figura 31: “ Paisagem ribeirinha com aldeia”	174
Figura 32: “Aldeia e Capela com Pórtico”	174
Figura 33: “Aldeia e Capela com Pórtico”	175
Figura 34: “Aldeia com Igreja”	176
Figura 35: “Aldeia”	176
Figura 36: “Paisagem com Ruínas de Olinda”	177
Figura 37: “Olinda”	178
Figura 38: “Mocambos.Interior de Pernambuco”	180
Figura 39: “Paisagem brasileira com nativos dançando e capela”	181
Figura 40: “ Cidade Maurícia e Recife”	182
Figura 41: “ Engenho”	184
Figura 42: “Engenho”	185
Figura 43: “Detalhe de engenho real”	186
Figura 44: “Detalhe de oficina de farinha”	187
Figura 45: “Paisagem de várzea com conjunto arquitetônico”	187
Figura 46: Olinda	211
Figura 47: Unidades Geomorfológicas da RMR	257
Figura 48 . Domínios Geomorfológicos da RMR	258

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Caminhos possíveis percorridos por Duarte Coelho	244
Mapa 02 – Distribuição espacial dos engenhos e núcleos	245
Mapa 03 – Aspectos Geológicos da área pesquisada	252
Mapa 04 – Solos Dominantes da área pesquisada	253
Mapa 05 – Hidrografia e Altimetria da área pesquisada.....	254
Mapa 06 – Vegetação atual predominante da área pesquisada.....	256
Mapa 07 – Localização dos engenhos em relação aos bairros que hoje compõem a cidade do Recife	261

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 01: Réplica do Marco de Pedra	204
Foto 02: Paisagem atual do Sítio dos Marcos	205
Foto 03: Paisagem atual do Sítio dos Marcos	205
Foto 04: Paisagem atual do Sítio dos Marcos	206
Foto 05: Igreja São Cosme Damião – Igaraçu	208
Foto 06: Parte alta da cidade – Igaraçu	208
Foto 07: Parte baixa da cidade (arruamento) – Igaraçu	209
Foto 08: Igreja da Sé e Farol de Olinda	211
Foto 09: Casarios de Olinda e vista do Recife	212
Foto 10: Vista aérea do centro do Recife, com o rio Capibaribe. À esquerda, o bairro de Santo Antônio na ilha de Santo Antônio, e à direita o bairro do Recife Antigo.....	213
Foto 11: Vista aérea do bairro do Recife Antigo, o porto e o marco zero da cidade.....	214
Foto 12: Conjuntos residenciais na antiga área do Engenho Velho.....	216
Foto 13: Conjuntos residenciais na antiga área do Engenho Velho.....	217
Foto 14: Conjuntos residenciais na antiga área do Engenho Velho.....	217
Foto 15: Casa-grande do Engenho Camaragibe.....	220
Foto 16: Casa-grande do Engenho Camaragibe.....	221
Foto 17: Casa-grande do Engenho Camaragibe.....	221
Foto 18: Parque Público construído em frente à casa-grande do Engenho Camaragibe	222
Foto 19: Ruínas da Casa-grande do Engenho Jaguaribe.....	223
Foto 20: Ruínas da Casa-grande do Engenho Jaguaribe	224
Foto 21: Ruínas da Casa-grande do Engenho Jaguaribe.....	225
Foto 22: Casa-grande do Engenho da Madalena.....	228
Foto 23: Casa-grande do Engenho da Madalena.....	228
Foto 24: Local da antiga Casa-grande do Engenho da Torre, atualmente Escola Martins Junior.....	230
Foto 25: Local da antiga Capela do Engenho da Torre, atualmente Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.....	230
Foto 26: Área do antigo Engenho Casa Forte, atualmente Praça de Casa Forte	232

Foto 27: Local da antiga Casa-grande do Engenho Casa Forte, atualmente	
Colégio Sagrada Família.....	232
Foto 28: Ruína do antigo Engenho São Pantaleão do Monteiro.....	234
Foto 29: Área do antigo Engenho Apipucos.....	236
Foto 30: Área do antigo Engenho Apipucos.....	236
Foto 31: Local da Capela do antigo Engenho Apipucos, , atualmente Igreja.....	237
Foto 32: Área do antigo Engenho Apipucos , atualmente residências do século	
XIX	237
Foto 33: Área do antigo Engenho Apipucos, atualmente residências do século	
XIX	238
Foto 34: Área do antigo Engenho Santo Antonio, atualmente bairro da Várzea.....	240
Foto 35: Local da antiga capela do Engenho Santo Antonio, atualmente	
Igreja Matriz da Várzea.....	241

INTRODUÇÃO

O processo de ocupação das terras brasileiras, pelos colonizadores portugueses, fez parte da expansão colonial que caracterizou a economia mundial mercantil do século XV ao século XVIII. Os portugueses, auxiliados por capitais internacionais, se dedicaram às navegações, com vários objetivos, destacando-se o de obter metais e produtos tropicais, com preços mais baixos, e realizar o comércio com os grandes centros da Europa Ocidental.

Segundo Fragoso, Bicalho e Gouvea (2001), no seu livro *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XIX)*, fruto de uma perspectiva historiográfica inovadora, busca apresentar uma nova abordagem de antigos temas de histórias portuguesa e colonial. Analisam o Brasil-Colônia enquanto parte constitutiva do império ultramarino português. Não se limita a interpretar o Brasil-Colônia por meio de suas relações econômicas com a Europa do mercantilismo, e com isto privilegiando os antagonismos colonos versus metrópole, seja enfatizando o caráter único, singular e irreduzível da sociedade colonial-escravista. Esses pesquisadores têm um novo olhar para essas questões, no entanto não negam as outras abordagens.

Em “Evolução política do Brasil” (1994), Caio Prado Junior afirma que o início da colonização foi uma defesa de Portugal à presença de franceses, ingleses, holandeses e espanhóis ao longo da costa brasileira. Tal colonização ocorreu inicialmente com base nas capitanias hereditárias, isto é, um sistema à maneira de iniciativa privada, com fortes características feudais.

No início da colonização o Brasil mostrou-se pobre em metais preciosos, somente a partir do século XVII seriam exploradas as minas dos Gerais. Deste modo, os portugueses procuraram desenvolver a cultura de produtos tropicais. Dentre estes, o mais importante era a cana, já cultivada nas ilhas do Mediterrâneo e do Atlântico, cujo açúcar obtinha preços elevados no mercado europeu (ANDRADE, 2001: 11).

Segundo Andrade:

Podemos afirmar que a colonização do espaço brasileiro foi iniciada com a implantação da cultura da cana-de-açúcar. Antes mesmo da divisão do território brasileiro em capitanias hereditárias, já o rei de Portugal mandava trazer à nova terra mudas de cana-de-açúcar, e recomendava que aqui se radicasse alguém que fosse capaz de fundar engenhos (1996:40).

O sistema urbano instalado na Colônia constituiu, durante muito tempo, uma resposta às necessidades da economia rural. Esta atividade econômica era totalmente voltada para o cultivo da cana e a produção do açúcar. O fato dos engenhos serem quase autossuficientes como unidades agroindustriais impedia o desenvolvimento da economia urbana. Sendo assim, no primeiro século os centros urbanos eram praticamente inexistentes, constituíam pobres arraiais de caráter rural (FRIDMAN, 1999:45).

As grandes empresas agrícolas buscavam a sua autossuficiência, não apenas no que se refere à alimentação, como também aos ofícios e serviços. Reuniam todos os elementos (carpinteiros, pedreiros, escravos etc.) que pudessem garantir uma relativa independência. As propriedades rurais não trocavam ou beneficiavam seus produtos nas vilas e cidades: exportavam-nos diretamente para a Europa. Os proprietários frequentavam os núcleos urbanos apenas em ocasiões especiais. Apesar de possuírem casas nas vilas e cidades, habitavam regularmente nos engenhos (REIS FILHO, 2000:30).

Com a implantação do sistema das capitanias hereditárias, quase todos os donatários introduziram mudas de cana e montaram engenhos a tração animal. No entanto, a agroindústria açucareira se desenvolveu aceleradamente, no século XVI, apenas nas capitanias de Pernambuco e da Bahia. Provavelmente resultante do fato de as duas capitanias estarem mais próximas da Europa, o mercado consumidor, o que diminuía o valor do frete e o tempo de transporte. É evidente que estes não foram os únicos critérios para o resultado positivo da produção do açúcar nestas capitanias. Outros fatores, como o tipo de solo, a localização e a boa administração, pelo donatário, contribuíram para o sucesso dessas capitanias.

O sistema colonial exportador, implantado no Brasil com a *plantation* açucareira, gerou uma civilização própria, baseada na exploração de grandes propriedades, usando mão de obra escrava e orientada para a produção de gêneros alimentícios, como atividade secundária. A grande propriedade era doada, pelos donatários e governadores, a pessoas de origem europeia ou europeus de nascimento, que dispusessem de capitais para implantar a nova atividade e professassem a religião cristã (ANDRADE, 1996:44).

O proprietário normalmente plantava mandioca e construía uma casa de farinha para alimentar seus escravos, instalava uma olaria e começava a plantação do canavial. A casa-grande era construída para moradia do senhor com a sua família, a senzala para os escravos e a capela centralizava as atividades religiosas da população. Construíam ainda, nos engenhos, casas para os empregados que recebiam salário para desempenhar as funções mais importantes, de ordem técnica ou administrativa, como o feitor-mor, o feitor de campo, o feitor de moenda, o mestre de açúcar, o mestre purgador, o caixeiro, o destilador etc. Todos esses elementos eram necessários para o funcionamento efetivo dos engenhos. Os senhores de engenho tinham a sua guarda pessoal, para garantir-lhes a segurança nas lutas com vizinhos, com bandoleiros ou com os próprios escravos, de vez que não havia uma ação protetora por parte do governo, fora das principais aldeias (ANDRADE, 1996:43).

Deste modo, observa-se que o sistema de produção de açúcar gerou uma sociedade hierarquizada em que o senhor de engenho estava no ápice de uma pirâmide social que se alargava à proporção que se caminhava para a base, na qual estariam, sucessivamente, os lavradores, os empregados e, por último, os escravos.

Com base na literatura sobre a temática “como se deu a ocupação do espaço nos primeiros anos de colonização”, verifica-se que o fato de o engenho ter uma estrutura complexa indica que o processo de produção da economia rural não era isolado. Ou seja, a sustentabilidade e a consolidação da sobrevivência de uma área deveriam ser definidas por meio de um sistema integrado. Os engenhos provavelmente eram distribuídos segundo a dimensão das sesmarias doadas, de modo que as interfaces pudessem produzir unidades produtoras, ou seja, dentro de uma economia rural e do produto resultante essas unidades produtoras estariam interligadas, de tal maneira que

daí surgisse uma população assentada e fixada, criando povoados. Os moradores dos engenhos desempenhavam funções hierarquizadas e articuladas, enquanto as vilas e cidades abrigavam uma população que assistia os moradores na alimentação, no vestir, no calçar etc., entre outras funções diretas.

O quadro sobre o início do processo de ocupação das terras brasileiras sem dúvida reforça a importância do cultivo da cana e da produção do açúcar como produto que daria sustentabilidade à Colônia e constituiria um meio de garantir a fixação dos colonizadores. No entanto, o fato de os portugueses serem possuidores de um conhecimento sobre navegação e dominarem as estratégias relativas à Arte da Defesa e do Ataque, conhecidas nos Tratados de Fortificação e nos de Navegar, leva à conjectura de que o local de implantação dos engenhos e vilas foi escolhido obedecendo a um planejamento de apropriação territorial de um urbanismo conveniente luso-brasileiro, contrariando a noção de espontaneidade.

É uma hipótese que se contrapõe à opinião de alguns estudiosos, que acreditam ter havido uma ocupação sem um planejamento definido, o mito da “cidade espontânea” – que, é preciso dizer, povoa praticamente todo o universo urbanístico luso-brasileiro, tese de Paulo F. Santos que, no seu texto “Formação de cidades no Brasil colonial” (1968), defende a inexistência de um traçado prévio das cidades portuguesas no Brasil. O mesmo ponto de vista defende Buarque de Holanda (1989), no capítulo “O semeador e o ladrilhador”, do livro “Raízes do Brasil”:

As cidades que os portugueses construíram no América não são produto mental, não chegam a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo”, palavra que o escritor Aubrey Belle considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena”....

Buarque de Holanda defende a ideia do espanhol “ladrilhando” a cidade, como empresa da razão, e o português preso ao litoral, semeando e feitorizando cidades irregulares, marcadas pela arquitetura militar e religiosa. Uma forma de sugerir que as cidades hispânicas representavam um instrumento de dominação ideológica, enquanto

as portuguesas, no Brasil, eram norteadas pela rotina, mais obras do acaso, “desleixadas”, face ao caráter mercantilista.

Outros autores discordam da ideia de que as cidades eram espontâneas ou obra do acaso, como Luis Silveira, Nelson Omegna e Manuel Teixeira, que têm outro posicionamento sobre o tema.

Luis Silveira, em sua obra “Ensaio de iconografia das cidades portuguesas de ultramar”, cujo quarto volume é dedicado ao Brasil, escreve sobre a originalidade dos traçados urbanos coloniais, afirmando que o urbanismo ultramarino português não utilizou o sistema geométrico, dada a experiência de criação de cidades orgânicas, de características medievais (cada elemento exercendo uma função), consideradas mais perfeitas.

Nelson Omegna publicou, em 1971, o livro “A cidade colonial”, em cujo prefácio, escrito por Alceu de Amoroso Lima, encontramos:

Assim como não fomos descobertos por acaso, mas na base de um conhecimento científico e de uma política de Poder, extremamente diplomática e intencional, também não fomos povoados por acaso, por obra de uma proliferação anárquica dos elementos Povo. O Poder e o Povo iriam colaborar nessa obra gigantesca da formação da nacionalidade (1971:3).

A obra de Omegna destaca a função da cidade colonial, urbanisticamente parecida com os velhos burgos europeus, como a de assegurar, tanto do ponto de vista estratégico quanto da política econômica ou eclesiástica, os interesses mercantilistas dos senhores da metrópole. Os padrões civilizatórios eram defendidos pela Igreja, instituição urbana fundadora de núcleos e destruidora do universo cultural indígena. Além disso, a cidade era sinônimo de opressão: os índios e os negros fugiam, originando-se, assim, uma segregação entre os que viviam dentro e fora dela.

Na mesma linha de pesquisa trabalhou Manuel C. Teixeira (2004), que diz:

As cidades construídas no Brasil entre os séculos XVI e XVIII têm características morfológicas que radicam na tradição urbana portuguesa. Elas expressam-se no tipo de locais selecionados para a implantação destes

núcleos urbanos, na dupla vertente vernácula e erudita que caracterizam os seus planos, na relação íntima que estabelecem com o território, na regularidade que está sempre presente nos traçados, no papel das praças na estruturação do plano urbano, na relação que estabelecem com a arquitetura, e no próprio processo de planejamento e de construção da cidade. (p.23).

A postura portuguesa diante da instalação do espaço urbano no Brasil é definida por Manuel Teixeira (2004) como a representação de uma “cultura de território”. Em outras palavras: mais do que uma série de normas de implantação dos núcleos urbanos, a postura portuguesa durante os primeiros séculos de ocupação das terras brasileiras atentava para as características do lugar.

Estudos diversos foram realizados sobre a cidade colonial brasileira, principalmente pelo fato da história urbana receber contribuições de várias disciplinas, como Antropologia, Geografia, Arquitetura, História, Arqueologia, Economia e Planejamento Urbano, que também se ocupam do conhecimento da cidade, ao longo do tempo. Este posicionamento diferenciado deu margem a outras pesquisas de teor bastante relevante sobre o tema em questão, ou seja, “a cidade”, que significa a “maneira como os portugueses ocuparam o espaço ou melhor, como dominaram esses espaços”.

Esta tese não tem a pretensão de discutir a “cidade colonial” no Brasil, sob alguns aspectos: se existe ou não um traçado urbano; se há rigor neste traçado ou se é espontâneo; se é irregular; se é uma cópia das cidades portuguesas transportadas para o Brasil. Mas, sim, olhar e discutir a apropriação do espaço sob um novo aspecto, ainda não considerado, em relação à questão de existir um planejamento prévio de ocupação caracterizando um pensar português. Um pensar que vai além de um desenho (traçado), possibilitando identificar o planejamento sobre a ocupação dessas novas terras, de maneira racional e não aleatória, pois esses núcleos por si só não dariam sustentabilidade para a efetiva posse do colonizador. A mola propulsora para esta ocupação estaria representada não apenas pelo núcleo urbano, mas também pelos “engenhos instalados”. E a partir deles e de suas articulações, esse espaço ocupado indicaria quais deveriam ser as primeiras diretrizes para um planejamento de ocupação efetiva.

Os engenhos já foram estudados como peças isoladas e não como parte de um sistema de peças articuladas. Mota Menezes (2005:11) concorda com o enfoque da articulação. Referindo-se à colonização portuguesa na Capitania de Pernambuco, afirma haver indicações que deixavam

...entrever uma vivência urbana nos quinhentos, fundamentada em um longo caminhar desde a Idade Média, ou talvez antes, tendo por interesse maior a necessidade de estabelecer diretrizes para bem situar e construir cidades no Novo Mundo.

Portanto, é válido pesquisar os engenhos sob o enfoque de que constituiriam peças articuladas dentro do processo de ocupação territorial, podendo ser considerados como elementos estruturadores da lógica de planejamento de ocupação do colonizador português.

O desafio desta investigação consistiu em identificar a organização e distribuição espacial dos engenhos no início da colonização como parte de um sistema de planejamento interligado, dentro do processo de apropriação do espaço, com o objetivo de constatar que não houve apenas uma intenção mercantil na implantação dos engenhos, mas um propósito, um planejamento de ocupação territorial. O donatário Duarte Coelho usou a forma racional de apropriação do espaço, utilizando o sistema sede, porto, plantação, produção do açúcar (os engenhos) e os rios para o transporte, com o intuito de ocupar a capitania.

A pesquisa foi iniciada tomando como objeto de estudo a Capitania de Pernambuco, dentro do recorte espacial e o período da administração de Duarte Coelho (1535 – 1555) no recorte temporal. No entanto, verificou-se que era preciso ampliar a dimensão temporal, para auxiliar a pesquisa. Foi preciso identificar um número maior de engenhos instalados, mesmo após a morte de Duarte Coelho, dessa maneira contribuindo para a verificação da tese.

O estudo abordou especificamente o “pensar”, o “planejar” português, representado pelo Capitão Duarte Coelho em sua capitania, e o processo de ocupação territorial que se seguiu, tendo por base este planejamento prévio de ocupação.

Do ponto de vista da história regional, o entendimento do contexto dos engenhos torna-se essencial para a compreensão da lógica de ocupação portuguesa em sua colônia, especificamente com relação à Capitania de Pernambuco, em que a presença da propriedade rural foi e ainda é determinante da configuração espacial, econômica, social e cultural.

O estudo arqueológico desses engenhos constituiu um enfoque estratégico para entender a sociedade colonial e a inter-relação dos engenhos com o processo de ocupação territorial portuguesa no Brasil.

Dentro do contexto trabalhado nesta pesquisa, elegeu-se a paisagem como o aspecto da cultura material a ser analisado. Depositária de memória, a paisagem é repleta de historicidade, marcada pela ação do tempo e dos seres humanos. Dentre seus componentes, a terra e as formas arquitetônicas constituem fontes potenciais para o estudo do contexto dos engenhos, uma vez que foram elementos manipulados pelo colonizador a fim de ocupar, como também de disciplinar a sociedade.

No que diz respeito à organização dos engenhos na Capitania, verifica-se que os espaços criados a partir de seu estabelecimento originaram uma paisagem disciplinadora da sociedade.

Se os espaços naturais produzem um efeito nas pessoas (o que os torna, ao mesmo tempo, espaços sociais), os espaços construídos geram um efeito ainda mais particular, uma vez que formas esculturais e arquitetônicas expressam o desejo de provocar sentimentos específicos. Nesse sentido, as construções podem ser consideradas manipulações conscientes dos seres humanos para criar fronteiras onde as mesmas não existem ao natural.

Ao transformar a paisagem, as formas arquitetônicas têm o poder de aproximar ou afastar as pessoas, de proibir ou convidar, de conectar ou separar, e assim por diante. Pode-se então deduzir que criar espaços é um meio de exercer poder, na medida em que eles reproduzem ou negam a organização social.

Como acessórios anexados à paisagem, as construções tornam-se naturalizadas ao se incorporarem nela. Ao mesmo tempo, características naturais de uma dada paisagem tornam-se características culturais no sentido de que agem como um lugar histórico, reconhecido pelos grupos que interagem com ele e têm nele um passado comum, uma história compartilhada.

Algumas questões foram utilizadas para indicar um direcionamento na pesquisa:

- Por que (ou como) ocorreu um progresso tão grande na Capitania de Pernambuco, com a produção do açúcar?
- Qual a lógica instituída por Duarte Coelho e seus assessores que contribuiu para o êxito na produção de açúcar?
- O local de implantação dos engenhos tem relação direta com o desenvolvimento econômico da capitania?
- A cidade e o campo se interpenetravam e se definiam como um único lócus funcional, para atender aos interesses da Metrópole?
- Os modelos de representação e organização espacial deveriam ser imitados, adequados decorosamente às circunstâncias locais?

Na busca de respostas para estas questões, utilizou-se uma metodologia de trabalho que abrangeu diferentes processos e formas de investigação, para averiguar a fundamentação real da hipótese do estudo, conforme segue:

- Pesquisa bibliográfica exaustiva, abrangendo o período estudado, utilizando as mais diversas fontes documentais, primárias e secundárias: relatos dos cronistas, livros, teses, dissertações, relatórios técnicos, trabalhos acadêmicos, artigos de revistas especializadas, artigos de jornais etc.

- Revisão da historiografia da Capitania de Pernambuco, antecedendo os demais procedimentos, desenvolvida ao longo de todo o trabalho, contribuindo para orientar e ilustrar o estudo, bem como informar sobre aspectos confirmados ou não na cartografia e nos cenários arquitetônicos remanescentes, indicando diretrizes para a interpretação arqueológica da área em estudo.

- Pesquisa iconográfica, cartográfica e fotográfica, relativa ao período estudado, para verificar as modificações ocorridas ao longo do tempo de cobertura do estudo. As fontes cartográficas serviram como norteadores da delimitação da área objeto de estudo.

- Consulta às bases de dados da área de historiografia, arqueologia, geografia, economia, planejamento urbano, arquitetura, geografia, cartografia e iconografia.

- A metodologia prevista para o levantamento de campo foi direcionada ao mapeamento da área estudada, ou seja, não foi aplicado o sistema de busca do potencial arqueológico através de amostragens. A área definida teve a sua superfície prospectada, com o objetivo de encontrar vestígios materiais possíveis para a verificação da tese.

- Utilizou-se o método de “fieldwork”, o estudo e o registro dos remanescentes das atividades humanas do passado, sem escavação, ou seja, aquela atividade realizada através de uma “caminhada pelo campo”, levantando informações de fauna, flora, relevos, paisagens, solos, estruturas etc. Foi também destacado o uso de mapas e levantamentos topográficos dos sítios analisados e seus arredores.

Ao aceitar a Arqueologia como ciência social, a ênfase não deve se dirigir às coisas, aos objetos, senão a elementos não observáveis, como conceitos e processos. O objetivo final da Arqueologia é explicar fatos, responder a pergunta “por que”. Mas, além de documentar (descrever, contar, classificar, datar) materiais antigos, a Arqueologia deve dedicar-se à explicação, à análise das causas das ações sociais, ou, dito de outro modo, ao processo de formação de nossa sociedade (BARCELÓ, 2006).

A abordagem teórica utilizada dentro da perspectiva da Arqueologia da Paisagem foi o elo entre a interdisciplinaridade que ocorreu durante toda a pesquisa para que se verificasse a tese.

Sem dúvida, as propostas da Arqueologia da Paisagem indicam um caminho de grande potencial para o entendimento de sociedades do passado: as paisagens estão entre as mais vantajosas fontes de evidências sobre elas. A Arqueologia da Paisagem aborda as questões relativas à dimensão, distribuição e organização de um sítio

arqueológico dentro de um determinado espaço. Os trabalhos de campo deixam de ser de escavação propriamente dita, e passam a ser constituídos por levantamentos cartográficos, topográficos, fotográficos, coletas de superfície, identificação de relevos, fontes de recursos etc.(BARCELOS, 2000:36).

Isto leva à compreensão de que a Arqueologia, como a ciência que estuda “ a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (FUNARI, 2003:15), não pode ser reduzida nem ao estudo dos “objetos”, nem de um passado remoto, nem a uma mera técnica – a escavação. A materialidade da cultura é a via de acesso do arqueólogo a outros aspectos dessa cultura, o que implica considerar que um artefato constitui-se a partir de uma ação intencional e deve ser entendido como “coisa física, produto e vetor material” (MENEZES, 1997:19) de relação social, à qual “o homem” (a sociedade) impôs forma, função e sentido . Assim, o artefato não apenas reflete comportamentos culturalmente determinados, como sobretudo promove, expressa e manipula interesses e objetivos políticos, econômicos e sociais. A relação de intencionalidade entre o indivíduo e o artefato produzido abre caminho para o entendimento de aspectos não materiais da cultura, a partir da sua materialidade.

O estudo se justificou na medida em que permitiu contribuir para a reconstrução da organização espacial do período de formação da Capitania; aprofundou os conhecimentos sobre a história da formação do traçado urbano da cidade colonial e também identificou e registrou as áreas de significativo potencial arqueológico, alertando não só aos órgãos competentes como à comunidade, acerca da responsabilidade de todos em proteger e preservar este patrimônio, não apenas sob o ponto de vista histórico mas também do cotidiano e da memória dos cidadãos.

Repensar a ocupação territorial a partir da história e da cultura material foi, com toda certeza, um desafio. O entendimento da Arqueologia, mediante a aplicação de seus princípios teórico-metodológicos científicos, pode contribuir para o conhecimento da história urbana brasileira, mostrando que há uma possibilidade permanente de interação entre o passado e o presente, na própria cultura e na formação da herança cultural. Desta forma, o modelo interpretativo foi construído com base em documentação textual

histórico-geográfica, arquitetônica, cartográfica, iconográfica e arqueológica. A análise desses dados forneceu informações que contribuíram para o resultado da pesquisa.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos, assim distribuídos:

O primeiro capítulo se refere aos “Pensamentos e reflexões: uma abordagem conceitual”. Neste capítulo, o objetivo era buscar bases de argumentação que servissem como instrumento de análise e interpretação dos dados obtidos, a partir de uma visão interdisciplinar, sem utilização de fronteiras nem limites, aberta apenas para a produção de um novo conhecimento sobre o tema.

O segundo capítulo versa sobre o “Brasil Colônia: um caminho a ser percorrido”. O intuito dessa abordagem foi caminhar pela história e geografia relatada pelos cronistas da época e por documentações encontradas na bibliografia consultada. O Brasil Colônia tem suas particularidades, que devem ser observadas e analisadas para um melhor entendimento deste espaço pesquisado.

O terceiro capítulo, intitulado “Mapas, cartas e iconografias: importante documentação”, abrangeu a busca das representações imagéticas (mapas, cartas e iconografias) do período colonial e a análise de sua significação como ferramenta de observação e criação dos dados que contribuirão para indicar os elementos de verificação desta tese.

Em “Um olhar reflexivo sobre os dados textuais, cartográficos, iconográficos e arqueológicos”, que constitui o cerne do quarto capítulo, se trabalhou na análise e interpretação dos dados pesquisados nos três primeiros capítulos, juntamente com o resultado da prospecção da área em estudo.

No final da pesquisa foram feitas algumas considerações, não apenas como uma retrospectiva dos aspectos considerados e das informações mais relevantes coletadas ao longo de sua realização, mas como uma abordagem analítico-interpretativa acerca dos dados mais significativos.

Novas pesquisas com abordagem centrada nesta “ Lógica de Planejamento Português na Capitania de Pernambuco” são altamente desejáveis, na medida em que dariam continuidade ao tema, aprofundando e elucidando pontos ainda em aberto.

1. PENSAMENTOS E REFLEXÕES: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

“Mas, se um poeta disse que não podia adiar o amor para um próximo século, nós também não podemos adiar a vontade de pensar, e de comunicar, e o gosto de trabalhar e de conhecer, para uma outra vida. É aqui e agora, ou nunca”. Vitor de Oliveira Jorge.

Neste capítulo, o objetivo é buscar bases de argumentação que sirvam como instrumento de análise e interpretação dos dados obtidos. A partir de uma visão interdisciplinar, sem utilização de fronteiras nem limites, aberta apenas para a produção de um novo conhecimento sobre o tema.

1.1. Contexto atual das pesquisas sobre o tema

Vários pesquisadores têm se dedicado à temática do processo de ocupação portuguesa nas terras brasileiras. No entanto, ainda persiste um grande vazio em sua compreensão. As pesquisas estão focadas principalmente na compreensão dos fatores e influências que determinaram a estruturação da rede urbana e na caracterização morfológica das cidades brasileiras no período colonial. Sem dúvida, o estudo da urbanização do Brasil nesse período é importante para a compreensão do processo histórico, mas é necessário frisar os aspectos que dão propriedade à urbanização como um componente fundamental ao entendimento da cidade colonial no Brasil.

Dentro dessa temática, pode-se perceber que a discussão tem se desenvolvido segundo três aspectos principais:

- 1) A diferença urbanística em relação ao processo de ocupação nas colônias americanas estaria na dicotomia das cidades portuguesas e hispânicas. A irregularidade das ruas, a organicidade dos centros urbanos e a espontaneidade em relação ao uso do relevo marcariam o espírito de ocupação portuguesa. A oposição a este passivo português reside justamente no caráter hispânico de erguer cidades regulares e baseadas numa noção clássica geometrizar. O processo ocupacional português, entendido como um verdadeiro semear, tornou-se uma ideia contraposta ao das colônias

espanholas, praticamente um senso-comum na historiografia sobre o Brasil Colônia.

- 2) A existência de uma política urbanizadora portuguesa.
- 3) A relação entre a Igreja Católica e o espaço urbano.

Sobre o primeiro item, a polêmica da comparação do urbanismo colonial português e espanhol tem sido muito forte. Diversos autores a têm discutido intensamente, com argumentações variadas.

Sérgio Buarque de Holanda, no seu livro “Raízes do Brasil”, inaugura, na década de 40, o pensamento moderno sobre o tema do urbanismo colonial, confrontando as formas das cidades americanas, mais especificamente em relação à produção do ladrilhador (espanhol) e do sementeiro (português), ou seja, a postura abstrata do colonizador espanhol, gerando um desenho urbano geométrico oriundo de um pré-planejamento, e a postura fortuita do colonizador português, definida pelo historiador como o resultado do diálogo entre a arquitetura e o meio natural, e a predominância do segundo sobre a primeira (BUARQUE DE HOLANDA, 1989, p.76). O autor considera que as cidades surgiram ao sabor dos caprichos individuais, e não a partir de um plano geometricamente ordenado.

Nos anos 60, Paulo Santos aborda a onipresença da natureza e do aspecto espontâneo na urbe brasileira, afirmando que esta apresenta uma atraente imprevisibilidade, bem diferente da repetição de traçado das terras colonizadas pelos espanhóis, chegando a comparar as cidades brasileiras à variedade de desenho urbano islâmico e cristão que, em sua concepção, seria desordenado e livre de traçado pré-definido (1968, p.18).

Mas é Nestor Goulart Reis Filho a grande referência brasileira dos estudos urbanos coloniais. Em seu livro *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil*, o arquiteto defende a ideia de que as primeiras vilas e cidades brasileiras, enquanto produto racionalizado, dispunham de um desenho geometrizado adaptado às condições da topografia, característica-chave que as diferencia da experiência da colônia espanhola (REIS FILHO, 2000:71).

Sérgio Buarque inicia sua abordagem discutindo os desígnios dos engenhos e das cidades enquanto instrumentos de dominação do imperialismo português; Paulo Santos com a comparação com as cidades medievais, e Nestor Goulart com a narração sobre a colonização portuguesa como um ato político e a urbanização como uma estrutura dinâmica. O que eles têm em comum, além do tema abordado, é o esforço em definir os princípios norteadores do desenho das vilas e cidades coloniais.

Para Aroldo de Azevedo tais estruturas urbanas não obedeciam a nenhum plano pré-estabelecido (1956:10). O que se percebe, nesses discursos clássicos, é a oscilação entre a espontaneidade e a racionalidade na implantação das primeiras povoações brasileiras, sobretudo baseada nas expressões do traçado do desenho urbano, especificamente referente à sua adjetivação – formal, informal, regular, irregular, espontâneo, planejado.

No entanto, não faz parte desta tese analisar essas posições e nem mesmo as colocações referentes aos itens 2 e 3. Porém, vale informar como ilustração do que se vem discutindo e das pesquisas realizadas sobre o tema. Uma maneira de inserir esse novo olhar no âmbito das pesquisas existentes e o diferencial que a mesma representará no contexto nacional e internacional.

Sobre as discussões colocadas no segundo item, os trabalhos desenvolvidos por esse grupo de pesquisadores têm como centro a intenção de negar a clássica tese da contraposição entre o planejado e o espontâneo, mais recentemente direcionada a reconhecer a existência de uma política de urbanização por parte de Portugal, ou seja, haveria uma clara intenção de controle e regulamentação dos processos urbanos. Pode-se identificar este posicionamento nos trabalhos de Reis Filho(1968); Delson(1979); Flexor(1989); Del Brenna(1997); Araújo(1998) e Rossa(1998).

Todos esses autores acreditam que Portugal, além de uma política de ocupação do território de suas colônias, tinha também uma política de urbanização. Isto não significa que essa política estava baseada em um corpo de regras bem definidas, mas deve ser compreendido como uma série de critérios estabelecidos com o objetivo de proporcionar um determinado controle sobre a estrutura física das vilas e cidades.

Apesar do avanço dessas pesquisas, esse tema ainda não está suficientemente discutido. O governo português, com a intenção de aprofundar os estudos sobre este tema, criou o projeto “A Cidade como Civilização: Universo Urbanístico Português 1415-1822”. Este projeto tem a intenção de formar uma rede de pesquisadores em história urbana, enfocando a ação urbanística portuguesa nas suas colônias.

A terceira questão elencada diz respeito à relação entre o espaço urbano e a Igreja Católica. Poucos trabalhos têm focado o papel da Igreja na configuração espacial das vilas e cidades do período colonial brasileiro.

Murillo Marx (1989;1991) defende a tese de que o forte vínculo estabelecido entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica para a colonização de seus territórios ultramarinos teve efeito direto nos núcleos urbanos. Além da relação entre Igreja/Estado, Marx também ressalta a importância do estudo da estrutura fundiária, concessão de terras e parcelamento do solo, para a compreensão da conformação física das vilas e cidades coloniais.

Autores como Fridman (1999) e Hernandez (2000) também seguem um viés do caminho indicado por Murillo Marx, porém suas pesquisas são dedicadas à formação do patrimônio dos monges beneditinos e não à relação desta Ordem com a configuração do espaço urbano.

A história do urbanismo evolui com a das cidades, um tema que não é fácil de analisar, avaliar e reavaliar. Portanto, se faz necessário buscar novas reflexões que possam contribuir nesse processo de construção permanente de novos conhecimentos sobre os caminhos adotados no passado que interferiram e ainda interferem no traçado urbano desenvolvido ao longo dos anos e que caracterizam ainda hoje a nossa forma de viver e de nos relacionar. A partir da análise do estado atual das pesquisas sobre a história urbana no Brasil fica claro a lacuna ainda existente e a necessidade de se desenvolver novos estudos dentro desta temática.

Esta tese se propõe olhar e discutir a apropriação do espaço sob um novo aspecto ainda não considerado em relação à questão de existir um planejamento prévio de ocupação, caracterizando um pensar português que vai além de um desenho

(traçado). Propõe que se identifique esse planejamento de ocupação dessas novas terras de maneira racional e não aleatória, pois esses núcleos por si só não dariam sustentabilidade para a efetiva posse do colonizador. A mola propulsora para esse ocupar não estaria representada apenas pelo núcleo urbano, mas também pelos “engenhos instalados” e, a partir deles e de suas articulações, indicaria as primeiras diretrizes de um planejamento de ocupação efetiva.

O desafio desta investigação consiste em identificar a organização e distribuição espacial dos engenhos, no início da colonização, como parte de um sistema de planejamento interligado, dentro do processo de apropriação do espaço, com o objetivo de constatar que não houve apenas uma intenção mercantil na implantação dos engenhos, mas um propósito, um planejamento de ocupação territorial.

1.2. A paisagem, o espaço e o tempo

A abordagem conceitual do trabalho se apoia basicamente no grande objeto de estudo de diferentes disciplinas e não menos variadas correntes teóricas, “A Paisagem”. Ao longo de muitos anos, a paisagem recebeu diferentes conceitos, para atender necessidades específicas das mais variadas ciências, como de suas variações teóricas e também metodológicas, por sua vez influenciadas por fatos e exigências histórico-culturais (MORAES, 2001). Tais fatos e as derivadas adequações de significado ao objeto – paisagem – deixaram possibilidades inúmeras de definição e discussão, fazendo surgir a necessidade de uma abordagem inter e transdisciplinar.

A Arqueologia é uma ciência com métodos e disciplinas próprias. A concepção da Arqueologia como ciência deriva do fato de a mesma ter um objeto específico de estudo, com seus próprios objetivos, que não são abordados por outras ciências. O principal objetivo da Arqueologia é compreender o comportamento do homem através de evidências indiretas (TRIGGER, 1992). O entendimento da ação do homem somente é possível através da interpretação dos seus vestígios. Estes, nem sempre resistem ao tempo, restando para os trabalhos arqueológicos poucas evidências a serem interpretadas.

Os poucos vestígios que resistem ao tempo são explorados intensamente. A análise pode passar por várias teorias, métodos e escalas, abrangendo desde o artefato até uma complexa rede de sítios (CLARK,1977). Os vestígios podem fornecer uma série de informações, abordados por diferentes disciplinas ou ramos da Arqueologia. Muitas vezes, somente os vestígios que persistiram no tempo não são suficientes para elucidar o comportamento dos homens, no passado. Para obter uma aproximação realística são necessários métodos e modelos de outras ciências. A interdisciplinariedade, na Arqueologia, é um recurso importante para o alcance dos seus objetivos (BUTZER,1982).

As ações do homem, de certo modo, estão em conjunção com uma maneira de sobreviver no ambiente natural e social, a escolha de determinadas ações demonstra a sua eficiência, seja sobre o ambiente natural ou social (LÉVI-STRAUSS, 1987). A exploração de um ambiente envolve uma ação racional que reconhece a estrutura do recurso. A otimização da aptidão para a captação de recursos envolve uma seleção de alternativas que proporcionariam a satisfação das necessidades de uma população.

A Arqueologia pode ser entendida como um conjunto de métodos e técnicas que permitem localizar, analisar e interpretar os indícios materiais da presença e da atividade dos homens no seu quadro natural e artificial (PROUS, 1999).

Mais do que um rol de técnicas e procedimentos, para Vitor de Oliveira Jorge, a Arqueologia:

É uma ciência social, que visa, a partir da análise das materialidades que nos rodeiam, contribuir para o conhecimento da história da nossa espécie. Nesse sentido, há muito que ela abandonou a sua matriz inicial de “estudo de antiguidades” para assumir, como âmbito da sua actividade, a totalidade do espaço planetário e do tempo histórico, até a actualidade (2000:11).

A Arqueologia investiga coisas, relações, processos e significados do passado das totalidades socioculturais e ambientais, bem como suas fronteiras temporais e espaciais, organizações, operações e mudanças ao longo do tempo e através do mundo. Parte da premissa de que o presente é uma questão histórica e não separável da narrativa de ideias e eventos do passado. Mais ainda, considera que não há conhecimento do presente que não seja construído de ideias geradas em um tempo anterior, ideias estas

que não surgiram estritamente em seu próprio passado, mas foram adquiridas ou adaptadas através da vida social (HARDESTY ; FOWLER, 2001).

Seu objeto de estudo são os vestígios arqueológicos: “ ... testemunhas da presença e das atividades do homem, bem como do meio ambiente no qual ele vivia – desde o passado mais remoto da pré-história até os dias atuais” (PROUS, 1999:23). “São elementos materiais da cultura e podem ser considerados como vestígios do comportamento humano do passado, se apresentando como uma fonte reveladora da estrutura de uma sociedade” (SYMANSKY, 1998:15).

Glassie convencionou denominar cultura material a tudo que se refere ao campo tangível da conduta humana, definindo-a como a intrusão do registro humano no ambiente. É a forma de distinguir entre a natureza e a cultura, e então reconstruir a natureza para nosso desejo, moldando, remoldando e arranjando as coisas durante a vida (1999:41).

Esses elementos podem ser tanto os objetos utilizados há muito tempo, denominados artefatos, quanto construções, estruturas e paisagens (ATHAÍDES; MACHADO; SOUZA, 1997). Sua importância ultrapassa a matéria, forma e composição, pois sua potencialidade está em desvelar os aspectos técnico-econômicos da sociedade (KERN *apud* SYMANSKY, 1998). Segundo Cândido:

... objetos comuns e anônimos, frutos do trabalho humano e vestígios materiais do passado correspondem às condições e circunstâncias de produção e reprodução de determinadas sociedades ou grupos sociais (...) na natureza latente desses objetos, há marcas específicas da memória, reveladoras da vida de seus produtores e usuários originais (2002:29).

Ou seja, nos termos de Glassie (1999), os estudos da cultura material se iniciam com coisas, mas não terminam com elas, utilizam os objetos para determinar e compreender o pensamento e a ação humana.

Segundo o autor:

A cultura material é como uma (...) linguagem, e que é mais, registra pensamentos e ações que resistem à formulação verbal. Assim como uma história, um artefato é um texto, um display de forma e um veículo para o significado. Tanto histórias quanto artefatos surgem da concentração, ambos são criados no tempo e moldados pelo padrão cultural, mas diferem na apreensão. A história pertence à experiência temporal. Move-se em uma direção, acumulando associações sequenciais. O artefato pertence à experiência espacial. Desdobra-se em todas as direções, abarcando contradições na simultaneidade, e abrindo múltiplas vias ou caminhos para a significação.... Artefatos raramente significam da mesma forma que uma prosa lúcida. (...) os artefatos têm sua própria forma de ir ao significado, e no aprendizado começamos a ouvir as vozes nas coisas (...) Assim aceitamos a estranha responsabilidade de colocar em palavras o que não é verbal (GLASSIE, 1999, p.46).

Pode-se, assim, partir do princípio de que o patrimônio arqueológico é um patrimônio linguístico ou um conjunto de metáforas produzido coletivamente e usado segundo determinados propósitos (SANTOS, 1996 p.137). Cabe aos arqueólogos interpretá-los.

Em um movimento de críticas às propostas arqueológicas iniciais surgiram algumas novas abordagens teóricas e metodológicas que objetivavam análises voltadas não mais para os processos que envolvem as questões práticas da produção da cultura material, e, sim, para aquelas que tratam da fenomenologia, como percepção, cognição, e dizem respeito à construção social do espaço. Algumas destas abordagens começaram a focar suas análises na paisagem enquanto um texto que deve ser lido e interpretado através dos seus signos, utilizando-se da hermenêutica (TILLEY, 1991). Outras passaram a se preocupar com as questões mais voltadas para as relações sociais entre os grupos culturais produtores dos vestígios arqueológicos, que estariam de alguma maneira expressas na distribuição espacial dos vestígios na paisagem (ZARANKIN, 2002; ZARANKIN ; NIRO, 2006; HABER, 2006).

De uma maneira ou de outra, a paisagem é considerada como uma importante fonte de informações. Porém, o significado dado aos elementos da paisagem foi diferentemente valorizado e tratado ao longo da maturação do pensamento arqueológico. Criaram-se diferentes métodos e modelos que foram aplicados em

diferentes realidades ambientais e arqueológicas; todavia, algumas concepções foram apenas individualmente tratadas, em função de especificidades de alguns objetos de pesquisa e seus contextos. Isto quer dizer que algumas premissas e formas de entender o registro arqueológico e seu contexto ambiental, relacionado aos contextos culturais que os produziram, perduraram e perduram, a menos que se adquiram informações dentro de um específico contexto de pesquisa, que permitam refutar, contestar ou inovar tais premissas.

Considerando a paisagem como uma ‘construção’ humana, em que se relacionam questões do ambiente natural e do ambiente social, se desenvolve uma vertente da Arqueologia, interessada em entender a maneira como as paisagens se conformam. Surge a Arqueologia da Paisagem, cujo objetivo está em estudar um tipo específico do produto humano (a paisagem), que usa uma dada realidade (o espaço físico) para criar uma nova realidade (o espaço social: humanizado, econômico, agrário, habitacional, político, territorial etc.) por meio da aplicação de uma ordenação imaginada (espaço simbólico: na qual é sentido, percebido, pensado etc). Esta concepção supõe que a dimensão simbólica forma uma parte essencial da paisagem social e que, portanto, é um entendimento integral que deve ser levado em conta (CRIADO, 1997 apud AMENOMORI, 2005:14-15).

A Arqueologia da Paisagem considera as intervenções humanas como construtoras da paisagem; a partir dos vestígios deixados por estas intervenções – construções, gravuras, pinturas, fogueiras, sepultamentos e de suas relações com os aspectos naturais do lugar em que estão pode-se realizar inferências sobre a maneira como os povos ou grupos que intervieram na paisagem lidavam com o meio (UCKO ; LAYTON, 1999; SANTOS, PARCERO; CRIADO, 1997; KNAPP; ASHMORE, 1999). Isso, claro, considerando que a maneira como as pessoas interagem com o ambiente é mediada pela projeção de suas culturas (HYDER, 2004).

E ainda se pode inferir sobre a relação entre grupos culturais, pois intervenções humanas na paisagem são mediadas também por relações sociais das mais diversas naturezas, que podem ser vistas ou interpretadas se se considerar que os elementos “construídos” na paisagem podem também ser elementos “construtores”, motivando

novas relações e novas intervenções no espaço (ISNARDIS, 1997; BENEŠ & ZVELEBIL, 1999; ISNARDIS, 2004; BUENO, 2005).

Ao propor uma pesquisa que tem como método investigativo a Arqueologia da Paisagem deve-se estar ciente de que tal escolha envolve uma série de conceitos oriundos de outras áreas do conhecimento, como, por exemplo: a Geografia, a História, a Arquitetura e a Filosofia. Estes conceitos, como o de espaço, tempo e paisagem, modificam-se frequentemente, de acordo com a matriz teórica que os origina e o contexto no qual estão inseridos e foram elaborados.

Linhas de pesquisa como a Arqueologia da Paisagem intervêm menos nos registros arqueológicos, esforçando-se para mostrar que é possível reconstituir concretamente a maneira como as populações organizaram o seu espaço com o mínimo de intervenção nos testemunhos por elas deixados. A abordagem da paisagem ou dos entornos de ambientação de sítios e locais de interesse arqueológico vem se firmando cada vez mais com o uso das tecnologias hoje disponíveis: sistema de sensoriamento remoto (imagens de satélites, fotografias aéreas e fotografias terrestres), sistema de informação geográfica, sistema de posicionamento global, sistema de gerenciamento de bancos de dados, tecnologias não invasivas de terreno e construções etc.

O que melhor sustenta os estudos de Arqueologia Preventiva sem dúvida é a linha de pesquisa em Arqueologia da Paisagem. Enquanto subcampo, ela estuda o processo de artificialização do meio, na perspectiva dos sistemas regionais de povoamento.

Fundamentada nas bases teóricas e conceituais das disciplinas de origem, a Arqueologia da Paisagem converge seus esforços em duas dimensões: a matriz ambiental natural, relacionada com o meio físico-biótico, e o ambiente modificado, relacionado com o meio socioeconômico e cultural. Ela se configura como uma estratégia de investigação para o estudo dos processos sociais em sua dimensão espacial, reconstruindo e interpretando a evolução da paisagem arqueológica e os padrões de assentamento, a partir das expressões materiais da cultura.

A incorporação da paisagem culturalmente determinada como objeto de análise da Arqueologia resulta da convicção de que, por se tratar de um elemento da cultura material, passível de ser analisado como um artefato, se enquadra em seu campo de investigação. A perspectiva que concebe as paisagens como artefatos lida, intrinsecamente, com a ambiguidade de sua própria natureza, ou seja, com seu caráter passivo (como produto de relações sociais) e ativo (como vetor de relações sociais) (BEZERRA DE MENEZES, 1983).

O termo “paisagem” recebeu significados variados, ao longo de vários séculos. O termo foi empregado por muitos filósofos e artistas no sentido de lugar de contemplação. Ainda na Antiguidade Clássica, Heródoto e Estrabão realizaram estudos descrevendo exaustivamente os mundos naturais e sociais dos caminhos que percorreram, afirmando que se tratava de uma descrição da paisagem, necessária ao reconhecimento da Geografia do mundo conhecido (ANDRADE, 1992; MORAIS, 2001).

Embora se constate ter havido uma constante (re)apropriação, por parte da ciência geográfica, acerca do que se entende por paisagem e cultura, mais evidente ainda quando analisa a primeira, a verdade é que as novas concepções teóricas nunca conseguiram se sobrepor às anteriores, ao ponto de extinguí-las.

Elas continuam existindo e exercendo importante papel nos estudos das relações entre homem e natureza. As correntes teóricas, assim sendo, não são estanques ou substituíveis, sendo possível colocá-las em diálogo constante e direto, adequando-as a um determinado objeto. Desta maneira, a subdivisão em correntes teóricas ou escolas é, na verdade, uma tentativa didática de ilustrar as preocupações de determinados contextos históricos, que acabam por inovar, com diferentes abordagens e conceitos, a ciência geográfica e todo o pensamento científico de determinada época ou século.

As abordagens mais utilizadas sobre a paisagem, dentro da geografia, são de dois tipos: aquelas que levam em conta a morfologia da paisagem, formulada no início do século XX, e aquela voltada para a simbologia da paisagem, que começou a ganhar destaque no final dos anos 60, sendo conhecida dentro da geografia como movimento humanista.

A primeira abordagem utiliza, para análise, o método morfológico, desenvolvido pelo geógrafo americano Carl O. Sauer. A principal publicação nessa perspectiva, intitula-se “A morfologia da paisagem”, (1998). Sauer apresentava uma análise da paisagem em suas formas materiais, com a preocupação de investigar como a cultura humana, analisada através de seus artefatos materiais, transforma essa paisagem.

O segundo enfoque da paisagem está voltado para seus aspectos simbólicos. Essa corrente valorizou a subjetividade na pesquisa geográfica, considerada como a característica principal dos adeptos da nova geografia cultural.

Essa mesma dualidade entre paisagem morfológica e simbólica é denominada, por outros autores, como paisagem objetiva e subjetiva. A paisagem objetiva seria um conjunto de elementos materiais (cobertura do solo, relevo etc), ou seja, uma realidade possível de racionalizar e quantificar. Por outro lado, alguns autores defendem a paisagem dita subjetiva, considerando-a não uma realidade objetiva, mas uma imagem dessa realidade, uma imagem retrabalhada pela percepção humana, através do filtro de um esquema sociocultural.

Milton Santos trabalha também com dois enfoques: paisagem e espaço. Santos (2006) explica que: “paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”.

Apesar de afirmar que um não pode ser considerado sem o outro, o autor faz referência direta à paisagem com os termos “configuração territorial”, “conjunto de objetos reais-concretos”, “distribuição de formas-objeto”, “sistema material”, contrapondo o espaço como um “... sistema de valores que se transforma permanentemente através da função que cada indivíduo lhe dá”. A partir dessa diferenciação, é possível “classificar” a visão da paisagem de Santos como objetiva/morfológica, e o espaço como subjetivo/simbólico. Porém, o autor afirma que a paisagem é composta por formas, criadas em momentos históricos diferentes, mas coexistindo no momento atual, desempenhando uma função atual.

Semelhante à trajetória realizada pela Geografia na construção do conceito de paisagem, relacionando-o ao de cultura, o pensamento arqueológico passou por inúmeras mudanças, também influenciadas por contextos históricos e sociais. Estas mudanças, que admitiam inclusões de novos pensamentos, manutenção e também abandono de antigas concepções, se refletem na maneira como a relação homem x ambiente é e foi entendida pela Arqueologia e na maneira como lidar e analisar esta relação.

A paisagem, ou paisagens, enquanto produtos, são originadas a partir das experiências humanas que podem ser orientadas por questões de naturezas diversas, seja por relações de produção ou por significações que envolvem o afetivo e o simbólico, ou seja, as questões do mundo concreto além do subjetivo e ideológico (HOLZER, 1998; ISNARD, 1982).

A paisagem, enquanto lugar de atuação de grupos culturais, é constituída por elementos naturais e também por aqueles que foram, outrora, construídos pela ação humana, e que frequentemente são tomados ou percebidos como estimuladores de uma nova ocupação dos espaços, ou como parte importante da história das pessoas e dos lugares (ISNARDIS, 1997; BUENO, 2005; ZARANKIN, 2005). As paisagens culturais se sobrepõem, são reconstruídas e (res)significadas, o que as torna dinâmicas e inacabadas.

A paisagem, portanto, é uma forma escultural anônima construída pela ação humana, nunca completa, e constantemente sendo incrementada, e sua relação com as pessoas é uma dialética constante e um processo de estruturação: a paisagem é tanto meio para, como resultado de ações e histórias anteriores de ações. Paisagens são experienciadas na prática, em atividades concretas (TILLEY, 1994:23).

Independentemente das mudanças que tenham ocorrido no entendimento da cultura e das paisagens culturais, a influência que o homem recebe, e recebeu do meio é inegável. Os grupos humanos sempre receberam influências do meio natural, ao mesmo tempo em que sempre o utilizaram e dele se apropriaram, modificando-o, alterando-o, exercendo influência sobre ele. Neste sentido, como nas demais abordagens das

paisagens culturais, o que continua interessado nos estudos de paisagem é a relação do homem com o seu sítio.

Revelar os significados culturais da paisagem, segundo Cosgrove (2004a), exige uma habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, representar essa paisagem num nível em que seus significados possam ser expostos e refletidos.

Para apreender a marca de apropriações do espaço e a possível atribuição de significado, é necessário compreender o espaço/ paisagem em relação com os outros atributos – elementos – da paisagem. Portanto, os métodos desenvolvidos anteriormente para estudo e compreensão da paisagem se tornam fundamentais.

Uma vez que a paisagem é composta por redes complexas de significados, é importante que elas sejam consideradas como formadas por signos. Cada elemento da paisagem (rio, árvore, pico, mata, nascente, igreja, praça...) deve ser entendido como um possível signo. Ou seja, como algo que tem em si um significado e um significante, em que o significante é o suporte material que sustenta o significado; este, por sua vez, é o sentido, a ideia mental que corresponde ao signo (SAUSSURE, 1991). O signo é assim considerado quando o significante é reconhecido como algo que tem em si um significado que é partilhado por comunidades afins. O que quer dizer que, para um signo assim ser, deve ter seus elementos constituintes reconhecidos por comunidades que partilham algo de seu repertório, ou tenham repertórios culturais comuns, como a língua, a religião, o trabalho (SAUSSURE, 1991; ECO, 1994).

A paisagem deve ser compreendida, portanto, como um conjunto de signos, que devem ser identificados e interpretados. A proposta de entendimento dos signos, assim como sua conceituação, pertencem ao domínio da linguística (SAUSSURE, 1991; ECO, 1994, BARTHES, 1964); sua aplicabilidade, apesar de extremamente útil e possível, no estudo de paisagens culturais, exige uma certa reflexão e adequação.

Em relação à paisagem, o que se chama de casa, pasto, mata, rio etc., só ganha o sentido que tem porque se sabe diferenciar cada uma destas coisas. E, por mais que se chame o rio de “rio”, e os povos de língua inglesa o chamem de “river”, o fato é que as

duas palavras, por mais diferentes que sejam, designam a mesma representação mental. Contudo, elas não carregam o significado que o rio tem para cada um desses povos.

Isto quer dizer que, se se quiser interpretar as paisagens culturais e seus respectivos significados, não adianta identificar os elementos separadamente, fora de seu contexto; afinal, os signos são fundamentados nas tradições culturais que os identificam e lhes atribuem valor, afetando seu uso (TILLEY, 1991).

Ao se considerar as paisagens como conjuntos de signos é possível também admiti-las como um conjunto de textos que devem ser lidos e interpretados.

Para se elaborar uma interpretação do significado de uma determinada paisagem é preciso identificar os diferentes discursos que atuam na sua configuração, lidando, concomitantemente, com dois níveis de observação: um, que diz respeito à vida social num plano geral, e outro, associado às relações de poder em particular; em ambos se deve procurar compreender como essas relações são constituídas, reproduzidas e contestadas. Com base nesse princípio, Duncan (1990:45) descreve o processo de inferência nos estudos da paisagem, constituído de duas etapas: “... o exame dos mecanismos com os quais a paisagem trabalha”; e “ ... o papel da paisagem na constituição da prática social e política”.

Questões associadas ao significado, simbolismo e subjetividade do comportamento humano e da cultura material romperam com as tradicionais análises que, até então, permitiam distinguir os métodos de inferência utilizados por estas disciplinas. E uma base comum de fundamentação teórica, viabilizada pelas leituras em Teoria Social, vem resultando em posturas muito semelhantes no exercício da Arqueologia e da Geografia Cultural.

É evidente que os discursos que vêm sendo construídos por estas disciplinas estão interconectados e, embora um diálogo efetivo ainda não se tenha estabelecido entre a Arqueologia e a Geografia, algumas posturas refletem um grau de amadurecimento extremamente benéfico para a sua consolidação. Em cada uma, tornam-se claros os interesses de transpor obstáculos e de enriquecimento acadêmico, que em nada lembram procedimentos presos a preocupações de definição de campos de

atuação disciplinares, aliás, preocupações que há muito deixaram de constar da pauta das discussões acadêmicas.

Arqueólogos e geógrafos culturais, particularmente, têm realizado profícuas discussões sobre a forma como a paisagem atua na configuração das sociedades, imprimindo valores, normatizando e influenciando comportamentos, legitimando e naturalizando desigualdades, bem como exprimindo resistências.

Algumas pesquisas desenvolvidas na Geografia Cultural e na Arqueologia têm compreendido a paisagem como uma produção cultural integrada tanto à reprodução como à contestação do poder político. Com isso, abordagens mais amplas vêm sendo desenvolvidas, discutindo o significado da paisagem para quem a construiu ou para quem veio a ocupá-la, fortemente colocadas em um enfoque teórico sociopolítico, cujo objeto de estudo não é apenas a paisagem como cultura material, mas também o homem que com ela interage.

Anteriormente, a Geografia era a herdeira do espaço, a História do tempo e à Arqueologia cabiam os vestígios materiais do passado, como três áreas de conhecimento dissociadas. Nos últimos 30 anos, estas áreas vêm se aproximando um pouco mais. A Geografia deixou de analisar o espaço somente como uma matriz ambiental. A História mostrou o tempo e o espaço em relações dialéticas, *per si* e entre si. E, posteriormente, apontou que os processos sociais não só têm uma dimensão espacial, como são e estão no espaço.

O espaço não constitui um mero reflexo de processos culturais, mas atua como um de seus fatores constitutivos, interferindo em sua configuração simbólica, recebendo, processando e transmitindo mensagens sociais.

Cada vez mais se consolida a convicção de que as fronteiras entre os diversos domínios das ciências sociais devem ser atenuadas, mediante a criação de zonas de interseção e de estímulo à interdisciplinaridade, objetivando o aprimoramento das análises particulares e uma melhor apreensão dos fenômenos investigados.

Nas últimas décadas, algumas disciplinas que trabalham com a questão do espaço/paisagem cultural, como a Geografia, a Arquitetura e a Arqueologia, se estruturaram com argumentos extraídos da Antropologia, Filosofia e Teoria Social. De início, cada uma enfatizou as ideias de forma diferente.

Hodder (1987:136-139), ao avaliar o arcabouço teórico da Geografia e da Arqueologia, identificou alguns pontos de divergências e convergências no que diz respeito à forma como elas lidaram e ainda lidam com a abordagem dos significados simbólicos, considerados com base numa perspectiva temporal.

A paisagem, concebida como artefato, atua de forma decisiva na configuração simbólica de uma dada realidade social. Tuan (1983:114-119), utilizando-se da expressão “o hábito embota a mente”, traduz bem o potencial do espaço construído para aguçar a percepção humana, definindo as suas funções sociais, relações e sensações – como interior/exterior, fechado/aberto, privado/público etc. – e transformando-as em algo concreto. Por meio de uma analogia entre linguagem e ambiente construído, ele constata que ambos têm o poder de definir e aperfeiçoar a sensibilidade e ampliar a consciência, servindo – ao revelar e instruir – a um propósito educacional. Ademais, eles articulam a ordem social.

Bourdieu e Appudurai (apud PURSER, 1992) reforçam a premissa de que o espaço e os objetos participam ativamente de um processo de comunicação, não apenas por serem consumidos, mas porque esse próprio consumo implica um domínio prático ou explícito de um código de significados sociais, no qual a cultura material assume sua configuração e atua. Isso significa que a estruturação da paisagem não se caracteriza apenas como um processo de comunicação engendrado pelos agentes sociais. A cultura material e, neste caso específico, a paisagem, não apenas transmitem mensagens sociais, mas as recebem e processam, dentro de um código de significados compartilhados pelos indivíduos. Ao criar, reproduzir e transformar relações sociais, o ambiente construído é utilizado para reforçar as relações de poder, autoridade, desigualdade e resistir a elas, facilitando atividades e movimentos de alguns indivíduos e dificultando os de outros (ROTMAN; NASSANEY, 1997).

As paisagens, como cultura material, são muito mais que o reflexo do agenciamento de ações humanas; elas engendram ações (BENDER, 2002). Não é que a paisagem seja capaz de, por si só, ser causa de práticas sociais, mas pode apontar uma direção e um sentido para elas.

Harrison (2004) lembra que Hoskins, em seu clássico estudo da Geografia Histórica da Inglaterra, publicado em 1985, descreveu a paisagem inglesa como se ela fosse um livro, no qual escreveram muitos e sucessivos autores. Nela, cada um deles deixou impressas marcas que duram até hoje. A intenção de Hoskins, ao utilizar essa imagem, foi ensinar a decifrar as evidências do passado, inscritas na paisagem atual. A chave para reconhecer estas evidências está em pensar a paisagem como uma construção estratificada. Hoskins afirma que é preciso “ler” as sucessivas camadas da História depositadas na paisagem em nosso entorno. Uma das tarefas do arqueólogo é “escavar” a paisagem, sem colher de pedreiro. A metodologia utilizada para essa escavação consiste em decompor a paisagem, tomando cada um dos seus elementos constituintes e classificando-os, com base em seus aspectos morfológicos e técnicos. Esta classificação parte do pressuposto de que as formas e as técnicas empregadas na realização dos artefatos são características de uma determinada época e sociedade. Baseia-se, também, na crença da intencionalidade do artefato que, como ação, vincula-se a contextos históricos e culturais específicos (KENT, 1990:2). Além disso, os artefatos precisam ser vistos como suportes de representações sociais.

Desta maneira, as representações sociais são vistas aqui como um sistema de referências que reúne em si as formas através das quais uma sociedade percebe e classifica o mundo. São as representações que guiam as práticas, as ações, que constroem o mundo social. Ao mesmo tempo, as representações estão amarradas, imbricadas às práticas sociais. É importante esclarecer que representações não são fenômenos descolados, autônomos ou externos à sociedade. Pelo contrário, são uma instância simbólica expressiva que desenha a peculiaridade das relações entre os homens. Assim, é como se todo fenômeno social tivesse valor semântico possível de ser homogeneizado, do qual o fenômeno em questão emerge (BRUMANA, 1983:29).

Neste novo contexto de produção de conhecimento, a Arqueologia, espacial por excelência, mesmo chegando um pouco mais tarde nestas discussões, questionou as

abordagens funcionalistas e passou a conceber o espaço como criação humana, um produto social, fruto de relações sociais e repleto de significados.

A interpretação do espaço como algo mais movimentado que estático, mais plasticidade que fronteira, implica em admitir a complexidade e a dificuldade do estabelecimento de fronteiras objetivas

... e, indiretamente, de acolher o significado de espaço como exclusivamente abrigo do tempo e de movimentos. Diante disso, deve-se ler que os processos temporais e históricos não se dão sobre o espaço, mas através dele. Reconhecer isto é admitir a dinâmica espacial em seu conteúdo e ainda conduzir a reflexão no sentido de reavaliar posições como a que projeta a aniquilação do espaço pelo tempo (HISSA, 2002: 292).

Constantemente elaboradas, reavaliadas, ressignificadas, tais posições ou posturas teóricas e metodológicas se refletiram no desenvolvimento da ciência dita social como um todo.

O espaço e o tempo, da maneira como se concebe hoje,

... são a sistematização simbólica criada pelas e através das transformações advindas do desenvolvimento da sociedade burguesa. Produto e condição do processo, o que pensamos ser espaço e tempo são, na verdade, as ferramentas que possuímos para sistematizar a nossa relação com o mundo da maneira como hoje ele se nos apresenta (SANTOS, 2002:29).

Entenda-se, então, que o espaço, o tempo e, conseqüentemente, a ação dos sujeitos não são categorias estáticas, mas, sim, relacionam-se de forma dialética. As concepções de espaço, ação e tempo podem ser compreendidas como noções que constantemente (re)elaboramos, (res)significamos e utilizamos para transformar, vivenciar e compreender o mundo em determinado tempo e espaço.

Por isso, o espaço é carregado de valores. No entanto, a subtração dos significados humanos o torna uma categoria homogeneizada. Na sociedade contemporânea, em alguns casos se aponta a perda de significado das paisagens,

construções e lugares, uma vez que o espaço criado para o mercado, por exemplo, é apresentado como utilitário e racional. Um espaço dessacralizado, distanciado das pessoas, dos mitos e da história, em que, pretensamente, tudo pode ser controlado e explorado.

Para Relph (1981), paradoxalmente, as paisagens modernas são desumanizadas, perderam o sentido e o significado, pelo excesso de humanização. No entanto, até mesmo esta dessacralização do espaço tem sua função e sentido de ser. Está carregada de significados e intencionalidades políticas, econômicas e sociais (apud TILLEY, 1994).

De acordo com Le Goff (1987: 230-231), este espaço “... é o lugar onde se joga a história, o território das jogadas”. De maneira que,

... o funcionamento de uma sociedade inscreve-se no espaço e no tempo, num espaço e um tempo ligados, e é artificialmente que separamos o espaço e o tempo tomados como dados materiais e como elementos concebidos e imaginados (1987:216).

Esta nova concepção e conceitualização, que emergiu da própria capacidade de autocrítica da modernidade, buscou entender o homem no tempo e no espaço. O espaço passou a ser compreendido como uma construção social que, segundo Lefebvre,

... não é um objeto científico, afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias (1976b: apud SOJA, 1989: 102).

O espaço, como construção sociocultural, dotado de significados, a partir desta perspectiva é abordado de forma indissociada, em duas facetas: a “natural” e a “social”. Para Tilley (1994), esta nova visão teve início a partir da compreensão do espaço como um meio para a ação humana. No entanto, este também se apresenta envolvido e é parte

das ações, sendo socialmente construído ou produzido por diferentes grupos, em diferentes lugares, ao mesmo tempo.

Isto é, não existe espaço e sim espaços. Estes espaços, como construções sociais, são sempre centrados em relação às ações humanas e estão sempre relacionados à reprodução ou mudança porque sua constituição tem lugar como parte da práxis diária ou atividades práticas de indivíduos ou grupos no mundo. Eles são significativamente constituídos pela ação humana. Os espaços humanizados são meio e resultado de ação, restrição e possibilidade (...) Construído socialmente, o espaço combina a cognição, o físico e o emocional dentro de algo que pode ser reproduzido, mas, está sempre aberto para transformação e mudança. Isto está acima de todo contexto constituído, provendo configurações particulares para o envolvimento e construção de significados (TILLEY, 1994: 11-12).

A concepção cartográfica também foi modificada, para representação destes espaços apontados por Tilley. Esta diferente postura teórica percebe que cada indivíduo tem sua própria concepção mental do espaço, o interpreta e interage com ele conforme sua idade, sexo, condição social, nível intelectual, interesses e motivações que o levam a perceber o mundo e a ressignificar o espaço conforme seu meio (CASTAÑEDA, 1991: 22). Por isso, considerou-se as representações cartográficas em mapas ou em textos em que os espaços são descritos, como formas particulares de representação do espaço, de um espaço experimentado pelo autor.

A composição da paisagem se dá através de fenômenos de natureza diversa: naturais, sociais, econômicos, políticos, cósmicos etc. Deve-se estudar a paisagem considerando a relação dialética entre os seus diversos elementos e o seu constante movimento de transformação no tempo e no espaço.

De acordo com Santos (1992: 55):

O estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica. Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de formas provenientes de seus tempos pregressos, embora estes podem ter sofrido mudanças drásticas (...) Assim, se a forma é propriamente um resultado, ela é também fator social.

Paisagem é o espaço que se pode observar num lance de vista. Uma paisagem pode ser contemplada no lugar, ao vivo, na televisão, ou representada por meio de fotografia, pintura, maquete ou mapa. Pode-se observar uma paisagem sob diferentes perspectivas; o olhar atento pode revelar, além dos aspectos presentes, marcas das sociedades que a construíram.

As diferentes paisagens são construídas conforme os aspectos técnicos, econômicos, sociais, culturais e ideológicos dos grupos humanos, em diferentes épocas. A leitura da paisagem geográfica considera os elementos naturais e sociais presentes no espaço e sua inter-relação de forma dinâmica.

Para estudar a paisagem por meio de uma fotografia, iconografia ou diretamente no lugar é preciso observar, descrever, analisar, representar e comunicar as informações, e isto pode ser feito por meio de mapas. Os mapas são instrumentos importantes para a leitura e compreensão de grandes parcelas do espaço geográfico porque neles se pode visualizar detalhes do conjunto dos elementos representados. São representações da realidade, repletas de símbolos, como o alfabeto e os números. Por isso, precisam ser estudados de maneira sistematizada. Como toda representação, os mapas têm por objetivo comunicar informações.

A definição de paisagem é algo complexo de se estabelecer, pois, de acordo com Santos (1996), a paisagem é dimensionada pela percepção, o que chega aos sentidos, ou seja, paisagem é tudo aquilo que vemos. Assim, a unidade da paisagem é reconhecida como resultado da conjunção de fatores distintos, como a história geológica, a morfogênese do relevo, o clima em seu movimento, a dinâmica biológica e a participação da ação humana em sua evolução histórica (BEROUTCHACHVILLI; BERTRAND, 1978; FERREIRA, 1997). No mapa de unidade de paisagem são inseridas informações de diferentes bases cartográficas: mapas de unidades de relevo, mapas de uso e vegetação, informações sobre a urbanização da área de estudo. Sem dúvida, esse mapa possibilita uma melhor análise da área e, a partir daí é possível fazer diversas análises e avaliações.

A análise da paisagem representa a busca pelo entendimento das relações entre a sociedade e o meio e mostra as formas de ocupação da terra por ações antrópicas. As

cartas de unidades paisagísticas são utilizadas na elaboração de zoneamentos ou diagnósticos territoriais; como reveladoras dos processos de transformação socioeconômica da região em uma análise multitemporal; e ainda na geração de cenários prospectivos, visando auxiliar o estabelecimento de políticas de desenvolvimento.

A unidade da paisagem não pode ser considerada de uma forma estática, nem como a única possível. Constitui mais uma base de reflexão para a compreensão e conhecimento das paisagens, deixando em aberto várias pistas para aprofundamentos futuros. Será utilizada, nesta pesquisa, como auxiliar na informação de dados importantes para a realização da prospecção arqueológica da área em estudo.

A paisagem arqueológica investigada neste trabalho foi formada a partir da chegada do donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, em 1535, até a vinda dos holandeses. Foi preciso utilizar não só a cartografia, a iconografia, os dados textuais referentes à época de interesse da pesquisa, como também informações relativas a períodos mais recentes, para verificação da hipótese levantada.

A ocupação colonial, na Capitania de Pernambuco, se deu sobre um espaço já ocupado. Os primeiros moradores daqueles campos construíram espacialidade e paisagens particulares, sobre as quais novos elementos e diferentes significados foram atribuídos, a partir da introdução do pensar português naquele espaço, representado neste recorte temporal da pesquisa pela figura do seu primeiro donatário e, posteriormente, pelos seus sucessores. Construir uma cidade em espaço colonial implicava não só o controle da região, como também a domesticação da natureza.

No início do capítulo foi colocado que o desafio desta investigação consiste em identificar a organização e distribuição espacial dos engenhos no início da colonização, como parte de um sistema de planejamento interligado, dentro do processo de apropriação do espaço, com o objetivo de constatar que não houve apenas uma intenção mercantil na implantação dos engenhos, mas um propósito, um planejamento da ocupação territorial.

Portanto, o estudo leva em consideração a Capitania de Pernambuco, ou seja, os núcleos urbanos instalados: a vila de Olinda, o povoado do Recife e a área de implantação dos engenhos, como parte integrante e efetiva no projeto de ocupação. Ao trabalhar a Capitania de Pernambuco (vila, povoado e área de engenhos) e, por sua vez, a paisagem, e levando-se em consideração as diferentes temáticas nas quais o trabalho está inserido, abre-se um campo de pesquisa interdisciplinar, pois nessa discussão, além de arqueólogos, incluem-se geógrafos, historiadores, arquitetos, urbanistas, sociólogos, antropólogos etc.

A Capitania de Pernambuco (vila, povoado e área de engenhos) passa de um local a um objeto de reflexão. Não são estudados apenas os processos econômicos que ocorrem na Capitania, mas as representações que se constroem na e sobre a Capitania.

O cenário a ser investigado na pesquisa, como base espacial, seria efetivamente: a vila de Olinda, que se tornou a sede da Capitania de Pernambuco, segundo a opção portuguesa de se instalar em terrenos colinosos, para maior facilidade de defesa; a povoação dos Arrecifes, instalada ao sul desta vila, devido à vantagem da presença dos arrecifes (e que depois veio a se chamar Recife), onde estava o porto, o local de comunicação para o transporte do açúcar para a Europa; as várzeas dos rios, onde os colonizadores portugueses implantaram a sua produção de cana-de-açúcar, com os canaviais e engenhos.

Diante disso, conforme propõe Criado Boado (1999), abordou-se uma Arqueologia da Paisagem que aponta o espaço em três dimensões: o espaço físico (meio natural, uma realidade dada); o espaço social (seguindo as ideias de Soja: espacialidade); o espaço pensado (simbólico, ideológico, a aplicação de uma ordem imaginada). Portanto, a Arqueologia da Paisagem pode ser compreendida como um método investigativo, através do qual se busca entender e aproximar-se dos processos de culturalização do espaço através do tempo e das ações humanas, considerando as mais variáveis facetas, contextos e o entrelaçamento das três dimensões do espaço.

A partir desse posicionamento teórico, a pesquisa se desenvolve em busca de dados que verifiquem a tese, percorrendo caminhos que passam pela História, pela Geografia, através dos cronistas, dirigindo um olhar para a Cartografia, a Iconografia e

trabalhando os resultados da Prospecção Arqueológica. A avaliação, análise e interpretação dos dados construirá um novo conhecimento sobre o pensar português, ou melhor, especificamente sobre a “ Lógica de Planejamento Português na Capitania de Pernambuco”.

2. BRASIL COLÔNIA: UM CAMINHO A SER PERCORRIDO

"A formação colonial brasileira entre os séculos XVI e XIX é uma realidade histórica que chegou até nós por sucessivas interpretações, de modo que não podemos ter a pretensão de conhecê-la como realmente ela foi. A imagem que dela fazemos é o resultado dessas interpretações, as quais, como acontece com qualquer ciência, frequentemente corrigem e refutam explicações e pontos de vista anteriores, que pareciam solidamente assentados". Arno Wehling, Maria José C. M. Wehling. 2005.

O Brasil Colônia tem suas particularidades que devem ser observadas para um melhor entendimento deste período histórico. Para que se possa fazer essa leitura é preciso caminhar com os cronistas e a documentação textual referente ao recorte temporal e espacial a que a pesquisa se propõe e buscar respostas que confirmem a tese.

2.1. Cenário do contexto histórico

A tomada de posse do território hoje brasileiro, pelos portugueses, se deu aos 22 de abril de 1500. Algumas expedições foram realizadas em 1501, 1503, 1516 e 1519 (VAINFAS et al., 2000), mas, durante 32 anos, a ocupação no Brasil se limitou a poucas feitorias espalhadas pela costa.

Verificou-se que as feitorias, apesar de constituírem o primeiro registro de ocupação do território, desapareceram por completo e nem mesmo deram origem a vilas ou cidades. Hoje são localizadas apenas através de escavações arqueológicas, como foi o caso da feitoria de Pernambuco, estabelecida em 1516 e abandonada a partir de 1535 (MOTA MENEZES, 1998).

A Coroa Portuguesa, durante os primeiros 30 anos, nada fez para tomar posse dos territórios da América Portuguesa, pois sua prioridade era conquistar e explorar o Oriente, enquanto atraía a cobiça da França e de outros países da Europa para o Brasil Colônia. Navios destas nações frequentavam a costa brasileira, desenvolvendo o comércio de pau-brasil com os índios (FERLINE, 2003). O fato é que, na visão dessas nações, as terras brasileiras só poderiam ser consideradas de propriedade territorial dos portugueses se devidamente ocupadas pelos mesmos. A Coroa Portuguesa, diante desta situação de ameaça de perder a sua nova Colônia, resolveu ocupar efetivamente o território brasileiro. Por outro lado, a ocupação era dispendiosa e a Coroa Portuguesa

não queria prejudicar o Império Colonial das Índias em detrimento do território americano. A solução foi dividi-lo em capitanias, e enviar um grande contingente de colonos que garantissem a guarda da costa.

Em 1532, o sistema de capitanias hereditárias, já utilizado nas ilhas da Madeira e Açores desde o século XV (VIEIRA, 1992; VAINFAS et al., 2000), é decidido para o Brasil, por Dom João III, que buscava uma solução para a ocupação das terras brasileiras, constantemente assediadas por corsários e piratas, principalmente franceses. Dom João III, em 1534, inicia a doação das capitanias, tendo “... como modelo, o antigo senhorio português de fins da Idade Média”.

Os portugueses, ao contrário dos espanhóis, não encontraram logo de início as minas de metais preciosos. Para não perder a posse das terras americanas, a solução foi implantar a produção agrícola açucareira. Por meio da cultura da cana, seria possível organizar o cultivo permanente do solo, iniciando o povoamento sistemático da colônia. A cultura açucareira já era praticada nas suas ilhas Atlânticas, cuja distribuição na Europa foi concedida à Holanda, quebrando o monopólio veneziano. Descreve Lippman (1941, p. 33): “O Governo português cuidou sempre em atrair esses ricos empresários e afastá-los de Veneza”. Segundo Azevedo (1948: 97): “A cana-de-açúcar (*Saccharum Officinarum*) é um desses numerosos empréstimos agrícolas tomados do Oriente pelos países mediterrâneos”.

De acordo com a literatura, a cana-de-açúcar provavelmente seria originária da Indochina, cultivada em tempos imemoráveis no Extremo Oriente, transportada à Pérsia, segundo reza a tradição, por Alexandre Magno. Foi levada pelos árabes às margens do Mediterrâneo e às suas ilhas, donde chegou afinal às ilhas do Atlântico. A cana, que foi introduzida em 1502 e aclimada no Brasil pelos portugueses, desde o primeiro século de nossa colonização, proveio das ilhas do Atlântico e, especialmente, da ilha da Madeira (Lima, 1984).

O Rei D. Manoel, em 1516, desejava introduzir o cultivo de cana e a tecnologia de produção do açúcar no Brasil. Cordeiro (1949:13) escreve que, naquele mesmo ano, o Rei D. Manoel enviou à colônia, além de machados, enxadas e outras ferramentas, um

homem prático e capaz, devidamente instruído para instalar um engenho de açúcar, mandando fornecer-lhe ferro, cobre e mais todo o material necessário para a construção.

Segundo Azevedo (1990:24), “... a liberdade de produção, estímulo e a proteção oficial da Coroa portuguesa favoreceram a implantação e desenvolvimento da agroindústria açucareira no século XVI”. Entretanto, a iniciativa privada teve sua responsabilidade pela introdução da tecnologia dos engenhos, como também da mão de obra escrava.

O açúcar era um produto raro na Europa, no século XVI. Sua produção em grande quantidade, com o objetivo de ser comercializado, foi iniciada pelos portugueses, no Brasil, que, no entanto, só o podiam enviar para Portugal, que depois se encarregava de revendê-lo para o restante da Europa.

Sem dúvida, o açúcar foi um fator determinante para o estabelecimento da colônia. Tornou-se o principal produto de comércio na Europa, gerando lucro superior a todas as outras atividades na colônia. A introdução do açúcar implicou em grande desenvolvimento e transformações. Segundo Castro (1976:54), com a cultura da cana-de-açúcar, veio também a tecnologia dos engenhos, com características avançadas para aquele tempo.

Para Furtado (1979:16), o sucesso da produção açucareira, nesse primeiro século, está ligado a uma série de fatos. O primeiro deles é o monopólio de Portugal sobre a produção e comercialização de produtos tropicais no mercado europeu, viabilizado pela associação a capitais holandeses especializados no comércio intra-europeu. Além disso, as condições naturais eram favoráveis ao desenvolvimento da lavoura canavieira: clima quente, quantidade adequada de chuvas, solo massapê no litoral do Nordeste. De outro lado, havia a experiência anterior portuguesa com o cultivo bem sucedido de cana-de-açúcar na ilha da Madeira e no arquipélago dos Açores.

O açúcar alcançou larga escala em sua comercialização e consumo, sendo responsável, portanto, pelo impulso no desenvolvimento do Brasil nos séculos XVI e XVII. O aumento da produção do açúcar no Brasil, no final do século XVI, veio

acompanhado de um grande aumento da importação de escravos africanos. A escravidão não era um fenômeno novo. Os portugueses tinham experiência, tanto na ilha da Madeira como em São Tomé.

Efetivamente, a agroindústria requeria um grande contingente de mão de obra, o que incluía mão de obra qualificada que atendesse as empresas produtoras de açúcar, e aqueles menos abastados que, não podendo ter um engenho, exerciam a atividade de plantar a cana processada nos engenhos.

Em todo o Brasil, os engenhos trabalhavam noite e dia, sete dias por semana. As terríveis condições de trabalho e a constante falta de segurança eram descritas por muitos cronistas viajantes.

Segundo narra Antonil (1976:89): “Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazendo, nem ter engenho corrente”.

Antonil (1976:112) ainda relata o constante perigo a que o escravo estava exposto ao trabalhar na moenda :

O lugar de maior perigo que há é o da moenda porque, se por desgraça, a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força de sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido, meteu desatentamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se lhe não cortarem logo a mão ou o braço apanhado [...]. E este perigo é ainda maior no tempo da noite, em que se mói igualmente como de dia.

De acordo com Pero de Magalhães Gandavo (1980), escrevendo possivelmente na sexta década do século XVI, já haviam sido implantados sessenta e dois engenhos de açúcar, estando cinco ou seis em construção. Os engenhos existentes nesta época no Brasil, estavam assim distribuídos:

Itamaracá - um engenho e dois em construção

Pernambuco – vinte e três engenhos, dos quais três ou quatro em construção

Bahia de Todos os Santos – dezoito engenhos

Ilhéus – oito engenhos

Porto Seguro – cinco engenhos

Espírito Santo – um engenho

São Vicente – quatro engenhos

A Capitania de Pernambuco se destacou dentre todas as demais, durante o primeiro século, na instalação de engenhos e na produção do açúcar. Segundo a literatura, Pernambuco possuía 23 engenhos em 1570 (Gandavo), 66 em 1583 (Cardim) e 77 em 1608 (Campos Moreno). O preço da arroba do açúcar branco, em Lisboa, passou de 1\$400, em 1570, para 2\$020, em 1610 (Simonsen). Tal riqueza já fora observada por Gabriel Soares de Sousa (1540-1591), em seu “Tratado Descritivo do Brasil” (1587), no qual relata possuir Pernambuco “... mais de cem homens que têm até cinco mil cruzados de renda, e alguns até oito, dez mil cruzados”.

Desta terra saíram muitos homens ricos para estes reinos que foram a ela muito pobres, com os quais entram cada ano desta capitania quarenta e cinquenta navios carregados de açúcar e pau-brasil, o qual é o mais fino que se acha em toda costa ; e importa tanto este pau a Sua Majestade que o tem agora novamente arrendado por tempo de dez anos por vinte mil cruzados cada ano. E parece que será tão rica e tão poderosa, de onde saem tantos provimentos para estes reinos que se devia ter mais em conta a fortificação dela, e não consentir que esteja arriscada a um corsário a saquear e destruir, o que se pode atalhar com pouca despesa e menos trabalho.

Diferentemente do século anterior, no século XVII os portugueses enfrentaram alguns períodos de crise, entre eles o ano de 1630, quando os holandeses ocuparam Olinda, capital da Capitania de Pernambuco, a maior produtora de açúcar. A luta prosseguiu até 1637, com grande destruição de canaviais e engenhos. “Acrescentou-se a essas perdas o confisco, pelos holandeses, de 66 engenhos abandonados por proprietários portugueses”, cita Schwartz (1988:74).

A primeira grande inovação tecnológica na indústria brasileira do açúcar só iria ocorrer nos primeiros anos do século XVII. Nos melhores engenhos, a cana era até então espremida entre dois cilindros horizontais de madeira, movidos a tração animal ou por roda-d’água. Para uma segunda espremedura, com a qual se obtinha mais caldo, usavam-se também pilões, nós e monjolos. O novo tipo adotado de engenho compunha-

se de três cilindros verticais muito justos, cabendo ao primeiro, movido por roda-d'água ou almanjarra, fazer girar os outros dois. Em caldeiras e tachos, o caldo era a seguir fervido, para engrossar, posto em formas de barro e levado à casa de purgar, para ser alvejado. A nova técnica se difundiu por todo o Brasil, com os engenhos mais eficientes substituindo os antigos.

A indústria açucareira nordestina constituiu-se, durante o período colonial, mais precisamente até fins do século XVII, na principal fonte de divisas do antigo sistema colonial. A concorrência açucareira antilhana colocou em cheque a economia colonial brasileira, salva pela descoberta de ouro em Minas Gerais, no fim do século XVII.

Durante todo o período colonial o açúcar foi o principal produto de exportação, situação que perdurou até o século XIX. A exploração do açúcar no Brasil constituiu o verdadeiro motivo da colonização da Coroa Portuguesa nas Américas.

2.2. Uma leitura geográfica

O desenvolvimento da lavoura canavieira provavelmente se realizou por conta não só da experiência anterior portuguesa com o cultivo de cana-de-açúcar na ilha da Madeira e no arquipélago dos Açores, mas, principalmente, pelas condições naturais da Capitania de Pernambuco, clima quente, quantidade adequada de chuvas, solo massapê característico do litoral do Nordeste.

Carvalho França e Raminelli (2005), em seu livro intitulado “Andanças pelo Brasil Colonial – catálogo comentado (1503-1808)”, contribuíram para essa pesquisa, indicando os fragmentos de relatos de viagens, informações relevantes para a compreensão do Brasil Colonial.

Diversas leituras podem ser realizadas sobre essas narrativas. No entanto, o que se buscou especificamente nesses documentos foram as informações que contribuíssem para o entendimento da geografia local.

Desta maneira, a análise e interpretação dos relatos dos diversos cronistas da época contribuíram para um melhor entendimento sobre as condições naturais que

facilitaram não só o desenvolvimento da lavoura canavieira, como também a adaptação desses novos habitantes europeus nas terras brasileiras.

As observações dos cronistas e viajantes sobre a leitura geográfica das novas terras, nos dois séculos iniciais da colonização, esclarecem de maneira muito rica vários aspectos, como o tempo e o clima do Nordeste, e demonstram o prazer de viver nesse mundo novo. Nestes relatos, pode-se verificar como se comportava o clima, tanto para a plantação da cana-de-açúcar como para a adequação dos colonizadores para viver neste espaço diferente daquele de sua origem.

...se houvesse paraíso na terra eu diria que agora o havia no Brasil. Quanto ao de dentro e de fora, não pode viver senão no Brasil quem quiser viver no paraíso terreal. Ao menos eu sou desta opinião. E quem não quiser crer venha-o experimentar (Carta de Rui Pereira aos familiares em Portugal, datada de 1560).

Os primeiros viajantes europeus que percorrerem as terras brasileiras, navegantes, comerciantes, religiosos e aventureiros de todos os tipos, tinham em comum, e não poderia ter sido de outra forma, a visão de um mundo desconhecido, de uma paisagem natural estranha e selvagem, repleta de simbologia, mitos e fábulas, que permearam as primeiras impressões e descrições, carregadas de representações que evidenciavam mais as visões do que os fatos.

Segundo Belluzzo, as primeiras visões deste novo mundo podem ser interpretadas da seguinte maneira:

... as primeiras imagens das terras brasileiras correspondem a dois impulsos. De um lado, a projeção sobre o desconhecido, os símbolos e mitos, os contos maravilhosos e as fábulas. De outro, a observação direta e o cálculo, que proporcionaram descrições geográficas na forma cartográfica (1996, p.15)

Nos relatos, os primeiros viajantes deixam claro o que pensavam sobre esse mundo natural e particularmente como se sentiam atraídos pelos animais e pela vegetação estranha e exótica. Não faltaram as idealizações sobre a vida na floresta e o bom selvagem, em perfeita harmonia com o universo. Todas as descrições e impressões

indicam o contexto histórico como também toda a carga de conceitos éticos, morais, religiosos e estéticos vigentes na Colônia, naquele tempo.

Sérgio Buarque de Holanda (1999), ao abordar as controvérsias sobre o mundo natural – e o clima – entre os pensadores do século XVI, a respeito do legado de Aristóteles/Estrabão e a experiência adquirida nas viagens, comenta:

O vigor, porém, dessas razões, ainda quando não se leve em conta a fragilidade dos supostos fundamentos científicos em que se amparam, é claramente alimentado pelo empenho de mostrar o erro dos destratores obstinados do mundo tropical. No argumento de fundo polêmico pode vislumbrar-se alguma coisa daquela mesma emoção que deve ter possuído os cosmógrafos quando, ao circularem as primeiras notícias de viagens efetuadas às terras outrora ignoradas, se foram dissipando ou desbotando noções que, durante longos séculos, passaram quase por artigos de fé: a noção, por exemplo, de que em nosso globo a terra tem extensão muito maior do que as águas; a da existência dos antípodas, de que até os santos duvidaram, e não faltou quem o lembrasse; ou ainda a de que a cor da pele, nos seres humanos, nada tem a ver com a intensidade do calor, de modo que num mesmo clima e à mesma distância da equinocial, podem existir brancos e pretos, e por fim a de que mesmo os sítios mais quentes, ou tidos como tais, são perfeitamente habitáveis (BUARQUE DE HOLANDA, 1999:277-278).

Os relatos dos cronistas possibilitam contextualizar historicamente como foram sendo construídas e produzidas as primeiras visões, sensações e conceitos sobre as condições do tempo e descrições do clima do Brasil. Portanto, os relatos daquela época passam a ser tratados como documentos de suma importância e de uma riqueza de dados impressionante.

As informações, por sua cronologia e natureza das descrições, foram reunidas e agrupadas em 3 grupos:

- 1) O primeiro grupo se refere à visão dos portugueses, a partir do conteúdo da carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei Dom Manuel e, em especial, às observações dos religiosos da Companhia de Jesus, os padres José de Anchieta, Manuel da Nóbrega e Fernão Cardim.
- 2) O segundo grupo abrange os relatos de André Thevet, Jean de Léry, Claude d'Abbeville e Yves d'Evreaux. Uma contribuição dos religiosos franceses

que participaram das duas tentativas de implementação de colônias em território brasileiro. Estes relatos constituíram os principais documentos que fundamentaram a visão dos “alegres trópicos”, que tanto influenciou a cultura europeia, notadamente a francesa, produzindo a teoria ou o mito do bom selvagem e da sociedade primitiva perfeita, como a propaganda por Rousseau e pelos enciclopedistas do Iluminismo francês. As análises desse grupo de cronistas foram preciosas e significativas contribuições para o conhecimento do mundo tropical, naquela época.

- 3) O terceiro grupo se refere ao período do domínio holandês no Nordeste brasileiro. A partir dos estudos realizados por Georg Marcgrave, Johannes de Laet e Gaspar Barleus, naturalistas e cientistas que vieram com a comitiva de Maurício de Nassau, no século XVII, quando o racionalismo científico toma corpo e passou a ditar as regras. Esses cronistas marcaram sua presença e registraram suas observações de forma diferenciada. Pela primeira vez houve uma tentativa de se estudar a natureza, a fauna, a flora, os costumes etc., de forma mais científica.

2.2.1. Pero Vaz de Caminha, Fernão Cardim, Hans Staden e Gabriel Soares de Souza

São poucos os relatos encontrados na literatura, no início da colonização, com exceção do primeiro documento enviado à metrópole, representado pela carta do escrivão Pero Vaz de Caminha, que veio na armada de Pedro Álvares Cabral. Houve também os relatos dos padres da Companhia de Jesus, José de Anchieta, Manuel da Nóbrega e Fernão Cardim.

As primeiras impressões dos portugueses sobre a natureza e o clima do Brasil, em abril de 1500, foram colocadas na célebre carta de Pero Vaz de Caminha enviada ao Rei de Portugal, Dom Manuel, na qual o escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, descrevendo os nativos do litoral baiano, conclui:

Por quê os corpos seus são tão limpos e tão gordos e tão formosos, que não se pode mais ser. Isto me faz presumir que não tem casas nem moradas em que se acolhem, e o ar, a que se criam, os faz tais (CAMINHA, 1981:53).

Quando Caminha se refere a “ar”, significa o que hoje se pode definir como clima. Mesmo considerando que, ao contrário de suas palavras, os indígenas viviam em malocas de madeira e palha, e não ao relento, como afirmara, descreve o clima como muito salutar e temperado e, a seguir, comenta:

... até agora não pudemos saber que há ouro, nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem de ferro, nem lho vimos. Porém, a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo de agora os achamos como os de lá (CAMINHA, 1981:87).

Cardim descreve, de forma mais aprofundada, as características do clima do Brasil. O fato de ser dirigente da Companhia de Jesus por várias décadas obrigava-o a visitar as paróquias e capelas distribuídas em todo o território, com a função de cuidar do andamento dos serviços religiosos aos cristãos e da catequese dos indígenas. Desta maneira, teve acesso e conhecimento mais de perto sobre a nova terra e sua gente. Antes de morrer, em 1625, deixou excelentes relatos, condensados na obra “Tratado da Terra e Gente do Brasil”(1978), preparada por Capistrano de Abreu e publicada, pela primeira vez, em 1939, fazendo parte da série Brasileira.

Os escritos de Fernão Cardim tinham a função de oferecer à Companhia de Jesus uma visão geral da empresa jesuítica. Ele organizou um conjunto de informações sobre a natureza (fauna e flora) e, particularmente, em seu primeiro capítulo, descreve as características do clima e oferece uma visão geral dos climas da porção litorânea do Brasil. O autor relata:

O clima do Brasil geralmente he de bons, delicados e salutíferos ares, donde homens vivem até noventa, cento e mais annos; geralmente não tem frios, nem calores, ainda que no Rio de Janeiro até São Vicente há frios e calores, mas não muito grandes. Os céus são muito puros e claros, principalmente à noite. O inverno começa em março e acaba em agosto, o verão começa em setembro e acaba em fevereiro (CARDIM, 1978:25).

As condições do clima do Brasil são comparadas com as de Portugal, naquela época. Cardim destaca as características da Capitania do Rio de Janeiro e da Vila de Piratininga (atual São Paulo). Sobre o Rio de Janeiro, escreve que o clima é bastante

temperado, o que, em seu modo de dizer, significa que não há calor nem frio exagerado, e o ar “ ... *é muito sadio e de muita boa água*” (CARDIM, 1978, p.209). Uma outra observação interessante se refere a São Paulo. O autor relata que o clima é muito sadio e informa também que, no inverno, é bastante frio, com a ocorrência de geadas e dias muito límpidos. Informa que as terras são muito férteis, existem grandes pinheiros, cujas pinhas são maiores do que as de Portugal e enfatiza que há em abundância, e os habitantes nativos (os índios) se alimentam quase exclusivamente dessas pinhas. Outra informação que merece ser registrada é que se planta muito trigo e cevada. Os relatos de Cardim contribuíram bastante para o entendimento sobre a Colônia Portuguesa no Brasil (1978: 213-214).

Segue-se outro relato bastante esclarecedor de Cardim (1583) sobre a Capitania de Pernambuco:

A terra é toda chã; o serviço das fazendas é por terra e em carros; a fertilidade dos canaviais não se pode contar; tem 66 engenhos, que cada um é uma boa povoação; lavram-se alguns anos 200 mil arrobas de açúcar, e os engenhos não podem esgotar a cana, porque em um ano se faz de vez para moer, e por esta causa a podem vencer, pelo o que moe cana de três, quatro anos; e com virem cada ano quarenta navios ou mais a Pernambuco, não podem levar todo o açúcar: é terra de muitas criações de vacas, porcos, galinhas, etc.

(....) A vila está bem situada em lugar eminente de grande vista para o mar, e para a terra; tem boa casaria de pedra e cal, tijolo e telha. Temos aqui colégio aonde reside vinte e um dos nossos; sustentam-se bem, ainda que tudo vale três dobro que Portugal. O edificio é velho, mal acomodado, a igreja pequena. Os padres lêem uma lição de casos, outra de latim, e escola de ler e escrever, pregam, confessam, e com os índios, e negros de Guiné se faz muito fruto; dos portugueses são mui amados e todos lhes têm respeito. Nesta terra estão bem empregados, e por seu meio faz Nosso Senhor muito, louvado seja ele por tudo (CARDIM apud CARVALHO, 1978: 24-25)

Diante dessas constatações, é importante lembrar que, neste período, século XV a XIX, a Europa experimentava um rigor climático muito mais intenso do que hoje, período este denominado de Pequena Idade do Gelo (ou Glacial), invernos muito rigorosos que castigavam as populações urbanas e comprometiam as safras agrícolas. Assim, o que Cardim considerava como clima temperado, na verdade significa mais a ausência de inverno do que verões brandos. A este respeito, afirma: “*O inverno se*

parece com a primavera de Portugal: tem uns dias formosíssimos tão aprazíveis e salutíferos que parece os corpos bebendo vida” (CARDIM, 1978, p. 209).

Fantástico são alguns episódios calamitosos comentados por Cardim, que já naquela época provocavam flagelos e eram reconhecidos como fatos excepcionais. Num destes relatos, se refere a uma grande seca no Nordeste, especificamente na Capitania de Pernambuco, ocorrida em 1583, que atingiu inclusive o litoral, onde se encontravam os engenhos de açúcar, e tece o seguinte comentário:

Houve tão grande seca (em 1583) que os engenhos d’água não moeram muito tempo. Houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome socorrendo-se aos brancos, quatro ou cinco mil índios. Porém passado aquele trabalho da fome, os que puderam se tornaram ao sertão, excepto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade (CARDIM, 1978:199).

Observa-se, nesse relato, que já ocorria, naquela época, a problemática da seca nordestina, bem como o movimento migratório das populações locais entre o Sertão e o litoral, mesmo antes de uma ocupação mais intensiva. Este fato, de certa forma, confirma a existência deste problema crônico (de ordem genética do clima) sobre as anomalias da distribuição das chuvas da região.

Hans Staden também contribuiu com os seus relatos, deixando valiosas impressões sobre as características gerais do Brasil. Em 1974 foi publicada sua obra, escrita em 1557, “*Duas Viagens ao Brasil*” em que, referindo-se ao território Atlântico, escreveu:

“O país do Brasil está em parte entre os dois trópicos... a gente anda nua e em estação nenhuma do ano faz tanto frio como aqui em Michaelis, mas a parte da terra mais ao sul do Capricórnio é um pouco mais fria” (STADEN, 1974:12).

Um outro grande cronista foi Gabriel Soares de Souza, que fez registros bastante interessantes sobre o clima da Bahia, em 1587:

Os dias em todo o ano são quase iguais com as noites e a diferença que tem os dias de verão e os do inverno é uma hora até hora e meia. Começa-se o inverno desta província no mês de abril e acaba-se por todo o julho, em o qual tempo não faz frio que obrigue aos homens se chegarem ao fogo, senão

o gentio, por que andam despidos. Nesta comarca da Bahia, em rompendo a luz da manhã, nasce com ela juntamente o Sol, assim no inverno como no verão. E em se recolhendo o Sol à tarde, escurece juntamente o dia e cerra-se a noite. Começa o verão em agosto, durando até o mês de março, no qual tempo reinam os ventos nordeste e leste-nordeste e correm as águas na costa ao som dos ventos da parte norte para o sul, pela qual razão se não navega ao longo desta costa senão com as monções ordinárias (SOUZA, 1587, apud AB'SABER, 1979, p.126)

Percebe-se, nesta passagem, o estranhamento dos europeus quanto ao fato de que não havia crepúsculos como os que ocorrem nas latitudes médias da Europa. O autor assinala que o dia nasce com o sol e se encerra com o por-do-sol, tendo os dias e as noites quase igual duração, diferentemente da Europa.

Na opinião de Soares de Sousa, cuja obra foi republicada em 2000, são muitos os locais onde é viável a construção de engenhos, não só pela fertilidade da terra para a cultura dos canaviais, mas ainda pela imensa quantidade de ribeiras que lhe passam perto, fundamentais como força motriz para mover os engenhos e para o transporte das caixas de açúcar dos locais de produção para os portos do litoral. Aponta duas razões fundamentais para o fato de estas terras não estarem ainda aproveitadas com prósperos engenhos. Os impedimentos devem-se sobretudo aos constantes ataques do gentio, bem como às frequentes contendas entre colonos pela posse das águas de algumas ribeiras.

De modo geral, o que se pode concluir sobre as impressões desses cronistas sobre os “ares” do Brasil, ou seja, “os climas” do território brasileiro, é que eram positivos, o que proporcionaria uma adaptação dos europeus ao clima da nova terra. Portanto, este Brasil descrito pelos cronistas portugueses indica o potencial de uma terra rica para a agricultura e um clima ameno para a sobrevivência desses novos habitantes.

2.2.2. Os primeiros viajantes franceses

Nos primeiros tempos da história do Brasil os relatos dos cronistas constituem, sem dúvida, os documentos de maior importância para o conhecimento do passado. O legado herdado pelos viajantes franceses, que desde 1503 já circulavam pelo litoral brasileiro, em busca não só do pau brasil como de outras riquezas nativas, veio se somar aos relatos produzidos pelos primeiros cronistas portugueses. Os franceses

estabeleceram um sistema de trocas justas de mercadorias com os índios, desta maneira conseguiram se relacionar melhor com o nativo do que os portugueses. O interesse real desses franceses não era de dominar as terras e nem de escravizar os nativos e, sim, de estabelecer uma relação que lhes garantisse o acesso ao pau brasil .

O Brasil dos primeiros viajantes franceses é uma terra de beleza, fertilidade e alegria. A opinião sobre os “bons ares”, a riqueza e o colorido da flora e da fauna, assim como a boa impressão sobre os habitantes é quase unânime (PERRONE-MOYSÉS, 1996).

Em 1555, Nicolas Durand de Villegaignon chega ao Rio de Janeiro, invade a vila e funda a França Antártica em terras brasileiras. Nesta armada vieram o franciscano André Thevet e o calvinista Jean de Léry, que deixaram extensos relatos e crônicas sobre nosso país. Além de posições doutrinárias contrárias, por suas convicções religiosas, o franciscano Thevet e o calvinista Léry tinham também impressões divergentes sobre o modo de vida dos povos indígenas e as peculiaridades da nova terra. Enquanto Léry, assim como seus conterrâneos capuchinhos Abbeville e Evreux, meio século mais tarde, defendia a existência de um quadro natural puro, sadio e paradisíaco, Thevet descrevia uma natureza perigosa e corrompida. Anos mais tarde, ele mudou de opinião.

Numa obra de vulto para a época, Thevet escreveu – entre 1555 e 1558 – sobre as singularidades da França Antártica, depois de ter estado por quase três anos no Brasil e outros tantos em diversas regiões do continente americano. Nesta obra, republicada pela Editora da Universidade de São Paulo, em 1978, inserida na coleção Reconquista do Brasil, Thevet, ao contrário da visão de paraíso de Fernão Cardim, comenta sobre o Rio de Janeiro que, além da chuva incessante (abril de 1556) e do calor insuportável:

“... a água da chuva nesta região é corrompida, por causa da infecção do ar pelo qual passa e da matéria igualmente corrompida que se encontra nas partes onde se formam estas chuvas” (THEVET, 1978:221).

Os cronistas da primeira metade do século XVI foram unânimes em declarações positivas sobre a natureza, a pureza do ar e as delícias do clima, o que não condiz com

os relatos de Thevet. Aliás, esta controvérsia se estendeu por mais de um século, no início da colonização, quando os cronistas se debateram entre os preconceitos atribuídos às zonas tórridas e as características reais do clima do Brasil Atlântico. Esta controvérsia encontrou em Thevet seu principal interlocutor. Se, em sua chegada, via uma natureza corrompida, após sua permanência no Brasil muda de opinião e assume uma postura crítica, ao discutir este conceito. Declarava que os antigos falavam mais por conjecturas do que por experiência, e que reproduziam a conceituação tradicional de que a zona inserida entre os trópicos é chamada de tórrida por causa da ardência dos raios solares. Entretanto, esclarecia o religioso francês, a sua experiência de vida no Brasil não lhe deixava dúvidas sobre a superioridade das regiões quentes e úmidas para a sobrevivência e habitabilidade humanas (AB'SABER, 1979).

Uma suposição que poderia ser inferida é a de que, em sua curta estada na baía de Guanabara, a despeito de suas ideias preconcebidas, tenha vivenciado um episódio bem conhecido dos habitantes dos trópicos: o domínio do ar tropical continental. Quando este avança sobre o litoral, provoca temperaturas mais elevadas, acompanhadas de baixa pressão do ar e calmarias. Este quadro sinótico sobre uma área de manguezais, típica do entorno da cidade do Rio de Janeiro, pode provocar odores fortes que ocasionam mal-estar, pela exalação de gases como o metano e o enxofre.

Apesar da descrição de Thevet ter sido contrária à dos outros cronistas da época, não deve ser desconsiderada, uma vez que, em geral, tais viajantes não permaneciam muito tempo em cada lugar. Desta maneira, tinham uma possibilidade parcial de avaliar o comportamento do clima, limitando-se a descrever os tipos de tempo dominantes na época do ano em que ali permaneciam.

Thevet (apud CARVALHO FRANÇA; RAMINELLI, 2005) nos deixou um outro relato interessante sobre as terras brasileiras:

Quanto aos terrenos que se encontram por toda a América, são fertilíssimos, repletos de árvores que dão excelentes frutos, sem exigirem cultivo ou cuidados. Não há dúvida de que se estes terrenos fossem cultivados produziriam maravilhosamente, tendo em vista sua situação, suas belíssimas montanhas e vastas planícies, seus rios piscosos e grande fertilidade das terras, tanto insulares quanto continentais.

Jean de Léry, que chegou ao Rio de Janeiro em 1557, e publicou sua narrativa sobre a experiência vivida no Brasil em 1578, denominada “*Viagem à terra do Brasil*”, tinha uma visão muito mais aberta e de respeito às diferenças, se comparada com seu compatriota Thevet. Léry se mostrou mais fascinado pela natureza tropical, pela cultura, pela ética e pelo modelo de vida dos indígenas brasileiros, a ponto de retratar esta terra como os “alegres trópicos”. Enquanto Thevet, mais moralista, condenava nos índios a preguiça e a luxúria (PERRONE-MOYSÉS, 1996).

Mem de Sá, então governador-geral da Colônia, expulsa os franceses do Rio de Janeiro em 1567. Mas eles voltam ao Brasil meio século mais tarde e, ao invadirem as terras maranhenses, implantam a França Equinocial em São Luís, em 1612.

Daniel de la Touche traz em sua armada dois padres capuchinhos: Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux, que nos deixam relatos impressionantes. Abbeville (1975), além da descrição que faz sobre os Tupinambás, foi o que mais observou o tempo e o clima deixando, em sua grande obra “A Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão”, um importante conjunto de informações sobre as características climáticas da região. Era reinante, nos círculos cultos da Europa do século XVI, a concepção aristotélica de que na então denominada “zona tórrida”, o calor seria tão extremado que a vida se tornaria impossível de adaptação. Contrariando este conceito, Abbeville descreve, entre espantado e maravilhado com o que via e sentia, o clima da Ilha do Maranhão:

Passando o sol continuamente sobre essa zona tórrida, de um trópico a outro, como em sua morada eterna ou magnífico palácio contempla seus súditos diretamente e de frente, e seus raios sendo perpendiculares e ortogonos, e a reverberação dos mesmos intensos, deve o calor ser extremado a ponto de terem pensado autores acatados (e ainda o pensarem) que somente com grandes dificuldades pode o homem adaptar-se. Mas por merce de Deus, observa-se o contrário na Ilha do Maranhão e terras adjacentes do Brasil, situadas precisamente sob a zona tórrida, a dois e meio graus do Equador, onde passando o sol duas vezes pelo seu zênite, seria de fato o calor insuportável não fosse a incomensurável providência divina atenuar e temperar tal ardor por meios muitas vêzes maravilhosos (1975: 152-153).

Apesar da constatação da existência de um clima muito mais ameno do que se poderia imaginar para essas latitudes, Abbeville e os outros cronistas da época ainda desconheciam a gênese de tais fatos, ou melhor, atribuíam suas causas à vontade da Providência Divina, como era corrente durante o período em que o pensamento escolástico predominou no contexto da filosofia cristã. Mesmo considerando as explicações teológicas para a compreensão das amenidades do clima desta região, Claude d'Abbeville já atentava para o fato de que, vindo as correntes de ar que chegavam ao litoral brasileiro, pelo quadrante oriental, atravessando o Oceano Atlântico, este ar era temperado pelos vapores das águas oceânicas, que o tornavam puro e “sadio”. Tal foi o impacto destas sensações na percepção do clima local, que o autor as descreveu e arriscou uma explicação:

Se a temperatura, ou o clima, de uma região depende tão somente da pureza e da doçura do ar, julgo (o que há de parecer paradoxal a muitos) que não existe lugar no mundo mais temperado e delicioso do que este. Passando o sol da Guiné, a leste, para o Brasil, a oeste, atravessa grande extensão de mar e se impregna de vapores puros e limpos que o temperam admiravelmente. Por esta razão é o Brasil salubre e temperado, enquanto a Guiné não o é, por não se achar sob a cobertura de idênticos vapores (ABBEVILLE, 1975:153-154).

Provavelmente, ele está a falar dos ventos alísios, pois em todo o litoral norte e nordeste do Brasil os ventos que sopram do mar efetivamente amenizam as condições do clima. Abbeville, observador atento, já constataria que, além do papel regulador da temperatura, pela ação destes ventos, quando do solstício de verão para o hemisfério sul a região se tornava palco de abundantes precipitações, principalmente no período equinocial de março. A terminologia empregada: “doçura do ar” e “vapores puros” ou “salutíferos” pode ser interpretada no contexto das grandes epidemias e da insalubridade das cidades europeias do início do Renascimento.

Os Tupinambás também já tinham conhecimento sobre o curso anual da sazonalidade do clima, com a única diferença de que, enquanto Abbeville associava as estações secas e chuvosas à movimentação do sol (do trópico de Capricórnio para o de Câncer – solstícios e equinócios), os Tupinambás a observavam pela movimentação das estrelas – as Plêiades. Ao caracterizar a variabilidade do clima, Abbeville descreve tanto

a sazonalidade diuturna quanto estacional. Sobre as variações ao longo do dia, comenta que:

O frescor da noite, dos rios e regatos, banha os vapores do sol, formados durante o dia e mesmo depois do ocaso, e os condensa tanto mais depressa quanto sutis, e os transforma rapidamente em abundantes e frescos orvalhos que regam e refrescam toda a região, tornando as noites belas e serenas, agradáveis e deliciosas (ABBEVILLE, 1975: 155).

Sobre o curso anual – sucessão dos períodos chuvosos e de estiagem – explica:

Além disto a providência divina, que tudo dispõe com sabedoria, tempera o ardor do sol em toda essa região, por meios muito mais extraordinário. Manda à frente do sol, na sua trajetória do trópico de Capricórnio para o trópico de Câncer, grandes chuvas que principiam mais ou menos seis semanas antes de encontrar ele na linha vertical e continuam por dois meses e meio depois de ter ele passado pelo zênite. Duram assim as chuvas de 4 a 4 e meio meses regando abundantemente o ar e a terra, temperando o ardor do sol e fecundando a terra. Estas chuvas começam na Ilha do Maranhão, mais ou menos em fevereiro, e duram até fins de maio ou meados de junho (ABBEVILLE, 1975:155).

Ao terminar suas impressões sobre o clima do Maranhão, Abbeville está tão convencido da pureza do ar e da salubridade das condições atmosféricas, ao longo do ano todo, que não resiste ao comentário de que, na falta de doenças e outras moléstias tão correntes no continente europeu, a esta época – como a lepra e a tuberculose – os nativos brasileiros são muito mais sadios e fortes e finaliza (sobre os Tupinambás): *“Tão saudável é o clima, que só morrem de velhice”* (ABBEVILLE, 1975, p. 211).

Nos séculos XVI e XVII, por meio dos relatos dos cronistas foi possível traçar as primeiras linhas gerais dos tipos de tempo e, com intensa e atenta observação, estes cronistas conseguiram caracterizar as condições habituais do clima da costa brasileira. Essas observações de tal modo esclareceram sobre o clima, que chegaram a modificar os conceitos teóricos do significado da zona tórrida e estabelecer uma nova visão dos trópicos.

Yves d'Evreux, em um dos seus relatos informa que:

A terra é vigorosa, fértil e muito ... estável para o plantio. Disseram-me que se poderia obter aí duas colheitas anuais. As árvores da região são de tamanho avantajado, estão sempre verdes até o topo e contam com madeiras excelentes, seja pela cor, seja pelas suas propriedades medicinais.

É interessante destacar que esta boa imagem do Brasil persistiu nos séculos seguintes, principalmente no imaginário francês, a ponto de introduzir, na Europa, a teoria do “bom selvagem”, primeiramente abordada por Jean de Léry e Michel Montaigne e que tão relevante papel exerceu no iluminismo e no próprio ideário da Revolução Francesa.

2.2.3. Contribuição holandesa nos registros meteorológicos no Brasil

No século XVI, os primeiros cronistas puderam apenas realizar constatações a partir da observação e da experiência vivida no território. No entanto, no século XVII, por ocasião da presença holandesa no Nordeste brasileiro, se iniciam as primeiras pesquisas científicas baseadas nos registros das condições do tempo e na caracterização do clima.

Com o Renascimento europeu, estabelecem-se novas visões de mundo, quando a experimentação toma o lugar da especulação. É neste contexto que os sábios holandeses que vieram com Maurício de Nassau procuraram entender a terra e a gente do Brasil.

Não obstante Portugal e Holanda terem sido parceiros comerciais, a Holanda invade o Brasil, porque travava guerra com a Espanha, por sua independência. O fato é que, em 1580, a Coroa Portuguesa passara para o domínio espanhol, juntamente com todo o império colonial lusitano. Em guerra com a Espanha, os holandeses invadem Pernambuco, em 1630, na época a maior zona produtora de açúcar do Brasil e do mundo. Pernambuco produzia mais de mil toneladas de açúcar anualmente, nos seus 130 engenhos (BUENO, 1997).

O ano de 1630 marca uma ruptura na colonização portuguesa, com a chegada dos holandeses a Pernambuco, trazendo nas diversas comitivas cronistas que vão registrar um outro tempo, uma outra maneira de apropriar-se de uma natureza desconhecida e extasiante.

Maurício de Nassau chega ao Recife em 1637, mandado pela Companhia das Índias Ocidentais, para ocupar o cargo de Governador Geral. Com ele vem uma

numerosa comitiva com artistas, naturalistas e homens de ciência, como Frans Post, Willen Piso, Zacharias Wegener, Johannes de Laet e George Marcgrave.

Willen Piso, médico pessoal de Nassau, estudou profundamente as ervas medicinais e realizou os primeiros estudos de medicina tropical. Frans Post foi o primeiro europeu a retratar os esplendores da natureza dos trópicos, através das suas pinturas. Os animais, as plantas, as paisagens naturais foram o grande tema de Post.

Marcgrave tem um papel importante na astronomia, na matemática e na cartografia. Trouxe da Holanda um observatório completo. Trabalhou nas primeiras medições científicas sobre os céus e o clima do Recife e arredores, registrando as condições do tempo, os ventos e as chuvas. Seu companheiro de missão, o médico holandês Willem (Guilherme) Piso, pôde descrever o regime climático e detalhou o terrível episódio pluviométrico de 1641, quando o rio Capibaribe transbordou, ocasionando muitas perdas de animais e vidas humanas.

Joannes de Laet, historiador holandês dos feitos praticados no Brasil até o ano de 1636, registrou passo a passo os desembarques das tropas, os ataques aos portugueses e a conquista da cobiçada Capitania de Pernambuco; porém, não se furtou a deleitar-se com a apropriação idílica da estranha natureza, que logo se tornaria familiar:

(...) será conveniente que digam os um pouco da situação e grandeza da Capitania de Pernambuco. É realmente um a das maiores que se encontram em todo o Brasil (...). Em suma, tanto pelos seus recursos e vantagens, com o pela sua segurança, pode considerar-se a Capitania de Pernambuco com o paraíso do Brasil e tão boa como um reino (LAET, 1916).

Riqueza, abundância e grandeza foram os significados econômicos conferidos pelos citados cronistas à Capitania de Pernambuco, porém, não são eles que denotam a singularidade do local e o sentido de estranhamento dos portugueses e holandeses. Assim narra Joannes de Laet:

(...) entre o rio Beberibe e o mar, estende-se uma estreita península, em cuja ponta está uma povoação chamada Recife, onde fazem o embarque e o desembarque de todas as mercadorias e onde habitava muita gente. Perto do

meio dessa nesga de terra (...) está o Poço, no qual grandes navios podem ancorar (...). Do outro lado do Poço, na ponta do recife de pedra, (que se estende ao longo da costa do Brasil, com varias interrupções) estava um fortim ou torre redonda, construído, havia muitos anos, de pedra duríssima, quase dentro do mar, e, fazendo face a esse, na já citada nesga de terra ou península do Recife, havia outro a que os portugueses chamavam S. Jorge (LAET, 1916).

Laet faleceu precocemente, em 1648, na África, aos 34 anos, deixando seus manuscritos inacabados. Descreve outro evento bastante atípico para aquela latitude quase equatorial (cerca de 8° sul), quando da penetração de um anticiclone polar atlântico no inverno daquele mesmo ano. As temperaturas baixaram tanto, principalmente na região serrana de Garanhuns, que um frio inédito e intenso nevoeiro, pouco comuns para esta parte do Brasil, atingiram a região inesperadamente.

Sobre este episódio, Laet comenta que choveu muito no inverno de 1641. Além dos densos nevoeiros que se formavam, os ventos fortes e frios ocasionaram temperaturas excepcionalmente baixas, mesmo ao meio dia. No alto do monte Itapuameru (provavelmente na atual região de Garanhuns), o frio era tão intenso que os cabelos e barbas ficavam cobertos de gotas de água e as mãos “enregelavam” à comparação do gelo.

Segundo Ferraz, isto parece bastante plausível, pois:

Do ponto de vista da climatologia de todo o globo, esta quadra excepcional se enquadra bem no primeiro período da chamada Pequena Era Glacial, de 1550 a 1650, em que se registrou o avanço geral das geleiras nos Alpes, Escandinávia e Islândia, e que, segundo autoridades no assunto, repercutira igualmente no Hemisfério Sul (1980:211).

Dos registros de Marcgrave merecem especial atenção as direções do vento, os dias com relâmpagos e trovoadas e, mais especificamente, o número de dias com chuva. Como não havia ainda como quantificar a pluviosidade, anotou os dias em que ocorreram chuvas e comentou sobre os episódios de chuvas mais intensas. Esclarece que, na maior parte das vezes, tratava-se de chuvas curtas, rápidas e de pequena intensidade.

Sem dúvida alguma, os registros e observações desta pioneira dupla de naturalistas, Marcgrave e Piso, são os primeiros de que se tem notícia em todo o território brasileiro.

Historia Naturalis Brasiliae, uma valiosa publicação (para a época), é o verdadeiro marco histórico de uma análise mais conjuntiva da climatologia brasileira, despojada da física rudimentar aristotélica, ainda tão em voga no velho continente. Marcgrave refere-se ao que se pode considerar como as pioneiras considerações bioclimatológicas, quando, ao tratar da paisagem pernambucana, não se limita à descrição dos fatos, mas busca suas possíveis causas:

O importuno ardor do verão obriga os habitantes a não cultivarem a terra. Os próprios outeiros, por esses meses, por causa do ardor do sol, são infrutíferos e secam no interior, de sorte que não só toda erva, mas também as árvores morrem de tempos em tempos e o capim incendiado uma vez, principalmente pelo vento rápido, prossegue o incêndio em grande área, assim elas que reverdecem soberbamente nos meses de chuva, no estio morrem nos montes (MARCGRAVE, 1942:261-262).

Outro comentário de Marcgrave se refere aos incêndios que, segundo ele, são benéficos para a cultura da mandioca e fazem parte do ciclo natural. Além disso, citando informações orais passadas pelos indígenas locais e pelos portugueses que aqui já estavam há muitas décadas, aponta a existência de uma ciclicidade entre os anos mais chuvosos e secos, em torno de sete anos. Contudo, sem saber as causas deste fenômeno, ele o justifica como sendo por “alguma oculta provação”.

Ao comparar os cursos de água que desembocam no litoral, Marcgrave salienta que, como é longo o período de estiagem do verão no interior, onde estão as nascentes destes rios, o volume de água é pequeno, apesar de suas extensas larguras quando chegam ao mar. Isto se deve mais à influência das correntes marítimas do que à vazão. Quando se refere ao Rio São Francisco, entretanto, após analisar o material carregado pelas suas águas, infere que este rio deveria nascer muito ao sul, no interior, numa região com estação chuvosa mais longa e intensa (MARCGRAVE, 1942).

A obra de Marcgrave foi comentada pelo geógrafo do IBGE, Salomão Serebrenick, que na primeira edição brasileira, numa apreciação crítica sobre os estudos climatológicos contidos na “História Natural do Brasil”, indica diversos fatos relevantes:

Os dois elementos climáticos que foram objeto das observações de Marcgrave são o estado do tempo e o vento, sendo o primeiro representado pelos elementos parciais: número de dias de chuva, épocas chuvosas, meses mais chuvosos, trovoadas, relâmpagos e nevoeiro. As observações de Marcgrave sobre a região costeira do nordeste oriental foram particularmente felizes, já que nas regiões tropicais – como hoje sabemos – existe estreita correlação entre a dinâmica das massas de ar e os tipos de tempo, sendo indispensável o conhecimento do regime pluviométrico para caracterizar as verdadeiras estações do ano, porque as variações sazonais de temperatura, via de regra, são restritas ou muito pequenas (SEREBRENICK In: MARCGRAVE, 1942:101).

As observações e análises de Georg Marcgrave eram surpreendentes mesmo para o seu tempo. As preocupações com os tipos de tempo e as explicações causais e relacionadas aos aspectos cotidianos da população e da economia agrícola de Pernambuco aproximam estes propósitos com os da própria Climatologia Geográfica. Lamentavelmente, parte dos estudos de Marcgrave se perdeu, com a sua morte. Apesar de todo o esforço de Johannes de Laet, que organizou seus escritos, mas que infelizmente nunca esteve no Brasil, não foi possível completar alguns dos documentos, por falta de informações mais precisas.

Johannes Nieuhof descreveu a História do Brasil Holandês, entre 1640 e 1649. Sua narrativa fornece informações valiosas sobre a Geografia, a História Natural, os índios e os negros de Pernambuco (FRANÇA ; RAMINELLI, 2005).

Dada a sua cômoda e vantajosa situação, o Recife é a praça mais forte do Brasil. Além disso é fortificada e defendida por várias fortalezas adjacentes. Entretanto, para dar ao leitor uma impressão mais exata tanto do Recife como da situação da Cidade Maurícia, é preciso que se diga que toda a costa do Brasil, de um extremo a outro, é guarnecida por uma longa e espessa franja de rochedos rasos que, nalguns pontos, chegam a ter de 10 a 20 e, nalguns lugares, 30 passos de largura. Há, contudo, certas passagens nessa barreira, pelas quais os navios podem se aproximar de terra, e há mesmo alguns pontos em que ela não se encontra de todo à flor d'água. Assim, a uma légua do lado de cá do Rio Doce e a duas léguas ao norte da cidade de Olinda, não se vê traço algum desse recife. Começa, porém, ele a aparecer de novo perto de Pau-Amarelo ou Poxamardo e estende-se para a Ilha de Itamaracá. Entre esta franja de pedra e o continente pode-se passar de bote na maré alta. Durante a vazante, a maioria desses rochedos aflora à superfície do mar até que volte a cheia para cobrí-los de novo.

Os rochedos que se acham em frente ao Recife de Pernambuco, de 25 a 30 passos de largura, estão sempre cobertos pelo mar seja qual for a maré. São muito chatos, sem proeminência alguma e se estendem por uma légua, de sua a norte. Na extremidade norte a 500 passos do Recife, há uma abertura pelo qual os navios se aproximam da terra. Todavia, essa passagem é muito estreita e, mesmo na mais alta maré, sua profundidade jamais excede de 22 pés.

Entre esse colar de rochas e o continente se estende, para o sul de Olinda, com uma légua de comprimento e cerca de 200 passos de largura, uma espécie de restinga de areia. É comumente denominada, pelos portugueses, Recife de areia, para distinguir do Recife de pedra.

Sobre a ponta sul dessa ilhota os portugueses edificaram, a uma milha do largo de Olinda, uma aldeia, a que chamaram de Povoação, que significa Povoado, e que veio a ser, mais tarde, o Recife. Foi muito populosa, por longo tempo, até a fundação da cidade Maurícia, na ilha de Antônio Vaz. Tendo Olinda sido posteriormente abandonada por seus habitantes e por nós destruída, muitos deles, especialmente os comerciantes, estabeleceram-se no Recife ou na Aldeia de Povoação, onde levantaram magníficas construções...

Para Belluzo (1996), o grande legado científico deixado pelos holandeses fornece as primeiras evidências do momento de construção histórica do observador em relação ao que ocorreu no século XVII, quando se buscava apreender a estrutura visível da natureza. Esta nova abordagem da ciência da natureza desenvolve-se em oposição à crença religiosa e sem preocupações morais.

O Brasil e as demais colônias voltam ao domínio português em 1640, com a restauração da coroa de Portugal, após 60 anos de domínio espanhol. Nassau se desentende com a Companhia das Índias Ocidentais em 1644, renuncia ao cargo e retorna à Holanda. Junto com ele, voltam também os pintores, médicos e naturalistas. Com a saída de Nassau, se inicia a decadência da ocupação holandesa no Brasil. Em 1654, os holandeses são expulsos definitivamente. Apesar do pouco tempo de ocupação, os holandeses deixaram informações preciosas e de grande valor para que se possa compreender o Brasil, especificamente a Capitania de Pernambuco, nos primeiros séculos.

Sem dúvida, o Brasil do século XVI e XVII deve aos cronistas e cientistas que aqui vieram, oriundos de Portugal, França e Holanda, um grande legado sobre a realidade do novo mundo.

2.3. O Sistema de Capitanias Hereditárias, as sesmarias e os engenhos como estratégia de ocupação territorial

Novas abordagens sobre as relações de poder no mundo colonial começaram a surgir. Aos poucos, os nexos imperiais das políticas metropolitanas e das dinâmicas coloniais foram se impondo nas análises, fazendo que eventos brasileiros pudessem ser analisados em conexão com outros ocorridos na África ou na Índia. A economia e política começaram a ser analisadas de modo a integrar o papel das redes de parentesco e de clientelagem no controle dos mercados e na acumulação de riquezas.(HUNOLD LARA,2005.)

Como já foi colocado anteriormente, a ocupação do território brasileiro não ocorreu imediatamente após o seu “descobrimento”, em 1500. O constante perigo representado por investidas de outras nações europeias ao longo da costa brasileira, para estabelecer o comércio do pau-brasil com os nativos, levou D. João III a tomar uma atitude imediata para efetivar a ocupação da colônia, instituindo a divisão do Brasil em “Capitanias Hereditárias”.

Portanto, em 1530 o território entre o Maranhão e Santa Catarina foi dividido em 12 capitanias hereditárias, de desiguais superfícies, limitadas todas a leste pelo Atlântico, a oeste pela linha de Tordesilhas. Essas 12 capitanias foram divididas em quinze lotes, perfazendo um total de 735 léguas de costa.

No quadro 1 estão incluídas as capitanias iniciais, no sentido norte sul. Pode-se observar que os limites são aproximados, apontando vilas ou acidentes geográficos situados em pontos extremos do litoral, no sentido norte-sul. O limite a oeste é a linha de Tordesilhas. A Capitania de Itamaracá foi abandonada pelo donatário e recriada como Capitania da Paraíba, em 1574. A parte mais setentrional da Capitania de São Vicente foi rebatizada, pouco tempo depois (por volta de 1567), como Capitania do Rio de Janeiro.

Quadro 1 – Capitanias/Limites/Donatário:

Capitania	Limite aproximado	Donatário
Capitania do Maranhão (primeira seção)	Extremo leste da Ilha de Marajó (PA) à foz do rio Gurupi (PA/MA)	João de Barros e Aires da Cunha
Capitania do Maranhão (segunda seção)	Foz do rio Gurupi (PA/MA) a Parnaíba (PI)	Fernando Álvares de Andrade
Capitania do Ceará	Parnaíba (PI) a Fortaleza (CE)	Antônio Cardoso de Barros
Capitania do Rio Grande	Fortaleza (CE) à Baía da Traição (PB)	João de Barros e Aires da Cunha
Capitania de Itamaracá	Baía da Traição (PB) a Igaraçu (PE)	Pero Lopes de Sousa
Capitania de Pernambuco	Igaraçu (PE) à foz do Rio São Francisco (AL/SE)	Duarte Coelho Pereira
Capitania da Baía de Todos os Santos	Foz do rio São Francisco (AL/SE) a Itaparica (BA)	Francisco Pereira Coutinho
Capitania de Ilhéus	Itaparica (BA) a Comandatuba (BA)	Jorge de Figueiredo Correia
Capitania de Porto Seguro	Comandatuba (BA) a Mucuri (BA)	Pero do Campo Tourinho
Capitania do Espírito Santo	Mucuri (BA) a Itapemirim (ES)	Vasco Fernandes Coutinho
Capitania de São Tomé	Itapemirim (ES) a Macaé (RJ)	Pero de Góis da Silveira
Capitania de São Vicente (primeira seção)	Macaé (RJ) a Caraguatatuba (SP)	Martim Afonso de Sousa
Capitania de Santo Amaro	Caraguatatuba (SP) a Bertioga (SP)	Pero Lopes de Sousa
Capitania de São Vicente (segunda seção)	Bertioga (SP) a Cananeia/Ilha do Mel (PR)	Martim Afonso de Sousa
Capitania de Santana	Ilha do Mel/Cananeia (SP) a Laguna (SC)	Pero Lopes de Sousa

Até então, o Brasil estivera entregue a degredados, desertores, traficantes da madeira que lhe dera o nome. Seu povoamento fora descurado inteiramente, embora Diogo de Gouvêa e Cristovão Jacques apontassem, como meio único de impedir as incessantes incursões francesas, a fundação de povoações e fortalezas que não deixassem carga para as naus de contrabandistas (CAPISTRANO DE ABREU, 1989).

O recurso de povoamento e colonização adotado pela Coroa Portuguesa no território brasileiro, o “Sistema de Capitanias Hereditárias”, foi uma solução tradicional da colonização do antigo império português, relata Merêa (1924). Este sistema de colonização não era inédito na história da exploração portuguesa de novas terras: fora utilizado anteriormente nas ilhas Atlânticas de sua extensão ultramarina – Madeira, Açores e Cabo Verde.

Para efetivar a colonização das Ilhas da Madeira e dos Açores, as primeiras capitanias foram doadas, em 1440. A origem deste sistema é o antigo senhorio português de fins da Idade Média (VAINFAS et al., 2000), no qual o senhor donatário recebia do rei, além de terras, a autoridade efetiva sobre seus habitantes, incluindo a justiça, cobrança de impostos e convocação de homens para a defesa do território.

A Zona Atlântica da expansão do império português experimentou a colonização agrícola. Schwartz (1988: 24) relata que:

A Coroa Portuguesa, assim, na ocupação e exploração das ilhas do Atlântico, não teve apenas lucros; adquiriu uma vasta experiência na indústria do fabrico do açúcar; para os lavradores com o pleito do cultivo da cana em grande escala.

As Capitanias na sua forma primária, enquanto complexos políticos, jurídicos e institucionais, foram adotadas como recurso de povoamento e colonização pelo antigo império português em toda a zona atlântica de sua expansão e cronologicamente perduraram de 1440 até 1770, muito embora, tanto o seu processo de criação, como de sua extinção, não tenham sido simultâneos (ALMÔEDO DE ASSIS, 2001).

A partir de 1532, as Capitanias Hereditárias foram definidas para o Brasil e as cartas de doação foram passadas em Évora, entre 1534 e 1536. Nestas cartas eram definidos os direitos e deveres dos donatários (CAPISTRANO DE ABREU, 1989:80).

As Capitanias Hereditárias correspondem a grandes parcelas de terras concedidas pelo rei a alguns homens de sua confiança, que por mérito de suas ações recebiam o privilégio de representá-lo nas novas terras.

Segundo Almôedo de Assis (2001), as Capitanias Hereditárias são:

Identificadas como um fenômeno inerente ao próprio processo de expansão ultramarina de Portugal, transplantadas para o Brasil, vão se constituir na primeira iniciativa metropolitana de peso para efetiva ocupação e transformação do solo brasileiro, o que se processa em sintonia com o intuito geopolítico da Coroa e, se formaliza através das Cartas de Doação e Forais – diplomas que se constituem nos primeiros pilares de ordenação jurídica da sociedade brasileira.

As cartas de doação concediam aos donatários um certo número de léguas de terra, com a respectiva jurisdição civil e criminal; dava-se ao objeto da doação o nome de “capitania” e “governança”; ao donatário, o de “governador” ou “capitão”. A capitania era inalienável, indivisível e taxativamente sujeita a regras de sucessão que a aproximavam dos morgados, com exclusão expressa das restrições da Lei Mental (CORTESÃO, 1971:88).

Este sistema foi implantado efetivamente no Brasil em 1534, quando, por Carta de Doação, D. João III fez a doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho. Em Gama (1978:43), encontramos,

[...] E fôr de minha conquista, na qual terra pela sobredita demarcação lhe assi faço Doação, e mercê, de juro, e de herdade para todo sempre como dito he, e quero, e me apraz que o dito Duarte Coelho, e todos seus herdeiros, e sucessores que a dita terra herdarem, e subsederem se possam chamar Capitaens, e Governadores della diante, e isto com tal clareza que fica com o dito Duarte Coelho a terra da banda sul, e o dito rio onde Cristóvão Jaques fez a primeira caça de minha Feitoria, e a cinqüenta passos da dita caça da Feitoria pelo rio a dentro.

O processo sistemático de ocupação do solo brasileiro formalizou-se com os documentos reais: Cartas de Doação e Forais, instrumentos jurídicos que regiam o Sistema de Capitanias Hereditárias. No primeiro, o rei declarava títulos de propriedade de territórios, na forma de capitania, e o direito do donatário de promover o povoamento, conquistar novas áreas, defender a terra da ação dos corsários e das tentativas de ocupação por parte de outros povos. O segundo era uma espécie de código tributário que estabelecia os impostos, como também determinava os direitos e deveres do donatário.

Praticamente, nesses dois documentos, o rei abria mão de seu patrimônio e conferia aos donatários poderes amplos, pois a eles cabia a responsabilidade de povoar e desenvolver a terra à própria custa. No entanto, no que diz respeito à doação de um território constituído em Capitania, era uma faculdade que pertencia ao rei, isso, conforme as Ordenações Manuelinas:

“Senhor de todos os direitos que a ela são inerentes: jurisdição civil e crime, rios, portos, portagens, pescarias, marinha de sal, imposições em tempo de guerra, minas, bens dos sentenciados por crime de heresia ou lesa-majestade”.

O regime de Capitánias Hereditárias, desse modo, transferia para a iniciativa privada a tarefa de colonizar o Brasil. Entretanto, a concessão da Capitania não dava ao donatário o poder de propriedade do solo colonial. Este permaneceria propriedade da Coroa Portuguesa.

As doações da Coroa Portuguesa, na forma de Capitánias Hereditárias, regeram-se pelos princípios consignados nas Ordenações, ou seja, eram de natureza remuneratória. A doação destes bens não se fez por mera liberalidade, mas sob certo modo e para certo fim, por isso a sua natureza é sempre remuneratória, e atende, para todo o sempre, aos bons serviços do Donatário e seus sucessores. Não sendo o Rei senhor, mas administrador dos bens públicos, segue-se que não os pode doar arbitrariamente. Logo, para que esta doação seja justa, importa que em todo o sempre ocorram bons serviços.

Conforme explica Costa Porto:

[...] Ao introduzir na colônia o sistema donatário, determinou el-Rei D. João III aos capitães dessem terras de sesmaria, na forma que se contém na minha Ordenação, vale dizer, mandava transplantar para o novo mundo o mesmo ordenamento excogitado para o Reino, nos tempos de D. Fernando, fórmula de resto natural: como no Reino e para resolver o problema do solo inculto, o Soberano ordenava fossem as terras da conquista repartidas entre os moradores, - de sesmaria- adotando a velha terminologia de 1375 (1965:37).

Segundo Cortesão:

O capitão era obrigado a repartir as terras de sesmaria, isentas de todo foro ou direito que não o dízimo de Deus à Ordem de Cristo, por pessoas que professassem a religião católica. A estas ficava pertencendo a terra sesmada para si e seus sucessores, com a obrigação de aproveitá-la dentro do prazo fixado na carta, em geral um quinquênio, sob a pena de multa de lhe ser retirada. Quantos aos engenhos, moendas de água ou marinhas, que por doação da capitania pertenciam ao respectivo governador, podia este exigir do sesmeiro um tributo pela licença respectiva. Os concessionários das sesmarias podiam por sua vez conceder terras a novos povoadores. [...] Para si era permitido ao governador guardar um certo número de léguas, em geral 10 a 16, como terra livre e isenta, a escolher num prazo de 20 anos, e com a condição de que a terra fosse repartida em quatro ou cinco lotes, distantes uns dos outros, duas léguas pelo menos. Ao capitão proibia-se também conceder a qualquer parente seu, maior porção de terra de sesmaria do que as distribuídas ou a distribuir aos estranhos (1971:88-89).

A história territorial do Brasil, ou as origens do regime de terras brasileiras, tem início em Portugal. A ocupação das terras brasileiras pelos capitães descobridores, em nome da Coroa, importou o modelo português de propriedade para o Brasil. Em suas origens, o regime jurídico das sesmarias liga-se ao das terras comunais da época medieval, chamado de comunalia. Antigo costume da região da Península Ibérica, as terras eram lavradas nas comunidades, divididas de acordo com o número de munícipes e sorteadas entre eles, a fim de serem cultivadas. Cada uma das partes da área dividida levava o nome de sesmo.

O vocábulo sesmaria derivou-se do termo sesma, e significava 1/6 do valor estipulado para o terreno. Sesmo ou sesma também procedia do verbo sesmar (avaliar, estimar, calcular) ou, ainda, poderia significar um território repartido em seis lotes, nos quais, durante seis dias da semana, exceto no domingo, trabalhariam seis sesmeiros. As sesmarias eram terrenos incultos e abandonados, entregues pela Monarquia portuguesa, desde o século XII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los dentro de um prazo previamente estabelecido.

Os registros de terras surgiram no Brasil logo após o estabelecimento das capitanias hereditárias, com as doações de sesmarias. Os documentos mais antigos das capitanias datam de 1534. Esses registros de terras constituem fontes de informações importantes, como o local onde as pessoas viviam; dados pessoais e familiares; se a

propriedade foi herdada, doada ou ocupada e quais eram seus limites; se havia trabalhadores e como era constituída a mão-de-obra; em que região ficava a propriedade. Todas as posses e sesmarias foram legitimadas em registros públicos, realizados nas paróquias locais.

A Igreja, nesse período da Colônia, encontrava-se unida oficialmente ao Estado. Dessa forma, os vigários (ou párocos) das igrejas faziam os registros das terras ou certidões, como a de nascimento, de casamento etc. Somente com a proclamação da República, em 1889, Estado e Igreja se separaram. Desenvolveram-se, assim, os chamados registros ou escrituras de propriedade. As sesmarias foram registradas dessa forma e são exemplos de documentos cartoriais. A maioria destas cartas de sesmarias encontra-se em Arquivos Públicos. Os Arquivos Governamentais possuem coleções de cartas de doações de sesmarias e registros de terras. A doação dessas terras decorria da necessidade que o governo lusitano tinha de povoar os muitos territórios retomados dos muçulmanos no período conhecido como Reconquista.

Essa expulsão dos árabes pelos cristãos iniciou-se no século XI e terminou por volta do século XV. Esse sistema de aquisição de terras só funcionou em regiões e épocas em que prevalecia o estado de guerra e houvesse uma baixa densidade populacional que originasse terras ociosas e com possibilidade de serem ocupadas.

A partir do momento em que foi fixado o limite territorial e o Estado se fortaleceu e se reorganizou, esse processo de obtenção de terras desapareceu. Porém, na Península Ibérica, as doações de sesmarias continuaram até o final do século XIII.

Uma sesmaria media, aproximadamente, 6.500m². Esta medida vigorou em Portugal e foi transplantada para as terras portuguesas de ultramar, chegando ao Brasil. Muitas dessas terras estavam sob a jurisdição eclesiástica da Ordem de Cristo e lhes eram tributárias, sujeitas ao pagamento do dízimo para a propagação da fé.

A Ordem de Cristo foi herdeira da Ordem dos Templários, uma organização formada por pessoas que eram monges e guerreiros, ao mesmo tempo. De caráter religioso e militar, criada na Idade Média, esse grupo tinha o objetivo de defender os cristãos dos ataques muçulmanos. Como monges, os templários faziam voto de pobreza,

obediência e castidade; como guerreiros, defendiam a fé cristã. Essa Ordem surgiu no ano de 1113 e foi extinta em 1312; mas, como recebia vultuosas doações de terras e dinheiro, concedidas pelos reis, acabou prosperando muito; de tal forma que, em Portugal, o rei D. Dinis não permitiu sua extinção. Assim, a Ordem assumiu outro nome – a Ordem de Cristo– e ajudou na consolidação da formação do território português, com a expulsão dos mouros e também nas navegações.

No contexto das descobertas marítimas, Portugal almejou ampliar suas fontes de riqueza. A obra política e comercial da colonização tinha como ponto de apoio a distribuição de terras, que se configurava como o centro da empresa, calcada sobre a agricultura, capaz de promover a cobiça, vez que era a principal riqueza de exportação.

El-Rei concedia, às pessoas a quem doou capitânicas, alguns direitos reais, levado pelo desejo de dar vigor ao regime agora organizado. Muitas dessas concessões foram feitas em nome da própria Ordem de Cristo.

A monarquia portuguesa, nessa tarefa de povoar o imenso território, encontrou um modelo em sua própria tradição: as sesmarias. Foram as normas jurídicas do Reino que orientaram a distribuição da terra aos colonos. A lei D. Fernando I, de 1375, pregava o retorno das terras não cultivadas para as mãos da Coroa. Essa lei foi incorporada nas Ordenações Filipinas, Manuelinas e Afonsinas.

As capitânicas eram imensos tratos de terras que foram distribuídos entre fidalgos da pequena nobreza, homens de negócios, funcionários burocratas e militares. Entre os capitães que receberam donatarias, contam-se feitores, tesoureiros do reino, escudeiros reais e banqueiros. A capitania seria um estabelecimento militar e econômico, voltado para a defesa externa e para o incremento de atividades capazes de estimular o comércio português.

O capitão-mor e o governador representavam os poderes do rei, como administradores e delegados, com jurisdição sobre o colono português ou estrangeiro, mas sempre católico. Aliás, esta era uma das exigências para a doação de terras.

O capitão e o general podiam fundar vilas e desenvolver o comércio. O comércio com os “gentios” era permitido apenas aos moradores da capitania, com severas penas aos infratores. As capitanias, constituídas nas bases político-administrativas do reino, assentavam-se sobre as cartas de doações e o foral.

A primeira pessoa que teve a liberdade de distribuir terras no Brasil, inclusive sesmarias, foi Martim Afonso de Souza. A sesmaria era uma subdivisão da capitania com o objetivo de que essa terra fosse aproveitada. A ocupação da terra era baseada em um suporte mercantil lucrativo para atrair os recursos disponíveis, já que a Coroa não possuía meios de investir na colonização, constituindo assim uma forma de solucionar as dificuldades e promover a inserção do Brasil no antigo Sistema Colonial.

A proposta buscava incentivar a ocupação das terras e estimular a vinda de colonos. Ter uma sesmaria, no início da colonização, significava mais um dever do que um direito, já que sua cessão estava condicionada ao aproveitamento e transferência da terra após um certo tempo. As sesmarias estavam regulamentadas segundo algumas ordens do Reino.

É importante lembrar que as sesmarias não eram de domínio total dos donatários ricos, mas apenas lhes tocavam as partes de terras especificadas nas cartas de doações. Os donatários se constituíram em administradores, achando-se investidos de mandatos da Coroa para doar as terras e tendo recebido a capitania com a finalidade colonizadora. Eles não tinham poderes ilimitados, não foram legitimadores nem do público nem do privado, e cabia-lhes apenas cumprir as ordens de Portugal.

Na época da colonização, pode-se distinguir o direito de caráter jurídico e o poder real de usufruir. A terra continuava a ser patrimônio do Estado português. O aproveitamento e a distribuição do solo colonial eram duas das principais obrigações conferidas aos donatários das capitanias hereditárias pela Coroa Portuguesa. Os donatários possuíam o direito de usufruir da propriedade, mas não tinham direitos como donos. Estavam, então, submetidos à monarquia absoluta e fortemente centralizada. Os capitães-donatários detinham apenas 20% da sua capitania e eram obrigados a distribuir os 80% restantes a título de sesmarias, não conservando nenhum direito sobre as mesmas. As sesmarias não comportavam, assim, nenhum laço de dependência pessoal.

Mesmo tendo sido estabelecida, em princípio, a obrigatoriedade de ser cristão para se receber a terra, aqueles que se dispusessem a lavrá-la poderiam recebê-la.

As leis das sesmarias em Portugal eram muito rígidas, chegando a ter 19 artigos. Dentre eles, encontrava-se o direito de coagir o proprietário ou quem a tivesse por qualquer outro título, a cultivar a terra mediante sanção de expropriação ou, ainda, aumentar o contingente de trabalhadores rurais, obrigando ao trabalho agrícola os ociosos, os vadios e os mendigos que pudessem representar mão-de-obra, entre outros. Porém, no Brasil, tais leis não chegaram a ser estabelecidas, a única exigência era mesmo o cultivo. As cartas de Sesmarias eram documentos passados pelas autoridades, para doar terras; nelas, os donatários ou governadores de províncias autorizavam ou não as doações.

Cada sesmaria tinha, em média, de uma a quatro léguas (entre 6 e 24 quilômetros). O que a Coroa Portuguesa desejava era um sistema produtivo, que não apenas justificasse os gastos com a manutenção da colônia, mas que efetivamente produzisse lucros através do açúcar, um mercado em ascensão, ainda em aberto.

As terras não eram concedidas a todos os colonos que as quisessem. A posse das sesmarias não era imediata, sua confirmação dependia do resultado obtido após alguns anos de produção. A posse da terra estava vinculada aos atributos de nobreza, em relações políticas, religiosas e comerciais mantidas com a Coroa Portuguesa.

A aplicação desse sistema, no Brasil, constituiu uma forma de promover o povoamento, já que, aqui, as terras eram vagas, sem proprietários; habitadas por indígenas, que não compreendiam o sentido de propriedade. Esse processo organizado de povoamento seria um meio de acabar com a ociosidade das terras.

As terras eram dadas com a condição de serem aproveitadas em um determinado prazo de tempo, caso contrário, retornariam ao senhor de origem, a Coroa. E, para tanto, as Ordenações determinavam: [...] E em qualquer caso que os sesmeiros dêem sesmarias, assinem sempre termo aos que as derem, ao mais de cinco anos e daí para baixo, que as lavrem e aproveitem [...]

As preceituações das Ordenações estabeleciam que não se dessem “maiores terras a uma pessoa as que razoavelmente parecer que poderão aproveitar”. Na distribuição da terra esse preceito deveria ser cumprido.

Segundo Guimarães (1977:53), a condição social do agraciado era fator decisivo no regime das doações de terras:

[...] “Não nos parece que tenha jamais passado pela mente da Coroa portuguesa colocar a terra nas mãos dos homens do povo, o que sempre foi desaconselhado pelo espírito da época” [...].

O tamanho das terras concedidas em sesmarias era diretamente proporcional ao que podia investir o agraciado. A escolha dos agraciados com as Capitanias Hereditárias exigia mais que bons serviços prestados ao rei: os donatários deveriam ser homens com recursos suficientes para custear os gastos de sua atividade de proprietário de grandes terras.

Após a divisão do território brasileiro em capitanias hereditárias, a fim de assegurar o povoamento e a defesa de toda a região, os engenhos foram utilizados como estratégia da Coroa Portuguesa para estimular a fixação de portugueses à terra brasileira.

O açúcar era, até então, um produto nobre e de acesso restrito na Europa. Porém, com a expansão dos canaviais, principalmente no Brasil, que foi o principal produtor de açúcar durante um longo período, este produto alcançou larga escala em sua comercialização e consumo, sendo responsável, portanto, pelo impulso no desenvolvimento do Brasil, nos séculos XVI e XVII.

As condições do Brasil eram muito diversas das ilhas Atlânticas, anteriormente colonizadas pelo império português. A área territorial brasileira muito extensa e a presença indígena tornavam as iniciativas dos donatários muito arriscadas. Estes dispunham de grandes poderes e autonomia, mas também precisavam mobilizar os recursos necessários para levar a empresa avante. E foram poucos os que conseguiram fazê-lo com sucesso. Apenas a Capitania de São Vicente, atribuída a Martim Afonso de Souza, e a de Pernambuco, doada a Duarte Coelho, realmente prosperaram. Nas demais,

os esforços dos donatários fracassaram ou foram insuficientes para contornar os obstáculos que se apresentaram.

O estabelecimento das Capitanias e a implantação do seu principal objetivo, a indústria açucareira, requeriam mão de obra especializada, não só no fabrico do açúcar, mas quanto à capacidade de construir o conjunto de edifícios necessários a um engenho de açúcar.

Na Região Nordeste, os engenhos se expandiram a partir de dois pontos: de Olinda (que era o principal núcleo urbano da colônia, no século XVI) para o sul, até Penedo, e, para o norte, até Goiana, chegando até a Paraíba e o Rio Grande do Norte; de Salvador, a cultura da cana se expandiu para todo o Recôncavo Baiano. Esta expansão formou o que os estudiosos chamam de “civilização do açúcar” e determinou, de maneira decisiva, a forma como os núcleos de povoamento rurais e urbanos surgiram e se desenvolveram.

Da instalação de um engenho decorria a formação de um núcleo de povoamento: inicialmente, no próprio engenho e, aos poucos, no seu entorno. À medida que a cultura da cana se expandia para regiões mais distantes, também os povoados se espalhavam para áreas menos habitadas.

A sociedade que surgiu a partir dos engenhos estava fundamentada sobre os alicerces da aristocracia de pequenos e médios produtores, do patriarcalismo, sob a figura central do senhor de engenho e do trabalho escravo. Inicialmente, os senhores de engenho tentaram atrair os indígenas para o trabalho nas plantações e fábricas, mas, devido ao fracasso dessa tentativa, foram buscar no povo africano os seus trabalhadores escravos, o que resultou no tráfico de milhares de negros procedentes de diversas regiões da África.

O problema da mão de obra para as unidades de produção persistia. A estratégia utilizada pelos portugueses foi a de tirar proveito da animosidade entre os nativos, auxiliando alguns grupos com armamentos e, com o resultado dos conflitos entre os nativos, os vencidos seriam transformados em escravos, ou seja, em mão de obra. De acordo com Schwartz (1988:7); “ Os senhores de engenho dependiam do trabalho

indígena como força de trabalho na produção do açúcar, visto que não dispunham de capital e crédito no dispendioso tráfico de escravos africanos”.

Os custos de instalação dos engenhos eram altos, o que impossibilitava aos colonos adquirir escravos africanos. Além disso, a importação só se realizava com autorização da Coroa. Deste modo, a escravidão negra no início da colonização não pôde ser utilizada em grande escala, sendo aproveitado o trabalho dos nativos. Sobre a mão-de-obra indígena nos engenhos, Albuquerque e Lucena (1997:31), afirmam:

[...] Embora mais tarde tenham sido imputados muitos inconvenientes ao trabalho indígena, o funcionamento dos primeiros engenhos, provavelmente teve por base a escravidão indígena, pelo menos no que se refere às atividades agrícolas.

Relatam ainda Albuquerque e Lucena (1997:36) que, nos primeiros anos, as primeiras safras e a exportação de açúcar é muito provável que tenham dependido, fundamentalmente, da mão de obra nativa. Entretanto, outros fatores levariam à sua gradual mas rápida substituição pela mão de obra escrava, trazida da África.

Schwartz (1988:47) diz que:

Em Pernambuco e na Bahia, assim como em outras capitanias, os colonos conseguiam escravos índios resgatando-os de outros aborígenes, de quem eram prisioneiros de guerra. Contudo, mais comuns eram os ataques dos portugueses com o propósito específico de obter escravos.

Não obstante os conflitos entre os colonizadores portugueses e os índios, o trabalho indígena foi amplamente utilizado no processo de montagem da economia açucareira. À medida que essa economia começou a se expandir, ampliou-se a necessidade da mão de obra permanente e escrava. A solução para esse problema, que obstruía os interesses dos colonos como também da burguesia comercial metropolitana, foi o tráfico negreiro, que articulou os interesses de ambos.

Em 1548, diante do fracasso das Capitanias, a Coroa Portuguesa decidiu tomar medidas concretas para viabilizar a colonização. Naquele ano, foi criado o Governo-Geral, com base em um instrumento jurídico denominado Regimento de Tomé de

Sousa. O objetivo da criação do Governo-Geral era o de centralizar, política e administrativamente, a colônia, mas sem a supressão definitiva do Regime das Capitanias. Entretanto, o Sistema de Distribuição de Sesmarias adotado marcou efetivamente o início da colonização portuguesa no território brasileiro.

Apesar de representar diretamente a Coroa, algumas capitanias relutaram em acatar a autoridade do Governador Geral, como as de Porto Seguro, Espírito Santo, Ilhéus, São Vicente e Pernambuco. Esta última, de Duarte Coelho, foi a que mais se ressentiu da intromissão do Governo Geral. Recusando a autoridade do Governador Geral, por sentir-se ameaçado, tanto na autonomia de seu governo como na preservação dos seus privilégios, o donatário de Pernambuco apelou ao rei, que o favoreceu, reafirmando a sua autonomia.

2.4. A Capitania de Pernambuco

A colonização portuguesa no Brasil, entre 1537 e 1630, teve a Capitania de Pernambuco como um dos seus principais centros de irradiação. O dinamismo dessa economia colonial tinha no porto, nos engenhos de açúcar e no acesso à propriedade da terra seus elementos principais. O Recife, interdependente da "*senhorial Olinda*", teve a formação de sua estrutura social relacionada a esses elementos e foi composta por pescadores, canoeiros, jangadeiros, artífices, colonos, soldados, mercadores, negociantes, funcionários e clérigos (BERNARDES, 1987).

Os registros feitos pela gente da terra e pelo cristão novo Ambrósio Fernandes Brandão (1997) confirmam esta interdependência, como também expressam a visão arrebatadora e idílica proporcionada àqueles que conhecessem o povo e a vila de Olinda, sugerindo constituir-se o simples fato da apropriação pela visão de uma paisagem desconhecida uma forma de riqueza para além daquela propiciada pela economia colonial.

Essa capitania é tal que se antecipa a sua riqueza e abundância à forma que dela dão os que a viram pelo olho. É de senhorio, por que de presente é Capitão e Governador dela, por Sua Majestade, Duarte Coelho de Albuquerque, a quem importam as pensões, redízima e outros direitos que dela colhe, em cada ano, ao redor de vinte mil cruzados; importando os seus

dízimos, alfândega, pau do Brasil, no estado em que hoje está, à fazenda de Sua Majestade, perto de cem mil cruzados, isto afora os açúcares que se navegam e entram nas alfândegas do Reino (...) (BRANDÃO, 1997).

Sobre a toponímia desta capitania, diz Maranhão (1935:47-49):

“PERNAMBOUC é a forma franceza de Pernambuco. É tão persistente que é adoptada em muitos documentos, mesmo portugueses, do século XVI, e ainda se encontra nos dicionários francezes, embora remetendo á graphia hoje admittida. Em documentos como as Contrariedades ao Libello do Barão de Saint Blancard, no processo civil por este intentado, e no REGIMENTO DA CONESSEMSA DA COSTA DO BRASIL, só se escreve Fernam Buquo em palavras separadas. Essa diferença de graphia de uma mesma palavra por meio de consoantes de sons diferentes, não pode deixar de despertar atenção. Conservo uma lembrança vaga de que há uns cincoenta annos dos meus setenta e um, li em alguma parte que a palavra Pernambuco seria ma corruptela de Fernambuco e que esye vocábulo era formado de dous outros – Fernão, nome de pessoa, como Fernão de Loronha, e buco, ou buque, que em espanhol ou portuguez antigo quer dizer navio, barco, (no bojo). O nome significaria então: - barco de Fernão. A palavra buco, em espanhol e portuguez antigo, quer tambem dizer: - buraco, abertura, e neste caso teria significado semelhante ao nosso vocábulo indígena puka (Theod. Samp. O Tupy na Geog. Nac. n. 93). No processo do Barão de Saint Blanard, apud. Diar. Nav. Pero Lopes ed. 1927 no Libello em latim se falla “in LOCO FERNAMBOURG NUNCUPATO”, em que o final da palavra já significa – burgo, povoado. Ainda talvez para combinar a pronúncia F, tida como verdadeira, com a existência reconhecida do P., Pero de Magalhães Gandavo, em 1572, escreve PHERNAMBUCO em seu Tratado da Terra do Brazil, 1924, pg.27. É claro que não se pode acceitar essa etymologia para o nosso vocábulo “Pernambuco”; elle está muito bem amparado com o seu Paranã-puka. Mas o Fernambouc dos franceses pode bem receber a explicação proposta. O nome de Fernão ou Fernam (de Lorinha), rendeiro do Brazil, ou do pau-brazil, da Vera-Cruz, devia ser fallado em Pernambuco, desde aquella epoca primitiva de 1502-1504, por ser o logar em que o pau de tinta era o mais abundante e de melhor qualidade”.

Em 10 de março de 1534, por Carta de Doação, o Capitão Duarte Coelho é agraciado pelo terceiro rei de Portugal, D. João III, com a Capitania de Pernambuco. Um quinhão de terras de 60 léguas de extensão, que ia desde a desembocadura do canal de Santa Cruz, ao norte, até a foz do rio São Francisco, ao sul (MELLO, ALBUQUERQUE, 1997).

Um ano depois, em 9 de março de 1535, Duarte Coelho, com sua frota, desembarcava na Feitoria Régia criada por Cristóvão Jacques (1516), na entrada do canal de Santa Cruz, tomando posse da Capitania e erguendo os marcos de posse e o marco divisório entre sua capitania e a vizinha Itamaracá, no lugar hoje denominado Sítio dos Marcos.

Nomeou a sua Capitania de “Nova Lusitânia” e era desta maneira que o donatário Duarte Coelho se referia a ela em suas cartas, nome este que não vingou. No entanto, nomeando sua capitania como Nova Lusitânia, demonstrava que “... se por um lado figura esperanças de futuro simbolizava por outro o orgulho da própria obra” (CAPISTRANO DE ABREU, 1989:86).

Duarte Coelho veio acompanhado de sua comitiva, composta por sua família, parentes e colonos, com a disposição de construir, mais que um mero entreposto de extração de pau-brasil, uma verdadeira colônia de ocupação. A historiografia parece demonstrar que Duarte Coelho veio para Pernambuco disposto a criar uma “nação” e não apenas explorar a terra e enriquecer, deixando depois tudo para trás.

A Carta de Doação que concedia a Duarte Coelho a administração da Capitania de Pernambuco trazia expressa a determinação de que ali promovesse a fundação de engenhos de açúcar. Constava também a faculdade de fundar vilas.

Conforme a Carta de doação de D. João III:

Por si e todos seus sucessores possam fazer vilas todas e quaisquer povoações que se na dita terra fizerem e lhes a eles parecer que o devam ser as quais se chamarão vilas e terão termo e jurisdição liberdades e insígnias de vilas segundo foro e costume dos meus reinos (Carta de Doação de Duarte Coelho, Évora, 10 de março de 1534. A. N. T. T, Chancelaria de D. João III, Livro 7, fl. 83-85).

Em 27 de setembro de 1535, dia dos santos Cosme e Damião, Duarte Coelho ordena a fundação de uma vila que ficou conhecida como Santa Cruz, às margens do rio Igarauçu, na qual ergueu-se uma capela em homenagem aos ditos santos. Hoje, a antiga Vila de Santa Cruz dos Santos Cosme e Damião é denominada Igarauçu, que na

linguagem nativa significava canoa grande. Foi também fundada a Vila de Nossa Senhora da Conceição, atual Vila de Itamaracá. Também intituladas vilas: Olinda, em 1537, Goiana, em 1570, e Porto Calvo, em 1575. No Brasil, até 1650, foram criadas 31 vilas, das quais sete em Pernambuco.

Contida a situação de conflito entre os índios (Tabajara ou Caeté) e os portugueses, em torno do rio Igarauçu, Duarte Coelho investe na exploração das terras ao sul e, contornando o litoral, procura um local apropriado para instalar a sede de sua Capitania.

Decidiu que ela seria instalada numa colina de pouca elevação, próxima do mar e de um braço de rio, localidade conhecida pelos nativos como Marim. Desapropriando os índios nativos dessa colina, ergueu “uma torre de pedra e cal”, escreve Jaboatão (1979:137-138), para defesa contra os nativos, construindo um palácio, igreja etc. A esta vila deu Duarte Coelho o nome de Nova Luzitânia.

Foy Duarte Coelho recebido dos Tupinambás (que assim se chamavão os Gentios que habitavão este monte, e suas ribeiras) com demonstrações gratas, respondendo elles o contentamento a grandeza do benefício para que os enviava o Capitão Mor, offerecendo-se-lhes companheiros, se invadidos de outras nações, necessitassem da assistência das nossas armas. Como os nossos foram tratados do mayoral com mimos de hospedes, e os mais com agasalho de companheiros, pode sem contradição levantar Duarte Coelho hua torre ou castello de Pedra e cal (de que ainda aparecem ruínas), para nelle viver com a sua família, e ao pé delle hua povoação em que assistisse a sua gente (LEITE apud COSTA PORTO, 1965:66).

O donatário Duarte Coelho dirigiu pessoalmente o povoamento e desenvolvimento da Capitania. Como relata Oliveira Lima (1975: 11): “O donatário levantou nas imediações dos lugares, onde se tinham erguido as antigas feitorias de Cristóvão Jacques, as primeiras vilas do seu feudo – Olinda e Igarauçu separadas cinco léguas uma da outra.”

Conforme Schwartz (1988:33), [...] As relações com os nativos da região foram facilitadas por uma série de uniões entre índias e colonos, entre os quais Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário. Tais laços pessoais mostraram-se valiosíssimos mais tarde, quando os portugueses precisaram repelir a resistência organizada dos

indígenas. Duarte Coelho trabalhou ativamente em defesa de seus interesses de proprietário, atentando em especial para os alicerces econômicos de seus domínios.

Em Olinda, instala a sede da Capitania e, através do Foral, em 12 de março de 1537, demarca suas terras e reserva partes dela como bem comum. As vilas de Olinda e Santa Cruz (Igarauçu) são delimitadas, ficando as terras para o sul com o termo de Olinda e, as do rio Doce, que se chama Paratibe, para o norte, com o termo de Santa Cruz.

O Foral é o primeiro documento oficial de delimitação entre duas vilas criadas até aquele momento. Diferente do modelo oficial desse tipo de documento, tal como fora instituído em Portugal, o conteúdo desse Foral se assemelha a uma carta de doação, com descrição paisagística da vila e apresentação de seu donatário-fundador Duarte Coelho, sem indicar as leis penais, judiciais ou de fiscalização. Mas, o que torna esse texto especialmente informativo em tempos de organização urbana, independentemente de sua categorização, é a descrição de Olinda e a indicação de alguns pressupostos para a sua urbanização. Vários aspectos acerca da formação da Vila de Olinda podem ser percebidos nesse registro, tais como sua situação:

Sua feitoria e assento dela, que é do montinho que está sobre o rio até o caminho do varadouro, e daí para cima todo o alto da lombada para os mangues será para casas e assentos de feitorias, até um pedaço de mato [...]. A ribeira do mar até o arrecife dos navios, com suas praias, até o varadouro da galeota, subindo pelo rio Beberibe arriba, até onde faz um esteiro que está detrás da roça de Brás Pires, conjunta com outra de Rodrigo Álvares, tudo isto será para serviço da Vila e povo dela. (...) tudo isso será para serviço da Vila e povo dela, até cinquenta braças de largo do rio para dentro para desembarcar e embarcar todo o serviço da Vila e povo dela, e daí para riba tudo que poder ser demais dos mangues, pela várzea e pelo rio arriba é de serventia do Concelho (...). Todas as fontes e ribeiras ao redor da Vila dois tiros de besta será para serviço da Vila e povo dela.

Neste trecho da carta é possível perceber também uma espécie de perímetro urbano e o conteúdo de seus limites, definidos pelo “montinho”, que se estende até “o caminho do varadouro”, abrangendo uma parte do rio Beberibe até fazendas privadas, e parte do mar com suas margens e arrecifes, além de fontes e ribeiras. Nota-se ainda, nessa passagem, a definição de um zoneamento espacial, na indicação da ocupação de determinadas áreas, como aquela entre o varadouro e os mangues, destinada à

implantação de “casas e assentos de feitorias”, e as “cinquenta braças de largo do rio”, para embarque e desembarque de moradores e outros serviços da Vila.

Olinda se destaca não apenas no contexto da Capitania de Pernambuco, mas dentro do universo urbanístico português, pelo próprio conteúdo deste documento, que apresenta descrições da paisagem, extensões métricas de área, como também indicações dos usos dos espaços urbanos, bem diferente do modelo de um foral, que convencionalmente se restringe a oficializar as formas de organização política e administrativa das terras doadas pelo Reino.

Segue-se a transcrição do Foral de Olinda (COSTA 1983):

CARTA DE DOAÇÃO DE 12 DE MARÇO DE 1537.

Duarte Coelho, Fidalgo da Casa de El-Rei Nosso Senhor, Capitão Governador destas Terras da Nova Luzitania por El-Rei Nosso Senhor.

No ano de 1537 deu e doou o senhor governador a esta sua Vila de Olinda, para seu serviço e de todo o seu povo, moradores e povoadores, as cousas seguintes: Os assentos deste monte e fraldas dele, para casaria e vivendas dos ditos moradores e povoadores, os quais lhes dá livres de foros o isentas de todo o direito para sempre, a as Varzeas das Vacas e de Beberibe e as que vão pelo caminho que vai para o Paço do governador, e isto para os que não têm onde pastem os seus gados, e isto será nas campinas para pacigo, e as reboteiras de matos para roças a quem o conselho as arrendar, que estão das campinas para o alagadiço e para os mangues, com que confinam as terras dadas a Rodrigo Álvares e outras pessoas.

O rossio que está defronte da Vila para o sul até o ribeiro e do ribeiro até a lombada do monte que jaz para os mangues do rio Beberibe, onde se ora faz o varadouro em que se corregeu a galeota, porque da lombada do monte para baixo para baixo, o qual o dito Senhor Governador alimpou para sua feitoria e assento dela, que é do montinho que está sobre o rio até o caminho do varadouro, e daí para cima todo o alto da lombada para os mangues será para casas e assentos de feitorias, até um pedaço de mato que deu a Bartolomeu Rodrigues, que está abaixo do caminho que vai para Todos os Santos.

A ribeira do mar até o arrecife dos navios, com suas praias, até o varadouro da galeota, subindo pelo rio Beberibe arriba, até onde faz um esteiro que está detrás da roça de Brás Pires, conjunta com outra de Rodrigo Álvares, tudo isto será para serviço da Vila e povo dela, até cinquenta braças do largo, do rio para dentro, para desembarcar e embarcar todo o serviço da Vila e povo dela, e daí para riba tudo que puder ser, demais dos mangues, pela várzea e pelo rio arriba é da serventia do Concelho.

Outrossim, dali mesmo do varadouro rodeando pela praia ao longo do mar até onde sai o ribeiro de Val de Fontes, todo o mato dessa dita praia até cinquenta braças adentro da terra, tudo será serventia e para serventia da Vila e povo, reservando que se não pode

dar a pessoa alguma. E da dita ribeira sainte de Val de Fontes até o rio Doce, que se chama Paratibe, tudo será serventia do povo e Vila até as várzeas, que serão pouco mais ou menos duzentas braças de largo, da praia para dentro das várzeas, porque do rio doce para banda do norte fica com o termo de Santa Cruz outro tanto ao longo do mar, duzentas braças pela terra adentro, de arvoredo para madeira e lenha do povo da Vila de Santa cruz, assim como atrás conteúdo é para a Vila de Olinda.

O Monte de Nossa Senhora do Monte, águas vertentes para toda a parte, tudo será para serviço da Vila e povo dela, tirando aquilo que se achar ser da casa de nossa senhora do monte, que é cem braças da casa ao redor de toda parte, e assim o Valinho que é da banda do nordeste rodeia todo o monte pelo pé, até o caminho que vai da dita Vila para o Val de Fontes, para o curral velho das vacas, que tudo é da dita casa de Nossa senhora do Monte.

E porque, por detrás do dito montinho, onde há de fazer o Senhor Governador a sua feitoria, até o varadouro da galeota, há de se abrir o rio Beberibe e lançar ao mar por entre as duas pontas de pedras, como tem assentado o Senhor Governador; entre o dito rio lançado novamente e as roças da banda de riba, de Paio Correia e da Senhora Dona Brites e o mato que está adiante, que ora é do Senhor Jerônimo de Albuquerque, há de ir uma rua de serventia ao longo do dito rio novo para serventia do povo, de que se possa servir de carros, que será de cinco ou seis braças de largo e rodeará pelo pé do montinho até o varadouro da galeota.

Todas as fontes e ribeiras ao redor desta Vila dois tiros de besta são para serviço da dita Vila e povo dela; fa-las-a o povo alimpar e correger à sua custa.

Todos os mangues ao redor desta Vila, que estão ao longo do rio Beberibe, assim para baixo como para cima, até onde tiver terra de arvoredo e roças ou fazendas pelo Senhor Governador, todos os ditos mangues serão para serviço da dita vila e povo. E assim os do rio dos Cedros e ilha e porto dos navios.

Os varadouros que estão dentro do recife dos navios e os que estiverem pelo rio arriba dos Cedros e de Beberibe e todo o varadouro que se achar ao redor da Vila e termo dela serão para o serviço seu e do seu povo.

Isto foi assim dado e assentado pelo dito Governador e mandado a mim Escrivão que disto fizesse assento e foi assinado pelo dito governador a 12 de março de 1537 anos.

Do conteúdo do foral se conclui que, no núcleo urbano, a doação ocorreu de duas formas: doação não onerosa de glebas urbanas e rurais, para os primeiros povoadores (companheiros de colonização); doação onerosa para o povo (moradores), através do pagamento do foro (regime de aforamento). Nas áreas rurais, foram doadas – sob o regime sesmarial – áreas agricultáveis destinadas ao externo.

O Foral estabelece um Plano de Ocupação:

- a) Local da Habitação: deveriam ser construídas “casarias e vivendas” para moradores e povoadores. No topo, localizavam-se as residências dos nobres

e, nas encostas, as destinadas ao povo. Termos utilizados no Foral de Olinda: “os assentos desse monte e fraldas dele, para casarias e vivendas para moradores e povoadores”.

- b) Área de Comércio: localizada na Lombada do Monte, destinava-se ao estabelecimento da Casa de Fazenda, da Alfândega e dos Armazéns. Termos utilizados no Foral de Olinda: “Porto dos Navios”, Ribeira do Mar (ligando o porto à vila), “o Varadouro”.
- c) Área de Abastecimento Alimentar: destinada ao cultivo da terra, voltada para a produção de subsistência. Eram áreas entregues a particulares. Termos utilizados no Foral de Olinda: “as roças de Brás Pires, Rodrigo Álvares, Paio Correia e Dona Brides”.
- d) Áreas de Uso Comum: localizadas próximo ao mar e destinadas aos encontros sociais (feiras de animais e festas litúrgicas), às manobras de guerra, constituindo-se em reserva para a expansão urbana. Termo utilizado no Foral de Olinda: “o Rocio”.
- e) Várzeas: situadas ao redor do núcleo urbano, eram destinadas à pastagem de gado. Termos utilizados no Foral de Olinda: “várzeas das vacas”, “a de Beberibe” e “as que vão pelo Caminho do Paço do Governador”.
- f) Mato da Praia: destinava-se à exploração restrita de lenha. Ia do Varadouro até o rio Doce.

As outras áreas que não estão definidas no plano eram áreas agricultáveis, destinadas ao plantio de cana-de-açúcar, para o comércio de exportação (OLIVEIRA, 1996).

Por não haver nenhuma representação cartográfica do ano de 1537 que mostre as principais ruas de Olinda, foi utilizado pelo Projeto Foral o Civitas Olinda, mapa de 1630, para a identificação dos lugares. Na figura 1, pode-se perceber o zoneamento indicado na Carta Foral.

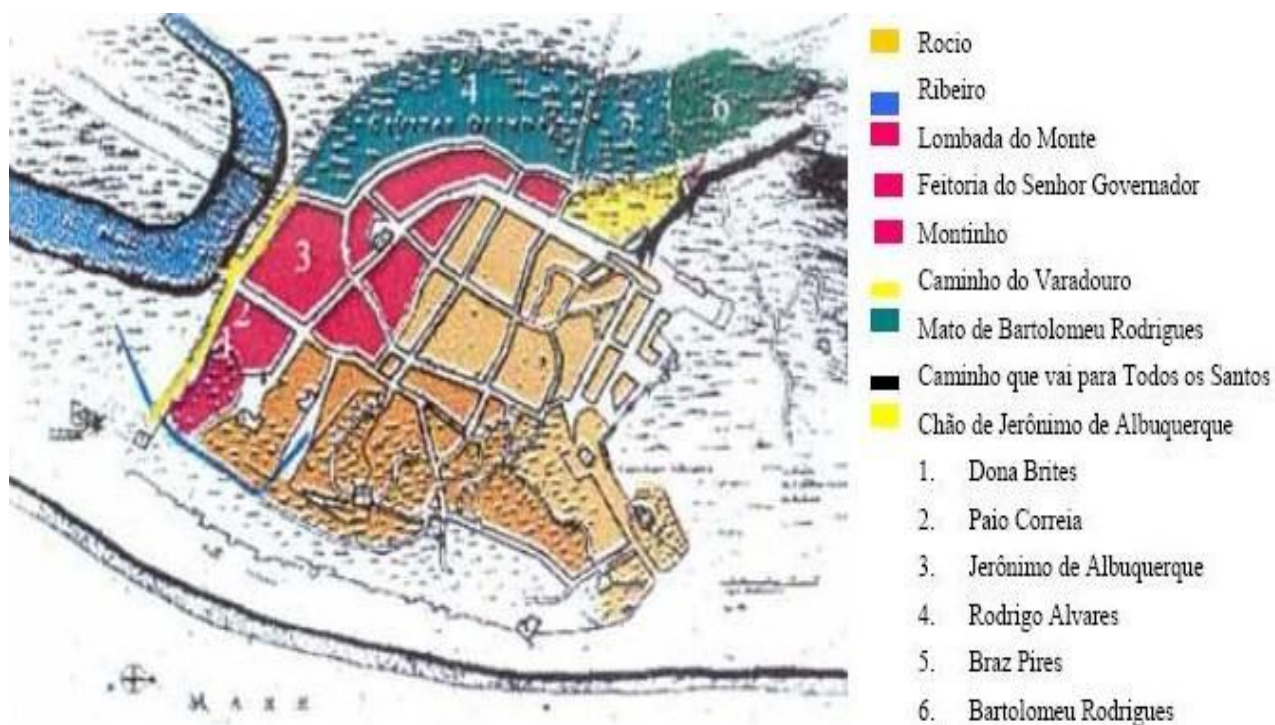


Figura 1. Representação da Carta Foral.

Fonte Prefeitura Municipal de Olinda (OLIVEIRA, 1996).

A Carta Foral inicia uma espécie de zoneamento que poderia ser comparado, hoje, com um Plano Diretor. Este zoneamento interfere na forma como os espaços se conectam. Mas, além do zoneamento, Duarte Coelho promove contínuo diálogo entre suas determinações e o lugar, em que é recorrente a referência às características ora do relevo, ora a acontecimentos passados, como se os espaços estivessem condicionados por sua morfologia, ou que sua morfologia os condicionasse. É muito clara a preocupação do donatário em definir as diversas áreas, seja de habitação, de roça, de abastecimento, de rocio, de pastagem, de fornecimento de madeira e lenha. Fica claro também a intenção de utilizar o rio Beberibe para o abastecimento d'água da vila, os mangues, como vegetação nativa, passam a fazer parte do texto do Foral, assim como outros elementos originais do sítio, revelando dessa maneira o quanto ele já era considerado importante no cotidiano dos habitantes.

Todos os mangues ao redor desta Vila, que estão ao longo do rio Beberibe, assim para baixo como para cima, até onde tiver terra de arvoredos e roças ou fazendas pelo Senhor Governador, todos os ditos mangues serão para serviço da dita vila e povo. E assim os do rio dos Cedros e ilha e porto dos navios. (Carta Foral)

Vale registrar também as informações sobre o Foral fornecidas por Valéria Agra Oliveira (Coordenadora do Projeto Foral da Prefeitura de Olinda). Ainda hoje, o Foral é considerado um documento de valor para a cidade de Olinda:

O Foral de Olinda

A comparação entre os procedimentos adotados nos forais pelos "concelhos" portugueses e o de Olinda, não nos diz muito, devido à adaptações administrativas que necessariamente ocorreram.

O Foral de Olinda, não possui a forma tradicional dos forais portugueses. Apresenta-se como uma carta de doação, não existindo no seu conteúdo:

1. as normas judiciais e penais
2. as diretrizes fiscais
3. os limites da jurisdição (termo da vila)

documento confere à povoação de Olinda o título de vila e estabelece Este um amplo patrimônio para o "concelho". O Foral de 1537, chega até os dias atuais legitimado, com força de lei, devido ao processo histórico, aos procedimentos administrativos e jurídicos adotados.

A História do Foral de Olinda

O Foral de Olinda, lavrado em 12 de março de 1537, pelo primeiro donatário Duarte Coelho, dois anos após a sua chegada a esta capitania, em 9 de março de 1535. Os primeiros vereadores, não tiveram o cuidado que requeria o códice original, portanto, em 1550 a Câmara solicita uma cópia ao donatário, a qual foi tirada do livro de tombo e matrícula. (da capitania) Com a Invasão Holandesa em 1630 e o incêndio de Olinda em 1631, o documento foi novamente perdido. Em 1654, após a restauração do domínio português em Pernambuco, o texto foi localizado no Mosteiro de São Bento de Olinda e dele foi feito um traslado em 1672. Através do ofício de 11 de agosto de 1677, os vereadores solicitaram ao Rei a confirmação da cópia do Foral de Olinda o qual foi legitimado pela provisão real, datada de Lisboa em 14 de julho de 1678, assinada pelo Príncipe Regente, o Conde Val de Reis.

Cópias Existentes

1º) cópia datada de 1675, existente no Arquivo Ultramarino (Lisboa), Pernambuco, papéis avulsos, caixa 6.

2º) cópia de 1723, no mesmo Arquivo, Pernambuco, papéis avulsos caixa 39;

3º) cópia de 1783, existente na Prefeitura de Olinda no Livro de Tombo nº 01 b ;

4º) cópia de 1822, conservada na mesma Prefeitura, livro intitulado "Foral";

5º) cópia de 1842, guardada no Mosteiro de São Bento de Olinda , códice "Monte, Documentos", 1776 - 1876 pp 1 a 4;

6º) cópia de cerca de 1876, do Instituto Arqueológico Pernambucano;

7º) copia de 1805 existente no Arquivo Público Estadual Pernambucano, Livro de Ordens Régias 1534-1824 pp 62 a 64;

Ação Demarcatória e Declaratória do Foral de Olinda

Só em 1709, cento e setenta e dois anos após a outorga do Foral, foi procedida ação demarcatória dos bens do "Concelho" pelo Ouvidor Régio, José Ignácio Arouche que realiza várias diligências necessárias ao processo:

1.inquirição sobre o Foral de Olinda, arrolando oito testemunhas moradores mais antigos da cidade .

1. vistorias nas áreas descritas na Carta de Doação.

1. inscrição das cartas de datas, nos livros de tombo, apresentadas pelos possuidores de terras.

1. sentença de 23 de setembro de 1710, na qual declara e demarca o patrimônio de Olinda, obrigando aos ocupadores do solo pertencente à Câmara, assinarem termos de aforamentos e reconhecimentos de foreiros.

A Importância do Foral de 1537

1. Do ponto de vista da história

É o documento mais antigo relativo à cidade. Esta carta exhibe no seu texto o primeiro plano diretor de Olinda, contendo propostas a nível territorial, funcional, social e ecológico.

1. É o único foral conhecido do país. Outros dois são citados, o de Santos de 1545 (Carlos Malheiros Dias - História da Colonização) e o de Piratininga de 5 de abril de 1558, (Varnhagen - História Geral do Brasil), porém nunca foram apresentados.

1. É o instrumento gerador de uma vasta documentação, (20.000 documentos) na forma de contratos de aforamentos, reconhecimentos de foreiros, contratos de obrigação, fiança e de responsabilidade.

1. Estes contratos formam cadeias sucessórias de proprietários, oferecendo um largo campo de pesquisas sobre a genealogia fundiária.

2. Do ponto de vista político e econômico

A ação demarcatória feita pelo Ouvidor Régio Jose Ignacio Arouche, em 1709, dá à Olinda o direito ao patrimônio descrito na Carta de Doação de 1537, aumentando o poder político e econômico de Olinda. Este fato agravou as rivalidades que redundaram na chamada Guerra dos "Mascates"

1. Crise territorial (entre a cidade de Olinda e o povoado do porto /Recife).

Crise de nacionalidade (entre brasileiros "mazombos" contra reinóis "mascates").

Crise econômica (produtores endividados "senhores de engenhos" contra comerciantes de açúcar, ligados aos mercados europeus "mascates").

Crise social ("aristocracia" e o povo)

3. Do ponto de vista da administração

A instituição do "Concelho" assentava num foral, diploma que regulava a administração, as relações sociais, os direitos e encargos dos moradores. Tratava-se da "lei orgânica local" e garantia o direito de propriedade.

A partir de 1500, os forais foram perdendo a característica de "estatutos" para assumirem a forma de "registros" dos encargos locais.

Face ao abandono e desconhecimento da Carta de Doação de 1537 e dos contratos de aforamentos, existentes nos livros de tombo deste município, alguns dos foreiros passaram a considerar as terras aforadas, inteiramente suas.

Tal interpretação é ilegítima, sendo este procedimento constatado, com indignação, também nos cartórios de registro geral de imóveis.

Essa transferência ilegal, do patrimônio de Olinda para mãos de terceiros é um ato que fere o legítimo direito de propriedade.

4. Do ponto de vista do direito

O direito da Prefeitura, na qualidade senhorial, isto é, de proprietária dos bens patrimoniais da antiga Vila de Olinda, é assegurado pelo princípio do direito de propriedade, pela irretroatividade das leis, pelo ato jurídico perfeito e acabado, pela irrevogabilidade do direito adquirido, pela relevância da

inscrição do Foral de Olinda e dos contratos de aforamentos no registro imobiliário.

O Foral de Olinda, é uma doação pura e simples, sem qualquer restrição e nenhum ato inequívoco o derogou, nem tão pouco se processou a anexação aos bens da União, pela via expropriatória.

Orientado por estes conceitos, o município de Olinda, resgata uma dívida do passado, tendo como objetivo maior, a reabilitação da cidade e consequentemente a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Instalada a sede da Capitania, Duarte Coelho inicia a doação de terras para promover o povoamento. A primeira das sesmarias doadas data de 24 de julho de 1540 (Livro do Tombo do Mosteiro de Olinda. Recife: Imprensa Oficial, RIAHGP, vol. XLI, 1948, P.287.), ao feitor e almoxarife da fazenda real Vasco Fernandes de Lucena, Cavaleiro da Casa Real. Esta sesmaria tinha uma légua de terras ao comprido por uma légua de terra de largura, situada ao norte de Olinda, no Jaguaribe; cabendo ao dito Vasco um quarto desta terra, e o restante, um quarto para cada um dos seus filhos: Clara Fernandes, Francisco Fernandes e Sebastião Fernandes. Nesta terra, Vasco Fernandes implantou uma fábrica de açúcar, a qual denominou de Engenho Jaguaribe. Esta sesmaria é a única encontrada lavrada pelo donatário Duarte Coelho (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda).

Muitas outras terras da Capitania foram doadas e, com isso, possivelmente, a notícia das doações tenha chegado a Portugal, visto que, nos anos subsequentes, várias pessoas começaram a vir para esta Capitania, implantando fábricas de açúcar e vivendas para suas moradias, o que acarretou a colonização e desenvolvimento econômico de Pernambuco, qualificando esta Capitania como a mais próspera no Sistema de Capitánias Hereditárias implantado no Brasil.

As cartas de Duarte Coelho ao rei, disponíveis nos arquivos da Torre do Tombo, são igualmente esclarecedoras. Quase 10 anos após a fundação da Vila de Olinda, o donatário expressa suas impressões e planos para além de sua Capitania, dizendo

Ser muito conveniente fazerem-se as povoações no Brasil distantes uma das outras, para assim, se dilatar a Nova Lusitânia e fazer grande a nova colônia e os inconvenientes que seguiram de mandar para lá degredados, porque pelas suas malfeitorias perdiam os portugueses o crédito com as Índias. (DUARTE, 1546. In: TT, ref.PT-TT-CC-1/78/105).

Ainda pensando na administração e no processo de povoamento do Brasil no final do século XVI, Duarte Coelho indica:

Certas pessoas que se ofereciam a povoar as capitanias perdidas, com a condição de que o rei lhes desse todo o Brasil daquela costa, juntamente as terras da Nova Lusitânia, pagando os dízimos e rendas de todas elas e dos prejuízos que disto seguia à sua Real fazenda. (DUARTE, 1551. In: TT, ref.PT-TT-CC-1/82/88).

Sobre a Capitania de Pernambuco, assim relata Frei Vicente do Salvador (1975:114), no século XVII:

As cinqüenta léguas de terra desta capitania se contêm do rio de São Francisco (...) até o rio de Igarçu (...) e chama-se de Pernambuco, que quer dizer mar furado, por respeito de uma pedra furada por onde o mar entra, a qual está vindo da ilha de Tamará. E também se poderá assim chamar por respeito do porto principal desta capitania, que é o mais nomeado e freqüentado de navios que todos os mais do Brasil, ao qual se entra pela boca de um recife de pedra tão estreita que não cabe mais de uma nau enfiada após outra e entrando desta barra ou recife para dentro, fica logo ali um poço ou surgidouro, onde vêm acabar de carregar as naus grandes, e nadam as pequenas carregadas de cem toneladas ou pouco mais, para o que está ali uma povoação de duzentos vizinhos com uma freguesia do Corpo Santo, de quem são os mareantes mui devotos, e muitas vendas e tabernas e os passos de açúcar, que são umas lagoas grandes onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios. Esta povoação, que se chama do Recife, está em oito graus, uma légua da vila de Olinda, cabeça desta capitania, aonde se vai por mar e por terra (...)

O Recife, porto da vila de Olinda, distante cerca de uma légua, era uma povoação de 200 pessoas e uma ermida. Era importante local de trocas entre a metrópole e a colônia, possibilitando o ir e o vir de pessoas e coisas por navios, tão próprio ao século XVI.

Neste porto de Olinda se entra pela boca de um arrecife de pedra ao sudoeste e depois norte sul (...) por esta boca entra o salgado pela terra dentro uma légua, ao pé da vila; e defronte do seu surgidouro dos navios faz este rio outra volta deixando no meio uma ponta de área onde está uma ermida do Corpo Santo. N'este lugar vivem alguns pescadores e oficiais da ribeira, e estão alguns armazens em que os mercadores agasalham os açúcares e outras mercadorias (...) perto de uma légua da boca d'este arrecife está outro boqueirão, que chamam a Barreta, por onde podem entrar barcos pequenos estando o mar borranço (...).

Desde sua origem, o Recife é marcado por dois elementos fisiográficos que se tornaram peculiares na paisagem da cidade: os arrecifes e os rios Capibaribe e Beberibe. Os primeiros, que deram o nome à cidade, são relatados por Bento Teixeira (XVI) em sua Prosopopéia, como: “Uma cinta de pedra, inculta e viva, ao longo da soberba e larga costa, onde quebra Netuno a fúria esquiva”. (apud MELLO, 1987). Esta muralha protetora serve como defesa natural do continente e é caracterizada pelos arrecifes que circundam o istmo.

O rio Capibaribe, “ ... elemento marcante na construção e estruturação dessa cidade” (MELLO, 2003:49), nasce na Serra do Jacarará, nos Cariris Velhos, nos limites do Brejo da Madre Deus com Poção, a uma altitude de mil metros e, junto com os seus nove afluentes, percorre 253 quilômetros, entre sua foz e o litoral da cidade do Recife (CHACON, 1959:18).

A disposição urbana da Povoação dos Arrecifes, segundo Menezes (2007), era simples e condicionada pela estreita faixa de terra seca. As edificações civis e religiosas foram dispostas ao longo dessa faixa, tendo uma rua por eixo, um largo com uma ermida, becos e ruelas estreitos e transversais cercados por paliçada de madeira de pau-a-pique, além das três portas: uma, no lado do mar, com seu trapiche; outra, no lado do istmo ou da terra voltada para a vila de Olinda, e a terceira, voltada para a ilha de Antônio Vaz.

Gabriel Soares de Sousa (2000:58-59) dizia:

[...] É tão poderosa esta capitania que há nela, mais de cem homens que tem de mil até cinco mil cruzados de renda, e alguns de oito, dez mil cruzados. Desta terra saíram muitos homens ricos para estes reinos que foram a ela muito pobres, com os quais entram cada ano desta capitania quarenta e cinquenta navios carregados de açúcar e pau-brasil, o qual é o mais fino que se acha em toda a costa [...].

A narrativa do português Gabriel Soares de Souza, intitulada *Tratado Descritivo do Brasil*, em 1587, considerada como uma das mais antigas, destaca a natureza em sua pujança, descreve a paisagem natural de modo a mostrar como ela era irresistível aos viajantes, intrépidos desbravadores, e indica a composição territorial,

econômica e social da vila de Olinda, centro do poder e da riqueza colonial, e do seu porto no Recife. A posse e o domínio dos lugares eram de acordo com a bravura dos capitães e comandantes militares dos mares e das terras, mas aos engenheiros militares, naturalistas e demais cientistas que por aqui vieram cabia a tarefa de examinar, conhecer e registrar os ambientes estranhos, dando-lhes uma significação. Ambos os exercícios, de comando e de investigação, constituíam-se em atos de audácia e de autoridade, embora realizados de forma diversa.

Pero de Magalhães Gandavo dedica o segundo capítulo de seu livro às descrições *Das Capitánias de Povoações de Portugueses que há nesta província*, apresentando uma espécie de síntese do conteúdo e dinâmica de cada uma delas, comentando, após a narrativa sobre a Capitania de Itamaracá:

A segunda Capitania que adiante se segue, se chama Pernambuco: a qual conquistou Duarte Coelho, e edificou sua principal povoação em um alto à vista do mar, que está cinco léguas desta ilha de Itamaracá em altura de oito graus: chama-se Olinda, é uma das mais nobres e populosas vilas que há nestas partes. Cinco léguas pela terra dentro está outra povoação chamada Igarassu, que por outro nome se diz a Vila dos Cosmos. E além dos moradores que habitam estas Vilas há outros muitos que pelos engenhos e fazendas estão espalhados (...) (GANDAVO, 1980).

Em seu texto, um outro núcleo povoado é mencionado. Os engenhos e sua produção também são descritos com relativo vagar:

Tem vinte e três engenhos de açúcar posto que destes três ou quatro não são acabados. Alguns moem com bois, a estes chamam trapiches, fazem menos açúcar que os outros: mas a maior parte dos engenhos do Brasil moem com água. Cada engenho destes um por outro, faz três mil arrobas cada ano, nesta Capitania se faz mais açúcar que nas outras, por que houve ano que passaram de cinquenta arrobas, ainda que o rendimento deles não é certo, são segundo as novidades e os tempos que se oferecem (GANDAVO, 1980).

Um outro complexo edificado citado por Gandavo como importante elemento na dinâmica colonial é o porto:

O porto onde os navios entram está uma légua da povoação de Olinda; servem-se pelas praias e também por um rio pequeno que vai dar junto da mesma povoação. A esta Capitania vão cada ano mais navios do Reino que a nenhuma das outras. Há nela um mosteiro de Padres da Companhia de Jesus” (GANDAVO, 1980) .

Sobre o porto, comenta ainda:

Uma légua da povoação de Olinda para o Sul está um arrecife ou baixo de pedras, que é o Porto onde entram as embarcações. Tem a serventia pela praia e também por um rio pequeno que passa por junto da mesma povoação (GANDAVO, 1980).

Acerca dos elementos naturais, seu discurso se restringe à indicação dos rios. Na Capitania de Pernambuco, o rio São Francisco é o único referenciado com a toponímia, aparecendo com certo destaque em relação aos demais, citados também pela sua caracterização:

Há dois rios caudais até a Bahia de Todos os Santos; um se chama de São Francisco, está em dez graus e meio, o qual entra no mar com tanta fúria que vinte léguas pelo mesmo mar correm suas águas. Outro Rio está em onze graus e dois terços que se chama o Rio Real, também é muito Grande e correm muito suas águas pelo mar. (GANDAVO, 1980).

Conforme relata Gomes:

A Capitania de Pernambuco representava um pólo colonial de interesse da metrópole. Era a mais próspera, a mais povoada, e com uma produção açucareira regular e com investimentos pessoais realizados por Duarte Coelho. Em 1580, era a principal região produtora de açúcar no Brasil, contando com sessenta e seis engenhos moentes (1998:9).

Gabriel Soares de Souza ocupa os primeiros capítulos de sua obra com a descrição da costa colonial brasileira, dos quais três são dedicados à abordagem da Capitania de Pernambuco, sempre seguindo uma certa homogeneidade dissertativa, em que os rios aparecem como limites territoriais, os portos e as povoações são apresentados sob a referência de distância e de acessos, dentre as quais Olinda é apontada como a mais importante da Capitania. O autor afirma que:

Esta villa de Olinda terá setecentos visinhos pouco mais ou menos, mas tem muito mais no seu termo porque cada um d'estes engenhos vivem vinte e trinta visinhos, fóra os que vivem nas roças, affastados delles, que é muita gente; de maneira que, quando for necessário ajuntar-se toda esta gente com armas, pôr-se-hão em campo mais de três mil homens de peleja com os moradores da villa de Cosmos, entre os quaes haverá quatrocentos homens de cavalo (SOUSA, 2000).

Vinte e cinco anos após a publicação do tratado de Gabriel Soares, Diogo de Campo Moreno escreve, por solicitação do Rei Filipe II, de Portugal, o *Livro que dá Rezão ao Estado do Brasil* (MOTA; CORTESÃO,1999), referente às informações estatísticas, econômicas, militares e geográficas das capitanias. Também seguindo uma uniformização na apresentação dos dados, o sargento-mor do Reino não apenas indica a existência de portos, engenhos, povoações e relações entre elas, acompanhados por mapas da autoria de Luís Teixeira, como também oferece informações relevantes para o entendimento da organização da colônia acerca da ocupação do território. Vale mencionar que, ao descrever os núcleos habitados do sul da Bahia, Diogo de Campos Moreno faz menção direta à estreita relação entre a Igreja e a urbe, ao dizer que: "*Este Rio das Caravellas se despovoou por falta de quem lhes dicesse missa (...)*":

No rio das Caravellas particularmente donde comessão os Abrolhos como se ve no ponto F na carta que se segue fol. 17 por sua disquirição e sitio forte e fertil se podem fazer grandes povoações e ja nesta parte se principiãrão mostrando proveito tanto que se julgou ser este lugar mui a preposito para o fundamento da Capitania por sua fertilidade porem os Antigos fundarão nas mais importantes barras, e maiores portos tendo o sentido no comercio, navegação e grandeza dos navios por que sem comparação fazem diferença os de Santa Crus e Porto Seguro a todos os outros que como vemos são barras de caravellas e de barquos (MORENO, 1616:11).

Sobre o sistema defensivo, o autor ainda observou, sobre a vila de Olinda, que,

... em nenhum tempo pode ter fortificação que asegure suas cousas por ser como se vee em asento alto (...) as trincheiras da praya que he a mayor fortificação em que estribão não he de nenhum efeito para casos repentinos de gente resoluta quanto mais para hum caso pensado no qual ainda os altos muros e largas cavas não asegurão totalmente hum povo bizonho. (MORENO, 1616:80).

Moreno justificava a fragilidade da vila, em termos de proteção militar, por estar situada em uma colina, e ao mesmo tempo não possuir estruturas fortificadas suficientemente compostas para exercer a função de defesa em situações imprevistas, muito menos em ações planejadas do inimigo.

Sobre a questão específica da ocupação espacial, Moreno fala de Olinda, diferente das demais localidades por ele registradas: "*(...) como se vee em asento alto, e barrancoso, as casas esparzidas, e as ruas de modo desencaminhadas que cada huma per sim faz hum bairro, e as igrejas distantes, e desacompanhadas (...)*" (1616:80).

Nesta parte de seu discurso, é possível perceber a situação da vila, no alto de uma colina, e seus principais elementos compositivos – casas, igrejas e ruas – descritos de maneira a sugerir sua organização espacial: as “ruas desencaminhadas”, “igrejas distantes” e “desacompanhadas”. Características que podem ser interpretadas, neste primeiro momento, como ruas sem direcionamentos rígidos, igrejas afastadas das áreas de aglomeração e de implantação isolada.

As impressões portuguesas sobre Pernambuco, consideradas a partir das palavras de Gandavo, Sousa e Moreno, compartilham de um mesmo conjunto de temas abordados, quais sejam, os rios, os portos, as fortificações, as vilas e os engenhos, estes últimos apresentados como o grande marco da ocupação da Capitania.

Tanto quanto os engenhos, o número de habitantes que povoavam as vilas e toda a região de Pernambuco também foi bastante mencionado. Essas duas referências – os engenhos e o número de habitantes, dão a esses registros um caráter propagandístico acerca da nova colônia, indicando sua prosperidade em termos de comércio e de habitabilidade. Essas referências também são usadas para justificar a preocupação notável desses escritores em informar sobre a necessidade de fortificar a Capitania e como este território poderia ser protegido em caso de investidas.

Acerca do tema das fortificações, ressalta-se o discurso de Moreno, cujo olhar notoriamente tendia para as questões de segurança do território, obviamente por sua formação militar, o que não lhe deixou escapar a descrição dos aspectos físicos da sede da Capitania, tais como a configuração do sítio de ocupação, das ruas e aspectos relativos à localização de edifícios.

Ainda acerca dos elementos naturais, ao atentarem para a descrição dos rios Gandavo e Sousa informam sobre aspectos outros tão importantes para o entendimento do núcleo urbano colonial quanto sua forma e organização espacial reveladas por Moreno. Eles registraram as características favoráveis à navegação, portanto, indicaram os acessos aos povoados, permitindo o entendimento dos rios como um elemento-chave para conhecer a dinâmica da colônia. Esses portugueses mostraram, pois, um Pernambuco próspero comercialmente, favorável à habitação, acessível em termos de caminhos fluviais, mas pouco capaz de se proteger. Os três escritores se aproximam na

menção do sítio ocupado, sempre descrevendo-o enquanto portador de um relevo acidentado.

Especificamente sobre a Capitania de Pernambuco, Van der Dussen aborda, em relatório de 1639, os seguintes itens: portos, rios, jurisdições, cidades, freguesias e engenhos, aldeias e fortificações.

Esses itens não são descritos de forma homogênea. As cidades que, na verdade, são vilas, excetuando a Maurícia _ “*Vila Antiga de Igarassu, Vila de Marim de Olinda, Vila de Olinda, Maurícia, que abrange o Recife e Antônio Vaz, Vila Bela de Ipojuca, Vila Formosa de Serinhaém*”... (VAN DER DUSSEN, 1947:30), são apenas mencionadas. Os engenhos são registrados pelos seus nomes e de seus lavradores, indicados separadamente por jurisdição e, ao final de cada levantamento, há a descrição de quantos existiam e quantos estavam em funcionamento, concluindo o autor que havia, na Capitania de Pernambuco, “*121 engenhos, dos quais cerca de 87 moem, sendo incerto que quantidade de açúcar produzirão*” (VAN DER DUSSEN, 1947:62).

As partes da “história” de João de Laet (1636), publicada em 1916, referente à Capitania de Pernambuco informam sobre os lugares povoados, detendo-se na descrição, pouco sistemática, de algumas localidades que considera mais expressivas, como Olinda, Recife e Igarau. E mesmo tais descrições não são uniformes, constando da primeira informações mais detalhadas em relação às tipologias arquitetônicas e localização de edifícios, além de caracterizações do sítio. Oscilando entre descrições qualitativas e quantitativas, Laet indica ainda a existência de engenhos, portos e rios. Esses últimos não apenas são enumerados, como também apresentados como um percurso da costa pernambucana, informando sobre as características gerais desses caminhos no que diz respeito à navegação: profundidade das águas, aspectos das margens e do movimento das águas, os perigos naturais e as melhores entradas e acesso às áreas povoadas.

A Capitania de Pernambuco, por volta de 1573, estava povoada apenas em sua área litorânea, uma vez que a sua colonização se deu a partir do extremo norte, mais precisamente na Vila de Igarau.

A interiorização da Capitania de Duarte Coelho começou com a conquista da várzea do rio Capibaribe, concluída na metade dos anos 1550. A partir daí, a indústria açucareira iria se expandir em Pernambuco, igualar a da Ilha da Madeira lá pelos anos 1560, e logo ultrapassá-la, tornando-se a capitania de Duarte Coelho o maior produtor individual de açúcar de cana do mundo. O crescimento do Recife seguiu esse mesmo trajeto, talhado pelo Capibaribe principalmente, e, secundariamente, pelo Beberibe. Navegável por duas léguas a partir de sua foz, o Capibaribe tornou-se uma verdadeira estrada para o escoamento do açúcar produzido nos engenhos da sua várzea. Engenhos que, pouco a pouco, se transformaram em povoações e, os mais próximos do porto, atualmente, em bairros da cidade.

2.5. Os engenhos de açúcar de Pernambuco: elementos de estruturação da lógica de planejamento português

A escolha do produto tropical, a cana-de-açúcar, não foi casual. Contava a seu favor a experiência dos colonos portugueses com o cultivo da cana e a manufatura do açúcar na Madeira e outras ilhas do litoral africano. Da Madeira, de fato, a produção de açúcar passara ao arquipélago dos Açores, ao de Cabo Verde e à ilha de São Tomé. Essa experiência anterior teve enorme importância para a implantação de engenhos no Brasil, pois familiarizou os portugueses com os problemas técnicos ligados à lavoura da cana e ao fabrico do açúcar, motivando em Portugal, ao mesmo tempo, a invenção e o aperfeiçoamento de mecanismos para os engenhos.

Em Pernambuco, com Duarte Coelho, a cultura da cana foi iniciada nas várzeas próximas a Olinda e ao Recife, onde se localizava o porto e, à proporção que aumentavam a demanda do produto e a população, ela ia se expandindo para o sul e para o norte, pelos vales dos rios que deságuam no Atlântico. Com certeza, as condições climáticas, geográficas, adaptação do solo etc. também contribuíam para a implantação dos engenhos, mas isso não significa que foram os condicionantes em relação à distribuição e organização espacial dos mesmos.

Com os engenhos espalhados pelas várzeas dos rios Capibaribe, Beberibe, Jaboatão e Una, a Capitania Duartina viu florescer a civilização do açúcar, fonte da

riqueza responsável pela construção de todo um patrimônio artístico e cultural ainda hoje presente em suas fronteiras.

O engenho-de-açúcar foi, desde os primórdios da colonização, uma espécie de célula formadora da civilização que se implantou com a cultura do açúcar em terras brasileiras, como bem demonstra Gilberto Freyre (1980). O engenho-de-açúcar tornou-se a primeira base econômica e o persistente modelo de forma ou de configuração social de todo um vasto sistema de organização de economia e de família, de sociedade e de cultura, que das terras de cana-de-açúcar se comunicaria a outras terras e constituiria o fundamento da unidade dinâmica daquela parte da América, em que os portugueses, com auxílio do ameríndio, e principalmente do africano, desenvolveriam um tipo novo de civilização.

[...] Mas as formas sociais que condicionariam esses outros ajustamentos regionais de substâncias, seriam as que primeiro se desenvolveriam naquelas terras as de cana-de-açúcar e em torno dos seus engenhos de animais, de rodas d'água e a vapor: um sistema de relações dos homens com a natureza e dos homens entre si caracterizado pela preponderância da organização patriarcal de economia inclusive de trabalho: durante longo tempo, o escravo de família e de sociedade (FREYRE, 1980).

Antonil, em seu livro clássico (1976), verdadeiro manual para quem quisesse se estabelecer no Brasil, como agricultor de cana-de-açúcar, observa que existiam, no Brasil, dois tipos de engenho: o engenho real, para agricultores de grandes cabedais (posses) e as engenhocas, um tipo de fábrica de menor proporção, necessitando os primeiros de cerca de 150 a 200 escravos. O engenho real, tão bem representado em quadros e desenhos de Frans Post, era movido a água e sua produção chegava a 4000 pães (formas) de açúcar, incluindo as canas moídas de sua propriedade e a dos lavradores sem engenho. Num só engenho real estariam reunidos os mais diferentes profissionais, todos indispensáveis para o sucesso do empreendimento.

O crescente aumento do número de engenhos em Pernambuco é confirmado pelas narrativas dos primeiros anos: 23 em 1570 (GANDAVO), 66 em 1583 (CARDIM) e 77 em 1608 (CAMPOS MORENO). O preço da arroba do açúcar branco em Lisboa passou de 1\$400, em 1570, para 2\$020, em 1610 (SIMONSEN, 1977).

A agroindústria do açúcar veio modificar a paisagem pernambucana daqueles primeiros anos da colonização. O canavial, como se fosse um rio a transbordar do seu próprio leito, espalhou-se pelas várzeas, galgou as pequenas serras, derramou-se pelas encostas, encheu de verde-cana o horizonte, substituindo o verde da floresta tropical. Graças a essa nova ordem econômica, o açúcar passou de especiaria de alto luxo, vendido em boticas, para o alcance das classes de menor poder aquisitivo.

Poucos anos depois do início da colonização, os engenhos espalharam-se ao longo da costa, onde houvesse abundância de lenha, aproveitando os deltas dos rios, de modo a facilitar o transporte.

Segundo Afonso Arinos de Mello Franco (1944):

No Brasil, o verdadeiro núcleo populacional seria o engenho com suas construções, população, igreja e transportes, o que acabou por gerar, em termos demográficos, uma dispersão. Identificado com a idéia de civilização material, afirma que, no Brasil, reproduziram-se os modelos reinóis (que teriam recebido forte influência moura, africana, asiática e judia), nos quais as povoações apresentavam “habitantes amontoados em ruas sinuosas e estreitas.

Mello Franco reconheceu como embriões as feitorias, as vilas fortificadas e as aldeias indígenas, afirmando que os aglomerados dos nativos formavam um conjunto orgânico que obedecia a um plano.

Na busca de respostas às questões relativas à problemática sobre a “lógica de planejamento português nas terras brasileiras”, foi feita esta pesquisa, tendo como objeto de estudo a distribuição dos primeiros engenhos na Capitania de Pernambuco, no período de 1535-1554.

De acordo com a literatura, é possível que o primeiro engenho fosse o “Engenho do Salvador”, pertencente ao donatário Duarte Coelho, no Beberibe; o segundo, chamado de “Engenho Beberibe ou Engenho Velho”, de propriedade de Jerônimo de Albuquerque, também chamado de “Engenho Nossa Senhora da Ajuda”. Segundo a narração de Frei Vicente do Salvador, o terceiro engenho pertencia a Afonso Gonçalves e foi construído em Igaraçu; o quarto engenho, o “Engenho Santiago”, em Olinda, de

Diogo Fernandes; o quinto seria o “Engenho de Jaguaribe”, pertencente a Vasco Fernandes de Lucena (COSTA PORTO, 1965:23).

Estes dados, Costa Porto apresentou no seu artigo “Os Primeiros Cinco Engenhos Pernambucanos” (1969), no qual cita trecho da carta de Duarte Coelho, datada “desta vylla d’Olinda, a 24 de novembro de 1550”, que falava da Capitania com certo otimismo. O quadro da terra nos anos 1550 se mostrava promissor: “ ... ao presente estamos de paz e pacíficos... e estes cinco engenhos estão de todo moentes e correntes e cada dia se fazem mais fortes as casas deles, pela maneira de um que tenho feito”.

O donatário, desde que chegara ao Brasil, ocupava todo o tempo domando a rebeldia do selvagem – primeiro o Tabajara do Norte, depois o Caeté do Sul – e, vendo a terra pacificada, inicia a implantação dos engenhos. Em abril de 1542 envia carta ao Reino, informando que dera ordem “ ... a se fazerem os engenhos que de lá trouxe contratados”.

Vale destacar a observação de Varnhagen (1975) sobre a produção de açúcar antes da chegada de Duarte Coelho. Varnhagen recorda que D. Manuel, em 1516, determinou ao feitor e oficiais da Casa da Índia que dessem “ ... machados e toda a ferramenta às pessoas que fossem povoar o Brasil” e, ainda, “ ... procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar”.

Varnhagen ainda alude a documentos comprobatórios de que, em 1526, entrava em Lisboa, pagando os respectivos tributos, açúcares “de Pernambuco e Itamaracá”. Portanto, esta entrada de açúcar pernambucano em Lisboa, já em 1526, mostra, sem sombra de dúvidas, que haveria então, na região, no mínimo ensaios da agroindústria do canavial, não apenas lavouras plantadas, mas engenhos fabricando açúcar. No entanto, essas informações não indicam exatamente em que faixa do litoral pernambucano se cultivava estes canaviais, onde teriam sido fundados estes engenhos.

Apesar de não se ter conhecimento do local exato dessa produção de açúcar, a informação é importante para esta tese, pelo fato de deixar claro que, em 1526, já havia,

nesta capitania, produção do açúcar como atividade econômica. Provavelmente, o fato deveria ser do conhecimento do donatário, o que justificaria a adoção da produção de açúcar para dar sustentabilidade à sua Capitania.

De acordo com a carta de 1542, pode-se concluir que o primeiro engenho de Pernambuco, ao menos na fase donatária, terá sido o que Duarte Coelho informa que estava sendo concluído. Conforme a carta de 1550, a capitania teria cinco engenhos, o que leva a concluir que, em oito anos apenas, foram instalados mais quatro engenhos, uma média de um engenho a cada dois anos. O que significa que a marcha penetradora se processava devagar (COSTA PORTO, 1969).

Como já foi dito anteriormente, o primeiro engenho, do qual pouco se sabe, seria, sem dúvida, o do donatário. Segundo Frei Vicente do Salvador (1975), estava situado “... a uma légua da vila”, o que confere com a narração do Padre Rui Pereira, em carta de 1561, de que, chegados os padres a Olinda, logo no dia seguinte recebiam a visita de D. Beatriz (ou Brites), viúva do donatário, que muito cedo saíra de seu engenho “... fora da vila uma légua” (Cartas Avulsas, 1997). Tudo indica que seria aquele engenho que, na carta de abril de 1542, Duarte Coelho informava estar em vias de conclusão, e a que ainda alude na carta de 1550, registrando que as novas casas se construíam (COSTA PORTO, 1969).

O segundo engenho seria o de Jerônimo de Albuquerque, conforme narração do Frei Vicente do Salvador (1975). De invocação a Nossa Senhora da Ajuda, passando a ser conhecido como Engenho Beberibe, ou Engenho Velho, ou Engenho Nossa Senhora da Ajuda. Ao longo do tempo, caiu em fogo morto (foi desativado), substituindo a atividade açucareira pela exploração de cal. Dele foi herdado o nome de “Forno da Cal”, em que depois foi instalada a empresa da Fosforita de Olinda, S/A.

O terceiro engenho teria sido o de Igaraçu, pertencente a Afonso Gonçalves. Segundo Frei Vicente, após chegar aos Marcos, Duarte Coelho “... deu ordem a se fazer a vila de Igaraçu”, tarefa dada a Afonso Gonçalves, cujos parentes, vindos de Viana, “... começaram a lavrar a terra ... plantando mantimentos e canas de açúcar, para o qual começava já o capitão a fazer um engenho”. Sobreveio, porém, o levante dos Tabajara, quando Igaraçu foi cercada, morrendo Afonso Gonçalves nas lutas.

O quarto engenho poderia ser o de Diogo Fernandes, casado com Branca Dias, ambos citados nas Denúncias de Olinda. Diogo montou um engenho “... de Camaragibe, da invocação de São Santiago”; no entanto, os Caetés o destruíram, ficando ele na miséria, passando a trabalhar em roças e na marinha, sustentado pela mulher, que em Olinda, na Rua de Palhais, mantinha uma espécie de Escola Doméstica para as moças da vila. Nas Denúncias pode-se ver o registro de que o Engenho Santiago (antigo Camaragibe) passara a pertencer ao cristão-novo Bento Dias Santiago.

O quinto engenho em alguns documentos está registrado como Engenho Jaguaribe, no entanto também foi mencionado como Engenho Aiamã ou Inhamã; o importante é que pertenceu a Vasco Fernandes Lucena, almoxarife régio de Olinda e feitor de Duarte Coelho, cidadão de confiança do donatário. Duarte Coelho doou a Vasco Lucena, em 1540, uma data de terra, com “... uma légua de cumprido e outra de largo”, em Jaguaribe, devendo Vasco repartí-la “... pelos ditos filhos, como verdadeiro pai, para que não tenham nenhuma baralha uns com os outros”.

Quando Duarte Coelho morreu, em 1554, sua capitania era apenas uma “ilha”, no sentido freiriano da expressão, compreendida entre Igaraçu, ao norte, e a várzea do Capibaribe, ao sul; nela, situavam-se as cinco fábricas de açúcar existentes. A expansão territorial foi continuada pelos seus filhos e seu cunhado Jerônimo de Albuquerque que, a pretexto de combater a hostilidade do gentio, encetaram, a partir dos anos sessenta, a conquista da área litorânea entre os montes Guararapes e a região de Porto Calvo. Na ribeira do Capibaribe, Mussurepe era o extremo dos canaviais, embora a fronteira de roçados e de currais se prolongasse até a altura de Lagoa do Carmo ou Limoeiro, onde a cartografia holandesa registrara os derradeiros topônimos. Foi sobretudo pela várzea do Capibaribe que se adentrara essa modesta ocupação e onde se verificara maior proporcionalidade entre a área de produção açucareira e a de subsistência.

A cultura de cana teve que se adaptar. Enquanto na mata norte os canaviais ficaram circunscritos às várzeas quaternárias recortadas pelos tabuleiros, às várzeas fluviais e às encostas suaves, fugindo das chãs e dos tabuleiros interflúvios, na mata sul eles podiam caminhar desimpedidamente pela superfície de “meias laranjas”, poupando apenas, para fornecimento de lenha aos engenhos, os cimos das colinas, onde se refugiaram os restos da Mata Atlântica (CABRAL DE MELLO, 2000).

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa verificou-se a necessidade de ampliar a busca de outros engenhos do século XVI, para uma melhor compreensão da lógica de ocupação portuguesa. Uma lógica com base nos engenhos de açúcar como um dos elementos estruturadores da colonização. É interessante observar que são engenhos do século XVI; com o passar do tempo, alguns se transformaram em bairros da cidade do Recife.

A localização dos equipamentos e a própria fundação do engenho em si levava muito em conta as características geofísicas do sítio, e daí o importantíssimo papel dos rios e cursos d'água. Interesses que vão se casar perfeitamente com o sítio geográfico recifense, todo recortado por rios e ainda não ocupado, havendo uma aglomeração apenas na ilha portuária, na desembocadura dos rios Capibaribe e Beberibe no oceano.

1. ENGENHO DA MADALENA (século XVI)

Construído no século XVI por Pedro Afonso Duro, casado com Madalena Gonçalves. O bairro da Madalena originou-se desse engenho, conhecido como Engenho da Madalena ou Engenho Mendonça, por pertencer a João Mendonça, em 1630. No fim do século XVIII, teve como proprietário João Rodrigues Colaço e família, até ser extinto como engenho de açúcar. A casa-grande, conhecida como Sobrado Grande da Madalena, pertenceu ao Conselheiro João Alfredo de Oliveira, no século XIX. Hoje, abriga o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

2. ENGENHO DA TORRE (século XVI)

Fundado no século XVI, era conhecido como Engenho Marcos André. Passou a ser chamado de Engenho da Torre em alusão à torre da capela do engenho, dedicada a Nossa Senhora do Rosário. O bairro da Torre originou-se desse engenho. Em 1653, os holandeses dominaram o engenho e construíram uma fortaleza para atacar o Forte do Arraial Novo do Bom Jesus. Com a derrota holandesa, em 1654, o engenho foi destruído. Restaurado por seu proprietário, Antonio Borges Uchoa, posteriormente pertenceu à família Rodrigues Campelo, até ser extinto como engenho de açúcar. Hoje, no local da casa grande, funciona o Grupo Escolar Martins Júnior.

3. ENGENHO CASA FORTE (século XVI)

Fundado no século XVI, por Diogo Gonçalves, deu origem ao bairro de Casa Forte. A casa do engenho e a capela de Nossa Senhora das Necessidades ficavam numa campina, onde está situada, atualmente, a Praça de Casa Forte. Em 17 de agosto de 1645, ocorreu a Batalha da Casa Forte, para libertar senhoras pernambucanas presas pelos holandeses na casa-grande, pertencente a Ana Paes. Em 1810, o engenho foi adquirido pelo Padre Roma, uma das figuras da Revolução Republicana de 1817. Em 1911, no local da casa grande, a Congregação da Sagrada Família fundou um colégio, em funcionamento até hoje.

4. ENGENHO DE SÃO PANTALEÃO DO MONTEIRO (século XVI)

Existente desde o século XVI, o Engenho de São Pantaleão do Monteiro situava-se na margem esquerda do rio Capibaribe, lugar de origem do bairro do Monteiro. Pertencia a Manuel Vaz e sua mulher, Maria Rodrigues. Foi vendido, em 1577, a Jorge Camelo e sua mulher, Isabel Cardoso. Em 1593, foi adquirido por Maria Gonçalves Raposo. Em 1606, tinha como proprietário Francisco Monteiro Bezerra, passando a ser conhecido como Engenho do Monteiro. No Largo do Monteiro existem, até hoje, a coluna e a mureta, em ruínas. São os últimos resquícios do Engenho de São Pantaleão do Monteiro.

5. ENGENHO DE APIPUCOS (século XVI)

Surgido no final de 1577, originário do desdobramento das terras do Engenho de São Pantaleão do Monteiro, situava-se na margem esquerda do rio Capibaribe, dando origem ao bairro de Apipucos. Seu proprietário era Leonardo Pereira. Pertenceu a Jerônima de Almeida e, posteriormente, a Gaspar de Mendonça, seu proprietário em 1630, época da ocupação holandesa. Em 1645, os holandeses saquearam a capela do engenho, destruíram as imagens, as alfaias, os paramentos e os móveis. O gado e as mercadorias foram levados para o Engenho Casa Forte, pertencente a Ana Paes.

6. ENGENHO SANTO ANTÔNIO (século XVI)

Conhecido como Engenho da Várzea do Capibaribe, deu origem à povoação e paróquia do bairro da Várzea. Foi levantado por Diogo Gonçalves, casado com Isabel Gonçalves Fróes, em meados do século XVI, em uma extensa terra, que lhe fora doada pelo donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho. Esse engenho, hoje desaparecido, pertenceu aos descendentes de Diogo Gonçalves e, antes de 1645, a João Fernandes Vieira, um dos heróis das lutas contra os holandeses.

No capítulo 4, referente à interpretação dos dados obtidos por meio da documentação textual, iconográfica e cartográfica, será utilizada a relação dos cinco primeiros engenhos do período de Duarte Coelho, juntamente com esses seis engenhos da área da várzea do Capibaribe.

2.6. O engenho e suas características gerais

A maioria dos conceitos e definições sobre “Engenho”, obtidos a partir da bibliografia relacionada ao tema, está ligada ao procedimento da fabricação do açúcar. O processo de produção do açúcar inclui três subprocessos: moagem, cozimento e purgamento. Nesse sentido, Gomes (1998: 23) afirma que: “Engenho significava, até fins do século XIX, uma propriedade rural com cultura de cana e uma sede constituída de edifícios que serviam a fins diversos”.

Para Azevedo (1990:35): “Engenho é uma propriedade rural com sede constituída de um complexo de edifícios: casa-grande, capela, senzala e fábrica ou moita, diretamente ligada à produção do engenho”.

Os engenhos de açúcar, com seus vários edifícios para moradia e para instalar o aparelhamento necessário, formam um pequeno aglomerado humano, um núcleo de população. Inicialmente, o engenho ocupava apenas uma clareira na floresta: a paisagem primitiva da zona açucareira constituía-se de áreas extensas cobertas de espessa vegetação florestal, que separavam pequenos espaços onde se agrupavam as construções de tijolos ou de adobe e cal, circundadas pelos campos cultivados.

A empresa açucareira chamada engenho era constituída de edifícios com finalidades diversas. O edifício mais importante do engenho era a fábrica ou moita, onde se moía a cana e se cozinhava o seu caldo. Em um edifício contíguo ou próximo, ficava a casa de purgar, local do branqueamento do açúcar. Havia ainda a casa-grande ou de vivenda, onde residia o proprietário, a capela e a senzala, moradia dos escravos.

As atividades produtivas, os espaços construídos e a organização espacial eram articulados, de modo a atender às necessidades para o funcionamento dos engenhos. Quanto à localização dos engenhos, observa Gomes (1998:23) que a implantação era determinada por alguns fatores, tais como: nas proximidades deveria haver plantações e florestas para a extração de madeira, combustível para as fornalhas; um curso de água para o transporte e, principalmente, como fonte de energia. A distância dos índios também era um fator observado. Os primeiros engenhos do século XVI e XVII, como não dispunham de uma defesa eficiente, tinham esse parâmetro como determinante na sua implantação.

No que diz respeito à implantação dos edifícios do engenho ou à sua organização espacial no terreno, Gomes (1998) faz referências às pinturas do pintor holandês Frans Post (1637-1644), nas quais os principais edifícios se apresentavam com características constantes. O quadro de Post (Figura 2) demonstra a hierarquia dos edifícios. Representa a moita, implantada no nível mais baixo do terreno. O próximo capítulo, que estuda as imagens (mapas, cartografias e iconografias) referentes aos séculos XVI e XVII, tem como base iconográfica o trabalho desenvolvido por Frans Post.



Figura 2. Pintura de Frans Post

Fonte: Frans Post e o Brasil Holandês. Coleção do Instituto Ricardo Brennand, Recife, 2003.

Como foi verificado, a iconografia holandesa do século XVII evidencia a constância na implantação dos edifícios. Assim, a casa-grande era situada na parte mais alta do terreno, possivelmente pelo domínio visual das atividades pelo senhor do engenho; a capela se localizava acima ou ao lado da casa-grande, representando o valor simbólico religioso; a fábrica ou moita, sempre na parte mais baixa, facilitando o aproveitamento da água que deveria existir nas proximidades.

As casas-grandes pintadas por Frans Post eram, segundo Robert C. Smith, “uma transcrição quase literal do tipo mais comum das casas rurais da mãe-pátria”. Tinham as mesmas características:

... os mesmos esteios no andar térreo usado para depósito, as varandas abertas e as escadas externas, quer no centro quer num dos ângulos da fachada, e os mesmos telhados de quatro águas e cumeeira do Pernambuco do século XVII (CABRAL DE MELLO, 2000).

É interessante destacar que a casa-grande, residência do senhor de engenho, era uma vasta e sólida mansão térrea ou em sobrado; distingue-se pelo seu estilo arquitetônico sóbrio, mas imponente, que ainda hoje empresta majestade à paisagem

rural, nas velhas fazendas de açúcar que a preservaram. Constituía o centro de irradiação de toda a atividade econômica e social da propriedade. A casa-grande completava-se com a capela, na qual se realizavam os ofícios e as cerimônias religiosas. Próximo, se erguia a senzala, habitação dos escravos; nos grandes engenhos, os escravos podiam chegar a algumas centenas. Pouco além serpenteava o rio, traçando, através da floresta, uma via de comunicação vital. O rio e o mar se mantiveram, no período colonial, como elementos constantes de preferência para a escolha da localização da grande lavoura. Ambos constituíam artérias vivificantes: por meio deles, o engenho fazia escoar suas safras de açúcar e seguiam os barcos que conduziam as toras de madeira abatidas na floresta, que alimentavam as fornalhas do engenho, ou a variedade e multiplicidade de gêneros e artigos manufaturados que o engenho adquiria (BUARQUE DE HOLANDA, 1999).

Na mesma linha teórica, Azevedo (1990:106) relata que a implantação desses edifícios na paisagem, quase sempre acidentada, observa geralmente a seguinte disposição: casa grande e capela, no ponto mais elevado da topografia ou a meia-encosta, a cavaleiro das demais construções. A fábrica e casa de purgar, em nível mais baixo, em área plana, quase sempre próximas a um rio ou braço de mar; configuração constante nas pinturas dos engenhos de Post. A implantação privilegiada da casa-grande permitia ao senhor de engenho um maior controle de sua propriedade e a afirmação de sua autoridade. A capela, muito ligada e dependente da casa-grande, ficava geralmente a seu lado, na mesma cota altimétrica e, em alguns casos, em posição mais elevada, como símbolo a ser cultuado. A disposição destes edifícios era fundamental no sistema de controle social do engenho.

O arranjo dos edifícios sobre a topografia, assim como a diversidade de materiais construtivos utilizados em cada um deles refletem a hierarquia social e o sistema de valores da sociedade canavieira. Afastados dos demais edifícios nos locais mais altos, ficavam a casa-grande e a capela, geralmente construídas com materiais nobres: pedra e cal, fazendo contraponto com as senzalas, as quais sempre ficavam em localização desprivilegiada, feitas com terra, madeira, cipó e palha. As senzalas dos séculos XVI, XVII e XVIII não tinham um edifício específico. A senzala propriamente dita surge no século XIX, como relata Azevedo (1990). Dos edifícios específicos de um engenho, a senzala é a única edificação que não aparece na iconografia holandesa com

as características morfológicas citadas na literatura dos cronistas estrangeiros no século XIX. Nas pinturas de Frans Post aparecem casas cobertas com palhas no entorno dos edifícios do engenho, provavelmente seriam as senzalas representadas.

A disposição espacial de um engenho reflete os requisitos organizacionais do estabelecimento. Segundo Gama (1978:19): “O espaço construído se subdivide para atender à divisão, à hierarquia e à disciplina do trabalho”.

Relata Fernandes (1971:104) que os engenhos, de um modo geral, não tinham todas as suas dependências em um mesmo nível. A diferença entre eles era proposital, de modo a aproveitar a gravidade na condução do caldo, da moenda ao assentamento e, também, para facilitar a localização das fornalhas sob os tachos.

Segundo Santos (1995:107), “... os espaços construídos obedeciam regras que sustentavam a condição do proprietário”. Regras estas expressas na organização das formas materiais, abrangendo os seguintes campos: o econômico, representado pela fábrica; o político, pela casa-grande; e o religioso, pelas capelas.

Ainda de acordo com Santos (1995:107), pode-se afirmar que as construções eram organizadas no espaço de modo que a capela ficasse à direita da casa-grande, quando construídas no mesmo nível topográfico, ou atrás da casa-grande, quando construídas em níveis topográficos diferentes. A fábrica ficava sempre nos níveis mais baixos, e na frente da casa-grande e da capela. O engenho de açúcar é o que melhor caracteriza as condições de riqueza, poder, prestígio e nobreza, naquela época.

Na busca de informações arqueológicas, todo o conteúdo deste capítulo auxiliará, juntamente com os capítulos I, III e IV, a verificação dessa tese dentro de uma perspectiva da Arqueologia da Paisagem, contribuindo dessa maneira para somar novos conhecimentos ao tema trabalhado: “A lógica de planejamento português na Capitania de Pernambuco”.

3 – MAPAS, CARTAS E ICONOGRAFIAS: IMPORTANTE DOCUMENTAÇÃO

“Ora, as lembranças de amor não fazem exceções às leis gerais da memória, elas mesmas regidas pelas leis mais gerais do hábito. Como este enfraquece tudo, o que melhor nos lembra um ser é justamente o que nós havíamos esquecido (porque era insignificante, assim nós deixamos toda a sua força. É por isso que a melhor parte de nossa memória está fora de nós. Está num ar de chuva, num cheiro de quando fechado ou no cheiro de uma primeira chama, seja onde for que de nós mesmos encontremos aquilo que a nossa inteligência pusera parte, a última reserva do passado, a melhor, aquela que, quando todas as nossas lágrimas parecem calar, sabe ainda fazer-nos chorar”. Marcel Proust, 1986: 274. Apud Fernanda Tocchetto, Beatriz Thiesen, 2007:174.

Na metodologia desta pesquisa considerou-se a busca da cartografia colonial, da iconografia, bem como sua análise, como uma ferramenta de observação e criação dos dados que poderão indicar elementos para a verificação da tese.

3.1. Mapas e cartas

Sabe-se que os mapas e as cartas constituem a representação do espaço conhecido pelo homem e, como tal, são ferramentas fundamentais para diversos estudos. Segundo Broek (1991:31):

O mapa é uma ferramenta, mas ao mesmo tempo é a expressão do pensamento em sua área de distribuição, a importância do uso do solo em seu estabelecimento, as técnicas, os tipos de empreendimentos e outras ideias. Cada um desses pontos tem seu lugar de origem onde toma a forma e se torna costume das pessoas.

Os mapas são produzidos como ideário de representação, registro de memória, inventário do imaginário, narrativa histórica da geografia e da paisagem. Vistos, assim, como discurso, os mapas produzem as identidades do espaço e suas mudanças ao longo do tempo, ao darem visibilidade a significados constituídos historicamente. Como representação do mundo, a carta é uma construção imaginária que tem o poder não só de orientar e dirigir o olhar e a percepção (do real), como também de inventar a paisagem que representa.

Harley (1988) assim se expressa, sobre os mapas:

A percepção usual da natureza dos mapas é de que eles são um espelho, uma representação gráfica de algum aspecto do mundo real. A

definição encontrada em vários dicionários e glossários de cartografia confirma esta visão. Dentro das restrições da técnica de pesquisa, da habilidade do cartógrafo e do código dos signos convencionais, o papel dos mapas é apresentar um depoimento factual acerca da realidade geográfica. (...). Na nossa cultura ocidental, pelo menos desde o Iluminismo, a cartografia tem sido definida como ciência factual. A premissa é de que o mapa deve oferecer uma janela transparente sobre o mundo. Um bom mapa é um mapa acurado.

Para Harley (1988), “... uma definição apropriada seria a de que um mapa é uma construção social do mundo expressa por meio da cartografia”. Assim, longe de ser um simples “espelho” da natureza, “... uma representação de algum aspecto do mundo real”, os mapas, para Harley, “... reescrevem o mundo – como nenhum outro documento – em termos de relações de poder e de práticas culturais, preferências e prioridades”. Em outras palavras: “O que lemos num mapa é tanto uma relação com um mundo social invisível e uma ideologia quanto uma relação com os fenômenos vistos e medidos na natureza”. Assim, os mapas mostrariam sempre “... muito mais do que uma soma de um conjunto de técnicas”. É precisamente este entendimento que permite ao autor afirmar que “a aparente duplicidade dos mapas – sua qualidade de escorregadio – não é um desvio idiossincrático de um ilusório mapa perfeito. Pelo contrário, [essa duplicidade] está no coração da representação cartográfica”. É do que ele diz a mais do que aquilo que aparentemente diz que é preciso dar visibilidade num trabalho historiográfico.

Harley (1988) afirma também que: “Os mapas são uma maneira de conceber, articular e estruturar o mundo em ajustes particulares das relações sociais”. Ao aceitar essa premissa, entende-se como é apropriada a sua utilização pelos estudiosos das diversas áreas.

Antes mesmo de começar efetivamente a ocupação da colônia, algumas terras já estavam mapeadas. O conhecimento do ambiente que se estava ocupando (ou se iria ocupar), principalmente na América, era fundamental para a defesa contra a pirataria e as invasões que se sucediam.

Os mapas ganharam uma importância muito grande, pelo fato das rotas marítimas precisarem ser protegidas. Desta maneira, o conhecimento que era gerado e

transmitido contava com um sigilo, para que efetivamente se pudesse proteger e, principalmente, ser utilizado para as práticas de poder, tão comuns naquele momento.

A cartografia é uma das ferramentas básicas para a compreensão do território. Portanto, será de fundamental importância para o entendimento e verificação da lógica de planejamento português na Capitania de Pernambuco, objeto de estudo desta tese.

As cartas, quando associadas às documentações textuais, embora apresentando pouca precisão, se complementam, para ajudar na identificação do local. É importante destacar que os mapas, além de registrar geograficamente a área, representavam também uma maneira de pensar e ver o mundo, naquela época.

A cartografia histórica permite aos pesquisadores conhecer, no tempo, a constituição do espaço geográfico e histórico de uma determinada sociedade. As formas de ocupação territorial e seu manejo ao longo do tempo chamam a atenção dos investigadores.

A análise cartográfica, no Brasil, sempre apresenta dificuldades; uma delas se caracteriza pelo distanciamento das fontes originais de pesquisa. Embora se tenha cópias de boa qualidade publicadas no Brasil, os documentos originais sempre apresentam surpresas, não só pela possibilidade de reinterpretações, como também pela clareza e escala de construção. As reduções e formatações gráficas para que sejam incluídas nas páginas de compêndios tornam algumas representações e escritas difíceis de interpretar, em algumas ocasiões. De qualquer maneira, é importante estar sempre aberto a novas interpretações e revisões desses dados, pois não há dúvida de que podem existir detalhes, nesse tipo de registro, que possibilitem diversas leituras.

3.2. A cartografia portuguesa do século XVI e XVII

Poucos anos após a chegada de Cabral ao Brasil, os europeus tinham produzido um mapeamento de toda a costa atlântica sul-americana, com uma riqueza impressionante de detalhamento.

Ao observar essa produção cartográfica portuguesa dos quinhentos e seiscentos percebe-se que a mesma forma um conjunto de preciosas instruções náuticas, descrições e toponímia, destinadas à navegação, cujos contornos são o que demais preciso era possível, na época. O desempenho desses cartógrafos portugueses indica o posicionamento estratégico de um conhecimento náutico avançado utilizado pelo poder em prol de ocupar as novas terras com sabedoria.

Além de ser pioneiros na navegação, os portugueses também eram mestres na arte de fazer mapas. O sucesso das expedições dependia da precisão desses mapas, portanto, esta riqueza de elaboração de mapas das rotas expressa a uma intensa produção náutica portuguesa. Era fundamental para a navegação, nesta época, poder calcular as rotas e dominar a orientação das correntes e ventos predominantes, como também possuir as informações sobre as terras recém-descobertas. Esse domínio foi muito relevante para os vários tratados firmados entre Portugal e Espanha. As potências colonizadoras comandadas por reis e monarcas pretendiam se apossar das populações, das terras e dos produtos das regiões extra-europeias. Para tanto, a diplomacia, a assinatura de tratados e as descobertas não eram os únicos expedientes utilizados. A cartografia serviu, e muito, para consolidar possessões, conquistar terras e povos e legitimar o poder arbitrário dos colonos europeus sobre o Novo Mundo.

O Estado Lusitano optou pela instrumentalização de um mito geográfico: a Ilha-Brasil, dando a entender, nos documentos cartográficos, que existia um lago no centro do território brasileiro, através do sul estariam em comunicação os rios da bacia do Amazonas e da Bacia do Prata. Desta maneira, a cartografia portuguesa sobre o Brasil refletiu a lenda de uma entidade territorial isolada, envolvida pelas águas de dois grandes rios, cujas fontes se situavam em um lago unificador (CORTESÃO, 1971).

Na cartografia e nas bandeiras dos séculos XVI e XVII, o Brasil-Ilha era, de um lado, uma adaptação das visões idílicas da Idade Média aos interesses expansionistas lusitanos deste mito. De outro lado, era também uma operação geopolítica e simbólica levada a cabo pelo expansionismo colonial português, inscrita na natureza: uma ilha envolta pelos rios Amazonas e Prata, com um lago comum no centro do território. Esta geopolítica se servia também das imprecisões cartográficas da época para se legitimar. Isto permitiria uma consolidação do território do Brasil, mesmo se ele fosse além dos

limites do famoso Tratado de Tordesilhas (o que era o caso da cartografia da época), pois os limites de uma ilha são inquestionáveis. Ninguém pode, segundo esta visão, colocar em dúvida que uma Ilha tem uma unidade própria, pelo fato de ser cercada de água por todos os lados. Sobre esta ilha-mítica e obedecendo a interesses de conquista se inseriam as culturas indígenas, principalmente o Tupi (a língua Geral), que ajudou a delimitar os territórios do Brasil, sendo, assim, um laço unificante do Estado colonial.

Neste contexto, os mapas constituem mais que representações do que se vê; eles são, até certo ponto, um reflexo do que se quer ver. O geógrafo alemão Alexander Von Humboldt já dizia que as cartas geográficas exprimem as opiniões e os conhecimentos, mais ou menos limitados, de quem as projetou. A formação do mito do Brasil como uma Ilha favoreceu as disputas pela conquista do território, nos séculos XVI e XVII.

Segundo Belluzo (1994:66), através da cartografia, com seu traçado realista característico dos séculos XVI e XVII, as terras e mares recém-descobertos ganham contornos mais precisos, em particular a costa, ambiente mais visado naquele momento.

As primeiras representações cartográficas do Brasil aparecem no “Planisfério de Juan de La Cosa” (Figura 3), de 1500, que desenhou a carta de marear, mostrando a Costa Norte do Brasil, até as proximidades da Ponta do Mucuripe (Ceará), cujo traçado revela conhecimentos que se prendem à viagem de Vicente Yañez Pinzón.



Figura 3: “**Carta do Mundo**” – 1500. Elaborada por Juan de la Cosa, piloto da 2ª Expedição da Columbus.

A carta “Planisfério de Cantino”(Figuras 4 e 5), de 1502, é uma das mais antigas que representam os descobrimentos marítimos portugueses. O seu original conserva-se, atualmente, na Biblioteca Estense, em Módena, na Itália. Esta carta seria a primeira representação cartográfica da costa que viria a ser descrita, em minúcia, no Esmeraldo de Situ Orbis (1508) .



Figura 4: “O planisfério de Cantino”, 1502.

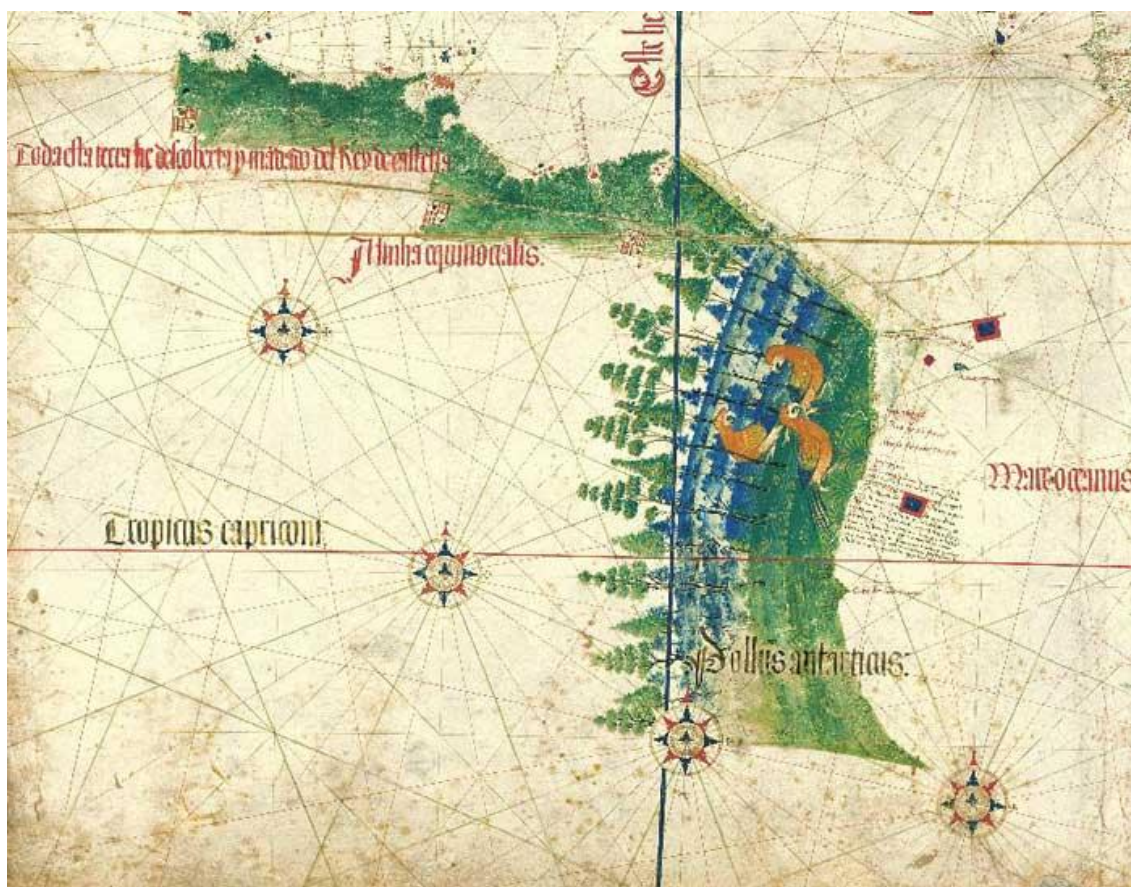


Figura 5: “Planisfério de Cantino” (1502): detalhe mostrando as Américas.

Uma notável produção da cartografia portuguesa que merece destaque é a coleção de 56 mapas, que constitui as chamadas “Cartas Portuguesas Antigas”, oferecidas em 1940 pelo Secretariado de Propaganda Nacional (de Portugal) ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Entre elas, destaca-se um dos exemplares, confeccionado em 1519 por Lopo Homem, cartógrafo oficial do Reino ao tempo de Dom Manuel.

O autor concebeu o planisfério (Figura 7) cercado pelos quatro ventos que aparecem nas extremidades. A nomenclatura (toda em Latim) é bastante escassa: na África aparecem apenas os nomes da Líbia, Etiópia e Guiné. “*Mundus Novus Brasil*” é a designação da América, cuja extremidade sul liga-se à Ásia por um continente fantástico denominado “*Mundus Novus*”. O original encontra-se no Museu Britânico, Londres.



Figura 7: Imagem: **Mapas Históricos Brasileiros**
Fonte: Grandes Personagens da Nossa História (1969).

O outro exemplar, de 1519, dos cartógrafos Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinol, do qual foi produzida a “Carta Terra Brasilis” (Figura 8), a primeira representação cartográfica do território brasileiro de forma integrada. Pode-se ver, nesse mapa, a Ilha-Brasil; ele faz parte do Atlas Miller, de 1519, que traça o inteiro litoral, do Amazonas ao Chuí, e pertence ao acervo da Biblioteca Nacional da França. A carta

representa o escambo do pau-brasil no século XVI, na qual a retirada da madeira vermelha tão valorizada pelo europeu ganha destaque visual impressionante, sendo considerado o primeiro mapa econômico do Brasil e a primeira imagem do desmatamento no país (FARIA; ADONIAS, 2006). Nele se pode verificar a representação de toda a costa do Brasil, desde o norte, com o registro a partir da foz do Amazonas até o rio da Prata, com ênfase na representação dos acidentes geográficos e a intensa discriminação da toponímia, sugerindo uma exuberante floresta, com fauna variada e até mitológica, resquício da tradição ptolomaica assumida pela cartografia da Igreja Católica àquela época. É um dos mapas mais difundidos e expressivos, apesar de não ser o mais antigo. Além disso, apresenta um grau de precisão memorável para a época, com registros dos principais acidentes naturais da costa brasileira. Na parcela mais documental do mapa, estão registrados, em marrom e vermelho, os principais nomes dos acidentes naturais.

O ato de nomear o território é de fundamental importância para a completa posse do mesmo. Através da Carta “Terra Brasilis”, chega-se a algumas vertentes de nomeação. Tendo navegado por mares que escondiam tormentas indescritíveis, e ainda enraizados na fé católica, não seria de estranhar que a maioria dos nomes escolhidos pelos navegadores tivesse fundamentos da fé. Nomes de santos padroeiros são desta maneira uma constante no novo território. Podemos citar Rio de Santo Agostinho, Baía de Todos os Santos etc. Também costumavam destacar nomes de elementos da fauna e da flora locais, como, por exemplo, Baía das Tartarugas, Rio das Canas Fístolas etc. Algumas vezes, utilizaram nomes que demonstravam o receio dos navegadores, derivando-os de prováveis incidentes ocorridos na exploração do território, tipo Rio da Dúvida, entre outros. Logo começaram a adotar nomes indígenas, como Pernambuco, Paraíba etc. Como a colonização efetiva das terras do Brasil só se deu após 1530, posteriormente, portanto, à execução do mapa de Lopo Homem, torna-se compreensível que não estejam registradas cidades ou sequer povoações neste mapa.

Os mapas que delineiam o contorno das Américas detêm-se na costa a leste de Tordesilhas, e registram as primeiras fundações coloniais portuguesas. Percebe-se que os primeiros núcleos tendem a se localizar na costa e, em especial, nas imediações dos principais acidentes registrados no “Terra Brasilis”. Nas proximidades de praticamente todos os rios representados em destaque por Lopo Homem, desenvolvem-se núcleos

urbanos nos primeiros momentos. Observa-se que não só os núcleos povoados, mas também os espaços vazios do mapa quinhentista correspondem àqueles encontrados em mapas elaborados posteriormente, o que sugere a precisão do mapa de 1519.

Neste mapa, o litoral brasileiro está minuciosamente traçado, buscando-se a identificação de seus acidentes geográficos. Entretanto, as bandeiras portuguesas definem como domínios os estuários do Amazonas e do Prata. Isso se deu graças a um desvio no traçado da costa, para incluí-los no hemisfério luso do Tratado de Tordesilhas. Além disso, os portugueses se representam como os senhores do Atlântico, pois suas caravelas se espalham por todo o oceano. O interior da terra, ainda desconhecido, é preenchido por representações dos seus habitantes, da flora, da fauna, além da figura mítica de um dragão. Entretanto, o principal tema representado é o corte de madeira nativa, considerado a primeira imagem de uma atividade econômica no Brasil. O que demonstraria, portanto, o caráter pragmático e mercantil dos portugueses. Além disso, é importante observar um trecho da legenda dessa carta, que destaca os aspectos aterrorizantes dos seus nativos:

Esta carta é da região do grande Brasil e do lado ocidental alcança as Antilhas do Rei de Castela. A sua gente é de cor escura. Selvagem e cruelíssima alimenta-se de carne humana. Este mesmo povo emprega, de modo notável, o arco e as setas (...).

Esta imagem do indígena brasileiro difere dos escritos dos primeiros cronistas lusos da terra brasileira, como Pero Vaz de Caminha: “E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa”.

A antropofagia era comum entre a família Tupi- Guaraní, que povoava grande parte da costa brasileira. Não era um hábito alimentar, mas fazia parte de um importante ritual daquelas sociedades. Entretanto, ao longo de diversas cartas quinhentistas lusas, o nativo brasileiro acabou por se tornar uma figura bestial – ao contrário, por exemplo, da iconografia realizada pelos franceses.

Ao longo do processo colonizador do Brasil, os missionários continuaram a vislumbrar as qualidades dos indígenas, com o objetivo de catequizá-los. Os

colonizadores, ao contrário, enfatizavam seus aspectos assustadores, para escravizá-los. A figura do canibal, retratada nas cartas, poderia simbolizar, portanto, um entrave à colonização da região e, ao mesmo tempo, um escravo em potencial. Mais do que isso, a generalização da imagem do cruel antropófago poderia assustar possíveis invasores estrangeiros, desestimulando-os a empreender viagens para o Brasil.

De acordo com o contra-almirante Max Justo Guedes (1999), a cartografia de origem portuguesa “é calcada exclusivamente na experiência, incapaz de se deixar influenciar pela fantasia (exceto quando intencionalmente destinada a mistificar potências rivais) (...)”.

Aos poucos, o período áureo dos descobrimentos ia-se acabando. O mundo novo (ao menos em seus contornos) já era quase todo conhecido. O problema, para o soberano português Dom João III, que desde 1521 sucedera a Dom Manuel, não era mais enviar expedições em busca de novas terras, mas encontrar um modo de garantir a posse daquelas que já conhecia.



Figura 8: “Carta Terra Brasilis”, atribuída a Lopo Homem, 1519.

As transformações da preocupação política de Portugal refletem-se na cartografia. O mapa expresso (Figura 9), de autoria de Pedro e Jorge Reinel e elaborado por volta de 1540, ilustra bem a nova orientação. As pequeninas bandeiras colocadas sobre a Carta procuram afirmar a soberania lusitana em numerosos pontos da África e no litoral do Nordeste do Brasil, onde se tentava inaugurar um sistema de exploração sistemática. O original desse mapa encontra-se na Biblioteca Nacional de Florença. Ele foi reproduzido na *Portugalia Monumenta Cartographica*, obra que Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota organizaram em 1960, comemorando o 5º centenário da morte do Infante Dom Henrique, o precursor do ciclo português das navegações.

A decisão de colonizar o Brasil tinha dois objetivos principais: garantir o monopólio da rota para as Índias e afastar os franceses que assediavam a costa desde princípios do século XI. O sistema de capitanias hereditárias, adotado em 1532, visava estabelecer mecanismos mais eficazes de controle sobre a costa brasileira. Mesmo com a instauração do Governo Geral, em 1549, a Coroa criava todas as dificuldades às entradas para o interior, com receio que se despovoasse o litoral.

Sérgio Buarque de Holanda (1989) considera que a influência daquela colonização litorânea praticada pelos portugueses ainda persiste até nossos dias. “Quando hoje se fala em ‘interior’, pensa-se, como no século XVI, em região escassamente povoada (...)” O período definido como União Ibérica (1580-1640) possibilitou o preparo de numerosas expedições para os sertões, diluindo a fronteira de Tordesilhas. No entanto, a cartografia lusa de finais do século XVI e início do XVII persiste em basicamente registrar o litoral brasileiro.

O mapa-múndi de Bartolomeu Velho, de 1561, representa um lago unificador no qual nascem o Rio Paraná, o Rio São Francisco e um outro rio desembocando na foz do Amazonas. O lago é denominado Alagoado Eupaná (Figura 10); o Meridiano de Tordesilhas, no referido mapa, delimita a Ilha Brasil, em que se encontram escudos portugueses, tentando assegurar a posse destas terras. Assim, o meridiano de Tordesilhas passava por estas representações mais a oeste (a ocidente, onde se põe o sol). A estratégia embutida neste caso é a de consolidar a posse da “Ilha”, da foz do rio Amazonas e do rio da Prata, tentando colocá-las dentro do domínio reservado aos

portugueses, pelo Tratado de Tordesilhas. De fato, o meridiano de Tordesilhas passava a leste, onde nasce o sol, da foz do Amazonas e do Rio da Prata.

Este mapa, segundo Jaime Cortesão (1971), se encontra arquivado no Instituto Real das Belas-Artes de Florença. Nele se pode observar que inscreve a distribuição sumária das tribos indígenas do Brasil, quase todas pertencentes ao tronco comum Tupi: os Tupinambás, desde o Amazonas, por quase toda a costa, até a ilha de S. Vicente; os Pitiguares em Pernambuco e Paraíba do Norte; a seguir, os Mureis, no território da Bahia; os Tupiniquins, até o Espírito Santo; os Tamoios, na costa do Rio de Janeiro; e os Carimos, em Santa Catarina.



Figura 9: Imagem: **Mapas Históricos Brasileiros**

Fonte: Grandes Personagens da Nossa História (1969).

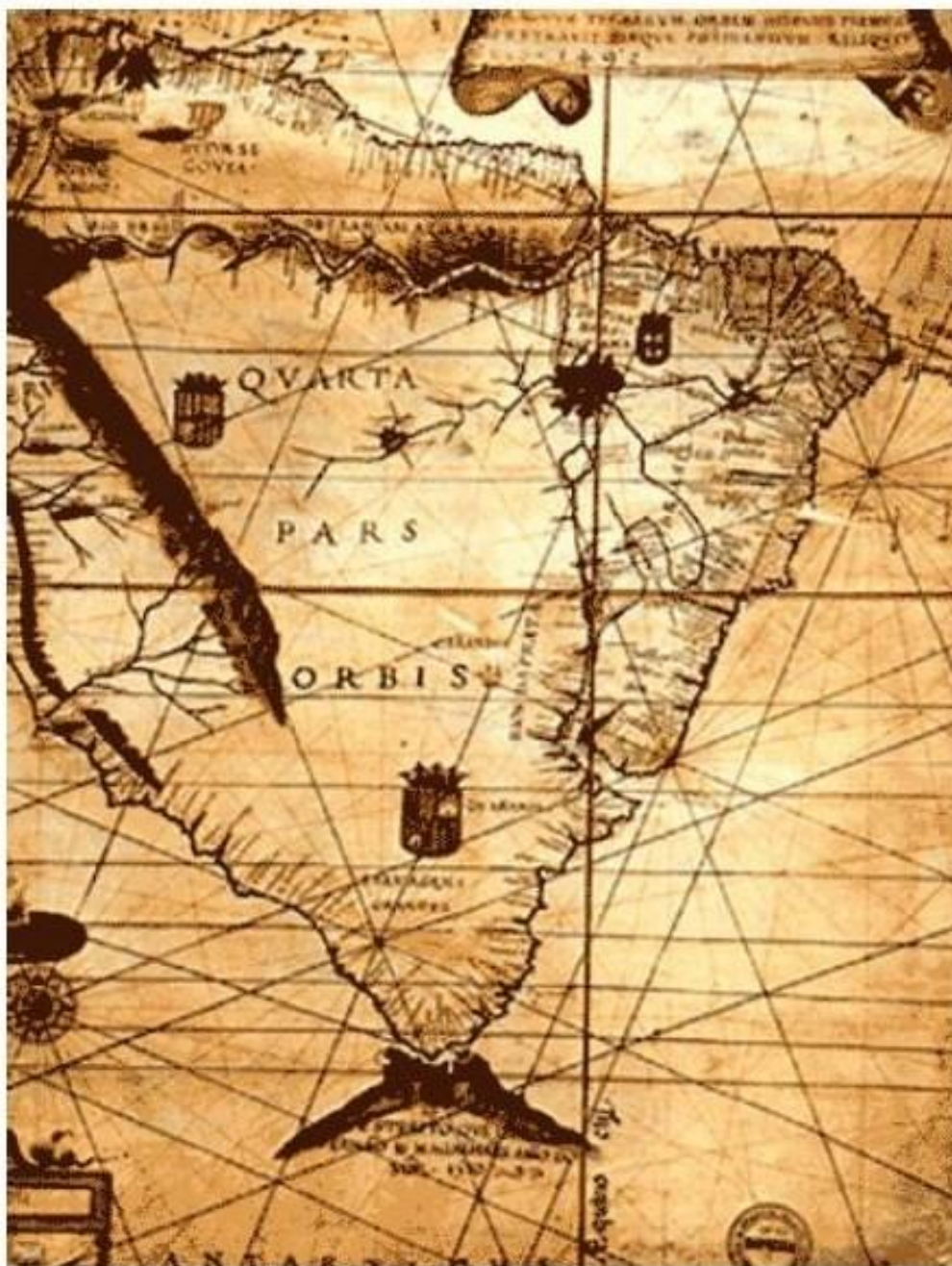


Figura 10: **Mapa - Múndi: Bartolomeu Velho, 1561** Fonte: Mapas históricos brasileiros. Prancha 16. São Paulo, Abril Cultural, 1969, Fac-símile, Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro. Reproduzido in MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria**. São Paulo: Unesp, 1997. p.298.

Além das cartas já citadas, outra representação cartográfica é o “Roteiro do Brasil”, de Luiz Albernaz, que em 1586 publica uma carta geral e cartas particulares de vários portos. Quarenta anos depois, João Teixeira Albernaz produz outros atlas, uma carta geral e dezenove particulares, o “Livro que dá Rezão do Estado do Brasil”.

A Monarquia portuguesa muitas vezes não permitia que os cartógrafos publicassem os seus trabalhos, para manter as porções de terras em segredo. No entanto, cabe ressaltar que a produção cartográfica portuguesa dos quinhentos e seiscentos forma um conjunto de preciosas instruções náuticas, descrições e toponímia, destinados à navegação, cujos contornos são o mais preciso que era possível obter, na época. Além dos mapas portugueses deste período, foram elaboradas também representações do Brasil colonial por outras escalas cartográficas, como a holandesa, francesa, inglesa e espanhola.

Nessa época, séculos XVI e XVII, eram feitos muitos mapas das terras Brasileiras, todos inspirados pela noção de Ilha Brasil e de um lago no centro do continente: um lago dourado (os Lagos Parima e Eupana), nos quais se esperava que existissem muitos metais e pedras preciosas: o velho mito do Eldorado, perseguido por viajantes e aventureiros de toda espécie, notadamente pelos nossos bandeirantes.

As representações do Brasil como uma Ilha obedeciam aos desejos estratégicos portugueses e estavam submetidas a visões fantasiosas; reafirmavam o princípio de uma só terra e um só país, lançando as bases das fronteiras naturais, aquelas que são inquestionáveis, porque estão nas aparências das coisas. No caso presente, são as bacias dos rios e o famoso lago. Esse estabelecimento material dos limites do Brasil, associado a ser ele um país de bonança, de aventura e aberto a toda exploração determinou, em parte, a imagem do Brasil e suas representações de país-arquipélago, pela própria forma dos enclaves de explorações coloniais instalados na costa.

A cartografia lusa da terra brasileira, nos séculos XVI e XVII, tinha duas marcantes características: o esplendor e o sigilo. Esplendor, por serem obras de arte cuidadosamente elaboradas, que representam com minúcia a costa brasileira e, por vezes, seus habitantes, sua flora e sua fauna. Sigilo, por se tratar de objetos manuscritos, mantidos a princípio sob rígido controle, que se mostrou ineficaz, mediante as práticas de suborno das outras potências. Mais do que isso, as cartas estavam relacionadas à política lusa de nada divulgar sobre a colônia, a mesma política que proibia – em contraste evidente com a América hispânica – a criação de universidades e mais ainda a impressão de livros. As cartas são também um testemunho do primeiro processo humano de dimensões globais. Afinal, como afirma o historiador luso Vitorino

Magalhães Godinho (1998), “... as navegações de descobrimento teceram uma rede mundial de rotas, pondo em mútua relação todas as civilizações que se tinham desenvolvido ao longo da linha costeira dos oceanos”. Desde então, a mobilidade de homens, mercadorias e conhecimento tornou-se cada vez maior, num processo que perdura até os dias atuais.

Este estudo se iniciou com o recorte temporal e espacial, o período da administração do donatário Duarte Coelho (1535 – 1554), na Capitania de Pernambuco. No entanto, a partir da análise dos primeiros dados desse período, constatou-se a necessidade de ampliar o recorte temporal; por conseguinte, buscou-se a cartografia referente aos séculos XVI e XVII, para verificação da tese.

3.3. A Capitania de Pernambuco a partir da cartografia histórica

No contexto das viagens expansionistas, o registro do mundo se deu essencialmente através da ciência cartográfica, tendo os portugueses, enquanto homens náuticos, se destacado na produção de cartas e mapas.

Os registros portugueses iniciaram a história iconográfica relativa ao Brasil, mas é com a chegada e permanência dos holandeses, no século XVII, que essa nova terra será mais expressivamente marcada pela postura da cultura visual inaugurada pelo Renascimento. A então Companhia das Índias Ocidentais, organizada em 1621 e baseada nos moldes da Companhia das Índias Orientais, existente desde 1602, desembarca nas terras coloniais atraída pelo potencial econômico do nordeste da região. Na primeira metade desse século, os holandeses começaram a implementar o projeto da conquista da Capitania de Pernambuco, assim como de suas imediações, que representavam, na época, a área de produção açucareira mais importante do mundo (MELLO, 1999, p. 26).

3.3.1. A cartografia portuguesa

Os mapas já citados indicam uma cartografia caracterizada por um conhecimento detalhado sobre o Novo Mundo, um nível de detalhamento surpreendente no contexto náutico da época. É preciso levar em consideração esses

registros cartográficos para que se possa entender melhor a visão portuguesa e a lógica que fundamenta a ocupação das novas terras de ultramar. A partir desse entendimento, a etapa seguinte é continuar a garimpar a cartografia referente à Capitania de Pernambuco, na tentativa de conhecer esse espaço e verificar como o donatário nele instalou.

Duarte Coelho Pereira chegou a Pernambuco, capitania que lhe fora doada pelo Rei D. João III, com grossa armada, em 1535 e, ao entrar pela barra da Ilha de Itamaracá e tomar a direção de um rio (depois chamado de Igaraçu), se dirige para uma antiga feitoria, onde desembarcou. Ao tomar posse da capitania, nela se estabeleceu por algum tempo, em um lugar depois chamado "dos Marcos", por conta de um Padrão demarcador do limite com a vizinha Capitania de Pero Lopes de Sousa. Tal lugar era abrigado dos efeitos das fortes marés mas inseguro, uma vez que o donatário poderia ser aprisionado, se ocorresse um cerco desde o mar, apenas fechando as entradas norte e sul, nos dois extremos da Ilha de Itamaracá. Talvez por perceber tal situação, o donatário procurou logo outro local para estabelecer a vila-sede de sua capitania.

Tudo indica que Duarte Coelho era um grande conhecedor da costa neste trecho. Seguindo para o sul, ele vai encontrar o lugar desejado, inclusive porque, mais além, ainda na mesma direção, existia um ancoradouro abrigado, vez que protegido por arrecifes.

O donatário estabelece a vila-sede administrativa, Olinda, localizada a cavaleiro de uma grande várzea que se estendia para as bandas do sul, e onde existiam várias colinas. Escolheu a mais alta, com uma boa vista para o mar, e ali dá início efetivamente à sua administração.

É interessante destacar que o conjunto formado pela sede da capitania, a vila de Olinda, o porto do Recife e a várzea de terras férteis seria, em princípio, a escolha perfeita e, antes de tudo, racional, para iniciar e realizar um planejamento de ocupação da Capitania.

Essa escolha da vila, um lugar seguro, a cavaleiro de possíveis ataques, quer por terra ou por mar, um porto abrigado, defendido por uma linha de arrecifes, situado em

uma península a uma légua dessa sede, mas acessível, desde o istmo, por meio de rio navegável, e, sobretudo, a existência de uma terra de várzea, apropriada para o cultivo da cana-de-açúcar, demonstram o nível de racionalidade e a estratégia que definiam o futuro da capitania duartina, a partir dessa efetiva implantação.

A escolha, por Duarte Coelho Pereira, de um sítio elevado para os assentamentos iniciais da vila de Olinda, leva a acreditar que se tratava de uma estratégia do sistema de defesa adotado em Portugal desde fins da Idade Média. Um sistema baseado na defesa a partir da altura, que já havia sido testada com sucesso em experiências militares portuguesas anteriores.

A história da Capitania de Pernambuco tem atribuído o seu maior desenvolvimento, no primeiro século de colonização, em relação às outras capitanias, ao feliz planejamento, pelo donatário, do seu empreendimento mercantil.

Desde meados do século XVI, Pernambuco tornou-se centro da expansão portuguesa pelo litoral norte. Dessa localidade partiam expedições para colonização da Paraíba e do Rio Grande, ao norte, e do que viria a ser Alagoas e Sergipe, ao sul. Pernambuco apresentava-se, ainda, como rota de entrada para o interior do continente, utilizando, principalmente, o Rio Capibaribe, pois, partindo da sua foz, podia-se chegar ao Agreste.

O resultado foi que Pernambuco, nas últimas décadas do século XVI, já se configurava como uma região colonial em formação, com uma rede de núcleos, uma estrutura de circulação, áreas de produção especializada, divisão espacial de trabalho e zonas de expansão definidas (MORAES, 2000:312). Neste período, a sede da capitania se estabelece em Olinda, vila que atingirá grande desenvolvimento. O porto constituía um povoado, com pouco mais de quarenta casas ao findar esse século. A várzea, destinada ao plantio e onde se encontravam os engenhos, era cortada por rios, verdadeiros caminhos fluviais, próprios para o transporte do açúcar produzido e direcionados àquele porto (MOTA MENEZES, 2007:148).

Com isso, se qualificava como um centro de irradiação de povoamento costeiro. Sendo um dos pontos que também contava com Itamaracá, Bahia, Santo Amaro e São

Vicente. Em 1630, a capitania possuía os seguintes limites: ao sul, a Capitania de Sergipe d'El-Rei e, ao norte, a Capitania de Itamaracá, tendo um litoral com extensão de 46 milhas (MELLO, 1981).

Aliás, na instalação portuguesa há claramente um conhecimento das características geográficas da área, pois, para se instalar numa extensa faixa de terra ao longo da costa era necessário conhecer o espaço natural, com seus rios, caminhos fluviais que levavam ao interior do continente. Os primeiros mapeamentos do Brasil apontam claramente esse conhecimento.

O conhecimento europeu sobre o Novo Mundo não se restringia ao litoral, mas tinha nele seu ponto forte. Os primeiros mapas de Pernambuco mostram o interior ainda pouco cartografado, com imagens se repetindo ao fundo. Nestes mapas, é evidente a preocupação em registrar o conhecimento do espaço que estava sendo apropriado.

O transporte sempre foi um problema a superar, desde o início da colonização portuguesa, devido à dificuldade de locomoção sobre o terreno irregular, falta de meios de transporte adequados e constantes ataques indígenas. O problema se agravava nas chuvas de inverno, com os alagados em todo o território.

A utilização da rede fluvial de Pernambuco foi importante para a penetração no continente e o escoamento da produção. As entradas eram feitas pelos rios, vias naturais que permitiam o deslocamento rápido, facilidade no transporte de artigos pesados e escoamento da produção para os portos. Era preciso, contudo, levar em consideração as oscilações das marés, devido ao pequeno volume d'água.

Um importante documento do litoral brasileiro está representado no Livro de Marinharia, de 1514, guardado na Torre do Tombo (Orgão central dos arquivos históricos portugueses). Uma das Cartas desse Livro é a da “Costa desde o Maranhão, ao Sul do Brasil”(Figura 11), arquivado com a referência PT-TT-CRT-166. Este livro compreende 20 folhas de Atlas Geográfico Universal, além de um Tratado de João Lisboa, datado de 1514, e outras peças.

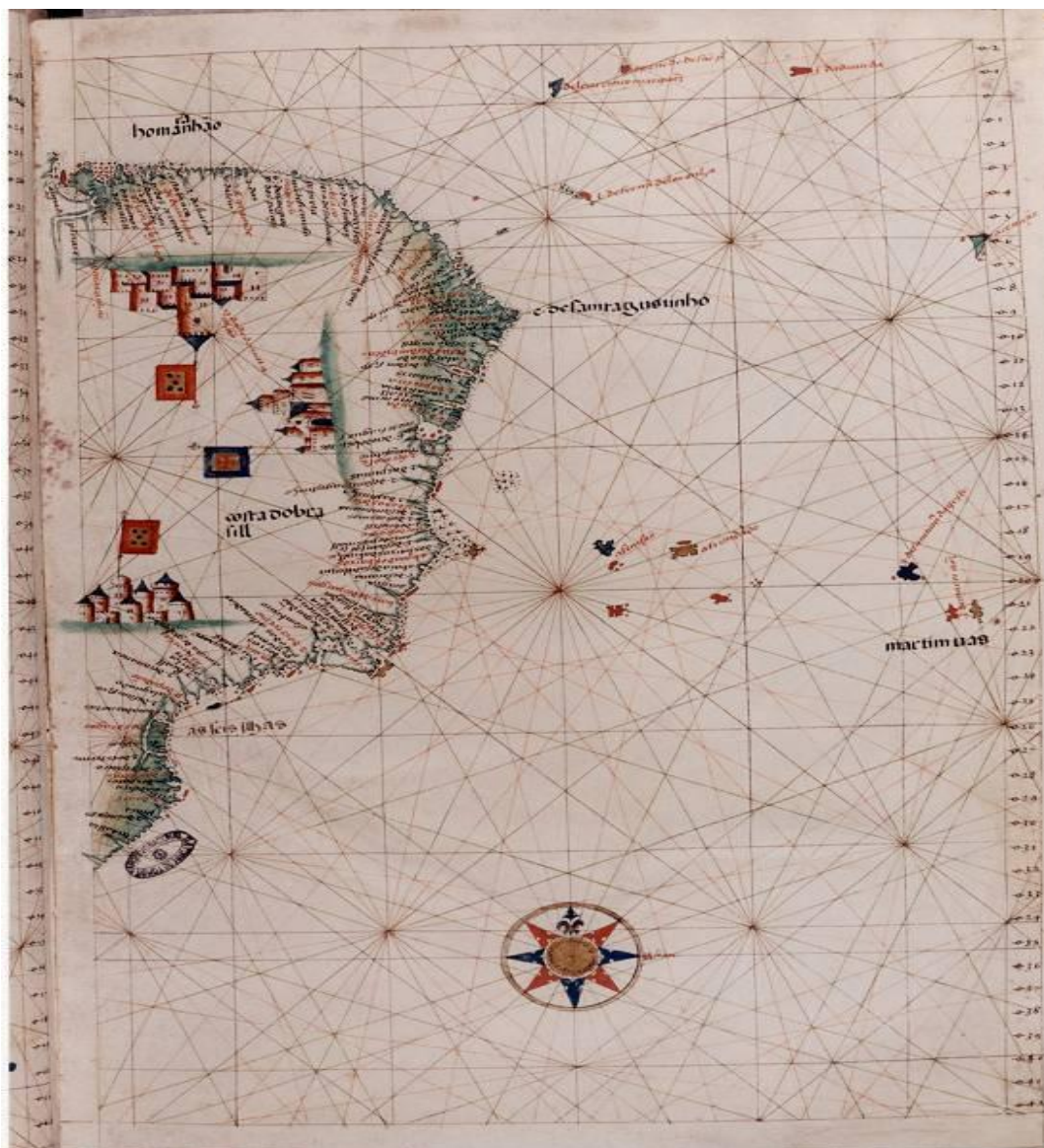


Figura 11: **Costa desde o Maranhão, ao sul do Brasil.** Original no acervo da Torre do Tombo, em Lisboa.

A cartografia portuguesa já demonstrava uma riqueza de conhecimentos bastante interessante, com muitos detalhes sobre o litoral, o que, sem dúvida, proporcionava aos colonizadores informações concretas sobre as novas terras conquistadas.

A decisão de adotar o Sistema de Capitanias Hereditárias visou proteger as terras da colônia das invasões dos estrangeiros, uma maneira de efetivar a posse e ocupação territorial da colônia, incentivando o povoamento. A partir do litoral, a terra foi repartida em faixas paralelas e irregulares, doadas a ilustres fidalgos da Corte Portuguesa. Ao todo, foram constituídas 14 capitanias, a 12 donatários.

Quando se fala de fontes iconográficas portuguesas, as obras da família Albernaz se destacam, especialmente em se tratando do registro da costa brasileira representada por regiões, caracterizando uma categoria de mapas intitulada, por Jaime Cortesão (1971), como cartografia do açúcar. A produção cartográfica da família Albernaz abrange três gerações: Luís Teixeira (1564 a 1613), seu filho João Teixeira Albernaz I, (o Velho, 1602-1666) e o filho deste, João Teixeira Albernaz II (o Moço, 1627-1675), todos cosmógrafos oficiais do Reino de Portugal. A Capitania de Pernambuco aparece em 14 representações, nos mapas por eles elaborados. Utilizou-se, nesta tese, os mapas produzidos por Luis Teixeira (Figura 20), por João Teixeira Albernaz I (Figuras 14 e 15) e por João Albernaz II (Figura 13).

O Atlas do final do século XVI, elaborado por Luís Teixeira Albernaz, pode ser entendido como o primeiro Atlas de toda uma vasta região da América portuguesa que corresponde ao

... primeiro fruto de uma expedição de levantamento da costa organizada oficialmente com fins científicos. Além de uma carta geral, contendo todo o Brasil dividido em capitanias, inclui doze cartas locais do Nordeste ao Estreito de Magalhães (BUENO, 2001:30).

Segundo Bueno, os levantamentos eram realizados *in loco* e os mapas eram

... compilados, iluminados e aquarelados, em versões de luxo [...] os Altas apresentavam basicamente uma tipologia comum, contendo relatório sobre a situação de cada capitania, acompanhado de cartas que espacializavam seus acidentes geográficos, povoações, fortificações e engenhos, de forma a possibilitar o controle das conquistas ultramarinas por parte das coroas européias (2001:32).

O Mapa do Brasil com a divisão em capitanias - *Roteiro de todos os sinais (...)* *que há na costa do Brasil* (Figura 12) inclui os levantamentos hidrográficos realizados em 1573. Nele se encontram assinaladas todas as capitanias que serviram de base aos primórdios da colonização do Brasil. A divisão por capitanias termina na linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas, constituindo este notável documento a prova inequívoca do rigor da cartografia portuguesa do século XVI. O mapa é atribuído a Luís Teixeira (c. 1586) (Lisboa, Biblioteca da Ajuda).

caso de mapas e desenhos, aspectos da organização dos centros urbanos e do processo de ocupação do interior do País.

Os primeiros assentamentos começam a aparecer na cartografia de maneira modesta, demonstrando um início de urbanização no litoral do Nordeste. Estas aparições iniciais evidenciam uns poucos aglomerados, e deles, morfologicamente, nada é mostrado, exceto a posição geográfica. Esses parcos, sumários e mais antigos registros importam, porque assinalam uma situação geográfica costeira ou quase, que vai implicar em características físicas peculiares para a morfologia, a começar pelo sítio urbano.

Na relação entre o mar e o novo continente, na apropriação de uma orla exótica, diferentes condições orográficas e hidrográficas se ofereceram e foram escolhidas, porque eram úteis para a defesa.

As colinas que acolhem Olinda, o lugar onde o Recife se situa, sempre entre a proteção e o porto, entre a defesa e a ligação com a Europa, entre uma colina e a praia, são características desses primeiros assentamentos, que são vistas, perscrutadas e retratadas por todos os interessados na segurança.

A racionalidade existe, mas a lógica obedece ao binômio defender-se / aportar. A forma desses primeiros núcleos é submissa, ou logo se torna, à tirania do relevo, como no caso de Olinda, com suas ruas sinuosas.

A Figura 13 apresenta o litoral onde as entradas seguiam os rios. Essas vias naturais permitiam o transporte da produção do açúcar. Na área em destaque ocorre a localização do porto do Recife, Ilha de Antônio Vaz e Vila de Olinda, apresentando os rios Tapado, Varadouro, Capibaribe, Afogados e Barreta (atual rio Jordão).

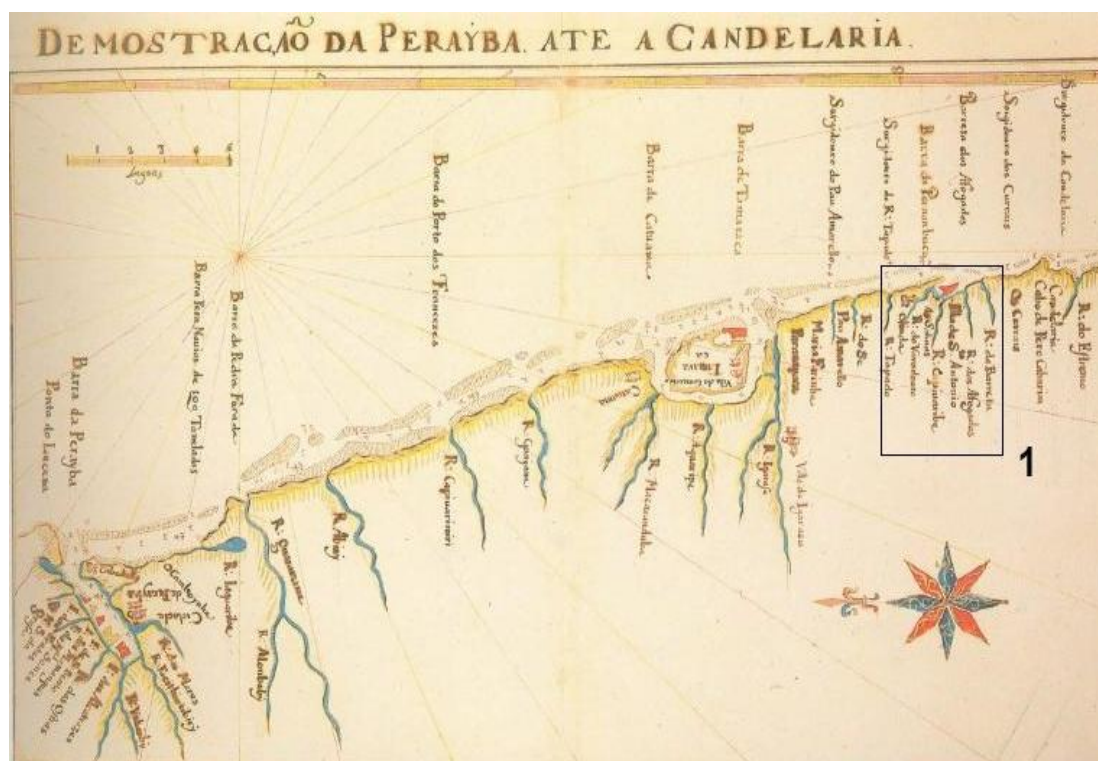


Figura 13: **Demonstração da Paraíba até a Candelária.**
 Autor: João Teixeira Albernaz II.

O espaço natural no Recife antes da chegada dos portugueses, se caracterizava por: coroa e bancos de areia, cordões litorâneos, arenosos e restingas, associado tudo a pantânos de água salobra, manguezais, lagunares, esteios e camboas, ou seja, do estuário afogado comum dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejuipio (LINS, 1978:99).

Essa configuração, aliada à profundidade na foz dos rios, deu ao Recife a possibilidade de instalação de um porto natural para o atracamento de navios, com a finalidade de carregamento e descarregamento, bem como para reparos, valendo-se da proteção oferecida pelos arrecifes. No interior, devido ao solo e aos regimes de chuva, foi possível a instalação de engenhos nas várzeas dos rios citados anteriormente.

Esse conjunto de fatores contribuiu para que surgisse o povoado, com os primeiros colonizadores que se estabeleceram na extremidade da estreita faixa de areia ao sul da vila de Olinda.

São conhecidos poucos mapas antes da chegada dos holandeses. “Porto e Barra de Pernambuco” (Figura 14) e “A Perspectiva do Recife da Vila de Olinda” (Figura 15) de João Teixeira Albernaz, são documentos cartográficos raros relativos a esse período.

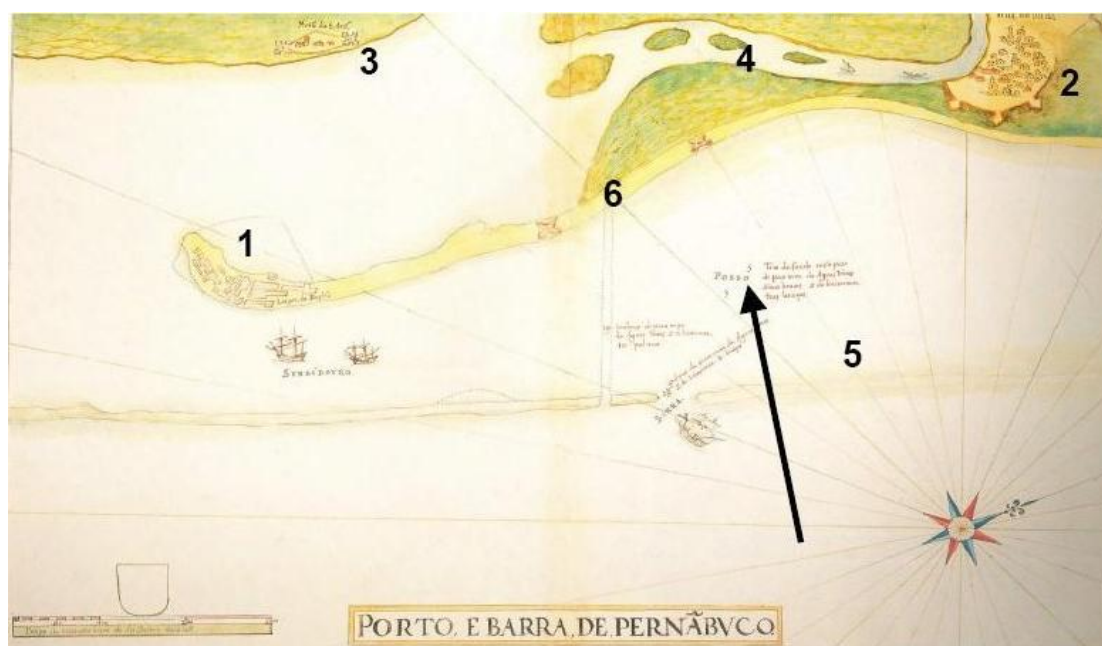


Figura 14: **Porto e Barra de Pernambuco**

Autor: João Teixeira Albernaz I.

Apesar de esquemática, a Figura 14, imagem de 1630, é bastante informativa para a navegação. É possível verificar a vila de Olinda (2, legenda do lado direito), as fortificações que se encontravam entre essa vila e o povoado do Recife (1) pelo istmo (6), o porto, o curso baixo do rio Beberibe (4) e uma incipiente ocupação na ilha antiga de Antônio Vaz (3).

Na Figura 15, um mapa produzido por João Teixeira Albernaz I, de 1616, é visível o caminho das embarcações protegidas por uma paliçada de madeira, um forte de terra e a ilha de Antônio Vaz, que mesmo bem delimitada, ainda se apresenta sem ocupação.

É bem visível a delimitação da vegetação; nas margens dos rios aparecem claramente os alagados, que posteriormente serão mais detalhados, enquanto no interior aparecem as matas.

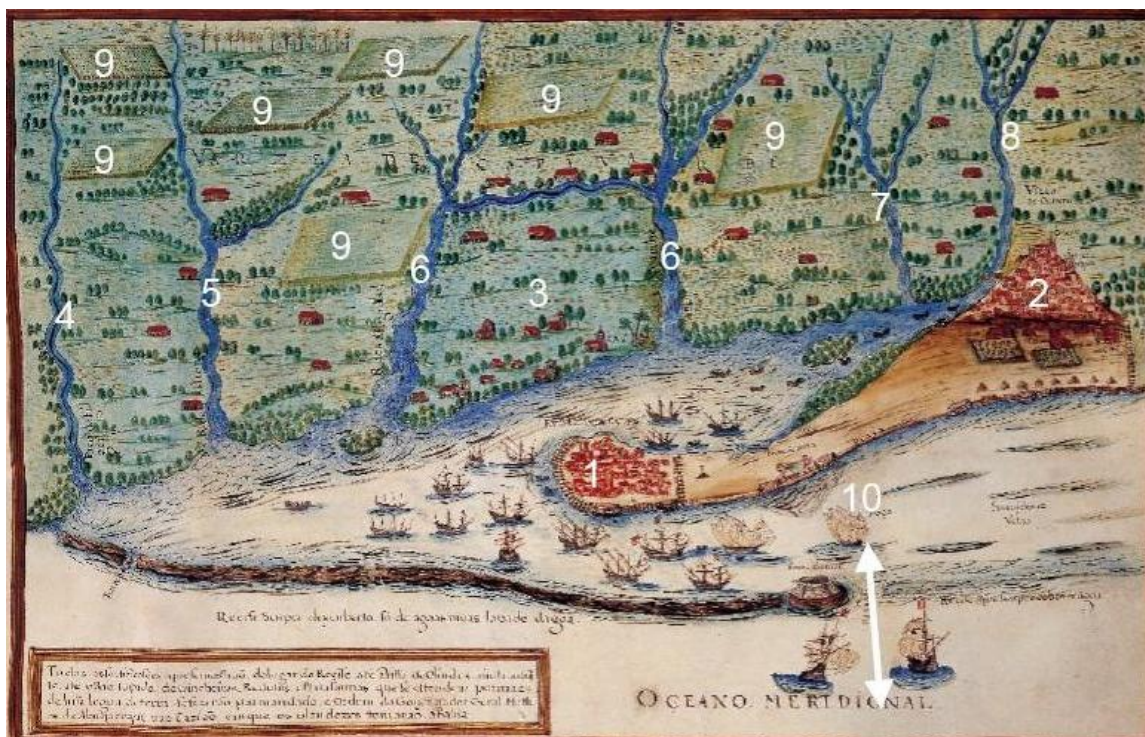


Figura 15: **Perspectiva do Recife e da Vila de Olinda.**(1616).
 Autor: João Teixeira Albernaz I.

Aparecem bem definidas as três zonas que se configuram em uma área: urbana, com a Vila de Olinda (2); rural, com os engenhos ao longo da Várzea do Capibaribe e áreas de plantação de cana-de-açúcar (9); o porto do Recife (1).

Facilmente se identifica, nessa figura, a preocupação dos portugueses em cartografar os rios utilizados com a função de vias de transporte, entrada para o interior e escoamento da produção: rio Jordão (4), rio Tejiú (5), rio Capibaribe (6), rio Beberibe (8) e ainda áreas alagadas do atual Canal do Arruda (7). Fica clara a preocupação em conhecer o potencial da área recorrente, principalmente para o escoamento da produção dos engenhos, a grande base econômica da Capitania.

Nesse mapa, não se percebe a presença de caminhos por terra no interior. Mas o fato de nele constarem a localidade do Recife (1), a vila de Olinda (2), bem como áreas de plantação de cana-de-açúcar (9) obviamente leva a supor que existem caminhos por terra que ligariam as propriedades entre si.

Na parte inferior, aparecem embarcações atravessando os arrecifes e aportando no “Lugar do Recife”. Há uma diferenciação entre os recifes cobertos pela água e os

encobertos; junto à entrada, entre os arrecifes, no “Poço”, está o “Forte do Mar”. Na península entre Recife e Olinda – o Forte de Terra. O mapa mostra que o povoado do Recife (1) está bem sedimentado, com casario e paliçada em “U” para o mar. Já Olinda(2) surge no canto direito, com as edificações bem mais adensadas, também cercadas pela paliçada.

Em relação aos acidentes geográficos, estão indicados os rios, o mar, a península, os arrecifes, a barra, o “Surgidouro velho”, o “Poço”, e a “Peaya” (praia). A representação das embarcações indica um percurso que vai do mar e avança entre a península e os arrecifes, próxima à área ocupada pelo “Lugar do Recife”.

Além da cartografia da família Albernaz, vale destacar, no início do século XVII, a produção de Diogo de Campos Moreno, que inaugura o esforço de observação mais aproximada, elaborando um levantamento das fortificações existentes na colônia.

De acordo com Beatriz Bueno, a tomada de consciência do registro em escala ampliada deveu-se à política em vigor no final do século XVI, “... *uma política de efetivo conhecimento, controle e consolidação do domínio das terras descobertas no ultramar*”. Para os portugueses,

... não estavam mais em jogo mapeamentos costeiros, mas a interiorização, levantamento das potencialidades econômicas e reconhecimento dos aspectos geográficos das terras descobertas para seu efetivo controle e posse. A representação do território das conquistas ultramarinas, para além da faixa costeira, implicou o investimento nos engenheiros militares, capazes de realizar levantamentos topográficos, corográficos, geográficos e hidrográficos, além de projetar e construir complexos sistemas de defesa militar (BUENO, 2001:32).

O levantamento de 1609, feito por Diogo de Campos Moreno, registra a “Perspectiva de Pernambuco como se mostra olhando o mar desta Villa até a barreta”. Neste mapa (Figura 16) há a indicação das estruturas edificadas que compõem a vila de Olinda: os edifícios de caráter religioso, a trincheira e o engenho. Quanto à povoação do Recife, há apenas sua identificação enquanto lugar.

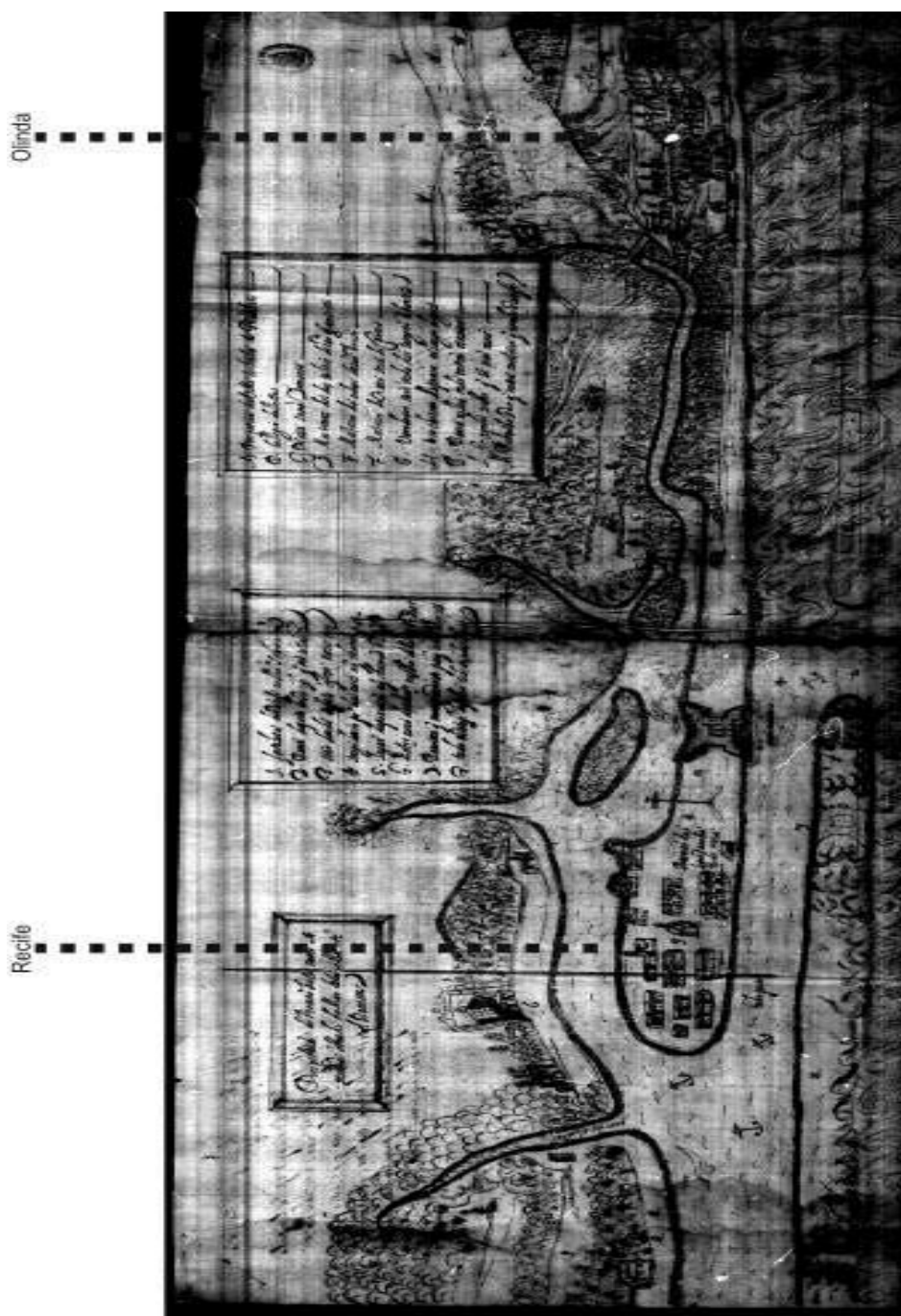


Figura 16 : “Perspectiva de Pernambuco como se mostra olhando o mar desta Villa até a barreta”. Autor: MORENO, Diogo de Campos (1984).

A Figura 17 expressa um detalhamento do mapa anterior (Figura 16). Relação das praças e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil, 1609. Esse documento microfilmado, disponível no Arquivo Nacional do Tombo – Lisboa, com a indicação do povoado do Recife e vila de Olinda.

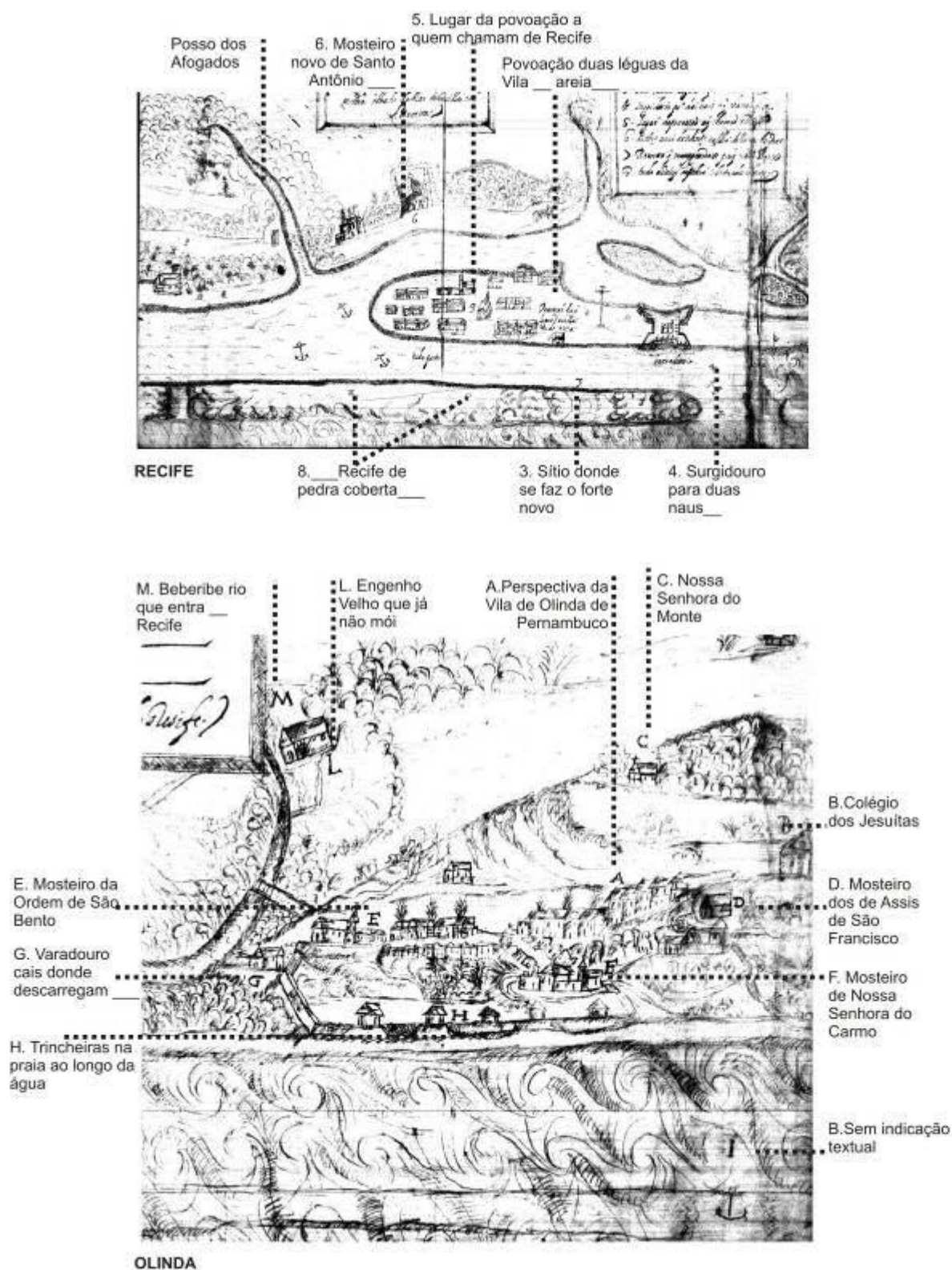


Figura 17. Detalhamento do mapa anterior

Na área de representação de Olinda há um elemento registrado cujo formato e localização se assemelham a uma ponte sobre o rio (2) e em Recife há o sinal da cruz

expressivamente representada em termos de proporção (3). Na área indicada como sendo essa povoação há ainda um forte (4) cuja localização aparenta significar um limite urbano para além daquele sugerido pelas extremidades do terreno ocupado entre as massas de água. (Figura 18)

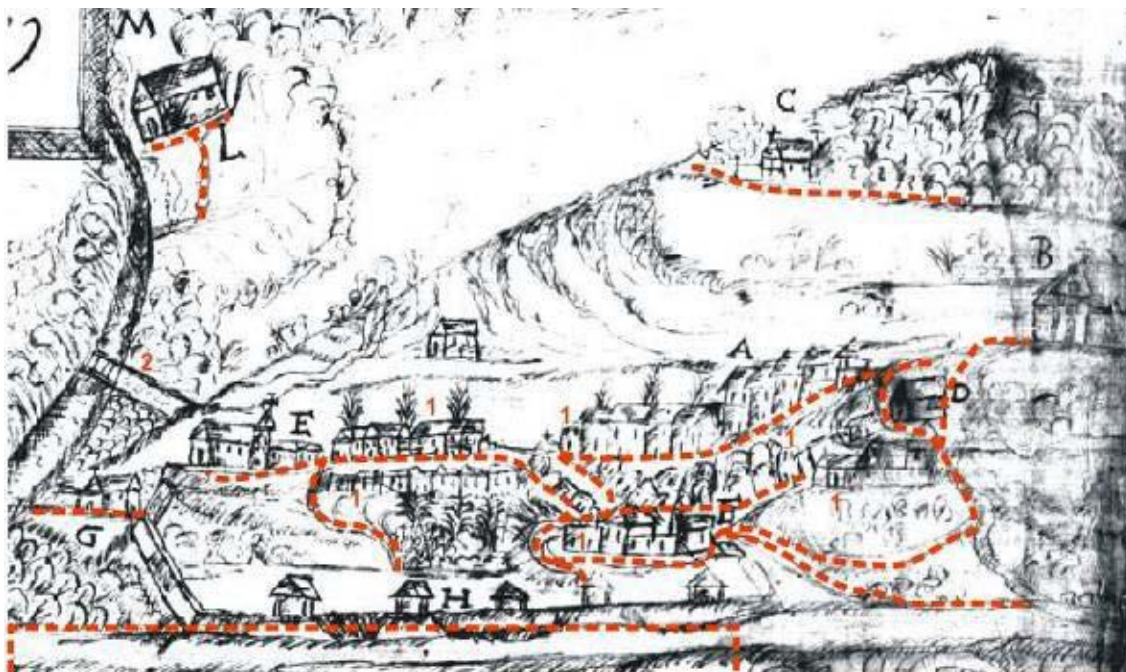


Figura 18. Esquema mostrando o casario (1), a ponte (2), os diferentes níveis de alinhamento topográfico da instalação dos edifícios e os prováveis percursos entre eles.

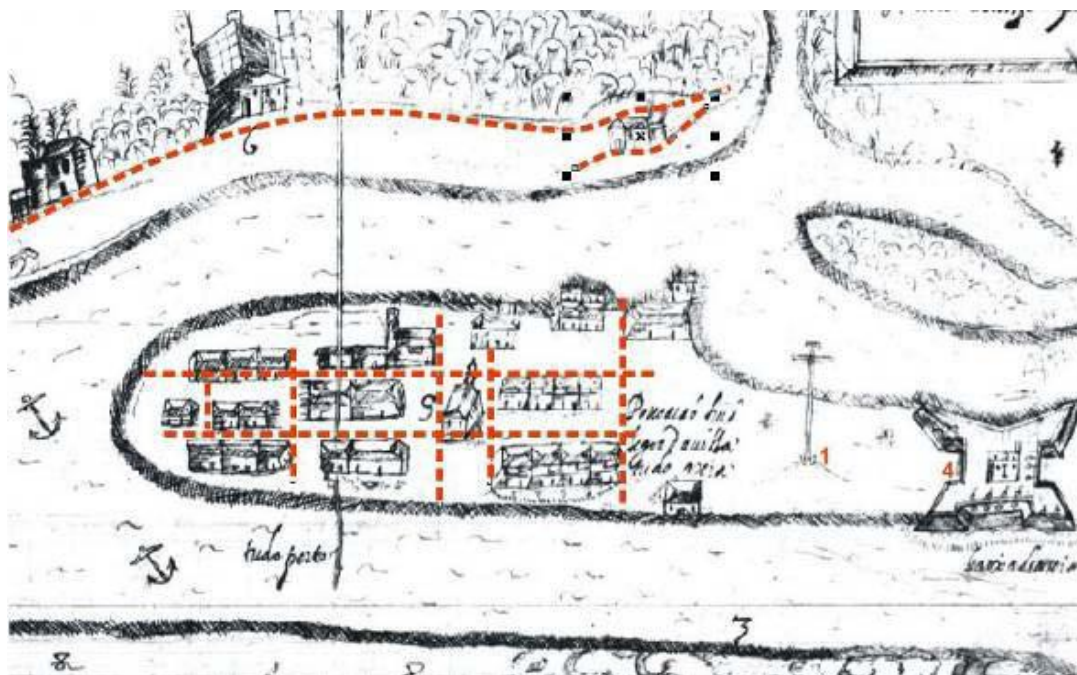


Figura 19: Esquema mostrando o conjunto de edifícios da Povoação de Recife, a cruz (3), o forte (4), o alinhamento retilíneo das construções e caminhos.

Neste mapa aparece a seguinte descrição de Pernambuco, abaixo transcrita, com o que estava legível:

Em nove graus da equinocial ____ léguas ao Sul de Itamaracá, está o porto da famosa Capitania de Pernambuco que começa desde a vila de Igarassu sua demarcação ocorre ao Sul ____ Rio de São Francisco fica ____ porto chamado Recife antes do Cabo de Santo Agostinho ____ léguas com delle uma légua com a vila de Olinda, Marim na língua ____ vila de Olinda a qual sucederam ____ abaixo ____ Não bem ____ mas pelo grande comércio ____ . Nesta muitos e muitos bens ____ de pedra e cal e sobretudo e ____ templo a saber o da igreja maior ____ cujo templo da ____ de São Roque pode competir com muitos de Portugal ____ de São Francisco de ____ bem acabado e povoado e dessa mesma ordem (...) A saber um na Vila de Igarassu vinte léguas da de Olinda ____ Recife ____ banda do rio ____ Cabo de Santo Agostinho (...) Tem mais o de Olinda um ____ de frades bentos outro de carmelitas e fora as igrejas da Misericórdia, São Pedro e Nossa Senhora do Amparo. ____ ermidas como a de São João fora da Villa e a de Nossa ____ do Monte. Nesta Vila que por mar e por terra tem abundante comércio (...) A pressa do capitão mor que governa em nome do donatário por ser esta a Capitania de Duarte Coelho (...) No inverno por cheias e no verão por mau tempo não faltam umidade (...) Há nesta capitania com ____ bandeiras e tambores e passam algumas de duzentos homens e 220 homens com lanças (...) Tem nesta capitania nesta conta quatro mil moradores brancos ____ espalhados por suas fazendas (...).

Comparando esses dois núcleos habitados, pode-se reconhecer uma diferenciação topográfica, nitidamente registrada no mapa (Figura 19). O conjunto urbano de Olinda está representado em níveis diferenciados de planos e alinhamentos, sugerindo que a vila está instalada em uma área de terreno acidentado. Os direcionamentos irregulares dos prováveis percursos entre os edifícios também denunciam tal caracterização do relevo.

Já na região da povoação do Recife, os edifícios reunidos (semelhante a um conjunto de quadras) estão dispostos em um alinhamento retilíneo, ocupando homogeneamente a terra entre as massas de água, aparentando tratar-se de um terreno plano. Na outra faixa de terra, na parte superior da referida povoação, há algumas construções locadas espaçadamente, ocupando uma faixa também marcada por vegetação. Essas construções estão voltadas e alinhadas por outra faixa de área desocupada, às margens da massa de água.

Comparado com imagens elaboradas posteriormente, o desenho de Diogo de Campos Moreno, de 1609, apresenta, sob forma esquemática, um rico conteúdo pictórico, composto pela representação gráfica de elementos do sítio natural (massas de

água, arrecifes, relevo) e indicação da existência de núcleos povoados. Demonstra uma organização de informações cartográficas que será seguida por João Teixeira, no momento da elaboração do livro de Moreno (1984), publicado sete anos depois, a exemplo da inclusão de legendas na composição do mapa. Esta informa sobre dados geográficos (“Barra do Porto”, “Surgidouro de naus”, “Barreta”), bem como sobre os núcleos habitados existentes (“Lugar da Povoação do Recife”), algumas construções específicas, como a “Fortaleza do Recife”, o “Convento de Santo Antônio” e, especialmente, sobre a feição urbana desses núcleos habitados.

Após a produção desse levantamento, Diogo de Campos Moreno publica o *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil* (1616), publicado em 1984, ilustrado com mapas de autoria de Luís Teixeira, dentre os quais quatro retratam a região da Capitania de Pernambuco. A composição pictórica destas imagens assemelha-se aos trabalhos anteriores de Albernaz: o mar ocupando a parte inferior do mapa e o território a superior, sendo este cortado por rios de representação e direcionamentos uniformes. Os sinais de povoamento continuam discretos em relação à amplitude territorial, com construções distribuídas de maneira aparentemente aleatória, salvo as vilas, representadas por uma aglomeração de edifícios. Da mesma maneira encontra-se a vegetação, disposta de forma ora espalhada, ora concentrada, com variações de densidade.



Figura 20. Autor: Luis Teixeira, 1578.

Este mapa (Figura 20), de autoria de Luis Teixeira, é uma obra fantástica, que registra as áreas já ocupadas, dando destaque à vila de Olinda, ao porto do Recife, incluindo os rios e a distribuição das terras onde estão instalados os engenhos.

É evidente a preocupação portuguesa em mapear o espaço que estava sendo ocupado, uma vez que o conhecimento do terreno era fundamental para a utilização econômica, para evitar as diversas áreas alagadas, para o transporte e a instalação de engenhos. O domínio cartográfico auxiliaria a efetivar o povoamento, possibilitando o conhecimento necessário para implantar uma lógica de ocupação.

3.3.2. Um olhar holandês sobre A Vila de Olinda e o Povoado do Recife

Ao chegar ao Brasil, em 23 de janeiro de 1637, acompanhado de 2700 soldados, o conde João Maurício de Nassau Siegen trouxe consigo um cabedal de conhecimentos e uma prática humanista representativas de um processo cultural em consolidação nos Países Baixos. Embora tivesse como principal encargo a administração da colônia, Nassau agiu também como um agente da instalação das conquistas humanistas na nova terra. Seu lema - *Qua Patet Orbis* – mostra a importância de conhecer o mundo e investigá-lo até onde se estendia. As viagens, mesmo as que se engajam na intenção da guerra e da conquista – deveriam servir também a este propósito. Portanto, diferente da prática portuguesa, que buscava a exploração das riquezas naturais, a conversão dos nativos e a ampliação do reino cristão, o domínio de Nassau foi motivado também pelas razões do comércio, mas se pautava por uma tolerância religiosa e uma curiosidade maior sobre o ambiente dos trópicos e seus habitantes. Na viagem rumo ao Brasil, Nassau faz-se acompanhar de uma missão artística e científica, que produzirá uma obra inédita no contexto da colônia portuguesa (SILVA ; OLIVEIRA, 2004).

Com os holandeses, depois de 1630, tanto Olinda como o Recife passaram a possuir uma série de representações gráficas de grande interesse. Mas, é preciso admitir que a análise dessas imagens deve levar em conta as representações anteriores. Sem dúvida, o legado cartográfico holandês é de importância fundamental para o conhecimento da Capitania de Pernambuco no século XVII.

Na busca de entender a gênese da ocupação das terras e indicações de uma lógica de planejamento utilizada pelo donatário, os mapas produzidos pelos holandeses, apesar de conterem informações relativas a um século depois da chegada do donatário Duarte Coelho, puderam indicar caminhos para a interpretação desse passado.

Sabe-se que a vila de Olinda tornou-se sede da Capitania de Pernambuco, seguindo a opção portuguesa de se instalar em terrenos colinosos, para maior facilidade de defesa. Devido à vantagem da presença dos arrecifes, instalou-se, ao sul dessa vila, a povoação dos arrecifes, que depois veio a se chamar Recife. Nas várzeas dos rios, os colonizadores portugueses implantaram a área produtora de cana-de-açúcar, com os canaviais e engenhos, e ainda procederam à extração do pau-brasil que existia no

litoral. Por ser a Capitania mais próxima da Europa, recebia visitas mais frequentes de navios oriundos desse continente, fazendo prosperar o comércio (CAPISTRANO DE ABREU, 1988) .

O Recife possuía o principal porto da Capitania, mas a documentação registra frequentemente a utilização de outros portos ao longo da costa brasileira. Esta evidência mostra que a produção era distribuída e não havia, no Recife, uma centralização logística absoluta para o comércio do açúcar.

Para Arrais (2004), na marcha da colonização, a redução das manchas verdes dos manguezais e o dessecamento do solo lodoso tomado aos rios atestam a capacidade crescente dos colonizadores de coordenar trabalhos e recursos técnicos e financeiros para abrigar uma população crescente. A expansão da área habitada foi-se efetuando na proximidade dos mangues, dos alagados, das gamboas, vizinhos dos veios de rio que, cortando ilhotas mal delineadas, vinham se extinguir no interior da planície.

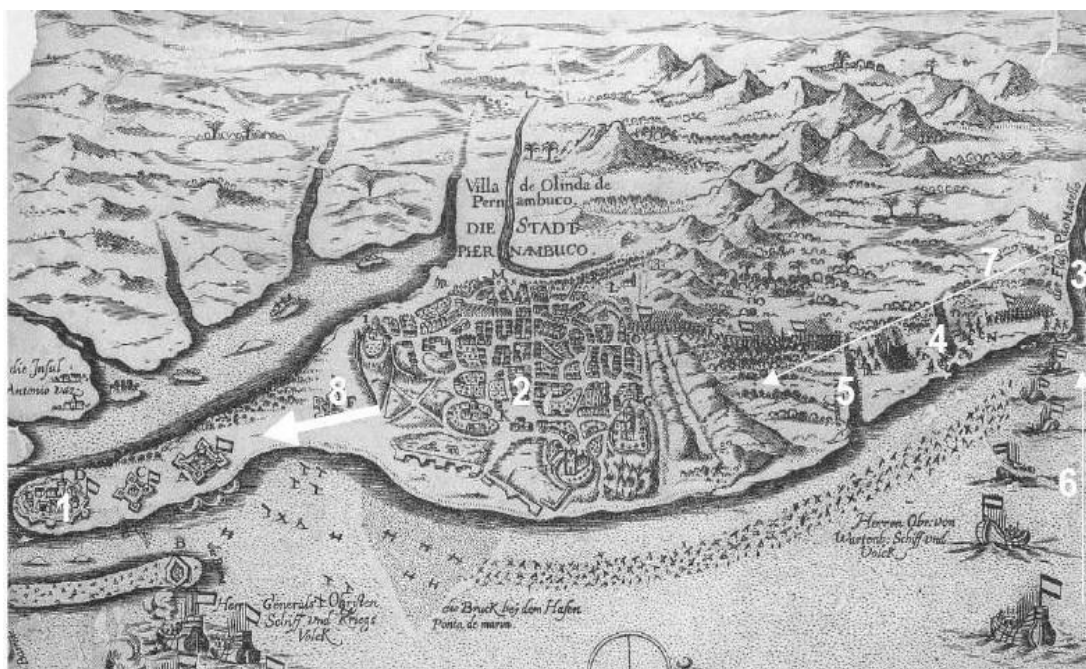


Figura 21: Carta de trecho da costa pernambucana, entre a ilha de Antônio Vaz e o Rio Pau Amarelo. 1630.

Autor: Hessel Gerritz.

O mapa (Figura 21), de origem holandesa, mostra Olinda (2) com a chegada das tropas holandesas pelo mar (6) e depois por terra (7). Não é do interesse desse trabalho

A Figura 22 apresenta as fortificações em Antonio Vaz (2) Afogados (3), Recife (1) e no istmo (7). Contudo, não mostra Olinda. Não são visíveis, nessa figura, os traçados das ruas, de localidades já povoadas, ficando o foco apenas nas áreas de fortes, inclusive às margens dos rios, para dificultar o desembarque, uma vez que o transporte fluvial era bem utilizado. O interior não foi mapeado, pois ainda não era suficientemente conhecido. O único caminho de que se percebe a presença é o que ligava Olinda a Recife, pelo istmo. Contudo, sabe-se que o transporte para o interior era realizado utilizando embarcações. A presença forte nessa imagem é a de bancos de areia (4), principalmente nas proximidades do Recife e Antônio Vaz, inclusive a presença de uma ilha (4b), ao norte de Antônio Vaz. Essas informações demonstram a possibilidade de realização de futuros aterros, uma técnica que os holandeses dominavam na Europa.

No início da ocupação portuguesa, os caminhos terrestres ainda não tinham sido criados, pois a economia da Colônia se fundamentava em assentamentos pontuais, com os engenhos produzindo no litoral ou próximo dele, então não utilizavam frequentemente os caminhos terrestres. Para o escoamento da produção os caminhos terrestres não eram indispensáveis, pois esse era feito pelos rios. Apenas nos fins do século XVI houve um maior interesse em construir estradas, devido ao parcelamento das propriedades, que aconteceu a partir do crescimento e divisão de bens entre as famílias. Havia, assim, a necessidade de interligar as propriedades por caminhos terrestres (MELLO, 2001).

A Figura 23 apresenta uma visão esquemática de alguns aspectos do espaço natural do Recife e seu interior. Demonstra a existência de dois alagados, a oeste do Recife e Olinda, que dificultaram o acesso ao Arraial. O item 7 apresenta quatro caminhos instalados em barras fluviais, partindo a oeste e noroeste de Antônio Vaz (7a), que se encontram num caminho perpendicular e seguem até uma área alagada. Vencendo esse obstáculo, apenas dois caminhos continuam, até se fundir em um e ir de encontro ao que vinha da Encruzilhada, seguindo para a Várzea. A mesma figura também apresenta os dois caminhos que levavam, pelo norte, partindo de Olinda, à Várzea do Capibaribe. Um partia de Olinda e, em direção oeste, subia o Beberibe pela margem esquerda (7b), passava a ponte no povoado deste nome e alcançava a margem esquerda do Rio Capibaribe; o outro percorria o terraço, correspondendo ao eixo da atual Estrada de Belém (7c) e, na encruzilhada, ligava-se ao atual bairro do Rosarinho,

para atingir também a Várzea. Daí o caminho pela margem esquerda do Capibaribe ia levar necessariamente ao Sítio do Arraial.

Pelo sul, partia-se de Afogados até alcançar a atual Estrada dos Remédios (7d) e chegar à Várzea. Tanto o caminho partindo de Olinda, como de Afogados, eram ativados, nesse período, para se chegar à Várzea ou ao Arraial, a depender do interesse. A figura ainda apresenta um longo caminho que corre paralelo à costa (7e), vindo de Igarassú, passando pelo atual bairro do Cordeiro, Rio Capibaribe, e indo em direção sul, servindo para interligar os engenhos.

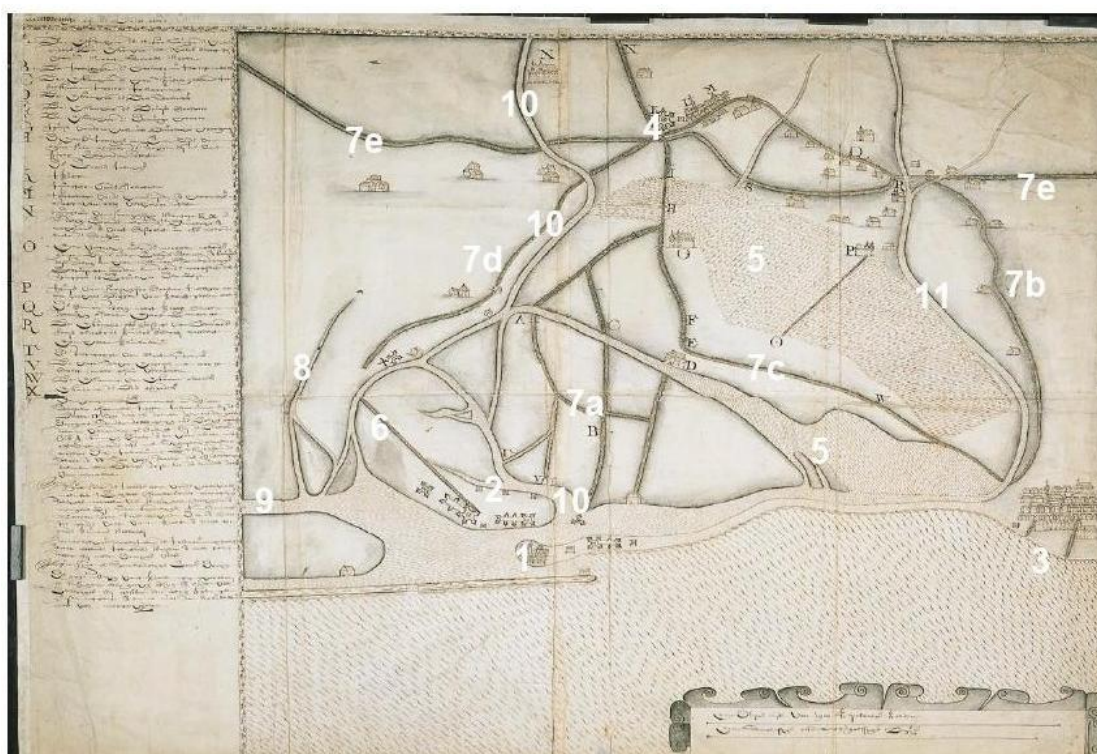


Figura 23: Recife e Olinda. 1632. (Autor e Título ilegíveis)
Fonte: REIS FILHO, Nestor G. 2002.

Andrade (2003:118) esclarece

... que inexistiam estradas razoáveis, pelo fato de ter a colonização portuguesa, em Pernambuco, no primeiro século, se circunscrito à área litorânea e na margem dos rios, em seis cursos interiores, que permitiam a navegação, determinando o domínio dos transportes aquáticos, em canoas e barças.

O autor se refere aos rios Tejipló (8), Jordão (9), Capibaribe (10) e Beberibe (11). A documentação assegura que o transporte pelos rios chegava a ser quatro vezes mais rápido do que por terra.

A rede fluvial de Pernambuco foi importante para o estabelecimento dos colonizadores, não apenas em seus primeiros anos no Brasil. Era utilizada, principalmente, para a entrada no continente, estabelecimento dos engenhos e escoamento da produção açucareira. Porém, os rios eram utilizados para percorrer pequenas distâncias, na dependência das marés, porque seu volume d'água era pequeno.

O relatório de Nieouhof (1640) afirma que:

Todo o litoral brasileiro esta literalmente trajado de pequenos cursos d'água que se vêm lançar ao mar após terem banhado extenso vales. Por isso os engenhos de cana erigidos nas regiões ribeirinhas desfrutam grande economia tanto no transporte como na mão-de-obra. Além de moverem esses rios os engenhos instalados em duas margens, servem eles para o transporte do açúcar e constituem via fácil para abastecimento das usinas.

A Figura 23 apresenta poucos dados sobre a vegetação, há grandes áreas sem nenhuma descrição, bastando observar toda a área ao sul e sudoeste de Antônio Vaz e Recife e a oeste de Olinda. Quanto à ocupação humana, a figura se restringe a mostrar um aglomerado no Recife e Antônio Vaz, com suas fortificações, Olinda e alguns desenhos de casas no interior, que demonstram a presença de engenhos. Isso reforça o objetivo da figura, que era mostrar o acesso ao interior, superando os limites naturais do espaço.

A melhor representação durante esse período holandês foi feita por Cornelius Bartaensz Golijath (Figura 24), que apresenta Olinda, Recife, Cidade Maurícia, com a foz, casas, áreas de plantação de cana-de-açúcar, fortificações, rios e os caminhos terrestres.

Para Mello (1976), essa representação é posterior a 1639, acrescida de informações e datada de 1641, ano da volta do seu elaborador para a Europa, porém só foi publicada em 1648. Apresenta todo o espaço conhecido como Recife e seu interior, utilizando as técnicas disponíveis no período. Isso foi possível depois da queda do

Arraial do Bom Jesus e o consequente acesso ao interior, o que se reflete na facilidade do mapeamento do espaço.

Na Figura 24 é possível perceber que os holandeses colocavam o maior número possível de informações de uma só vez. Assim, a Figura 24 reúne a instalação humana sobre o espaço natural, a infraestrutura e os pontos fixos que possibilitam o desenrolar das atividades econômicas. É possível destacar três espaços que interagem e se complementam. Um é o espaço natural, que ali se encontrava antes do estabelecimento humano, que passou a ser conhecido e modificado pelos colonizadores europeus desde a sua chegada e estabelecimento no novo mundo, a partir do século XVI. Percebe-se o cuidado e a preocupação na representação das áreas alagadas, mangues, bancos de areia, rios, córregos, áreas de matas, ilhas, entre outros, com riqueza de detalhes quanto à sua extensão e localização. Esse conhecimento era necessário para a criação da infraestrutura que permitiria uma exploração econômica mais eficiente.

O espaço econômico se apresenta visível, com as áreas produtoras de cana-de-açúcar no interior e a presença dos engenhos nas margens dos rios, bem como a localização de áreas que potencialmente poderiam servir a esse propósito. Visíveis também são as localidades, no interior, dedicadas às atividades complementares, como o cultivo de gêneros alimentícios e a criação de animais, visando o consumo da população local.



Figura 24:.. **Representação da Vila de Olinda, Cidade Maurícia e Recife, com uma parte da Várzea, compreendendo os seus engenhos, casas, canaviais, roças e outras circunstâncias (1648).** Autor: Cornelis Bastiaensz Golyath. In: REIS FILHO, Nestor G. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.

Essa preocupação já era percebida nas representações de João Teixeira Albernaz do “Porto e Barra de Pernambuco” e a “A Perspectiva do Recife da Vila de Olinda”. Com os neerlandeses, o detalhamento foi o maior possível, tanto pelo conhecimento mais aprofundado do interior, como pelo maior desenvolvimento da cartografia.

Outro espaço observado é o da infraestrutura, que vinha sendo projetada e criada desde a chegada dos portugueses, no século XVI, e intensificada com o domínio neerlandês, na primeira metade do século XVII. Esse registro estava fortemente ligado ao uso do solo e à necessidade de implantação de uma infraestrutura para a exploração do espaço.

São mostrados os assentamentos concentrados na área litorânea e o disperso, no interior, configuração existente em função das atividades que se desenvolveram no litoral, com o comércio na cidade e o transporte no porto e as atividades ligadas à agricultura, no interior. Apresentava também equipamentos militares, tais como fortificações, redutos e paliçadas que permitiam o conhecimento do sistema de defesa.

Na Figura 24 consta também o mapeamento dos bancos de areia nas proximidades da Cidade Maurícia e Recife, que poderiam possibilitar futuros aterros, um sistema de engenharia de domínio holandês, devido à experiência acumulada nos Países Baixos, além dos engenhos e caminhos que interligavam todos esses pontos.

Inclui ainda os cursos dos rios Tejipló (9) Jordão (10), Capibaribe (8) e Beberibe (7), com precisão e detalhes que ainda não haviam sido vistos na cartografia já produzida. Um dos alagados registrados, que parece permanentemente coberto por água, corresponde atualmente ao canal Derby-Tacaruna (4b); o outro alagado, que segue paralelamente ao istmo que liga Olinda ao Recife, é o atual canal do Arruda (4a); estão ainda presentes bancos de areia (11), localizados também ao sul da Cidade Maurícia (2). Inclui ainda os principais pontos de ocupação no interior, com as áreas de plantação de cana-de-açúcar e os engenhos localizados ao longo dos rios.

A observação da Figura 24 permite perceber que a ligação entre Olinda e a Várzea do Capibaribe foi feita pelos mesmos caminhos de outrora, tanto margeando o Rio Beberibe (7), como pela atual Estrada de Belém (5b), indo ambos de encontro ao agora povoado do Bom Jesus, porém de maneira mais intensa, uma vez que o desenvolvimento dos caminhos possibilitou tal acesso. Partindo da Cidade Maurícia, é possível se chegar ao interior, pelo caminho oeste, tanto cruzando a ponte como por barco, atravessando o rio Capibaribe (8), chegando-se ao continente, no atual bairro da Boa Vista (5e). Daí se seguia por terra, encontrando as áreas alagadas precisamente mapeadas do atual canal Derby-Tacaruna (4a). Pelo sul, o caminho de Afogados (5d), agora protegido pelo Forte das Cinco Pontas, também dava acesso ao interior. O engenho Velho (5), um engenho de açúcar arruinado, passou a se chamar Forno de Cal, pertencente a Manuel Álvares Deusdara. Trata-se do Engenho Velho de Beberibe, de invocação de Nossa Senhora da Ajuda, considerado o primeiro engenho da capitania, pertencente a Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, fundado depois de 1542.

Ao analisar esses mapas dos séculos XVI e XVII, mesmo de forma breve, percebe-se o potencial que a cartografia histórica apresenta como fonte documental, e a

grande valia dos dados, que possibilitaram uma visão desse espaço que está sendo objeto de estudo desta pesquisa.

Essa cartografia muitas vezes significa menos representações do espaço e mais espaços de representação que revelam detalhes sobre uma sociedade e como esta lidava com as informações geográficas. Ao observar as caravelas, bandeiras e imagens coloridas, verifica-se que são muito mais do que meros desenhos: elas não apenas refletem, mas também criam visões de mundo. O olhar desses cartógrafos carrega toda uma forma de ver, sentir e representar o mundo. Interpretar esses mapas exige paciência e um treinamento do olhar para realizar leituras diante de cada informação produzida através das informações geográficas, aliadas a um conhecimento de documentações textuais que permita esclarecer não só o desenho, como o contexto em que foi produzido. Um real trabalho de estratigrafia cartográfica, realizado após a prospecção desses mapas do passado.

Através desta abordagem contextual, será possível pensar a cartografia como uma narrativa de histórias, eventos e pontos de vista essenciais para a compreensão das ações humanas no tempo e no espaço.

3.4. Uma imagem vale mais que mil palavras: a iconografia de Pernambuco produzida por Frans Post

Nesta etapa do trabalho será realizado um estudo imagético do período que vem sendo pesquisado. A imagem, em qualquer época, é um excelente meio de comunicação para registrar o “mundo”, a “sociedade”, “os espaços”, “as ideias”, “os saberes”, “os conflitos”, “os tempos”, “o poder”, “os desejos”... , enfim, cria leituras e releituras, dependendo do olhar de quem a produziu e de quem a interpretou. É muitas vezes fantástico o resultado de um trabalho de análise das imagens, rico em possibilidades de interpretações e de uma discussão saudável, por parte do pesquisador, à luz da ciência. A performance do pesquisador dentro do seu discurso científico servirá de referência para esclarecer as suas interpretações.

A imagem pode ser dotada de uma grande variedade de significados, passíveis de diferentes interpretações, que podem fornecer informações relevantes, funcionando

como uma ferramenta a mais na compreensão do objeto de estudo, ampliando o olhar do pesquisador.

A possibilidade de se trabalhar a imagem é bastante vasta e pode conduzir a resultados diferentes em cada método de trabalho, na medida em que é possível captar, da cena observada, aspectos que passaram despercebidos ao pesquisador.

O uso da imagem acrescenta novas dimensões à interpretação da Arqueologia, permitindo aprofundar a compreensão do universo simbólico que se exprime em sistemas de atitude, por meio dos quais grupos sociais se definem, constroem identidades e apreendem mentalidades.

A ação de decifrar uma imagem pode, muitas vezes, se tornar uma tarefa quase sem fim, pois, dependendo de sua complexidade, ela pode conter diversas “camadas” que guardam, cada uma, diferentes conteúdos. A imagem pode expressar aspectos bem evidentes em sua forma e, ao mesmo tempo, manter ocultas outras informações. E estes dados podem suscitar, na memória dos observadores, outras cenas, produzindo, então, diferentes interpretações (LEITE, 1988:87). Dessa forma, é preciso que o pesquisador tenha o cuidado de ler as “entrelinhas” da imagem, a fim de buscar o que não está totalmente explícito.

Somente através da sensibilidade, do constante esforço de compreensão dos documentos e do conhecimento multidisciplinar do momento histórico fragmentariamente retratado se poderá ultrapassar o plano iconográfico: o outro lado da imagem, além do registro fotográfico. (...) O imaterial, que afinal dá sentido à vida que se busca resgatar e compreender, pertence ao domínio da imaginação e dos sentimentos. É a imaginação e o conhecimento do pesquisador operando na tarefa de reconstituição daquilo que foi. Situa, finalmente, além do registro, além do documental, no nível iconológico: o iconográfico carregado de sentido (KOSSOY, 2005:41).

Pode-se observar que o registro iconográfico não é uma simples ilustração da realidade, mas um olhar sobre ela e, assim como os textos escritos, traduzem uma determinada visão de mundo, dentro de um contexto histórico particular. No caso da

Arqueologia, esses fragmentos visuais enriquecem o diálogo entre o pesquisador e o passado.

A iconografia utilizada para análise nesta pesquisa terá como ponto central alguns trabalhos do holandês Frans Post, cuja obra representa um rico legado holandês sobre a paisagem brasileira. Post é não somente o primeiro pintor dessa paisagem colonial brasileira, como também o primeiro paisagista das Américas, tendo, para a arte brasileira, uma posição de importância fundamental. Como resultado de sua estadia no Nordeste brasileiro, de 1636 a 1640, Post pintou 18 (dezoito) paisagens, que Nassau ofereceu ao rei Luís XIX, de França, em 1678. Ao que consta, seis paisagens foram pintadas durante sua estadia, o que leva a pensar que ele poderia ter feito as telas a partir da observação direta da natureza, mas complementada no atelier. O restante das pinturas foi executado de memória, depois de sua saída do Nordeste brasileiro. Mas, mesmo nessas telas feitas à distância do objeto, há uma precisão quase fotográfica, com um detalhismo que revela observação e conhecimento de causa. Pode-se dizer de Post que ele foi tanto um pintor naturalista, de observação direta do meio, a produzir telas com caráter informativo, quanto que reconstruiu o mundo pitoresco e exótico com que se deparou. Sempre a partir de sua experiência e de esboços e notas, inventou uma natureza ausente do olhar, mas que se faz presente através da imaginação.

A paisagem é uma construção da natureza, pelo olhar. Para que ela exista, deve haver um ato inaugural, de separação entre o homem e a natureza, implicando um distanciamento. É preciso que exista um recuo e um estranhamento, para que a natureza, reapropriada pelo olhar daquele que a contempla, se transforme em paisagem. Nesta medida, a natureza é objeto de uma construção estetizada, cujo produto, a paisagem, é uma representação daquela natureza.

É preciso que o autor da iconografia se coloque fora desta natureza e, não obstante, penetre intensamente nela, para reordená-la e representá-la, em ato de apropriação. Portanto, a paisagem passa a ser o produto do que ele vê, e certamente do quadro de referências que, previamente, ele possui, e que passa a estar presente neste trabalho de reconstrução imaginária do mundo. Toda pintura paisagística tem um conteúdo de realismo, de registro documental daquilo que se vê. Vale também registrar que existe um outro lado da produção paisagística. Aquele em que o autor, além de

fazer uma produção idealizada, uma rememoração do que registrou e uma recriação, se vale de outras referências, valores e signos que, sem dúvida, orientam a sua percepção, mesmo que estejam ausentes do horizonte do seu olhar.

Tudo indica que o olhar do outro, o holandês invasor e dominante, sobre o Brasil do século XVII, além de ter sido sensível à nova terra, também passa na composição imaginária, um olhar de desejo, curiosidade, atração e repulsa, cobiça e sede de saber se misturavam, fazendo da natureza a representar um mosaico de significados. Logicamente, as referências deste olhar estavam completamente fundamentadas nos padrões de referência europeu de sensibilidade estética.

A paisagem, no século XVII, passa a ser o tema da pintura, e não mais o pano de fundo ou o cenário onde se desenvolvia uma cena. Pintando suas telas com precisão de detalhes, fazendo uso da lente e da câmara obscura, para registrar aquilo que o olho não via, os paisagistas holandeses se impunham na divulgação de um novo gênero.

O que interessa, contudo, são as possíveis leituras simbólicas que esta paisagem oferece através de uma reconstrução imaginária do Brasil.

O quadro a seguir (Figura 25), o “Forte de Frederick Hendrik”, mostra o pântano arenoso sobre o qual Nassau construiu sua nova capital; as figuras no primeiro plano simbolizam as três raças do Nordeste, o negro, a índia e o branco, de costas. Ao fundo, vê-se o atual “Forte das Cinco Pontas”, localizado na antiga Ilha de Antônio Vaz. O relevo plano e a vegetação local baixa indicam a devastação, naquela época, das árvores nativas.



Figura 25: “**Forte de Frederick Hendrik**”. Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.



Figura 26: “**Paisagem com plantação**”. O engenho. Óleo sobre tela, 71,5 x 91,5 cm. (1660), Coleção Museu Bojmans Van Beuningen, Rotterdam, Holanda.

Na figura 26, “Paisagem com plantação”, a usina de açúcar – o engenho – é representada quase como um mundo fechado, fora da realidade. É, todavia, uma representação do universo do trabalho, em que os negros estão a lembrar a realidade da escravidão. Entretanto, a pintura de Post apresenta uma paisagem de uma certa forma edênica, de calma, de tranquilidade, reforçada pelo onipresente grande céu, nublado e claro.

Mesmo sabendo que a produção do açúcar era voltada para o mercado internacional e que os interesses holandeses neste negócio lucrativo foram o principal motivo da invasão e conquista do Nordeste brasileiro, a paisagem indica um universo ordenado. Só a presença do rio, ao fundo, pode levar a pensar que este mundo fechado se comunica com o exterior e o mercado. Todos os detalhes do engenho e da atividade produtiva aí estão representados – a moenda, a usina, os bois, os pães de açúcar, a casa do senhor, a senzala.

Sobre o segundo plano dessa pintura observa-se a cena principal do engenho em atividade, à direita do quadro, onde cai a luz do sol. Um sol que não se deixa ver, senão pela luz que derrama na cena. Há uma organização e uma ordem que parecem presidir a paisagem, em que as figuras humanas parecem antes posar para o pintor do que realizar alguma tarefa. A cor negra da pele contrasta com a alvura das roupas brancas. Eles não são atores, embora possam desempenhar tarefas. Eles são parte da paisagem, tal como a casa-grande ou a vertical palmeira que inaugura, à esquerda do quadro, a linha diagonal da composição, quebrando a horizontalidade. Tudo faz parte de um equilíbrio, composto pela ficção pictórica construída sobre a natureza.

Impressionante, no primeiro plano, em meio às sombras, a exuberância, a beleza e mesmo a violência da vegetação tropical, em meio a um mundo animal selvagem, onde uma enorme serpente se retorce. O jogo entre a luz e a sombra revela e oculta, quebrando, de certo modo, a placidez deste mundo aprazível. A cena é detalhista na sua riqueza de pormenores, mas é também idealizada, imobilizada, como uma imagem parada no tempo, para informar sobre o coração do Brasil açucareiro, agora holandês. Uma utopia paisagística, talvez, com um tempo natural que se detém para ser exibido ao espectador.

O quadro retratado na Figura 27, a “Cachoeira na Floresta”, registra uma cena com a mesma minúcia com que trata a vegetação e o movimento da água.



Figura 27: “**A Cachoeira na Floresta**”. Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.

No quadro seguinte (Figura 28) a “Paisagem de Planície”, nota-se a qualidade do tratamento da paisagem e dos personagens. A vegetação está colocada em destaque, mas se percebe o interesse de registrar o espaço habitado e suas edificações.

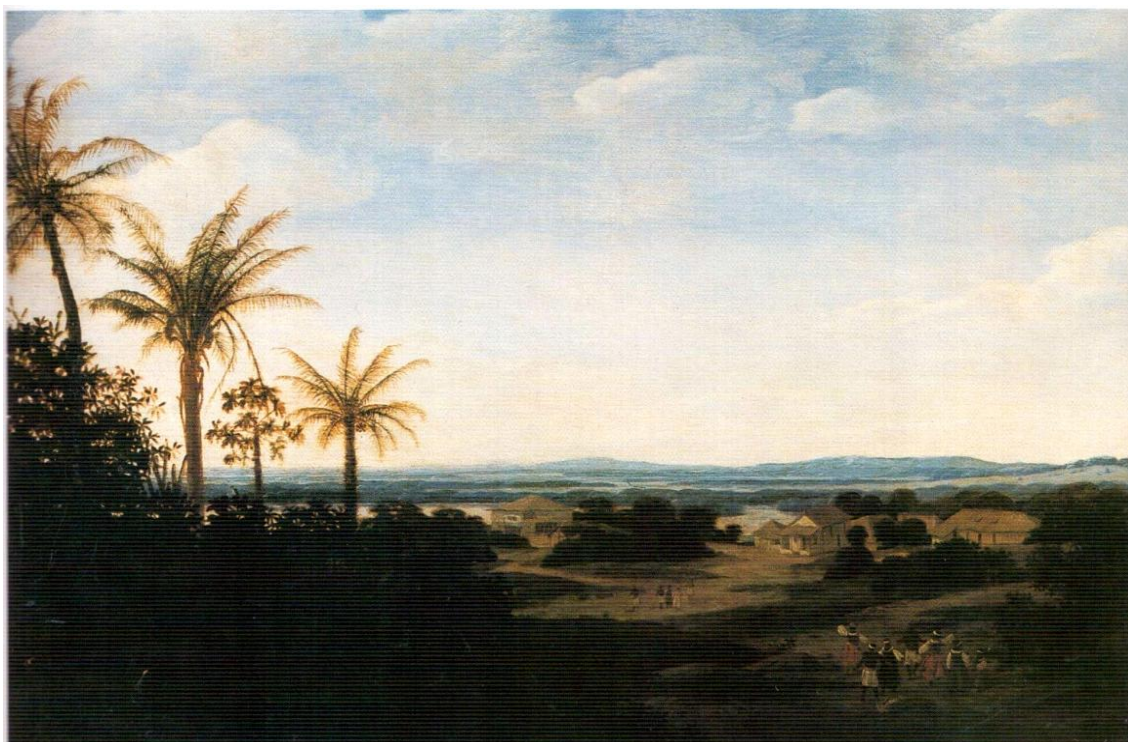


Figura 28: “**Paisagem de Planície**”. Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.



Figura 29: “**Paisagem**”. Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.

O quadro representado na Figura 29, denominado “ Paisagem”, é mais um registro da paisagem e da beleza da vegetação e da topografia. O olhar de Frans Post para a natureza possibilita hoje uma visão dessas terras e mesmo uma constatação da sua riqueza e das possibilidades de sobrevivência nos trópicos.

O quadro “Paisagem com grande árvore à direita” (Figura 30), retrata mais uma vez como se apresentava a natureza, na época, com a vegetação exuberante, os habitantes, a arquitetura, uma topografia com desníveis e a presença do elemento água (rio), tão importante, não só como caminho, mas por permitir a atividade açucareira.



Figura 30: “**Paisagem com grande árvore à direita**”. Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.

Em todas as suas obras, Post registrou muito bem a paisagem natural e construída, como no quadro “ Paisagem ribeirinha com aldeia” (Figura 31). Os elementos exóticos estavam sempre presentes em suas composições, variando apenas a posição: das palmeiras, dos personagens e das edificações. O rio está dividindo o plano pantanoso da densa vegetação, observando-se ainda uma casa-grande e outros edifícios à direita, com a palmeira de macaúba à esquerda.



Figura 31: “**Paisagem ribeirinha com aldeia**”.

Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.



Figura 32: “**Aldeia e Capela com Pórtico**”. Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.

A “Aldeia e Capela com Pórtico” (Figura 32) representa uma aldeia, com um grupo de escravos negros ou índios no centro da composição. Neste caso, a palmeira

(elemento quase incontornável nos quadros de Post) encontra-se à esquerda, e é do tipo macaúba. A capela com pórtico está representando os edifícios religiosos da época.

Esse outro exemplar da obra de Post, “Aldeia e Capela com Pórtico” (Figura 33) repete o tema anterior, só que apresenta a capela com pórtico à direita; na vegetação, também à direita e de frente, destacam-se o mamoeiro e a palmeira. Os animais estão no primeiro plano, tatu e tamanduá.



Figura 33: “**Aldeia e Capela com Pórtico**”. Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.

Neste quadro, “Aldeia com Igreja” (Figura 34), pode-se perceber a presença do abacaxi e do tatu. A árvore, com um detalhe interessante, está por detrás da palmeira. A igreja representada é jesuíta, à esquerda, diante de um rio que atravessa a paisagem. Ao longe, é possível reconhecer campos de cana-de-açúcar. Há, também, a presença de índios e escravos negros, no centro do quadro.



Figura 34: “**Aldeia com Igreja**”. Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.



Figura 35: “**Aldeia**”. Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.

Neste quadro, “Aldeia” (Figura 35), vê-se a vegetação bem diversificada, a riqueza da representação das edificações, um espaço entre os prédios e a sempre presente figura humana (escravos), elemento muito importante para que as atividades possam ser exercidas na aldeia.

Este outro trabalho: “ Paisagem com Ruínas de Olinda” (Figura 36), apresenta as ruínas de Olinda, cidade que fora incendiada pelos holandeses, cujas ruínas assim permaneceram durante o período em que Frans Post morou em Pernambuco. A ruínas representadas são as do antigo convento de Olinda. Podem também ser vistos índios e negros, sempre presentes nas composições de Post.



Figura 36: “ **Paisagem com Ruínas de Olinda**”. Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.

Entende-se que há, nos quadros, a presença de diferentes culturas que se misturam e se defrontam, de forma explícita ou implícita. Observe-se o quadro “Olinda” (Figura 37): na cidade em ruínas, com as suas casas em escombros, abandonadas, com suas capelas, igrejas e sobrados que atestam como se deu o desastre da guerra de conquista, há a presença fantasmática dos seus primitivos habitantes. As cidades abandonadas têm, verdadeiramente, este destino: na materialidade do espaço construído, os prédios guardam as marcas da vida que ali habitou um dia.



Figura 37: “**Olinda**”. Óleo sobre tela, 80 X 110 cm. 1650-54. Fonte : Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, Brasil.

Assim, esta Olinda arruinada, cidade fantasma, evoca os portugueses, donos da terra, derrotados e postos em fuga para o Recife ou para o interior, em um tempo passado ainda próximo. Ali estão, arruinadas, algumas das construções da cidade, ainda reconhecíveis: à esquerda, o Convento do Carmo; ao centro, o Mosteiro de São Bento; à direita, a Sé, o convento franciscano e o Colégio dos Jesuítas.

Nas ruínas da cidade abandonada, os negros dançam. Figuras como que fora do tempo, alheios ao drama da destruição e dos escombros, eles dançam na cidade fantasma, talvez entregues aos seus antigos ritos africanos, talvez mais em harmonia com a natureza que celebram. Estes negros são provavelmente escravos, mas há neles um certo alheamento que intriga. Estão imersos em um contexto à parte de espaços e atores, em que as regras são outras. Com a pele negra a contrastar com as roupas brancas, eles ocupam lugar central na cena da paisagem, fazendo das ruínas de Olinda o seu entorno. E, entretanto, o nome do quadro é “Olinda”...

Este é um tema que se repete nesta sequência de quadros: os negros a dançar e a cantar, aparentemente em um outro mundo, fora do tempo, mas que parecem ter impressionado o olhar do pintor holandês. Portador de uma outra cultura, a figura dos negros se encontra com a Europa no olhar do pintor, no entrecruzamento das sensibilidades.

O quadro seguinte (Figura 38) se intitula “Mocambos. Interior de Pernambuco”. Outro quadro de Post que permite apreciar as lógicas da estética e da técnica paisagística holandesa, transpostas para o Brasil. Sempre a mesma luminosidade difusa, o grande espaço reservado ao céu, a linha diagonal que atravessa a cena, inaugurada pela elevada palmeira à direita da tela.

A paisagem se apresenta com um tempo imóvel, como um pequeno pedaço do paraíso. E, entretanto, o mocambo é a habitação dos pobres, erguido com materiais tirados do próprio meio, com suas paredes feitas de barro e pedaços de madeira, seu teto coberto por folhas de palmeira. Casa simples, erguida à semelhança da cabana primitiva, próxima da natureza. O mocambo se adequava, como assinala Gilberto Freyre, à doçura do clima tropical e era habitado pelos pobres, negros e mestiços, em condições de perfeita harmonia com o meio, vivendo talvez em condições melhores do que os homens brancos das cidades, em seus úmidos, mal ventilados e escuros sobrados.



Figura 38: “**Mocambos. Interior de Pernambuco**”. Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, Brasil.

Frans Post constrói uma paisagem de perfeito equilíbrio entre a natureza e a cultura, passando a impressão de uma certa sabedoria de viver. O homem está próximo da natureza e, talvez mais do que em outros quadros, parece a ela se integrar, como parte da paisagem. Os homens se apresentam como não tendo outra ocupação senão a de suprir as suas necessidades braçais: os homens vão à pesca, as mulheres transportam coisas sobre as cabeças, algumas pessoas estão sentadas sobre uma espécie de tapete, em vias de realizar alguma atividade, tão rústica quanto as demais tarefas executadas na cena. Nesta paisagem rural e também edênica, uma espécie de paraíso perdido, que leva a sonhar, uma positividade se descortina. O país tropical tem recantos, no interior, ainda intocados, primitivos, distantes da civilização.

Sendo a maior parte das obras de Post feita de memória, ele passa a apresentar detalhes que se repetem, seja por exigência dos cânones paisagísticos da pintura de paisagem holandesa, seja porque ele considera pertinente para a ambientação da cena. Ou ainda, pela curiosidade e pelo interesse que tais elementos do país tropical provocaram no pintor, estimulando o imaginário holandês e europeu sobre o Brasil.

No quadro seguinte (Figura 39), pode-se perceber, no primeiro plano das sombras que formam com a vegetação, a indefectível diagonal que corta a composição horizontal, mais uma vez uma natureza agressiva, com animais a se devorarem, jogando com o lado escuro e ameaçador da terra selvagem.

Neste quadro, intitulado “Paisagem brasileira com nativos dançando e capela”, retornam os negros a dançar. Não mais no abandono em meio às ruínas, na cidade deserta e fantasma. A cena se passa diante da capela, onde uma procissão de fiéis avança para o culto. Supostamente portugueses, católicos, os homens vão à frente, as mulheres atrás, com xales negros. Já os negros, parte integrante deste mundo, parecem, mais uma vez, fora dele. Fora da ordem, do mundo das capelas e procissões, eles se situam como representantes de outra cultura e natureza, embora ocupem lugar central na paisagem retratada, em espaço sobre o qual incide a luz.



Figura 39: “**Paisagem brasileira com nativos dançando e capela**”. Óleo sobre madeira 44 X 59 cm. s/d. Fonte: Coleção privada, NewYork.

O primeiro plano deste quadro é sombrio e compõe, com as palmeiras iluminadas, à esquerda, a linha diagonal da composição, deixando entrever, mais uma vez, animais exóticos, de um mundo selvagem, em meio à natureza profunda. Desproporcionais, maiores que o natural, estes animais mal se dão a ver diante da cena central, iluminada. Mas eles lá estão, a mostrar que a paisagem é feita por uma composição de planos e cenas, por um choque de mundos e forças.

O quadro intitulado “Cidade Maurícia e Recife” (Figura 40) , é outra das telas de Post, pintada em 1655. Obra elaborada apenas de memória. É neste quadro que talvez melhor se possa apreciar uma abordagem paisagística, em que o Brasil estaria no encontro dos mundos, nesta conexão planetária, na qual as histórias se conectam e os valores se misturam. Mundo da mestiçagem cultural, para edificar os sobrados que lembravam os de Amsterdam, os arquitetos se valeram de mestres de obras e trabalhadores locais, lusitanos e mestiços. Mais uma vez em pintura à contra luz, sob um majestoso céu, se divisam duas cidades. O primeiro plano, como de praxe, é sempre escuro, mas a luz incide sobre a fachada dos imóveis. Percebe-se parte da Cidade Maurícia, com suas casas de platibanda em escada, holandesas, com sua típica fachada e telhado de duas águas, que se alinham em mescla com outras, de feição caracteristicamente portuguesa: teto de quatro águas e beiral, varanda na frente.



Figura 40: “ **Cidade Maurícia e Recife**”. Óleo sobre tela, 48,2 X 53,6 cm. 1653, Coleção particular, São Paulo, Brasil.

Uma cidade híbrida, a mostrar a mistura cultural, a coexistência de estilos, à beira da praia, à sombra de palmeiras altas, Holanda tropical. Mas há outras árvores pequenas, a crescer, alinhadas, mostrando o cuidado paisagístico e a preocupação dos conquistadores com a estética e com a sombra possível de ser obtida em face da inclemência do sol.

Em segundo plano, à distância, a outra cidade ocupada, centro nervoso da Nova Holanda, o Recife da riqueza e das misérias, com suas casas altas, apertadas no solo urbano estreito, com o seu porto, onde embarcava o ouro branco para a Europa. Trata-se de um panorama urbano, que retoma a ideia do tempo estático, de uma cena posada, mesmo que os personagens improvisem uma espécie de cortejo que parte da praia, em torno de uma personalidade que avança, talvez o próprio Príncipe. Há uma mistura de atores, negros, brancos, certamente mestiços, e com distintas posições sociais, a julgar pelas roupas, a mostrar a variedade e o cosmopolitismo deste Brasil holandês nos trópicos, com sua experiência civilizatória.

Sem dúvida, Nassau teve um papel importante em introduzir um desenvolvimento cultural e habitacional nesta terra, em que só vira de início as maravilhas da natureza. Isto não significa que os portugueses não fizeram parte, de maneira também bastante interessante, do crescimento cultural, pois a partir deles foram abertos os primeiros caminhos a serem trilhados para iniciar o processo de colonização brasileira. A Capitania de Pernambuco teve dois grandes marcos: no século XVI, a figura determinada de Duarte Coelho, seu primeiro donatário, e no século XVII, o holandês Maurício de Nassau. A semelhança entre os dois está na determinação e no empenho de fazer o melhor para as terras conquistadas.

O engenho era um tema de óbvio interesse – por estar ligado diretamente à principal atividade econômica no Brasil Colonial. Esta composição, “Engenho” (Figura 41), apresenta a casa-grande mais para o centro da composição, e bem detalhada.



Figura 41: “**Engenho**”. Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.

Outro quadro com o tema “Engenho” (Figura 42) apresenta, à direita, uma vegetação bastante rica, pássaros e plantas tropicais e também um pequeno tatu. As casas, o engenho e os personagens representam muito bem um dia de trabalho no engenho e a distribuição das edificações.



Figura 42: “**Engenho**”. Fonte: Catálogo de Exposição – Instituto Ricardo Brennand – 2003.

A Figura 43 constitui uma das mais completas composições de Post para um engenho real: paisagem em declive, casa grande em nível acima do engenho, com sua capela, água corrente na várzea, roda d’água com sua canaleta escoando pelo terreiro em direção ao rio, moenda com os escravos e canas empilhadas, a fornalha com sua lenha; e, por fim, ao lado, o balcão com os escravos quebrando o pão-de-açúcar.



Figura 43: “**Detalhe de engenho real**” . In: Lago, 2006.

Diante destes exemplares com o tema engenho (Figuras 41,42,43) foi possível chegar ao padrão dos engenhos reais pintados por Post: se localizavam em terrenos em declive, geralmente abaixo da casa grande e da capela; possuíam água corrente captada de algum riacho – por queda natural ou realinhamento dos cursos – para ser usada na roda d’água. Depois de passar pela roda, a água escoava por uma canaleta até um riacho próximo, e dali para um rio maior, na várzea. Por fim, em todos eles se usava mão-de-obra africana, ficando os índios para outros serviços. As chamadas oficinas englobavam dois espaços: uma parte aberta e mais retangular, onde ficavam a moenda e a roda d’água; e outra fechada e mais quadrada, onde se fabricava o açúcar. As duas partes podem ser reconhecidas pelo formato dos telhados e pela presença ou ausência de paredes. Todos os engenhos mostrados por Post apresentam apenas a parte externa dessas oficinas.

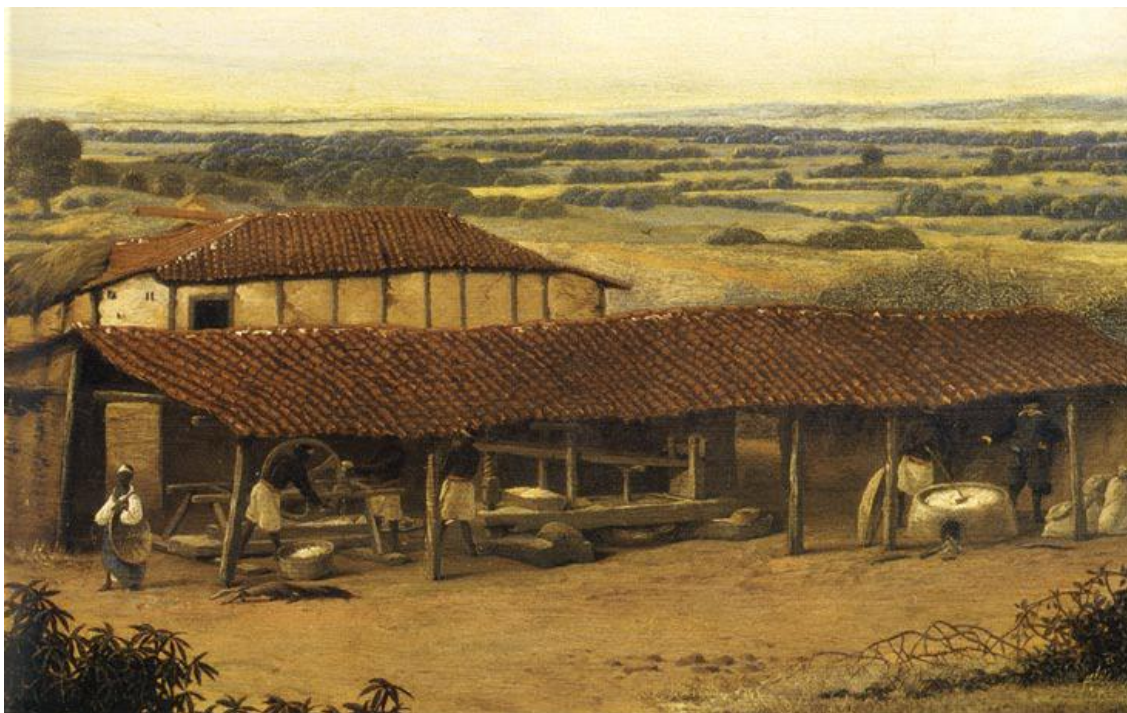


Figura 44: “**Detalhe de oficina de farinha**”. Fonte: Lago, 2006.



Figura 45: “**Paisagem de várzea com conjunto arquitetônico**”. Fonte: Lago, 2006.

Na Figura 44, o quadro intitulado “Detalhe de oficina de farinha”, pode-se observar o trabalho nas casas de farinha (ou oficinas de farinha), tão comum naquela época. Aparece uma vegetação bastante modificada com espaços vazios; a arquitetura é rudimentar, com uma técnica construtiva de taipa nas paredes.

O último quadro (Figura 45) representa uma “Paisagem de várzea com conjunto arquitetônico”. As mulheres carregam cestos na cabeça, indicando ser esta uma tarefa do sexo feminino. Os homens estão na imagem, mas aparentemente não se vê nenhum elemento de trabalho em suas mãos. O relevo é plano, com algumas elevações aparecendo no horizonte do quadro. Esta vista apresenta, como aspectos naturais, uma vegetação esparsa, caracterizada por algumas árvores e arbustos. A construção, com telhados em quatro águas, alpendre, parece que é feita em dois planos, pelo menos o centro da edificação.

Frans Post recebeu a incumbência de registrar as áreas – principalmente cidades, vilas e povoados – dominadas pelos holandeses, bem como as batalhas e as principais edificações construídas ou conquistadas por estes (MELLO, 1999:25). Além de telas a óleo pintou diversas gravuras em cobre, representando as paisagens que visitou, com o intuito de ilustrar o livro de Gaspar Barléus, que conta os feitos praticados por Nassau durante a sua estada no Brasil.

Em suas expedições pelo território do Brasil holandês, ainda que com a missão de retratar aquilo que interessava ao conde e à Companhia, Post conseguiu contemplar os temas que lhe eram impostos com liberdade e originalidade, aliando uma técnica bem desenvolvida e grande qualidade artística. Suas telas a óleo demonstram a preocupação do artista com o detalhe e com o equilíbrio da composição. Já as gravuras possuem maior caráter documental, apresentando um aspecto mais descritivo, sem descuidar da qualidade técnica.

Estas imagens deixadas por Post são marcas de historicidade, como janelas ou portas através das quais se pode acessar a sensibilidade e o imaginário dos homens do passado. Possuem a capacidade de expressar informações sobre diferentes aspectos da Capitania de Pernambuco, como a topografia da região, as condições naturais do sítio de implantação de uma vila, as características arquitetônicas de algumas edificações, entre outras.

Frans Post inventou um Brasil imaginário, por certo, mas que, como toda representação imagética, tem um lado real, colado às coisas do real, e outro de

reconstrução simbólica, inscrevendo um desejo de *vir-a-ser* ou traduzindo, de forma fantasmática, os medos e incompreensões sobre o objeto representado.

E, afinal, como toda marca do passado que pode vir a se tornar uma fonte para um pesquisador, o que importa realmente não é a capacidade deste traço reproduzir fielmente o real de um outro tempo, mas a sua condição de porta de acesso às formas pelas quais os homens pensavam sobre si próprios e o mundo e, por extensão, a condição de fornecer respostas às perguntas do pesquisador.

Infelizmente, não foi possível ter acesso a todas as iconografias holandesas produzidas por Frans Post; sem dúvida, na continuidade da pesquisa valerá a pena retomar este segmento (iconografia), para ampliar as informações.

O trabalho produzido por Frans Post sem dúvida nenhuma constitui uma representação documental do Brasil no século XVII, por mais que contenha uma carga simbólica característica de formas de representação do autor e de uma época.

Analisar essas imagens permitiu aprofundar a investigação sobre a história urbana da antiga vila de Igarauçu, Olinda e do Recife, dando visualidade aos textos da época, além de exigir uma interpretação mais sensível e subjetiva da realidade do lugar, aliando a representação gráfica aos documentos históricos e ao imaginário inserido em cada quadro.

São deveras enriquecedores os registros obtidos da leitura cartográfica e iconográfica realizada neste capítulo, e com certeza, somados aos outros dados adquiridos nos capítulos anteriores, contribuirão para fornecer subsídios à nova etapa a ser desenvolvida no Capítulo 4, em busca de caminhos, nos quais se possa verificar a “lógica de planejamento português na Capitania de Pernambuco”.

4. UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE OS DADOS TEXTUAIS, CARTOGRÁFICOS, ICONOGRÁFICOS E ARQUEOLÓGICOS

Para viver a paisagem pernambucana é necessário uma combinação, entre o espectador e a própria natureza. É preciso ver não só com os olhos, mas também, e muito especialmente, com o coração, a fim de que a paisagem seja sentida no seu silêncio e guardada para sempre pela emoção (DANTAS SILVA, 1993).

Este capítulo se desenvolveu na busca de identificar novos dados produzidos a partir de uma perspectiva da arqueologia da paisagem que possam ser adicionados aos dados já existentes. De tal maneira que a reflexão sobre todos esses dados possa auxiliar na verificação desta tese.

4.1. A Capitania de Pernambuco por meio dos dados textuais, cartográficos e iconográficos

Vale a pena pontuar algumas informações relevantes encontradas durante a pesquisa que irão se somar aos dados arqueológicos em prol da verificação dessa tese.

Ao analisar e interpretar as informações obtidas ao longo da tese, novas perspectivas foram se apresentando, de modo a possibilitar o entendimento da lógica de planejamento utilizada pelos portugueses, ou melhor, pelo donatário Duarte Coelho, em sua capitania de Pernambuco.

O conhecimento da Geografia local é claramente evidente na instalação portuguesa: para se instalar na faixa de terra ao longo da costa era necessário conhecer o espaço natural, os rios e caminhos que possibilitassem a entrada para o interior. Os primeiros mapeamentos do Brasil apontam essa preocupação.

A incursão de outros europeus em domínios portugueses, no século XVI, obrigou a Coroa a pensar em estratégias de defesa da terra e de suas riquezas. Uma das primeiras tentativas de minimizar esses ataques foi o envio de navios para guardar a costa. Não foi eficiente, devido à grande extensão do litoral e ao número de invasores. Em seguida, tentou-se a instalação de feitorias, com o objetivo de ocupar a costa e

estabelecer contato com os nativos; isto aconteceu durante as três primeiras décadas do século XVI, quando os portugueses se limitaram apenas a explorar e a fazer o escambo com os indígenas, adquirindo por baixo preço os produtos da terra, sobretudo o pau brasil. Fundavam apenas feitorias com armazéns, na foz dos rios, onde havia maior abrigo para as embarcações. Feitorias que, na maioria das vezes, eram temporárias, uma vez que se transferiam para outras localidades quando se esgotavam os produtos explorados nas imediações. Dessas feitorias, apenas a do Sítio dos Marcos, no canal que separa Itamaracá do continente, teve caráter permanente.

À medida que a Coroa Portuguesa se convenceu de que apenas a instalação de feitorias não garantiria a posse do território brasileiro, devido à vasta área a ser apropriada, passou a pensar em outro modelo de colonização, o de Capitanias Hereditárias, um sistema econômico que tornava as terras atrativas para investidores. As capitanias se apresentavam como uma proposta barata e viável.

A decisão de D. João III em adotar o Sistema de Capitanias como solução para a efetiva ocupação das suas novas terras dá início ao processo de transplantar para a colônia brasileira a maneira portuguesa de dominar, ocupar os seus territórios.

Nos relatos dos cronistas portugueses, franceses e holandeses, as impressões sobre o clima do Brasil eram positivas, acreditavam que as condições naturais permitiriam uma adaptação dos europeus à nova terra. Portanto, este Brasil descrito pelos cronistas indica o potencial de uma terra rica para a agricultura e um clima ameno para a sobrevivência desses novos habitantes.

O Sistema de Capitanias Hereditárias já tinha sido utilizado pelos portugueses para a colonização das ilhas atlânticas – Madeira, Açores e Cabo Verde. As Capitanias Hereditárias correspondiam a grandes parcelas da terra concedidas pelo rei a alguns homens de sua confiança, que, pelo mérito de suas ações, recebiam o privilégio de representá-lo nas novas terras.

A concessão da capitania não dava ao donatário o poder de propriedade do solo colonial, que permaneceria propriedade da Coroa portuguesa. Apenas transferia para a iniciativa privada a tarefa de colonizar o Brasil. A capitania seria um estabelecimento

militar e econômico, voltado para a defesa externa e para o incremento de atividades capazes de estimular o comércio português. Os donatários se constituíram em administradores, achando-se investidos de mandatos da Coroa para doar terras e colonizá-las.

O aproveitamento e a distribuição do solo colonial eram duas das principais obrigações conferidas aos donatários das Capitanias Hereditárias, pela Coroa Portuguesa, obedecendo ao sistema de distribuição de terras por sesmarias.

O donatário tinha o direito de usufruir da propriedade, mas não era seu dono. Cada donatário estava submetido à monarquia absoluta e fortemente centralizada. Os capitães-donatários detinham apenas 20% da sua capitania e eram obrigados a distribuir os 80% restantes, a título de sesmarias, não conservando nenhum direito sobre as mesmas. As sesmarias não comportavam, assim, nenhum laço de dependência pessoal.

A aplicação do Sistema de Sesmarias no Brasil, sem dúvida, era uma forma de promover o povoamento, já que as terras eram vagas, sem proprietários; habitadas por indígenas que não compreendiam o sentido eurocêntrico de propriedade capitalista ocidental. O tamanho das concessões de terras em sesmarias era diretamente proporcional à capacidade de investir do agraciado.

A Carta de Doação conferida ao donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, trazia expressa a ordenação de fundar engenhos de açúcar, vilas, adentrar pelo interior à procura de ouro, propagar o cristianismo e promover o povoamento da terra. Não se pode deixar de reconhecer que essas diretrizes já estabelecem a forma de pensar portuguesa em ocupar as suas terras.

O donatário Duarte Coelho dirigiu pessoalmente o povoamento e desenvolvimento da sua capitania. Instalou a sede administrativa em Olinda e, através do Foral, em 12 de março de 1537, demarcou suas terras e reservou uma parte como bem comum. As vilas de Olinda e Santa Cruz (Igarapu) são delimitadas, ficando as terras para o sul com o termo de Olinda, e as do rio Doce, que se chama Paratibe, para o norte, com o termo de Santa Cruz. Este Foral é o primeiro documento oficial de delimitação entre duas vilas criadas, até aquele momento.

O conteúdo do Foral assemelha-se ao de uma carta de doação, com descrição paisagística da vila e apresentação de seu donatário-fundador, Duarte Coelho, sem indicar as leis penais, judiciais ou de fiscalização. Mas o que torna esse texto especialmente informativo, em termos de organização urbana, independentemente de sua categorização, é a descrição de Olinda e a indicação de alguns pressupostos para a sua urbanização.

O conteúdo do Foral permite concluir que, no núcleo urbano, a doação ocorreu de duas formas: a doação não onerosa de glebas urbanas e rurais, para os primeiros povoadores (companheiros de colonização); para o povo (moradores), a doação onerosa através do pagamento do foro (regime de aforamento); nas áreas rurais, foram doadas – sob o regime sesmarial – áreas agricultáveis destinadas ao externo.

O Foral estabelece um Plano de Ocupação: Local da Habitação; Área de Comércio; Área de Abastecimento Alimentar; Áreas de Uso Comum; Várzeas; Mato da Praia. As áreas não definidas no plano eram agricultáveis, destinadas ao plantio de cana-de-açúcar, para o comércio de exportação do açúcar.

A Carta Foral inicia uma espécie de zoneamento que poderia ser comparado, hoje, com um Plano Diretor¹. Este zoneamento interfere na forma como os espaços se conectam. Mas, além do zoneamento, Duarte Coelho promove contínuo diálogo entre suas determinações e o lugar, em que é recorrente a referência às características ora do relevo, ora a acontecimentos passados, como se os espaços estivessem condicionados por sua morfologia, ou sua morfologia os condicionasse. É muito clara a preocupação do donatário em definir as diversas áreas, seja de habitação, de roça, de abastecimento, de rocio, de pastagem, de fornecimento de madeira e lenha. Fica clara também a intenção de utilizar o curso do rio Beberibe para o abastecimento d'água da vila; os mangues, como vegetação nativa, passam a fazer parte do texto do Foral, assim como outros elementos originais do sítio, revelando, dessa maneira, o quanto ele já fazia parte e era considerado importante no cotidiano dos habitantes.

¹ Plano Diretor é um documento que fornece as diretrizes para a organização e gestão do espaço urbano de um município brasileiro.

O Recife, porto da vila de Olinda, distante cerca de uma légua, situa-se em oito graus. A ele se chega por mar e por terra, porque é uma ponta de areia como ponte, que o mar da costa que entra pela dita boca cinge, a leste; voltando pela outra parte, há um rio estreito que a cinge a oeste. Rio pelo qual navegavam, com a maré, muitos batéis e as barcas que iam das fazendas ao varadouro da vila. Era importante local de trocas entre a metrópole e a colônia, possibilitando o ir e o vir de pessoas e coisas por navios, tão próprio do século XVI. Desde sua origem, o Recife é marcado por dois elementos fisiográficos que se tornaram peculiares na paisagem da cidade: os arrecifes e os rios Capibaribe e Beberibe.

A interiorização da capitania de Duarte Coelho começou com a conquista da várzea do rio Capibaribe, concluída na metade da década de 50, no século XVI. A partir daí, a indústria açucareira iria se expandir em Pernambuco, até se igualar à da Ilha da Madeira, lá pela década de 60, e logo ultrapassá-la, tornando-se a capitania de Duarte Coelho o maior produtor individual de açúcar de cana do mundo. O crescimento do Recife seguiu esse mesmo trajeto, talhado principalmente pelo Capibaribe e, secundariamente, pelo Beberibe. Inundando suas margens no inverno, e navegável por duas léguas a partir de sua foz, o Capibaribe tornou-se uma verdadeira estrada para o escoamento do açúcar produzido nos engenhos da sua várzea. Engenhos que pouco a pouco se transformaram em povoações e, os mais próximos do porto, atualmente em bairros da cidade.

A posição de Pernambuco, na parte mais oriental do Brasil, mais próxima do velho mundo, facilitava as comunicações com a Europa, de onde viriam capitais e braços para explorar suas riquezas. Duarte Coelho soube aproveitar a situação e firmar solidamente seu domínio.

4.2. Sítio dos Marcos, Igarapé, Olinda e Recife: os primeiros núcleos de povoamento

No território hoje ocupado pelo município de Igarapé foi levantada, em 1516, a Feitoria de Pernambuco, primeiro assentamento português em terras hoje pernambucanas. Em 1535, Duarte Coelho desembarcou no rio Igarapé, que chamavam os Marcos, porque ali se demarcaram as terras de sua capitania com as de Itamaracá e as

mais que se deram a Pero Lopes de Sousa, onde já havia uma feitoria de el-rei, para o pau-brasil, e uma fortaleza de madeira. O donatário aportou naquele local para iniciar a colonização da sua capitania. É possível que tenha sido cogitada a implantação de uma vila no lugar da Feitoria de Pernambuco, mas, como adverte Mota Menezes (1998), “... tal lugar era abrigado dos efeitos das fortes marés, mas inseguro, uma vez que podia o donatário ser aprisionado, se ocorresse um cerco, desde o mar, apenas fechando as entradas, nos dois extremos da ilha de Itamaracá”. Tais considerações devem ter levado Duarte Coelho a optar por um sítio mais a oeste, subindo o rio Igarauçu (hoje chamado de São Domingos).

Dali, deu Duarte Coelho a ordem para se construir a vila de Igarauçu, uma légua pelo rio adentro, do qual tomou o nome, e também se chama a vila de São Cosme e São Damião, pela igreja matriz que tem destes o título e o orago, a qual foi muito frequentada pelos moradores da vila de Olinda, da qual dista quatro léguas. O capitão Afonso Gonçalves foi encarregado de assumir a administração da vila de Igarauçu. Começou a lavrar a terra, juntamente com sua família, plantando agricultura de subsistência e cana-de-açúcar. O capitão Afonso Gonçalves implantou o terceiro engenho da capitania.

A cidade de Igarauçu está situada a 12km do litoral e ao NO do Recife, sobre terreno desigual, e consta de duas partes distintas, divididas pelo rio Igarauçu. O nome da cidade significa, na língua tupi (ou língua geral): Canoa Grande – porque assim os índios chamaram, admirados, as embarcações em que vinham os primeiros portugueses que eles viram. Limita-se, ao sul, com Olinda, pelo rio Timbó; a oeste, com Pau d’Alho, pela extremidade ocidental das propriedades Timbó, Desterro, Caheté, Monjope, Utinga, Regado, Pau Picado, Aguiar, Machado, Carahú e a povoação Chã do Estevão; ao norte, com Goiana, pelo rio Ubú; e a leste, com Olinda, pelo rio de Nova Cruz, que é formado pelo Timbó e outros, até a sua foz, na barra de Itamaracá, e pelo oceano, até a foz do rio Catuama. Não há serras dignas de menção no município, apenas ligeiras ondulações e colinas que não têm nome especial. Os terrenos são, em geral, baixos e planos, os mais altos não passam de pequenas ladeiras. É banhado, na parte leste, pelo oceano Atlântico, e seus principais rios são: Igarauçu, Maria Farinha, Araripe, Jaguaribe, Inhamã, Taipé, Timbó, Una, Monjope e outros menos importantes. O clima no inverno é carregado de umidade, mas na estação seca torna-se ameno e salubre.

Os primeiros núcleos urbanos, Igarauçu, Olinda e o povoado do Recife, deram início ao processo de ocupação do donatário Duarte Coelho, na sua capitania. No entanto, o fato de Olinda e Recife estarem situadas na área do litoral, possibilitou a Olinda uma posição estratégica de defesa e ao Recife um porto de calado adequado a diversos tipos de embarcação. No início da colonização por Duarte Coelho foram instalados os primeiros engenhos em Igarauçu, principalmente na área da várzea do rio Beberibe e do rio Capibaribe.

O sítio onde se formaria o Recife poderia ser dividido em duas partes distintas, conforme o maior ou menor trabalho de acumulação dos sedimentos em uma antiga baía rasa na qual desaguavam os dois rios mais importantes – Capibaribe e Beberibe – e outros menores – Tejipió, Jiquiá etc. A baía, com forma de semicírculo, ia sendo entulhada ao oeste, pelos sedimentos trazidos pelos rios durante as cheias, enquanto na porção oriental, apesar de separada do oceano por um recife paralelo à costa, iam se depositando sedimentos de origem marinha. Daí a formação de uma planície fluvio-marinha que em sua porção ocidental apresentava solos de aluvião, argilosos – o famoso massapê – onde o Capibaribe desenhava caprichosos meandros, enquanto na porção oriental, mais baixa, encontravam-se depósitos arenoargilosos, de cor escura, que ficavam cobertos pelo mar na maré alta. Nessas superfícies se formavam porções separadas umas das outras, pelo próprio rio e por canais e camboas, onde se desenvolvia uma vegetação de mangue que, com suas numerosas raízes, conseguia se fixar a um solo lamacento e sujeito à alternância de águas salgadas e doces. Entre o curso final do Capibaribe e do Beberibe e o mar, encontrava-se uma península arenosa, uma restinga, que se estendia de Olinda para o sul, por uns sete quilômetros de comprimento por menos de meio quilômetro de largura (FIDEM, 1987).

O Recife era uma área privilegiada; com uma profundidade que permitia a entrada das naus de maior calado, era o caminho natural direto para a Várzea do Capibaribe. Não interessava aos senhores de engenho subir o Beberibe para embarcar a sua produção no varadouro, se era mais prático descer o Capibaribe até a foz e embarcar no ancoradouro aí existente, já que, à proporção que o desmatamento se intensificava na sua bacia, o seu leito ia sendo assoreado.

O Rio Capibaribe colaborou no processo colonizador de Pernambuco donatorial, por meio do seu trabalho de irrigação natural das terras ubérrimas, mais conhecidas como a Várzea, e onde, em fins do século XVI, muitos engenhos campeavam, com imediata influência nos núcleos em brotação da colônia (GUERRA, 1970).

Com algum tempo é que foi tomando impulso o estabelecimento de novos engenhos, principalmente em toda a zona ribeirinha dos rios Capibaribe e Beberibe, e as fábricas de açúcar iam surgindo nos locais mais vantajosos para o trabalho agrícola, considerando a riqueza do solo, a abundância da água para as moagens e até para o transporte e as grandes matas para a extração de lenha e de madeira para obras. E, em torno de cada uma dessas fábricas, começaram a se formar núcleos populacionais, às vezes até bastante densos, impulsionando o progresso no território da donataria. Os engenhos e a penetração agrícola colonizadora começaram a espalhar-se, definindo, econômica e materialmente, a Capitania de Pernambuco.

Sem dúvida, esses engenhos não eram apenas locais de produção do açúcar, tinham uma importância fundamental para a efetiva ocupação da capitania, criando verdadeiros núcleos de povoamento. Os engenhos eram autossuficientes e se mantinham sem necessidade de depender da vila de Olinda; a sua relação era estritamente administrativa com a Coroa Portuguesa. Em relação ao Recife, mantinham apenas o comércio de exportação do açúcar para a Europa.

4.3. O ambiente geográfico à época

A influência do ambiente geográfico é fundamental para condicionar a fixação e prosperidade de uma civilização, independente do momento histórico vivido.

O meio ambiente primeiro condiciona a vida humana através de uma adequação ao clima e ao solo, estando aí embutidas as fontes hídricas e de alimentação. Posteriormente, há a influência da vegetação, relevo e demais componentes geográficos. Compete ao grupo de habitantes se adaptar ao local, procurando amenizar suas desvantagens e potencializar suas vantagens. Somente desta forma será criado um ambiente propício ao seu desenvolvimento e prosperidade.

A vegetação típica da região era a Mata Atlântica, rica em espécies nativas, com destaque para madeiras de lei, como o pau-brasil. Nas regiões onde havia engenhos predominavam os canaviais.

O revestimento florístico pode ser dividido em:

- Floresta Tropical (Mata Atlântica) - Próxima do litoral onde o clima é quente e úmido. Atualmente, resta apenas uma pequena herança da outrora rica floresta dos tempos coloniais. Abundavam as árvores das famílias das euforbiáceas, malváceas e leguminosas, apesar de predominarem as palmeiras e orquídeas. Na encosta das serras e chapadas, eram encontrados o cedro, o pequi e o jatobá. Abundantes na época, estas duas espécies possibilitaram a construção de cobertas, abrigos e serviram como fontes de alimentos.

- Vegetação Litorânea - Complexa e exuberante na época colonial, era dominada por vegetais adaptados aos terrenos arenosos, como o coqueiro, o cajueiro e o oitizeiro. Convém destacar a existência de uma série de plantas e árvores de grande valor econômico, alimentar e medicinal, já conhecidas pelos bugres, e que foram de enorme importância e utilidade para os defensores, como a oiticica, a mandioca, o coco, o caju etc. Existia também uma grande variedade de cipós.

Quanto à vegetação existente na época, sem dúvida ela dificultava a penetração, particularmente no caso da mata virgem. Os nativos se aproveitariam desta característica para abrir trilhas, só por eles conhecidas, e a partir delas se deslocar, se aproximar, camuflar-se, emboscar e fugir, sem que o invasor pudesse apresentar uma resposta efetiva.

A hidrografia era rica, destacando-se os rios Beberibe e Capibaribe como os mais usados. Os cursos d'água foram de vital importância, pois, além do fornecimento de água para o consumo e utilização na produção de sacarina, serviam como estradas naturais, ligando o interior ao litoral. Os mantimentos e as caixas de açúcar transitavam por suas águas.

O clima daquele tempo é semelhante ao atual, com uma temperatura média anual entre 19° C e 24° C; baixa variação térmica: 5° C; chuvas durante o verão (entre 1.000 e 1.500 mm); duas estações bem definidas: verão quente e chuvoso e inverno menos quente e mais seco. Os meses mais frescos são os médios do inverno. O clima tropical é bastante insensível, não havendo uma definição clara entre as estações. É muito comum o verão continuar inverno adentro e vice-versa.

Dentre os fatores que influenciam o clima na região, estão: a proximidade do mar; as condições de circulação da atmosfera e o bloqueio feito pelas elevações (em especial a Chapada da Borborema), impedindo a passagem do ar úmido do litoral para o Sertão. Com relação à pressão e aos ventos, a região sofre influência dos ventos alísios que, vindos do litoral, adentram para o interior até a Borborema. Os ventos suavizam a temperatura no litoral, tornando-a bastante agradável. Durante os meses secos reinam os ventos leste e nordeste, e concomitante a eles, junto ao litoral, correm as águas para o sul, tomando o rumo oposto.

Devido a diversos fatores, já citados, a amenidade das temperaturas na zona costeira facilitou a fixação e o desenvolvimento de núcleos urbanos. Os portugueses facilmente se adaptaram às temperaturas locais.

O regime pluvial possibilitou o surgimento de uma vegetação exuberante que, desde a carta de Caminha, seria alvo de admiração e temor, especialmente por parte daqueles que a viam ou a enfrentavam pela primeira vez.

O regime pluvial tinha influência, tanto no regime fluvial, determinando a forma de circulação e as cheias e vazantes dos rios, como sobre a abundância ou escassez de pastos e safras agrícolas.

Uma análise detalhada do fator climático indicará que ele foi fundamental para o desenvolvimento do ciclo da cana-de-açúcar.

Os sedimentos das eras recentes, particularmente da Quaternária, aparecem na Planície Costeira, se estendendo do Pará ao Rio Grande do Sul. Suas formações típicas são as praias, as restingas e os mangues, estes em especial, na área do Recife.

A exploração dos recursos existentes na região se limitava à utilização da argila, de pedras, folhas e madeira para a construção civil, não havendo citações de exploração mineral para fins comerciais.

O aspecto geológico mais importante é que as rochas são essenciais para a formação do solo Massapé que, por suas características, aliadas à posição geográfica favorável, contribuíram para o extraordinário desenvolvimento da cana-de-açúcar, plantada em grandes fazendas, sob a forma de *plantation*. Aqui se estabeleceu, e tornou-se o bastião da política colonial portuguesa.

Predomina o Solo Laterítico, correspondente àquele situado na zona tropical. São ácidos e a estação chuvosa provoca uma crosta ferruginosa na superfície, conhecida como laterita, de cor avermelhada, que dificulta o cultivo. A decomposição do calcário e a riqueza em matéria orgânica lhe dá uma cor escura e uma natureza pegajosa e plástica. Desde os primórdios da colonização, este tipo de solo vinha sendo explorado, em particular, pelo cultivo da cana-de-açúcar. Os solos de várzea eram comuns ao longo dos rios, nos terrenos baixos e nas várzeas. Eram explorados pela população ribeirinha, que aproveitava sua fertilidade para o plantio de sua incipiente lavoura de subsistência e da canavieira. Em toda a região aparece o Massapé, ou "solo que amassa o pé". Predomina na Zona da Mata nordestina. Possui grande plasticidade, em virtude de seu alto teor de argila. É escuro e rico em nutrientes orgânicos. Era nele que os senhores de engenho depositavam suas esperanças de uma boa colheita.

Prospectar a paisagem da área em questão não é uma tarefa fácil, considerando as várias mudanças que ocorreram durante os cinco séculos de história e de ocupação desse espaço. No entanto, aceitar e responder ao desafio de entender a gênese da ocupação desta Capitania de Pernambuco com certeza poderá esclarecer não só a lógica de planejamento português de ocupar estas terras, como também todo o processo de desenvolvimento da atual cidade do Recife.

4.4. Arqueologia da paisagem: uma prospecção arqueológica nas áreas dos antigos engenhos

Para conhecer uma paisagem não basta vê-la, é preciso muito mais, é preciso que as duas almas, a do contemplador e a do lugar, cheguem a entender-se, quantas vezes ela nem mesmo se falam! Não é a todos que a natureza conta os seus segredos e inspira o seu amor, mas mesmo com os poucos de quem ela tem prazer em fazer pulsar o coração é preciso que eles se aproximem dela sem pressa de a deixar, com tempo para ouvi-la. Os viajantes nunca estão nessa disposição de espírito em que é possível estabelecer-se o magnetismo da paisagem sobre os sentidos, de fato sobre o coração. (NABUCO,1887)

Foi realizado um trabalho de prospecção seguindo as informações textuais e cartográficas, na busca de compreender a possível localização desses engenhos e as articulações entre eles, a vila de Igaraçu, a vila de Olinda e o povoado do Recife.

A metodologia utilizada para o levantamento de campo foi direcionada ao mapeamento da área estudada, ou seja, não foi aplicado o sistema de busca do potencial arqueológico através de amostragens. A área definida teve a sua superfície prospectada, com o objetivo de encontrar vestígios materiais possíveis e tentar realizar uma leitura da paisagem para a verificação da tese. Utilizou-se o método de “fieldwork”, o estudo e o registro dos remanescentes das atividades humanas do passado, sem escavação, ou seja, aquela atividade realizada através de uma “caminhada pelo campo”, levantando informações de fauna, flora, relevos, paisagens, solos, estruturas etc. Foi também destacado o uso de mapas de altimetria, de hidrografia, de solos, de vegetação, dos aspectos geológicos dos sítios pesquisados e seus arredores.

O trabalho de prospecção foi iniciado no **Sítio dos Marcos** (Feitoria de Cristovão Jacques, em Igaraçu). Tomar como ponto de partida da prospecção arqueológica exatamente o local de chegada do donatário Duarte Coelho se deve à busca de entender a lógica de ocupação portuguesa. Na imagem satélite 01 se pode observar a localização privilegiada deste sítio.

Sítio dos Marcos

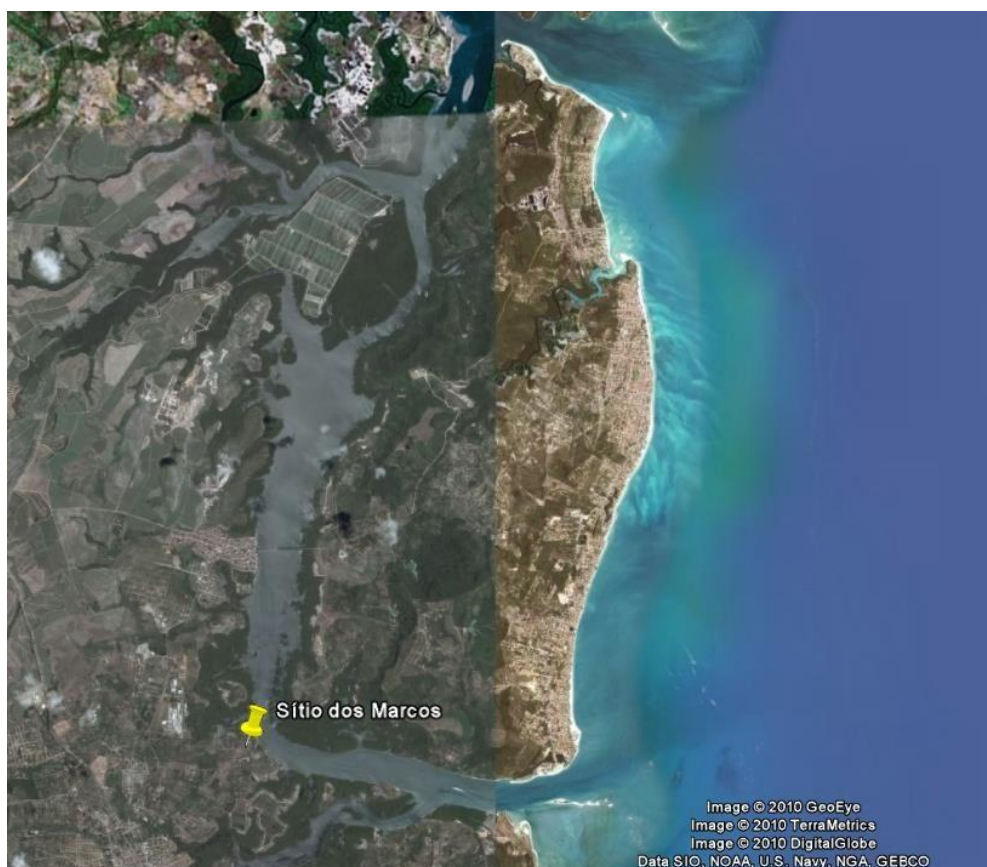


Imagem Satélite 01. Sítio dos Marcos. Fonte: Google Earth, 2010.

Sabe-se que os portugueses entraram no Brasil pela Bahia, mas ainda é bastante ignorado o fato de que a primeira área de fixação dos europeus no país foi Pernambuco. Para ser mais exato, o ponto de entrada para a colonização do Nordeste foi a atual cidade de Igarauçu, no litoral norte do Estado, onde o navegador português Cristóvão Jaques fundou uma feitoria, no ano de 1516. Ele veio para o Brasil em uma expedição policiadora, com a função de proteger a costa brasileira dos ataques de corsários.

O Sítio dos Marcos situa-se às margens do Canal de Santa Cruz, que corre entre o continente e a Ilha de Itamaracá, no litoral norte do Estado de Pernambuco. Está localizado no continente, em frente à porção sul da Ilha. Partindo-se de Igarauçu em direção a Itapissuma, o acesso se faz através de uma estrada de terra.

De todos os sítios investigados, apenas este fez parte de uma pesquisa arqueológica anterior, realizada pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade

Federal de Pernambuco, coordenada pelo Prof. Marcos Albuquerque. Em 1967, Albuquerque escavou neste local, tendo descoberto vestígios da primeira feitoria. Ele ressaltou que o local (hoje chamado de Sítio dos Marcos) não foi escolhido ao acaso, pois, além de bem posicionado geograficamente, oferecia condições de sobrevivência.

Segundo o arqueólogo:

A área dispõe de mangue que garantia o suporte proteico com ostras, aratus e peixes; de restinga para o suporte vitamínico de frutas como o caju, além da água doce; e de mata que garantia proteína animal e matéria prima para construção..

Isso sem falar na produção de cal, que poderia ser obtida pela queima da ostra e pelo calcáreo.

Nas escavações, ele encontrou material arqueológico distribuído desde a subsuperfície até cerca de 1,8 metros de profundidade - cerâmica doméstica da tradição tupi-guarani, misturada com material de origem colonial. Na área mais profunda havia farto material indígena e gradativamente esse material vai sendo substituído por elementos europeus até a subsuperfície.

A Feitoria Régia de Cristóvão Jacques, a primeira do Brasil, era uma casa forte defendida por uma paliçada, onde se abrigavam os soldados, colonos e degredados, num efetivo que não excedia dez homens. Também eram estocados os produtos da terra comercializados com os nativos, que seriam despachados para Lisboa. Este local foi o primeiro ponto de destruição da mata, dando origem a um processo erosivo. Os portugueses desmataram para obter lenha e para manter os índios afastados.

A feitoria também serviu de referencial para a delimitação das capitanias de Pernambuco e de Itamaracá. Por ordem de Duarte Coelho, foi instalado um marco de pedra, servindo de ponto divisório entre as duas capitanias, dando início ao processo de colonização no Brasil. Hoje, o marco original está guardado no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, mas existe uma réplica (Foto 01), no local. Em diversas ocasiões a Feitoria de Cristóvão Jacques foi atacada por corsários, a maioria franceses, que navegaram muito por estas paragens em busca de Pau Brasil e outros gêneros.

Constatou-se que o sítio se encontra em estado vestigial e que a ação antrópica na área é um fator de destruição dos remanescentes. Por outro lado, as mudanças na linha da costa, provocando o desbarrancamento das margens, também colocou o sítio em risco. Os vestígios do sítio hoje se encontram em propriedade particular, área de condomínio fechado, de acesso restrito.

Hoje o local é um ponto turístico bastante visitado. No entanto, não existe uma preocupação quanto à preservação da área. Na prospecção, foi observado que a paisagem atual (Fotos 02, 03,04), apesar das interferências antrópicas ocorridas durante todos esses anos, ainda permite apreciar a entrada do canal de Santa Cruz e os resquícios de mangue, a vegetação nativa.



Foto 01: Réplica do Marco de Pedra
Autor: Mércia Carréra.



Foto 02: Paisagem atual do Sítio dos Marcos. Autor: Mércia Carréra.



Foto 03: Paisagem atual do Sítio dos Marcos
Autor: Mércia Carréra.



Foto 04: Paisagem atual do Sítio dos Marcos
Autor: Mércia Carréra.

A segunda área prospectada foi a “**Vila de Igarauçu**” (Imagem Satélite 02), atualmente município da Região Metropolitana do Recife - RMR. Localiza-se no litoral norte da Região Metropolitana e possui um dos patrimônios mais invejáveis e expressivos da arquitetura de cunho civil e religioso do Brasil. A área ocupada era um topo de morro que permitia uma visão privilegiada dos caminhos de acesso e do horizonte. Ainda hoje é possível visualizar restos de Mata Atlântica, intercalada entre as plantações de coqueiros atuais. Essa paisagem não representa a visão do colonizador à época de sua chegada, mas, sem sombra de dúvida, se aproxima bastante, devido principalmente a não ter havido uma destruição dos componentes arquitetônicos, tão representativos do modo de ocupar português.

Destes componentes, destaca-se a Igreja de São Cosme e Damião (Foto 05), a mais antiga do país (1535), localizada no ponto mais alto, 33 metros acima do nível do mar, dando início à ocupação da vila e reforçando, desta maneira, o modelo de ocupação portuguesa, caracterizado pela preocupação com o sistema de defesa e um traçado orgânico.

Na imagem satélite 02 de Igarauçu pode-se observar o traçado orgânico implantado, a relação desse núcleo de povoamento com a hidrografia, a importância de se instalar as edificações de poder da vila em local mais alto (Foto 06), e o arruamento das casas mais simples em outro nível (Foto 07).

Na prospecção realizada, ficou claro o traçado e a lógica de ocupar portuguesa, evidenciando uma constante preocupação com o sistema de defesa, implantando assentamentos no topo de morros. Era também comum aproveitar as curvas de níveis no desenho das ruas, características tanto das cidades portuguesas em Portugal como das cidades coloniais portuguesas no Brasil.

Vila de Igarauçu



Imagem Satélite 02: Vila de Igarauçu

Fonte: Google earth, 2010.



Foto 05: Igreja de São Cosme e Damião – Igarapu.
Autor: Mércia Carréra, 2010.



Foto 06: Parte alta da cidade – Igarapu.
Autor: Mércia Carréra.



Foto 07: Parte baixa da cidade (arruamento) – Igarauçu.
Autor: Mércia Carréra.

Vila de Olinda

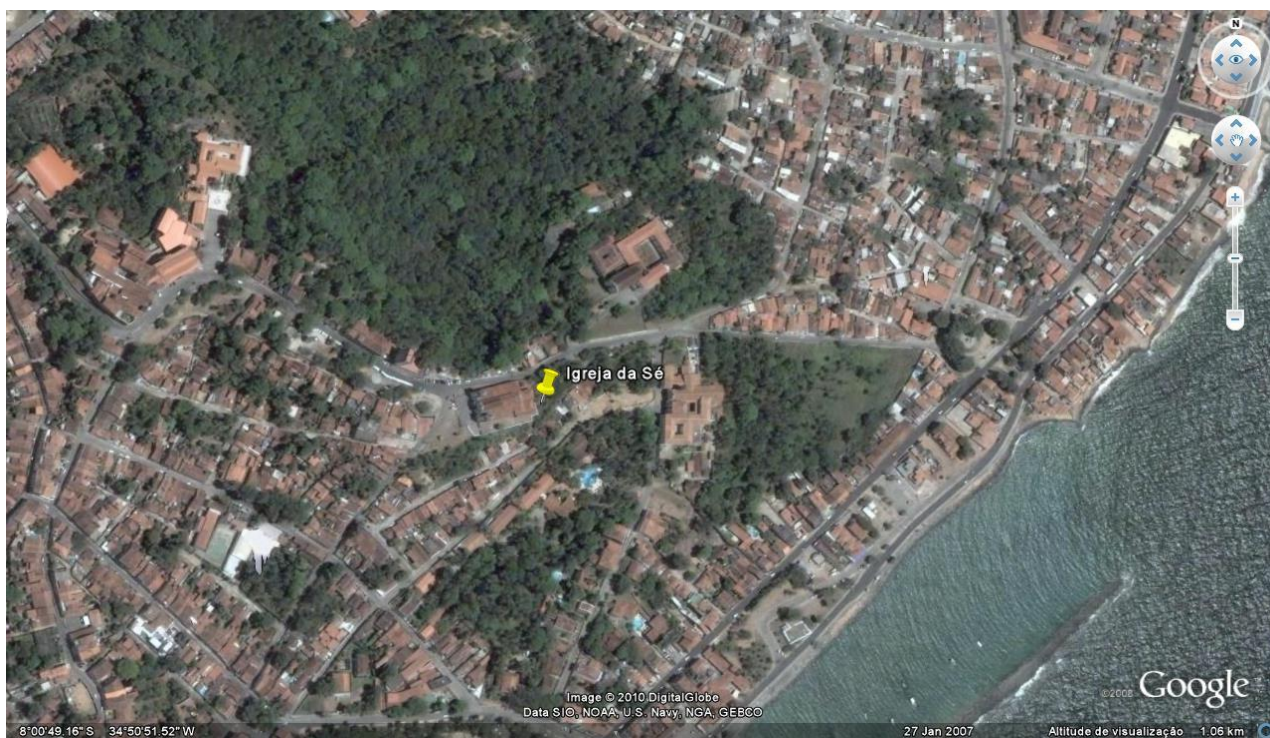


Imagem Satélite 03 – Vila de Olinda
Fonte: Google Earth, 2010.

A “ **Vila de Olinda**” (Imagem 03), onde se estabeleceu o donatário, foi a área seguinte a ser prospectada. A paisagem observada no topo da colina apresenta elementos análogos aos da vila de Igaraçu. A localização de edifícios notáveis em locais dominantes, assumindo-se como elementos estruturadores fundamentais dos traçados, constitui uma das principais características das cidades de origem portuguesa. Estes locais dominantes, simultaneamente os locais do poder, eram sítios topograficamente mais elevados. As praças, localizadas centralmente na malha urbana, assumiam papel de elemento gerador do traçado: nelas se instalavam os principais edifícios institucionais da cidade, a Casa da Câmara e Cadeia, às quais competia o desempenho dos serviços administrativos, legislativos, judiciais e penitenciários, bem como a Igreja Matriz, a partir da qual se definiam as principais direções do traçado das ruas.

Na análise da gênese da formação de Olinda, é claramente perceptível a forma de pensar portuguesa na implantação dos elementos organizadores da estrutura espacial da cidade (Figura 46). Igaraçu também apresenta a mesma configuração. Ao escolher um sítio elevado para os assentamentos iniciais, Duarte Coelho Pereira repetiu uma característica que refletia o que se pensava em Portugal, desde fins da Idade Média, quanto ao sistema de defesa, pela altura, que fazia parte de um repertório, decorrente de experiências militares. Ainda hoje o seu traçado permanece, a sua relação com o porto do Recife ainda se apresenta bastante perceptível e fortemente caracterizado o processo de ocupação racional do donatário, ou seja, a vila de Olinda, o porto do Recife e as áreas de várzea, propícias ao plantio.

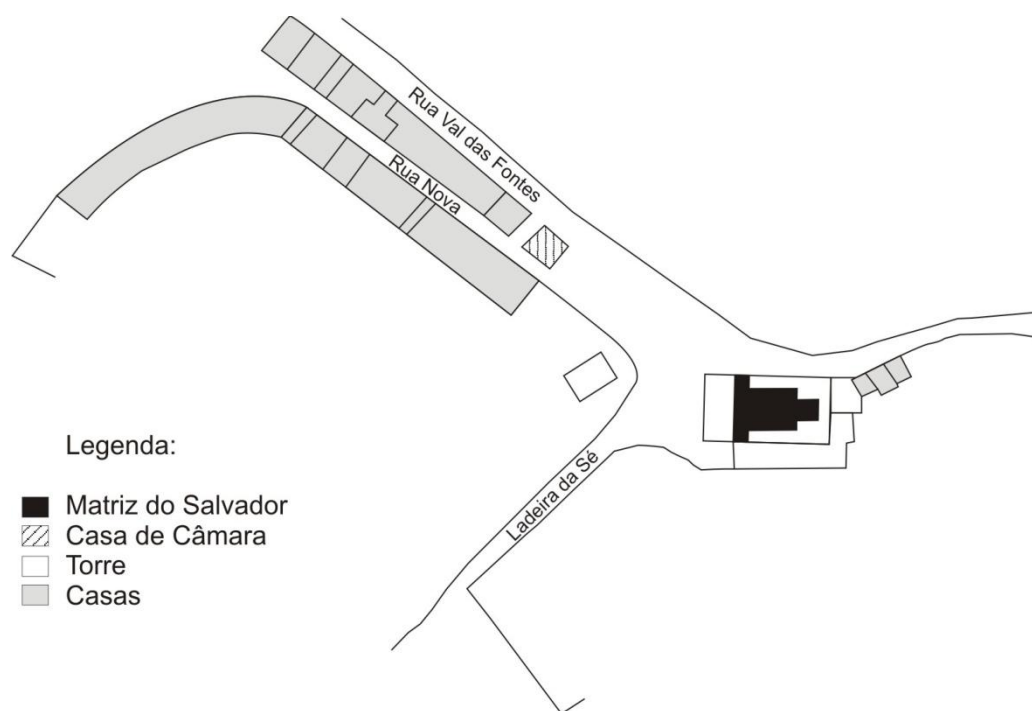


Figura 46 : Olinda (CARRÉRA; SURYA, 2009).



Foto 08: Igreja da Sé e Farol de Olinda
Autor: Desconhecido



Foto 09: Casarios de Olinda e vista do Recife
Autor: Mércia Carréra.

Povoado do Recife

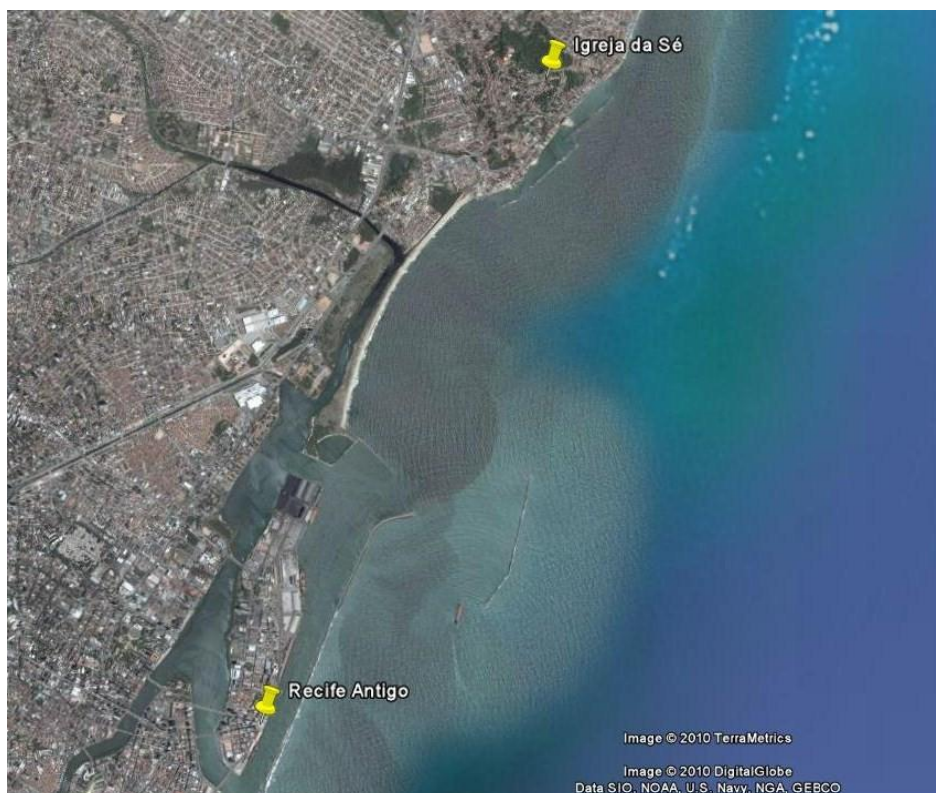


Imagem Satélite 04 – Povoado do Recife (atualmente Recife Antigo) Fonte: Google Earth, 2010.

Dando sequência à prospecção e seguindo os passos da ocupação realizada pelo donatário Duarte Coelho, a área do **“Povoado do Recife”**, atualmente conhecida como “Recife antigo” (Fotos 10, 11), continua tendo a mesma importância, pelo seu porto e a continuidade de ligação com o mundo, por meio da navegação. Apesar dos inúmeros aterros ocorridos nessa faixa de terra, é possível imaginar a relação da mesma com a Vila de Olinda e a área da várzea do Capibaribe e Beberibe por meio dos caminhos fluviais tão representativos no processo de comunicação, naquela época. Na paisagem atual ainda se identifica a sua importância como área de porto, portanto, se mantém ainda hoje como local de relações internas e externas.



Foto 10: Vista aérea do centro do Recife, com o rio Capibaribe. À esquerda, o bairro de Santo Antônio, na ilha de Santo Antônio, e à direita, o bairro do Recife Antigo.
Autor:Desconhecido.



Foto 11: Vista aérea do bairro do Recife Antigo, o porto e o marco zero da cidade.
Autor: Desconhecido.

Engenho São Salvador

Seguindo a relação dos engenhos, o primeiro a ser prospectado foi o do donatário, do qual pouco se sabe. Estaria situado na várzea do rio Beberibe, “a uma légua da vila”; sua existência é confirmada, embora vagamente, na carta de 1542 e no depoimento de Frei Vicente de Salvador. A ele se referem como o “**Engenho de São Salvador**”(Imagem Satélite 05).

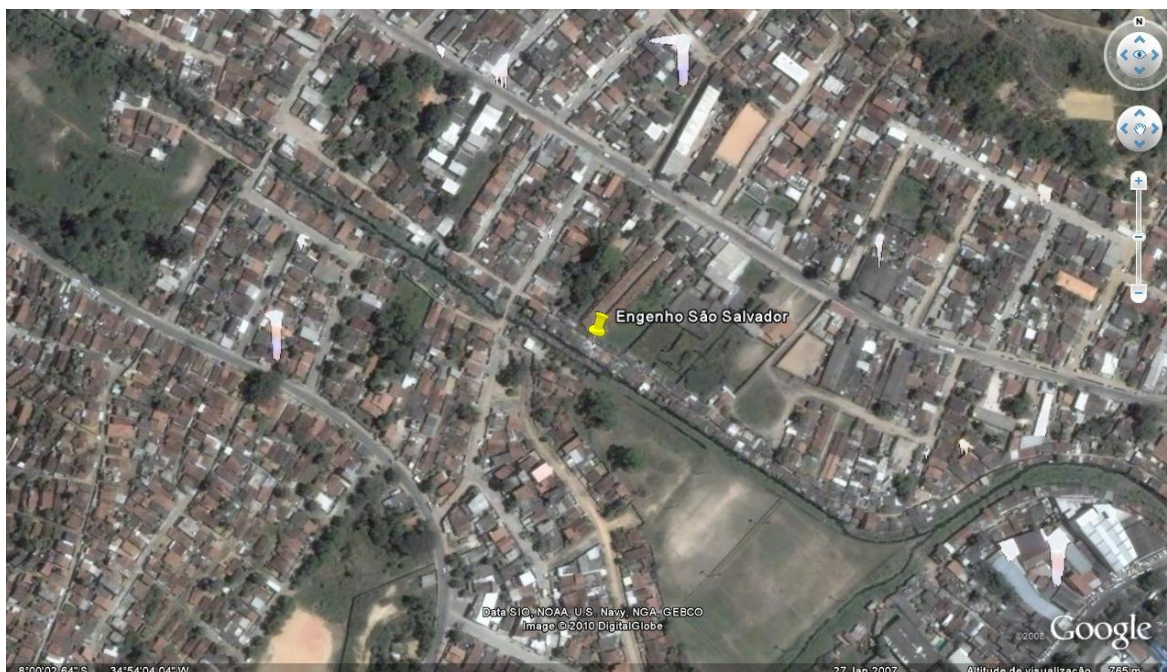


Imagem Satélite 05 – Engenho São Salvador
Fonte: Google Earth, 2010.

Por meio da cartografia, buscou-se localizar esse engenho, seguindo as informações sobre sua localização. Tudo indica que se situava na área próxima ao rio Beberibe e também próximo ao engenho de Jerônimo de Albuquerque. Atualmente, as terras referentes a esse engenho estão completamente inseridas na área urbana de Olinda.

O segundo engenho prospectado foi o de Jerônimo de Albuquerque, conhecido como “**Engenho Velho**” ou “**Engenho Beberibe**” ou “**Engenho Nossa Senhora da Ajuda**” (Imagem Satélite 06). Ao longo do tempo ele foi desativado, substituindo a atividade açucareira pela exploração de cal. Ficou o nome de “Forno da Cal”, onde depois existiu a empresa Fosforita de Olinda, S/A. Atualmente, a área foi toda loteada, sendo construídos diversos edifícios residenciais (Fotos 12, 13, 14). A paisagem, completamente descaracterizada, tornou-se uma área urbana.

Engenho Velho



Imagem Satélite 06 – Engenho Velho
Fonte: Google Earth, 2010.



Foto 12: Conjuntos residenciais na antiga área do Engenho Velho.
Autor: Mércia Carréra



Foto 13: Conjuntos residenciais na antiga área do Engenho Velho.
Autor: Mércia Carréra



Foto 14: Conjuntos residenciais na antiga área do Engenho Velho.
Autor: Mércia Carréra

Engenho do Capitão Afonso Gonçalves, em Igarapu

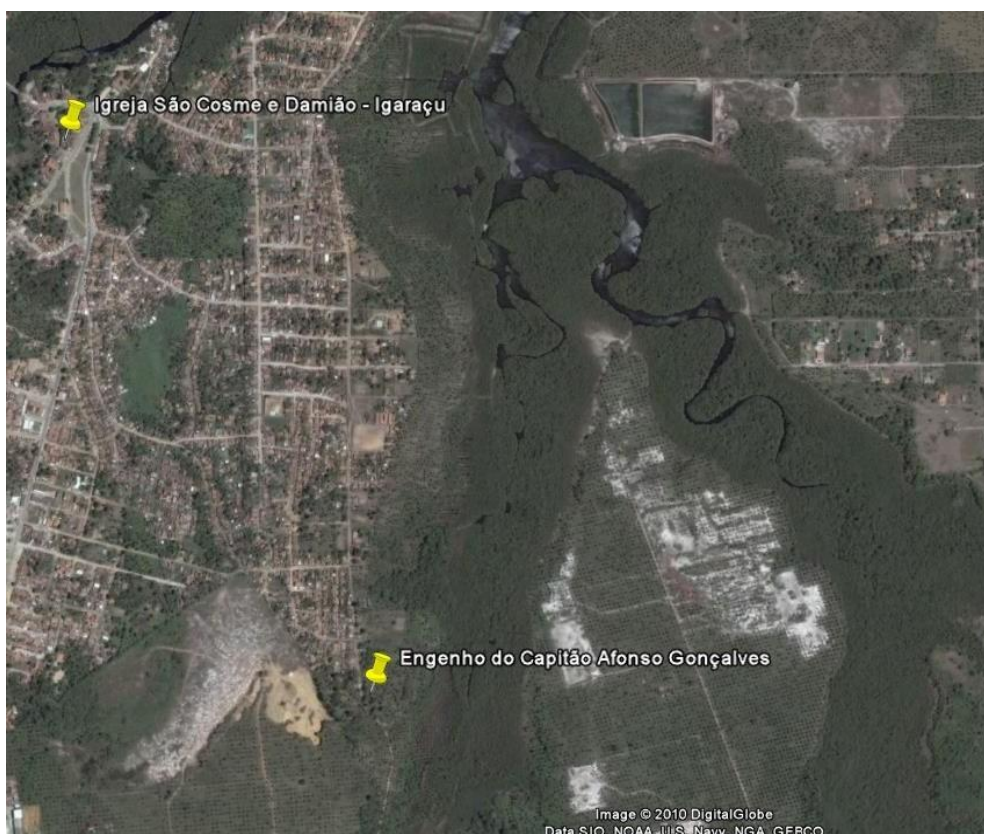


Imagem Satélite 07 – Engenho do Capitão Afonso Gonçalves (Igarapu)
 Fonte: Google Earth, 2010.

O terceiro engenho prospectado foi o “ **Engenho do Capitão Afonso Gonçalves, em Igarapu**”, pertencente ao capitão Afonso Gonçalves, a quem Duarte Coelho entregara a administração da vila de Igarapu, e que foi morto tragicamente em 1548. De acordo com os dados históricos, este engenho se localizava relativamente próximo à vila de Igarapu, nas imediações do riacho Arrombado. Atualmente, a área desse engenho é conhecida como o bairro dos “Arrombados”, considerado pela própria população da cidade como um local de alta periculosidade. Ainda existe uma área de mata primária, que infelizmente, segundo relato da comunidade, está sendo utilizada como área de “desova”. Não foi possível ter acesso à área, mas pode-se verificar, através de imagem satélite 07, a área de mata ainda existente, a relação com o rio. Mais uma vez, a localização dos engenhos implantados no período de Duarte Coelho tem profunda relação com a mata, com a água e com os caminhos fluviais que levariam a produção do açúcar até o porto.

Engenho Santiago (antigo Camaragibe)

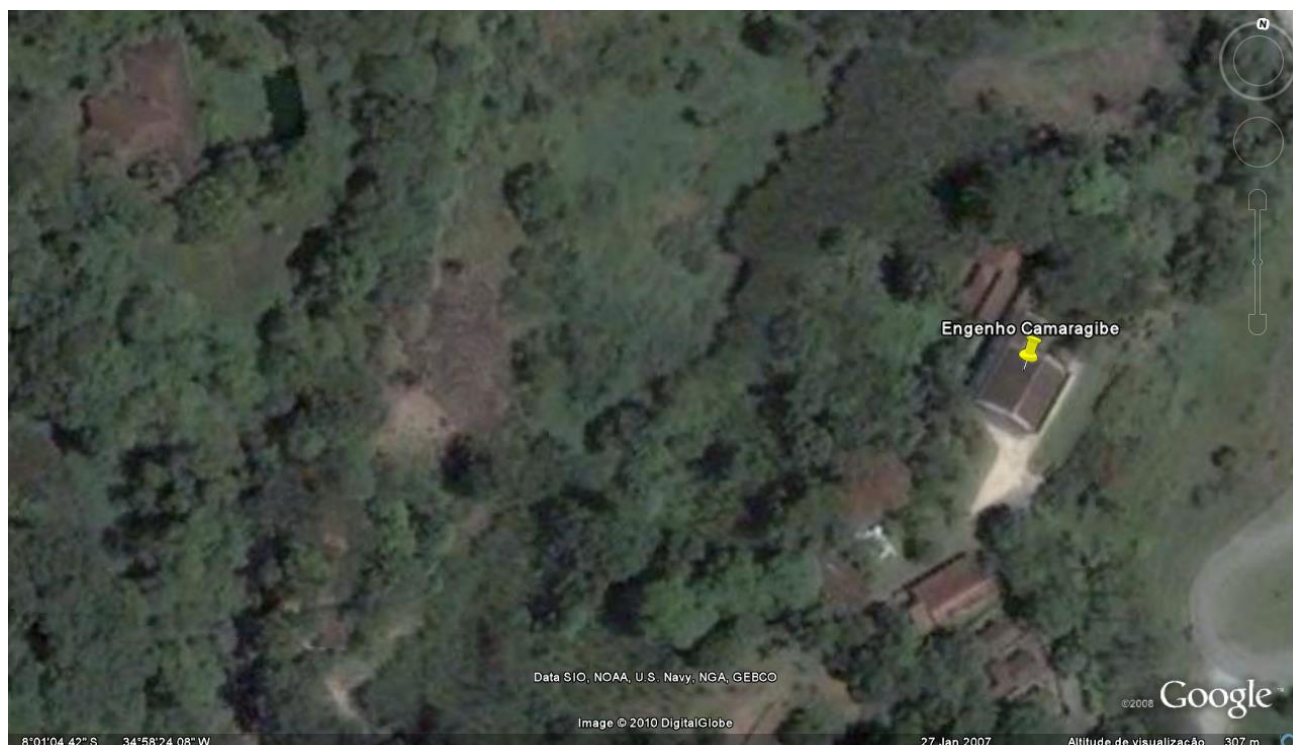


Imagem Satélite 08 - Engenho Camaragibe
 Fonte: Google Earth, 2010.

O quarto engenho prospectado foi o “**Engenho Santiago (antigo Engenho Camaragibe)**” (Imagem Satélite 08), de Diogo Fernandes, casado com Branca Dias. Ambos estão citados nas Denúncias de Olinda.

Em 1545, o donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho de Albuquerque, doa uma carta de sesmaria a Diogo Fernandes que, em 1549, levantou o Engenho Camaragibe. Pertencente à freguesia da Várzea, era localizado nas margens do riacho Camaragibe, afluente do rio Capibaribe, cujo nome significa "rio dos camarás", na língua tupi. Camarás é uma espécie de planta, conhecida popularmente como chumbinho. Com um ataque dos índios em 1555, o engenho, que só possuía os canaviais e a casa-grande, foi destruído, sendo reconstruído em 1563.

Com a invasão holandesa, o Engenho Camaragibe foi destruído. No século XIX, em visita a Pernambuco, o inglês Henry Koster afirmou que o Engenho Camaragibe era um dos mais importantes da região.

Hoje, o Engenho Camaragibe possui ainda a casa-grande (Fotos 15, 16, 17), com um oratório em seu interior, dedicado a San Tiago, que o fazia ser também conhecido como Engenho de San Tiago, a fábrica ou moita e uma vila de casas. O monumento ainda possui um considerável acervo de bens móveis, como mobiliários, pratarias e louças. Situada ao lado do Parque Camaragibe (Foto 18), a casa é conhecida como "casa de Maria Amazonas", por ser esta sua atual proprietária. A casa original foi completamente reformada, sofrendo sucessivas alterações, mudando inclusive a fachada frontal. É tombada, a nível estadual, pela Fundarpe, por Decreto Estadual de 7 de agosto de 1987.

Atualmente as terras deste engenho fazem parte da área urbana do município de Camaragibe, situada numa elevação entre a BR 408 e a estrada que liga o Recife a Aldeia.



Foto 15: Casa-grande do Engenho Camaragibe.
Autor: Mércia Carréra.



Foto 16: Casa-grande do Engenho Camaragibe.
Autor: Mércia Carréra.



Foto 17: Casa-grande do Engenho Camaragibe.
Autor: Mércia Carréra.



Foto 18: Parque Público construído em frente à casa-grande do Engenho Camaragibe.
Autor: Mércia Carréra.

Engenho Jaguaribe

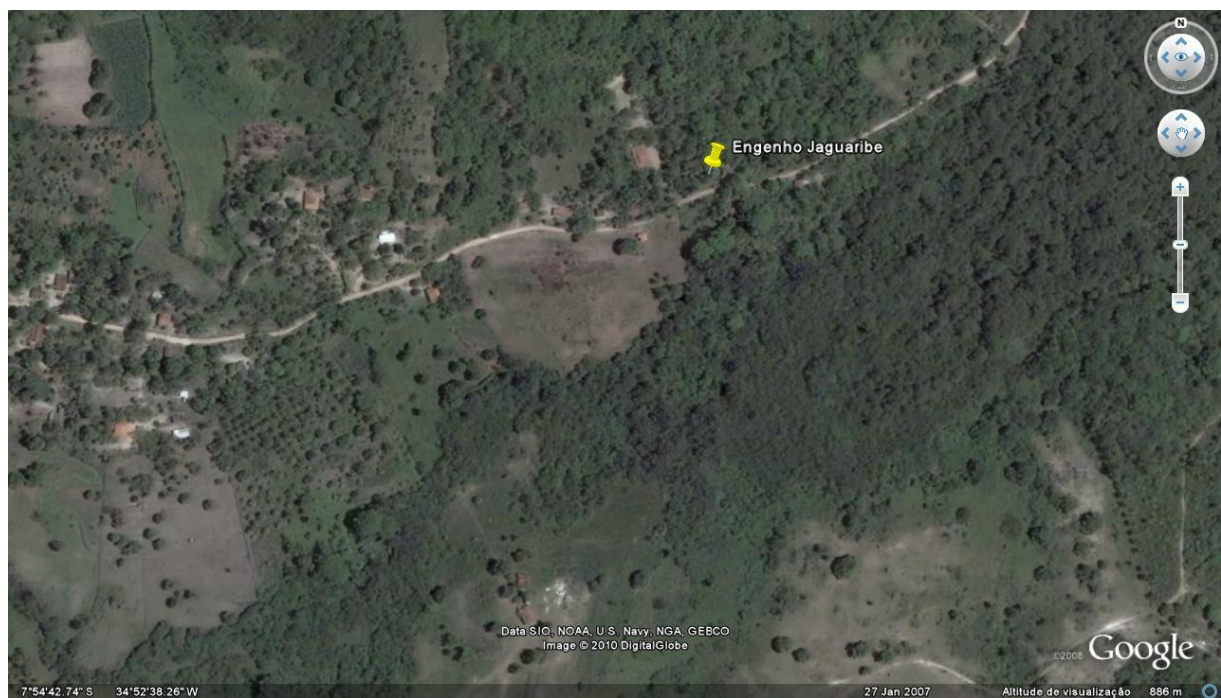


Imagem Satélite 09 – Engenho Jaguaribe.
Fonte: Google Earth, 2010.

O quinto engenho prospectado foi o “**Engenho Jaguaribe**”, que pertenceu a Vasco Fernandes Lucena, almoxarife régio de Olinda e feitor de Duarte Coelho. Localizado na área da sesmaria Jaguaribe, onde Vasco Fernandes tinha recebido essas terras do donatário. Atualmente, faz parte da área rural do município de Abreu e Lima. Deste engenho ainda se encontram ruínas da casa-grande (Fotos 19, 20, 21). Nesta área, pertencente à sesmaria Jaguaribe, encontram-se outros sítios arqueológicos, como a Fazenda de São Bento de Jaguaribe, fazenda beneditina do século XVII (CARRÉRA, 2005), o forno da cal e diversos sítios pré-históricos e de contato de ocupação indígena.



Foto 19: Ruínas da Casa-grande do Engenho Jaguaribe.
Autor: Mércia Carréra.



Foto 20: Ruínas da Casa-grande do Engenho Jaguaribe.
Autor: Mércia Carréra.



Foto 21: Ruínas da Casa-grande do Engenho Jaguaribe.
Autor: Mércia Carréra.

A prospecção a partir do ponto de chegada do donatário e das duas vilas fundadas por ele e o povoado do Recife, juntamente com a implantação dos cinco primeiros engenhos, possibilitou perceber o cuidado no reconhecimento do território e na ocupação efetiva da Capitania, em cada passo do donatário. Nesta fase, vale destacar dois aspectos: a fundação de vilas no topo de morros e a implantação de engenhos próximos aos rios, possibilitando o funcionamento do engenho movido a água como também o transporte fluvial, muito mais eficaz e seguro.

O trabalho de prospecção prosseguiu, seguindo o caminho da várzea do Capibaribe, na busca de elementos para a análise e interpretação dos engenhos localizados nessa área tão importante no primeiro século de ocupação.

Engenho da Madalena

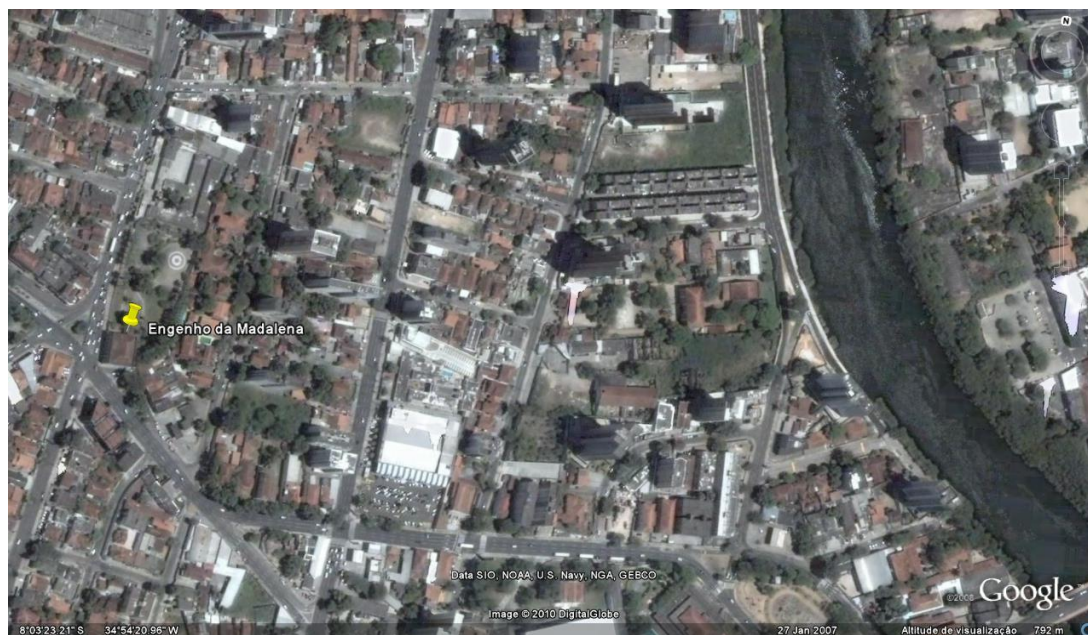


Imagem Satélite 10 – Engenho da Madalena
Fonte: Google Earth, 2010.

As terras do “**Engenho da Madalena**” (Imagem Satélite 10), originariamente pertenceram a Jerônimo de Albuquerque, por se acharem encravadas na doação de uma légua de terra em Capibaribe, no rio Cedros, que lhe fizera seu cunhado, o primeiro donatário Duarte Coelho, logo no início do povoamento de Pernambuco. Com essas terras terminava a data doada, que ia extremar com as terras do engenho de Marcos André, depois da Torre, por um lado, e por outro com a Ilha de Joana Bezerra. Passando as referidas terras aos filhos de Jerônimo de Albuquerque, em fins do século XVI, cada um foi vendendo a parte que lhe tocou. De sorte, que o trecho do rio Cedros para cima, que é exatamente a Passagem da Madalena, foi vendido a Pedro Afonso Duro, casado com Madalena Gonçalves. Ali foi levantado um engenho de açúcar, movido por animais. O engenho campeava no largo denominado, hoje, de Praça João Alfredo.

Em 1630, era conhecido como Engenho da Madalena ou Engenho Mendonça, por pertencer a João Mendonça. No fim do século XVIII, teve como proprietário João Rodrigues Colaço e família, até ser extinto como engenho de açúcar. A casa-grande ainda existe, se bem que sem mais guardar os vestígios da sua antiga arquitetura. É precisamente o belo e espaçoso prédio conhecido como “Sobrado Grande da Madalena”, que pertenceu ao Conselheiro João Alfredo de Oliveira, no século XIX. As suas terras partiam dos limites da Boa Vista, e chegavam às extremidades do engenho da Torre. Passou sucessivamente por diversos proprietários; suas terras foram divididas em lotes, em época em que não existia mais o engenho, limitando-se a área então vendida ao extenso trato que vai da ponte da Madalena aos limites da povoação da Torre, pela Estrada Nova. Após a divisão da propriedade, o local começou a ser povoado, de tal modo que, hoje, é o bairro da Madalena.

O edifício da antiga casa-grande (Fotos 22, 23) abrigou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, até maio de 2010. Atualmente, nele funciona o Museu da Abolição. Houve diversas intervenções na edificação, porém o importante, para a análise, não está na arquitetura que representa, mas, sim, na localização e no contexto em que estava inserido, no passado e neste momento.

A paisagem, nos dias de hoje, é completamente descaracterizada, toda a área da várzea do Capibaribe perdeu a sua identidade geográfica do passado, desde a vegetação, o solo e até mesmo a configuração do rio, que sofreu vários aterros e foi reconfigurada.

No entanto, ainda permanece uma característica relativa ao início da ocupação dessa área, que é a habitabilidade do local: deixou de existir o engenho, mas essas terras continuaram com a função de um lugar de moradia.



Foto 22: Casa-grande do Engenho da Madalena.
Autor: Mércia Carréra.



Foto 23: Casa-grande do Engenho da Madalena.
Autor: Mércia Carréra.

Engenho da Torre



Imagem Satélite 11- Engenho da Torre
Fonte: Google Earth, 2010.

O “**Engenho da Torre**” (Imagem Satélite 11), fundado no século XVI, era conhecido como Engenho Marcos André. Passou a ser chamado de Engenho da Torre em alusão à torre da capela do engenho, dedicada a Nossa Senhora do Rosário. O bairro da Torre originou-se desse engenho. Em 1653, os holandeses dominaram o engenho e nele construíram uma fortaleza para atacar o Forte do Arraial Novo do Bom Jesus. Com a derrota holandesa, em 1654, o engenho foi restaurado por seu proprietário, Antonio Borges Uchoa. Posteriormente pertenceu à família Rodrigues Campelo, até ser extinto como engenho de açúcar. Hoje, no local da casa grande funciona o Grupo Escolar Martins Júnior (Foto 24).

No ano de 1912, em doação pública, dona Laura Barreto Campelo faz oferta ao cabido de Olinda e Recife do edifício da capela e das terras próximas, na condição de ser ali instalada a igreja-matriz do subúrbio, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Aceita a doação e as condições impostas, Dom Luís Raimundo da Silva Brito, bispo da diocese, mandou efetuar os reparos no templo e autorizou, em 17 de agosto de 1912, a criação da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, da Torre (Foto 25).



Foto 24: Local da antiga Casa-grande do Engenho da Torre, atualmente Escola Martins Junior. Autor: Mércia Carréra.



Foto 25: Local da antiga Capela do Engenho da Torre, atualmente Paróquia de Nossa Senhora do Rosário. Autor: Mércia Carréra.

Engenho Casa Forte

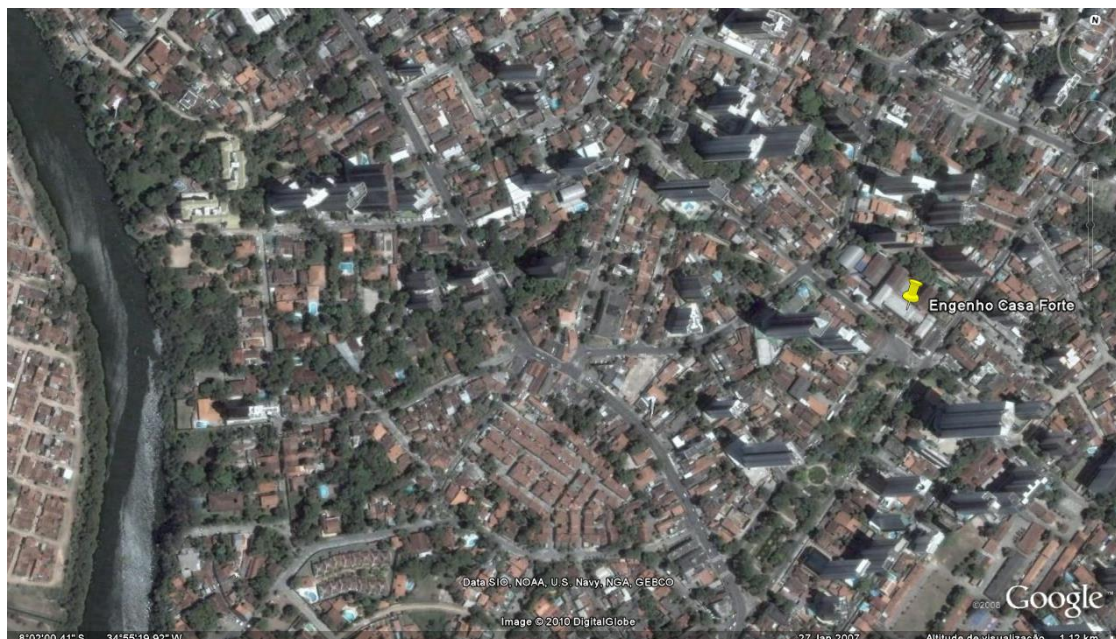


Imagem Satélite 12 – Engenho Casa Forte.
Fonte: Google Earth, 2010.

O “**Engenho Casa Forte**” (Imagem Satélite 12), fundado por Diogo Gonçalves, era movido por animais. Diogo Gonçalves o presenteou à sua filha, casada com Jerônimo Paes. Este engenho deu origem ao bairro de Casa Forte. A casa do engenho e a capela de Nossa Senhora das Necessidades ficavam numa campina, onde está situada, atualmente, a Praça de Casa Forte (Foto 26). Em 17 de agosto de 1645, ocorreu a Batalha da Casa Forte, para libertar senhoras pernambucanas presas pelos holandeses na casa-grande, pertencente a Ana Paes. Em 1810, o engenho foi adquirido pelo Padre Roma, uma das figuras da Revolução Republicana de 1817. Em 1911, no local da casa-grande a Congregação da Sagrada Família fundou um colégio (Foto 27), em funcionamento até hoje.

A paisagem atual ainda se identifica como um local de moradia, como no passado, também se mostram presentes não só a igreja católica, como outras religiões (protestante, espírita etc), num sincretismo religioso.



Foto 26: Área do antigo Engenho Casa Forte, atualmente Praça de Casa Forte.
Autor: Mércia Carréra.



Foto 27: Local da antiga Casa-grande do Engenho Casa Forte, atualmente Colégio Sagrada Família.
Autor: Mércia Carréra.

Engenho de São Pantaleão Monteiro

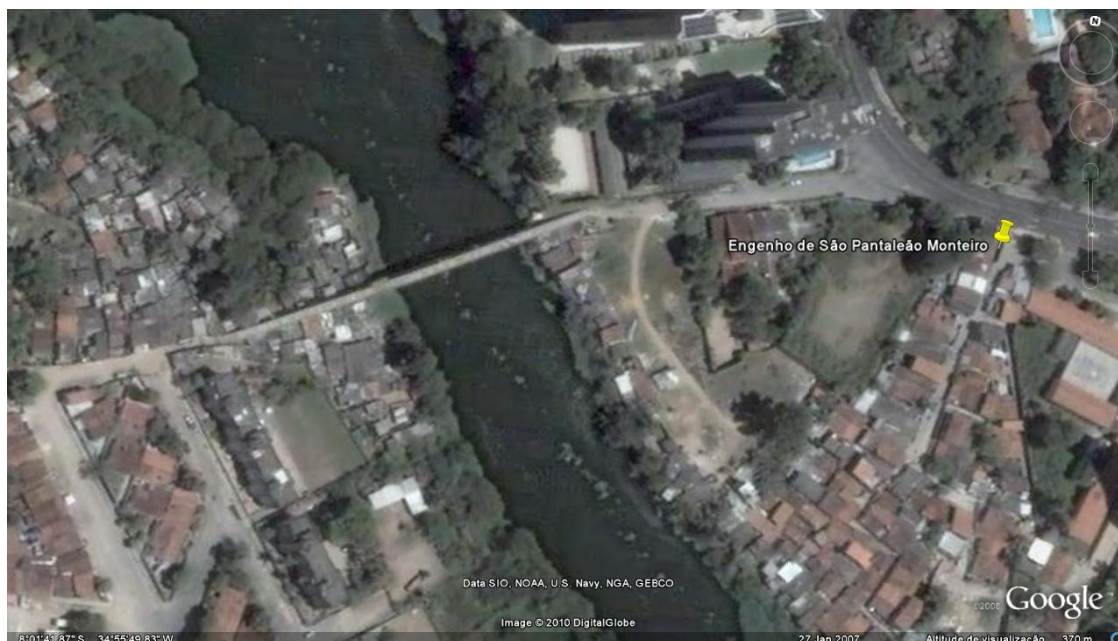


Imagem Satélite 13 – Engenho São Pantaleão do Monteiro.

Fonte: Google Earth, 2010.

O “**Engenho de São Pantaleão Monteiro**” (Imagem Satélite 13) situava-se na margem esquerda do rio Capibaribe, foi o lugar de origem do bairro do Monteiro. Pertencia a Manuel Vaz e sua mulher, Maria Rodrigues. Foi vendido, em 1577, a Jorge Camelo e sua mulher, Isabel Cardoso. Em 1593, foi adquirido por Maria Gonçalves Raposo. Em 1606, tinha como proprietário Francisco Monteiro Bezerra, passando a ser conhecido como Engenho do Monteiro. As terras da propriedade eram vastas e ubérrimas, e limitavam-se com as dos engenhos de Apipucos, Beberibe e Casa Forte, e ao sul com o rio Capibaribe. A capela, sob invocação de São Pantaleão, foi levantada posteriormente à construção do engenho, uma vez que a escritura de 1577 não a menciona.

No Largo do Monteiro (a praça) existem, até hoje, a coluna e a mureta, em ruínas (Foto 28). São os últimos resquícios do Engenho de São Pantaleão do Monteiro.



Foto 28: Ruína do antigo Engenho São Pantaleão do Monteiro.
Autor: Mércia Carréra.

Interessante observar as casas com uma arquitetura vernacular, que se assemelham a senzalas, apenas porta e janela, e todas conjugadas. O rio fica bem próximo, característica da situação de implantação dos engenhos. E novamente persegue a identidade de habitabilidade vista nos outros locais prospectados.

Engenho de Apipucos

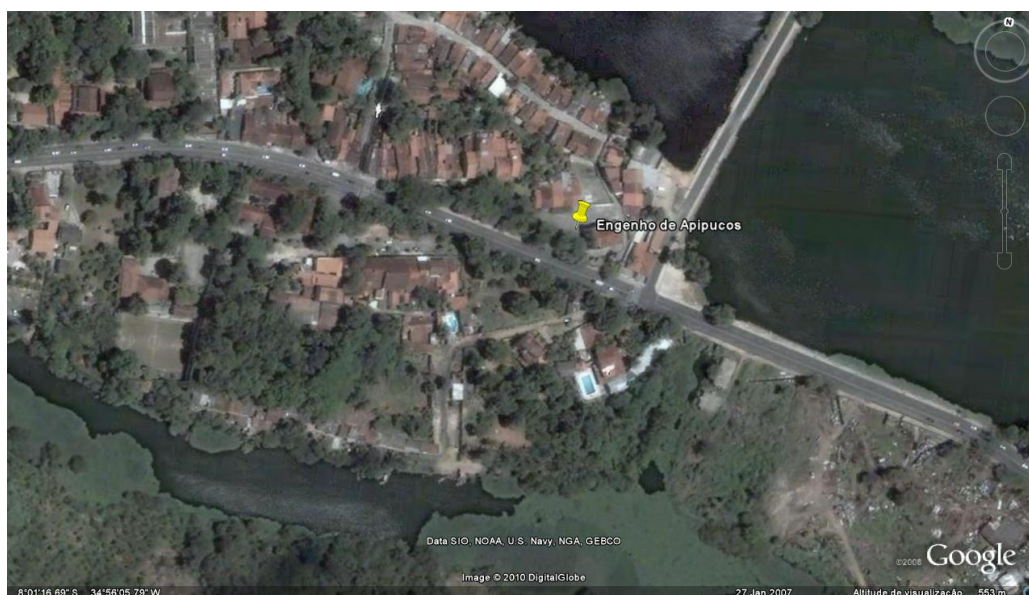


Imagem Satélite 14 – Engenho de Apipucos.

Fonte: Google Earth, 2010.

O “**Engenho de Apipucos**” (Imagem Satélite 14), surgido no final de 1577, originário do desdobramento das terras do engenho de São Pantaleão do Monteiro, situava-se na margem esquerda do rio Capibaribe, dando origem ao bairro de Apipucos. Seu proprietário era Leonardo Pereira. Pertenceu a Jerônima de Almeida e, posteriormente, a Gaspar de Mendonça, seu proprietário em 1630, época da ocupação holandesa. Em 1645, os holandeses saquearam a capela do engenho, destruíram as imagens, as alfaías, os paramentos e os móveis. O gado e as mercadorias foram levados para o engenho Casa Forte, pertencente a Ana Paes. Durante o período holandês, o engenho ficou completamente abandonado; mas, terminado o domínio holandês, a fábrica foi reparada, recomeçaram os trabalhos de agricultura, desenvolveu-se o povoado e, em 1666, já era bem próspero o estado da fazenda, graças ao seu proprietário Christovão Paes de Mendonça. Em 1687, o engenho pertencia a Luiz de Mendonça Cabral. A partir de fins do século XVIII o engenho foi decaindo, ao passo que a localidade se desenvolvia em população e edificações. O engenho terminou sendo de todo abandonado. Atualmente, essas terras fazem parte da área urbana da cidade do Recife. Constituem um bairro residencial, ainda de moradias unifamiliares; apesar da expansão imobiliária, ainda resiste à não implantação de moradias multifamiliares. Na parte mais baixa do local foram construídas casas modernas em torno do açude de Apipucos (Fotos 29, 30). Em um nível mais alto, no topo da colina, se encontra a Igreja

Matriz de Nossa Senhora das Dores (Foto 31), antigo local da capela do engenho. A colina atualmente é cortada pela Avenida Apipucos e, nos dois lados, ainda permanecem exemplares de moradias (Fotos 32, 33) do século XIX.



Foto 29: Área do antigo Engenho Apipucos (açude).
Autor: Mércia Carréra.



Foto 30: Área do antigo Engenho Apipucos (açude).
Autor: Mércia Carréra.



Foto 31: Local da Capela do antigo Engenho Apipucos, , atualmente Igreja.
Autor: Mércia Carréra.



Foto 32: Área do antigo Engenho Apipucos, atualmente residências do século XIX.
Autor: Mércia Carréra.



Foto 33: Área do antigo Engenho Apipucos, atualmente residências do século XIX.
Autor: Mércia Carréra.

Engenho Santo Antônio



Imagem Satélite 15 – Engenho Santo Antônio (atual bairro da Várzea)
Fonte: Google Earth, 2010.

O “**Engenho Santo Antônio**” (Imagem Satélite 15), conhecido como Engenho da Várzea do Capibaribe, deu origem à povoação e paróquia do bairro da Várzea.

No século XVI, era a Várzea sede de uma pequena povoação, originária do Engenho Santo Antônio, ali fundado nos primeiros anos da colonização por Diogo Gonçalves, casado com Isabel Gonçalves Fróes, em uma extensa terra, que lhe fora doada pelo donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho. Em torno desta área gravitavam 16 outras fábricas de açúcar que, juntas, formavam a chamada Várzea do Capibaribe.

Esse engenho, hoje desaparecido, pertenceu aos descendentes de Diogo Gonçalves e, antes de 1645, a João Fernandes Vieira, um dos heróis das lutas contra os holandeses.

Na Várzea, segundo o relatório de Adriaen Verdonck (1630), estava “ ... a melhor e mais bela moradia dentre os melhores lugares de Pernambuco e de onde vem o melhor e a maior parte do açúcar ”. Por esse tempo, segundo Duarte de Albuquerque Coelho (4º donatário da Capitania), em suas “Memórias diárias da Guerra do Brasil” (1654), existiam “ ... dezesseis moinhos ou engenhos de açúcar nas suas terras, a que se chamava Várzea do Capibaribe, extenso território que constituía a sua paróquia, por ser torneada pelo rio do mesmo nome”.

Em honra da protetora daquela povoação, Nossa Senhora do Rosário, foi erguida uma capela que, no início do século XVII, veio a ser sede da primeira freguesia suburbana desta área, hoje ocupada pelo município do Recife, conforme assinala o “Livro que dá razão do Estado do Brasil” (1612). Portanto, esta área faz parte do primeiro bairro (Foto 34) da capital pernambucana.

A Igreja Matriz (Foto 35) passou por reformas, entre 1868 e 1872, modificando totalmente sua arquitetura. O Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) realizou uma escavação e foi encontrado um cemitério de vítimas das duas batalhas dos Montes Guararapes, na sacristia da Igreja.

No passado, estas terras foram líder na economia pernambucana. A produção de cana-de-açúcar movimentava os negócios. Outro aspecto na história do bairro é marcado pelo seu papel na vanguarda que combateu os holandeses na Batalha dos Guararapes. Os líderes do movimento discutiam planos de ataque contra os “invasores”. Portanto, além do poderio econômico, a Várzea foi um local de resistência popular.



Foto 34: Área do antigo Engenho Santo Antônio, atualmente bairro da Várzea
Autor: Mércia Carréra.



Foto 35: Local da antiga capela do Engenho Santo Antônio, atualmente Igreja Matriz da Várzea.
Autor: Mércia Carréra.

A imagem satélite 16 apresenta a distribuição espacial dessa ocupação, no período de Duarte Coelho. É interessante perceber que, dentre os cinco primeiros engenhos da época de Duarte Coelho, apenas o engenho Camaragibe está na várzea do Capibaribe; os outros quatro estão restritos ao território inicial percorrido pelo donatário. Prosseguindo com a ocupação e reconhecimento da capitania, iniciou-se efetivamente a instalação dos engenhos na várzea do Capibaribe.

Os engenhos da várzea do Capibaribe e seus senhores tiveram um grande aliado: o rio. Era mais prático descer o Capibaribe até a foz e embarcar, no ancoradouro, a produção do açúcar, do que subir o rio Beberibe. Daí esse crescimento tão rápido de toda a várzea.

A análise da paisagem atual leva a constatar que, nesta área, como em outros bairros resultantes da divisão de terras dos antigos engenhos, apesar de todas as intervenções sofridas, naturais ou antrópicas, permanecem ainda o caráter de habitabilidade e a forte influência religiosa.



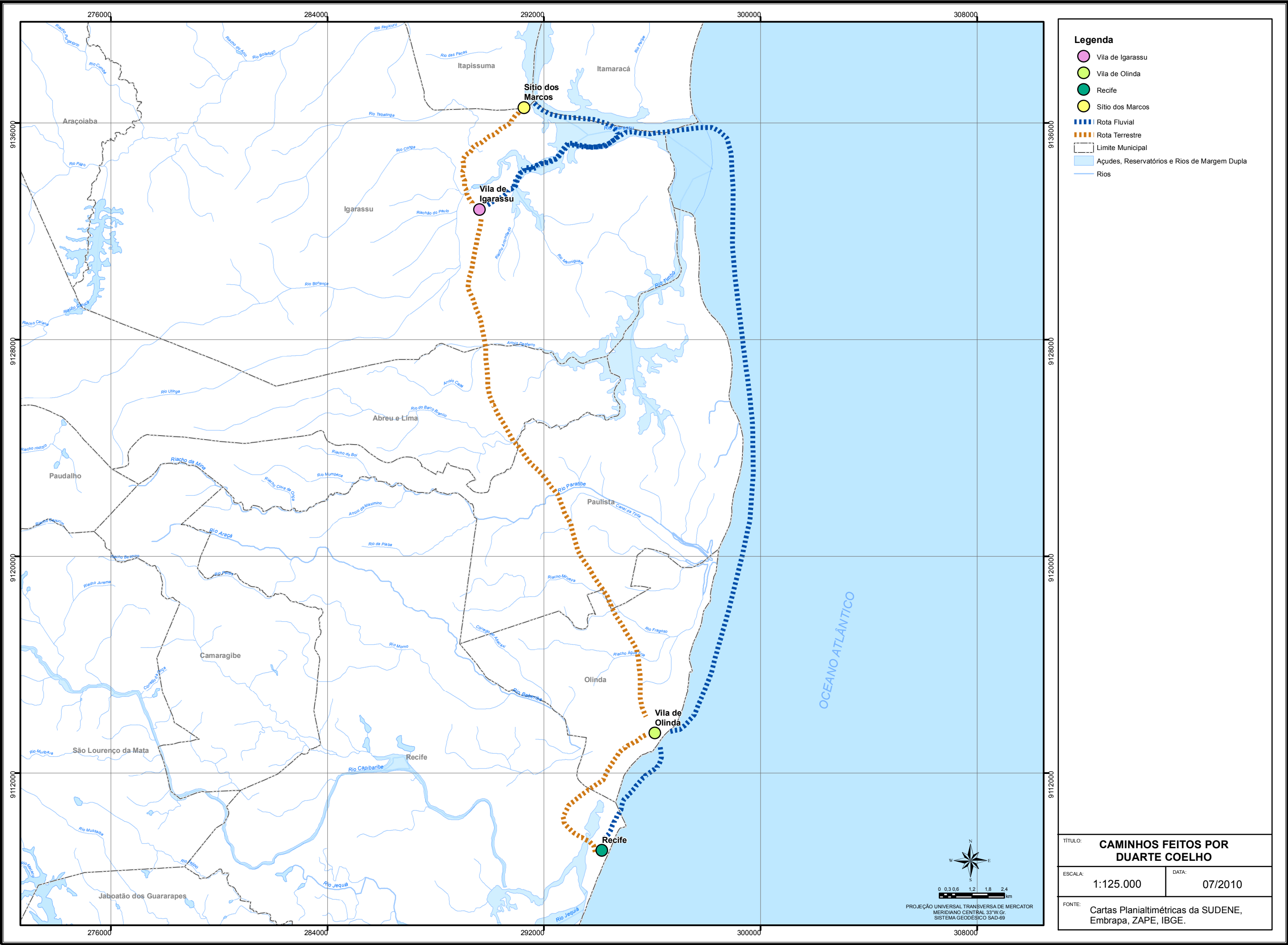
Imagem Satélite 16 – Área da pesquisa. Fonte: Google Earth, 2010.

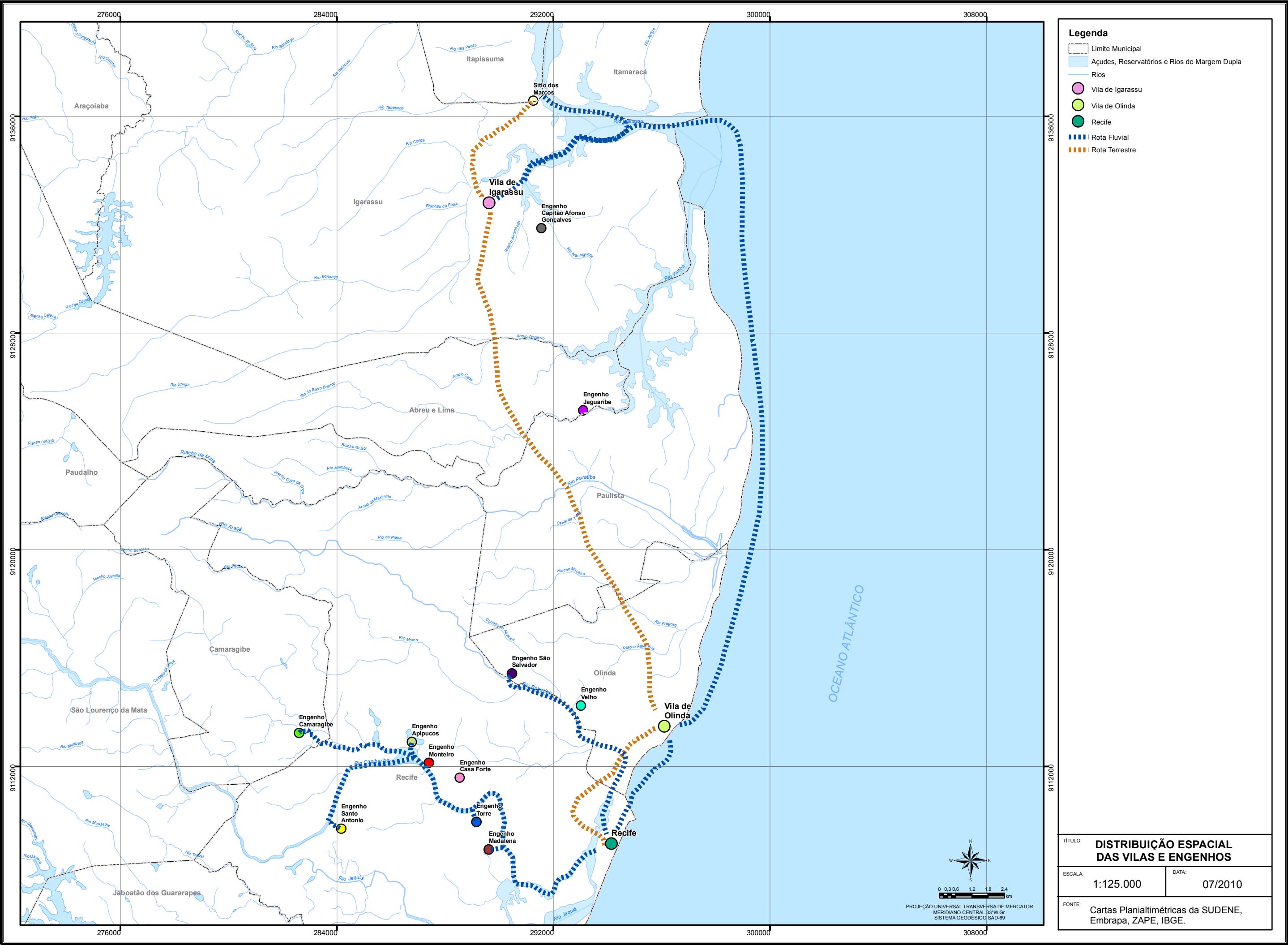
A relação dos engenhos que se tornaram bairros e as suas respectivas paróquias:

1. Engenho da Madalena – bairro da Madalena – Igreja da Madalena
2. Engenho da Torre – bairro da Torre – Igreja da Torre.
3. Engenho Casa Forte – bairro de Casa Forte – Igreja Matriz de Casa Forte
4. Engenho São Pantaleão do Monteiro – bairro do Monteiro – Igreja do Poço da Panela
5. Engenho de Apipucos – bairro de Apipucos – Igreja de Apipucos
6. Engenho de Santo Antônio – bairro da Várzea – Igreja Matriz da Várzea

Quadro 01. Localização dos engenhos e dos primeiros núcleos de povoamento (a vila de Igarauçu, a vila de Olinda e o povoado do Recife).

Nome do ponto	Coordenadas		Fuso	Altitude (m)	Sistema Geodésico	Município	Hidrografia		Unidade Geomorfológica	Geologia		Classificação do Solo	Vegetação
	X	Y					Rio	Proximidade (m)		Descrição	Unidade/ Grupo Geológico		
Sítio dos Marcos	291263	9136558	25 S	13	WGS84	Igarassu	Canal de Santa Cruz	100	Área Urbana	Arenito calcíferos com intercalações de siltito	Formação Beberibe	Área Urbana	Floresta Subperenifólia
Igarassu (ponto em frente a igreja de São Cosme e Damião)	289820	9133412	25 S	24	WGS84	Igarassu	Bonança	400	Planície Marinha e Flúvio-Marinha	Arenito calcíferos com intercalações de siltito	Formação Beberibe	Espodossolo Cárstico Hidromórfico	Floresta Subperenifólia
Olinda (ponto na Sé)	296197	9113704	25 S	47	WGS84	Olinda	Beberibe	1600	Área Urbana	Aluviões, dunas, sedimentos de praia	Grupo Barreiras	Área Urbana	Floresta Subperenifólia
Recife (ponto na rua do bom Jesus)	293784	9108378	25 S	11	WGS84	Recife	Capibaribe	200	Área Urbana	Aluviões, dunas, sedimentos de praia	Grupo Barreiras	Área Urbana	Floresta Subperenifólia
Eng. São Salvador	290471	9115423	25 S	13	WGS84	Olinda	Beberibe	250	Área Urbana	Argilas, variegadas, arenitos e cascalhos.	Grupo Barreiras	Área Urbana	Floresta Subperenifólia
Eng. Velho	293160	9114729	25 S	12	WGS84	Olinda	Beberibe	400	Área Urbana	Argilas, variegadas, arenitos e cascalhos.	Grupo Barreiras	Área Urbana	Floresta Subperenifólia
Eng. do Capitão Afonso Gonçalves	291556	9131861	25 S	5	WGS84	Igarassu	Rio Igarassu	1300	Planície Marinha e Flúvio-Marinha	Arenito calcíferos com intercalações de siltito	Formação Beberibe	Espodossolo Cárstico Hidromórfico	Floresta Subperenifólia
Eng. Santiago ou Camaragibe	282606	9113218	25 S	45	WGS84	Camaragibe	Capibaribe	50	Área Urbana	Argilas, variegadas, arenitos e cascalhos.	Grupo Barreiras	Área Urbana	Floresta Subperenifólia
Eng. Jaguaribe	293117	9125150	25 S	15	WGS84	Abreu e Lima	Barro Branco	120	Planície Marinha e Flúvio-Marinha	Calcários margosos, margas e argilitos	Formação Gramame	Gleissolo	Floresta Subperenifólia
Eng. Madalena	289618	9108922	25 S	29	WGS84	Recife	Capibaribe	500	Área Urbana	Aluviões, dunas, sedimentos de praia	Grupo Barreiras	Área Urbana	Floresta Subperenifólia
Eng. Torre	289154	9109940	25 S	29	WGS84	Recife	Capibaribe	430	Área Urbana	Aluviões, dunas, sedimentos de praia	Grupo Barreiras	Área Urbana	Floresta Subperenifólia
Eng. Casa Forte	288540	9111577	25 S	25	WGS84	Recife	Capibaribe	900	Área Urbana	Aluviões, dunas, sedimentos de praia	Grupo Barreiras	Área Urbana	Floresta Subperenifólia
Eng. São Pantaleão do Monteiro	287395	9112125	25 S	30	WGS84	Recife	Capibaribe	130	Tabuleiro Dissecados	Aluviões, dunas, sedimentos de praia	Grupo Barreiras	Argissolo Amarelo	Floresta Subperenifólia
Eng. Apipucos	286770	9112897	25 S	38	WGS84	Recife	Capibaribe	200	Tabuleiro Dissecados	Argilas, variegadas, arenitos e cascalhos.	Grupo Barreiras	Argissolo Amarelo	Floresta Subperenifólia
Eng. Santo Antonio (Várzea)	284160	9109692	25 S	32	WGS84	Recife	Capibaribe	550	Área Urbana	Aluviões, dunas, sedimentos de praia	Grupo Barreiras	Área Urbana	Floresta Subperenifólia





A partir da prospecção, além da leitura das imagens satélites, foi elaborado um mapa dos possíveis caminhos percorridos por Duarte Coelho entre o Sítio dos Marcos, a vila de Igarauçu e a vila do Recife (Mapa 01). O mapa possibilita uma leitura sobre o conhecimento da costa pelo donatário, já no início da sua chegada à capitania.

No segundo mapa (02) elaborado foram plotados os pontos referentes à localização dos engenhos, como também o sítio dos Marcos; a vila de Igarauçu; a vila de Olinda; e o povoado de Recife. Essa distribuição já possibilita perceber o processo de ocupação realizado.

Nesta etapa do trabalho a metodologia se baseou nas análises espaciais da distribuição dos sítios arqueológicos (os núcleos de povoamento e os engenhos) na área estudada. Essas análises se fundamentaram na caracterização ambiental da região e no registro historiográfico, iconográfico, cartográfico e arqueológico.

Na dinâmica da análise espacial a Arqueologia necessita, em vários momentos, da interpretação dos aspectos que compõem a paisagem, para chegar à compreensão do espaço. Neste âmbito encaixa-se o Geoprocessamento, como ferramenta para a observação e interpretação dos fatores integrantes do espaço.

Agrupando diversas linhas tecnológicas, o Geoprocessamento envolve “ ... atividades como sensoriamento remoto, modelagem numérica de terreno, processamento de imagens e outras atividades de captura e análise de dados.” (RODRIGUES, 1990). A análise de dados corresponde, segundo Thomé (1998), ao Sistema de Informações Geográficas (SIG), por consistir no monitoramento, administração e planejamento do espaço geográfico em que se vive. Desta forma, o Geoprocessamento é o conceito mais abrangente, representando qualquer tipo de processamento de dados georreferenciados, enquanto um SIG processa dados gráficos e não gráficos (alfa-numéricos), enfocando análises espaciais e modelagens de superfícies (SPRING, 2003).

O SIG pode ser utilizado em sistemas de gerenciamento de informações “ ... que realizam o tratamento computacional de dados geográficos ”(Thomé, 1998), com grande flexibilidade para aplicação nas mais diversas temáticas. De acordo com a grande área

de emprego do SIG, é habitual que a heterogeneidade de diversos temas predomine, tendo como característica básica

“... a integração de informações, tornando-se uma ferramenta que procura agregar dados artificialmente separados pelo homem, de forma a manipulá-los e apresentá-los de outras maneiras, proporcionando uma nova visão ao usuário” (THOMÉ, 1998, p. 39).

A nova visão do usuário, citada por Thomé (1998), permite ainda que, através de análises e alterações, ele tenha acesso a outras possibilidades de tomada de decisão para melhor planejar o espaço em estudo.

O SIG, aliado à Arqueologia, tende a enriquecer as fontes de análises, baseando-se no cruzamento das informações do espaço, ou mesmo executando simulações do que possa ter existido no local, tornando a compreensão do pesquisador mais profunda, coerente e precisa.

Vale a pena registrar algumas informações sobre o contexto ambiental atual, consequência das intervenções naturais e antrópicas ocorridas durante esses anos e que interferiram no espaço e na paisagem. Como foi explicitado, a paisagem do passado, suas características geográficas, foram importantes condicionantes para a fixação dos colonizadores e a implantação da lógica de planejamento de ocupação realizada pelo donatário Duarte Coelho, em sua Capitania de Pernambuco.

4.5. O contexto ambiental atual

Diante das mudanças políticas, econômicas e administrativas ocorridas, a área estudada atualmente faz parte da Região Metropolitana do Recife- RMR, ou seja, as vilas de Igarçu, Olinda, o povoado do Recife e a várzea do Beberibe e Capibaribe hoje correspondem aos municípios de Igarçu, Olinda e Recife, que, juntamente com outros municípios: Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno e Itapissuma, formam a área do “grande Recife”. Esta situação administrativa reflete bastante na configuração espacial e, conseqüentemente, na paisagem deste espaço.

A área estudada insere-se na Zona Litoral-Mata da Região Nordeste do Brasil. As interferências antrópicas ocorridas durante todos esses anos tiveram como consequência um aumento na temperatura anual. Segundo o Sistema de Informações Geoambientais da Região Metropolitana do Recife (COMPANHIA..., 2003), a região apresenta um clima litorâneo úmido, que sofre influência de massas tropicais marítimas. Apresenta altas temperaturas, tendo média anual das máximas 29,1°C e média anual das mínimas 21,9°C, sendo seus períodos mais quentes e menos quentes, respectivamente, os meses de dezembro a março e de junho a setembro. O desmatamento é um dos fatores causadores desse aumento de temperatura.

Esta é uma região úmida com médias mensais da umidade relativa do ar, no Recife, oscilando entre 74% e 86%, com média anual de 80%. Quanto à insolação, a média mensal oscila entre 135,4 e 213,0 horas, sendo o total anual médio de 2.556,4 horas. Já os ventos da RMR possuem como direção predominante a sudeste, com velocidade anual oscilando entre 2,3 m/s e 3,4 m/s, com média anual de 2,9 m/s.

Com relação à precipitação, os totais anuais médios variam de mais de 2.200mm nas áreas litorâneas, até aproximadamente 1.200mm na parte ocidental do município de São Lourenço da Mata. As oscilações de ano para ano são significativas, sendo, no litoral, entre 1.200mm e 3.500mm, e entre 500mm e 2.000mm, nas áreas mais distantes do oceano. O período mais chuvoso corresponde aos meses de maio a julho, já o período mais seco ocorre nos meses de outubro a dezembro; o período mais chuvoso concentra 47% dos totais anuais, contra apenas 7,5% no período mais seco.

Em passado remoto, a planície aluvional que compõe grande parte do sítio estudado consistiu em uma baía ocupada pelo oceano Atlântico, então circundada pelas colinas terciárias que afloram entre o Cabo de Santo Agostinho, ao sul, e a atual cidade de Olinda, ao norte, as quais ainda hoje se erguem, bem visíveis, contornando-lhe o espaço.

E a baía em forma de semicírculo foi sendo entulhada durante milhões de anos, de um lado, a oeste, pelos sedimentos fluviais trazidas pelos rios durante as enchentes e,

de outro, a leste, pelos sedimentos de origem marinha que se depositavam por sobre a linha de arrecifes.

Embora os diferentes fatores geoecológicas, entre os outros condicionantes ambientais, respondam pela formação e consolidação da planície estudada, inegavelmente a contribuição humana teve um papel decisivo no delineamento da feição que ora o Recife exhibe. Foram os desmatamentos, os aterros de camboas e pauís, dos mangues e áreas ribeirinhas, extração de minerais etc., durante a construção do seu habitat urbano, ao longo de mais de 460 anos, que lhe transmudaram definitivamente o sítio, ampliando e consolidando os solos, reduzindo-lhe os espaços antes ocupados pelas águas.

A planície situada entre os morros e o baixo estuário estende-se sobre 50 km² e é o local de moradia de mais de 500 mil habitantes. Por ser área de solo massapê, até o século XIX era quase exclusivamente ocupada por canaviais e os aglomerados que nela existiam eram ligados à agricultura. Desde essa época a planície foi se modificando, até que se consolidaram as comunidades climáticas dos manguezais e das restingas, enfim, da mata litorânea.

Essa planície Quaternária se formou entre as colinas Terciárias e os arrecifes, sobre solos de aluvião, argilosos – o massapê –, nas áreas desenhadas pelos rios e, na porção litorânea, os depósitos arenoargilosos, de cor escura, que ficam submersos na maré alta. Nesse delta-estuário, a superfície se recostou em porções separadas por rios, canais e camboas, formando ilhas que se cobriram com uma vegetação específica dessas áreas – o mangue (*Rizophora Mangle*) –, que encontra nessa geografia seu habitat natural.

A paisagem sofreu transformações ao longo do tempo, quando a mão do homem empreendeu os aterros que soldaram as ilhas, formadas no delta, ao continente. Muitas delas ainda permaneceram até hoje, como é o caso dos bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista. A paisagem vem sendo urbanizada, incorporando à cidade os antigos centros de moradia dos senhores de engenho, como Casa Forte, Várzea, Madalena, Torre, Apipucos, Monteiro.

A conquista do solo se faz à custa de aterros sobre os rios, mangues e alagados, passando a se consolidar como prática usual de urbanização. Os antigos engenhos são parcelados em chácaras e sítios que comportaram casas de veraneio, vindo a se constituir, mais tarde, nos primeiros bairros da cidade: Madalena, Torre, Casa Forte, Monteiro etc.

O município do Recife está geologicamente situado em um substrato constituído por rochas cristalinas e sedimentares, que podem ser subdivididas nos seguintes domínios (Mapa 03):

- Domínio das Rochas Cristalinas de idade Pré-Cambriana;
- Domínio das Bacias Sedimentares da Margem Continental, de idade Cretácea;
- Domínio dos Sedimentos de Coberturas.

As rochas Pré-Cambrianas ocupam pequena área no oeste do município e em grande parte exibem solo residual, com exposições de rocha fresca que podem ser vistas tanto sob forma de matacões (grandes blocos arredondados de rocha), como em cortes de estrada.

As rochas sedimentares ocorrem ao longo do município, em afloramentos descontínuos, e fazem parte de duas bacias sedimentares com origens diferenciadas, denominadas Bacia do Cabo, ao sul, e Bacia Pernambuco-Paraíba, ao norte, separadas por uma zona de falhas aproximadamente E-W, denominada Lineamento Pernambuco.

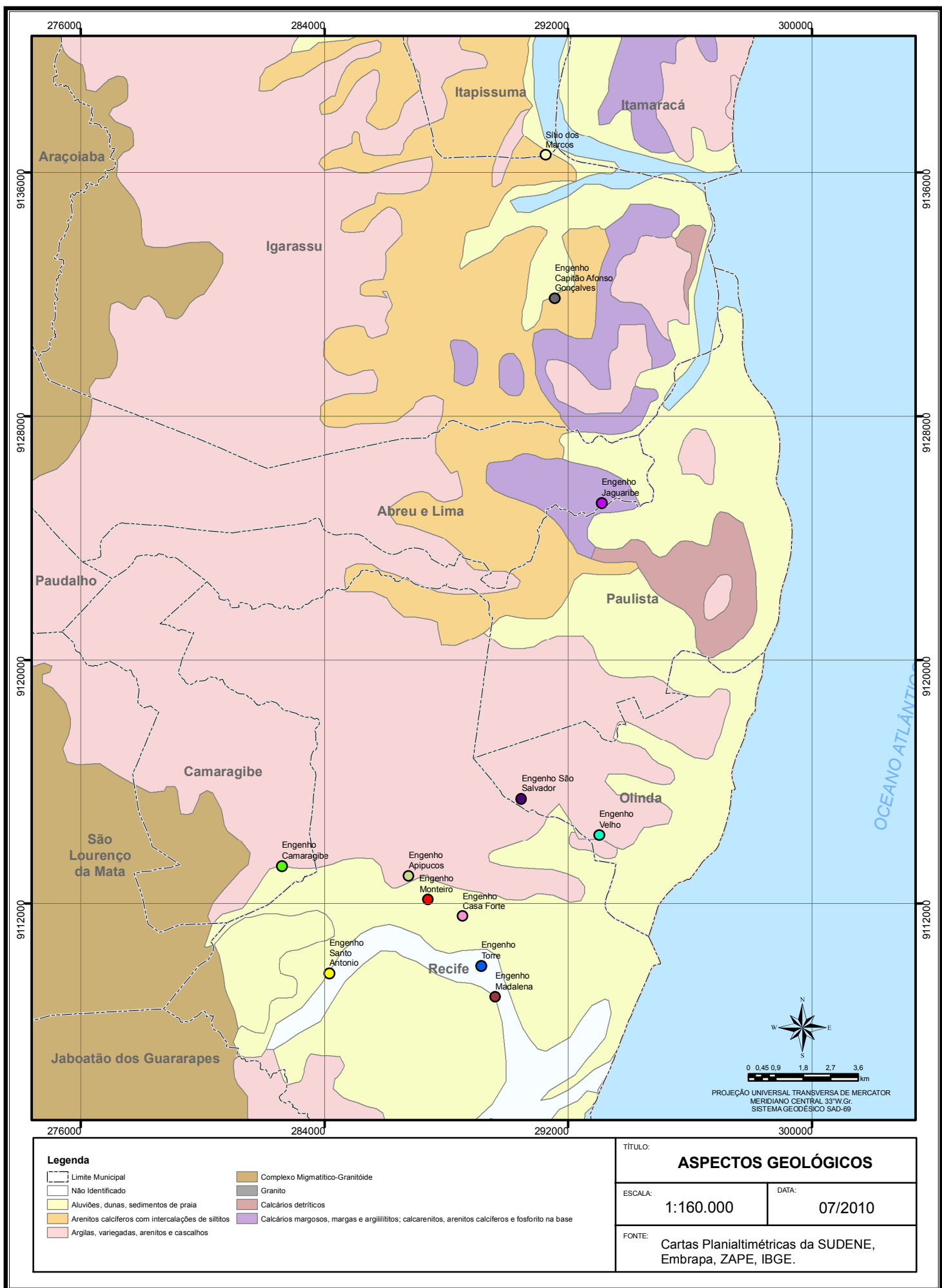
Os sedimentos de coberturas (Mapa 04) recobrem indistintamente rochas cristalinas e sedimentares e constituem dois grupos: a Formação Barreiras, de idade Terciária (Pleioceno), presente na maior parte dos morros que circundam a Planície do Recife, e os sedimentos mais recentes inconsolidados, de idade Quaternária, que preenchem a planície.

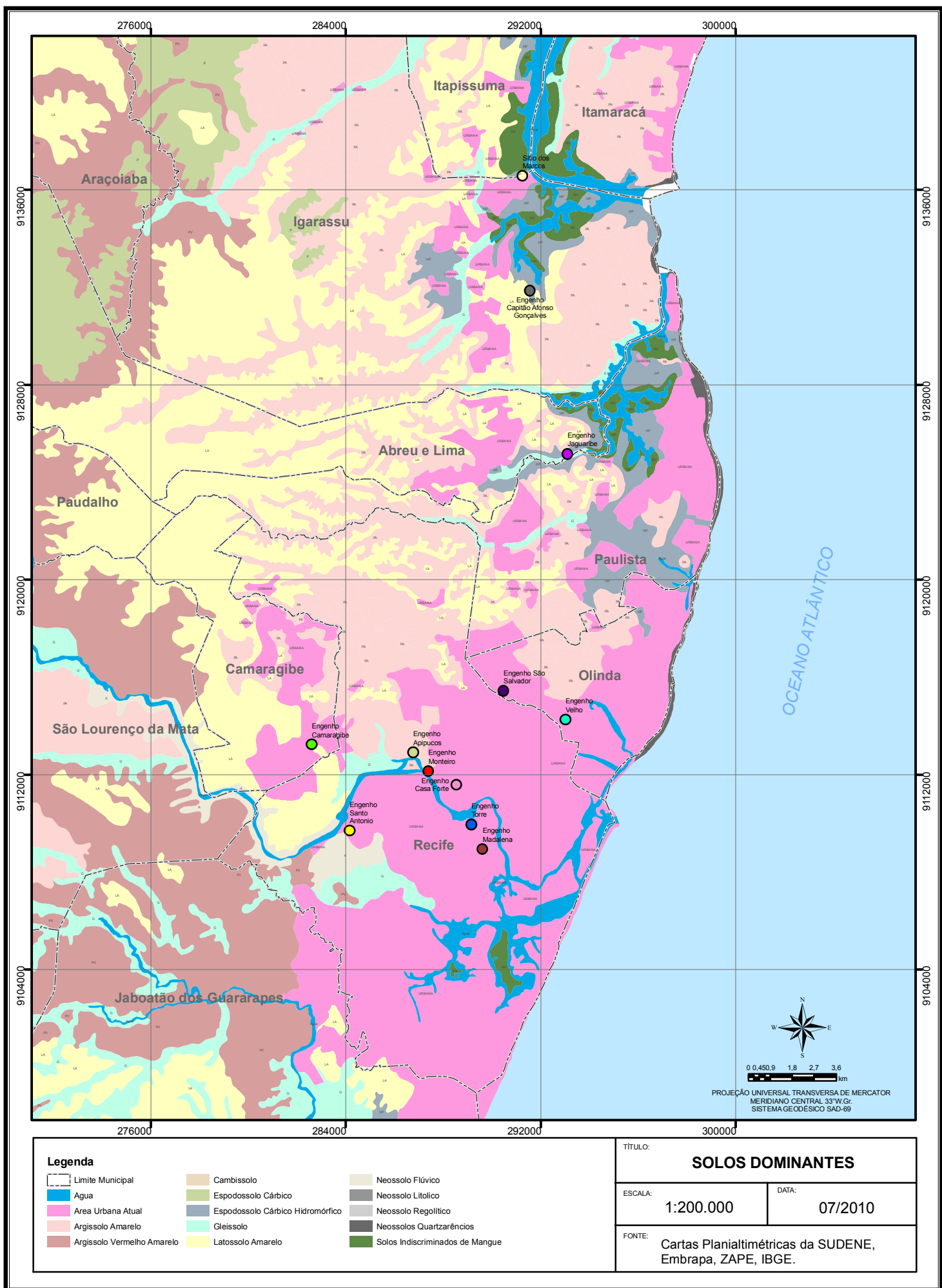
Os recursos hídricos (Mapa 05) de destaque, na área estudada, são a Bacia do rio Capibaribe e a Bacia do rio Beberibe. Foram elementos de suma importância para a fixação do homem e implantação do planejamento de ocupação portuguesa.

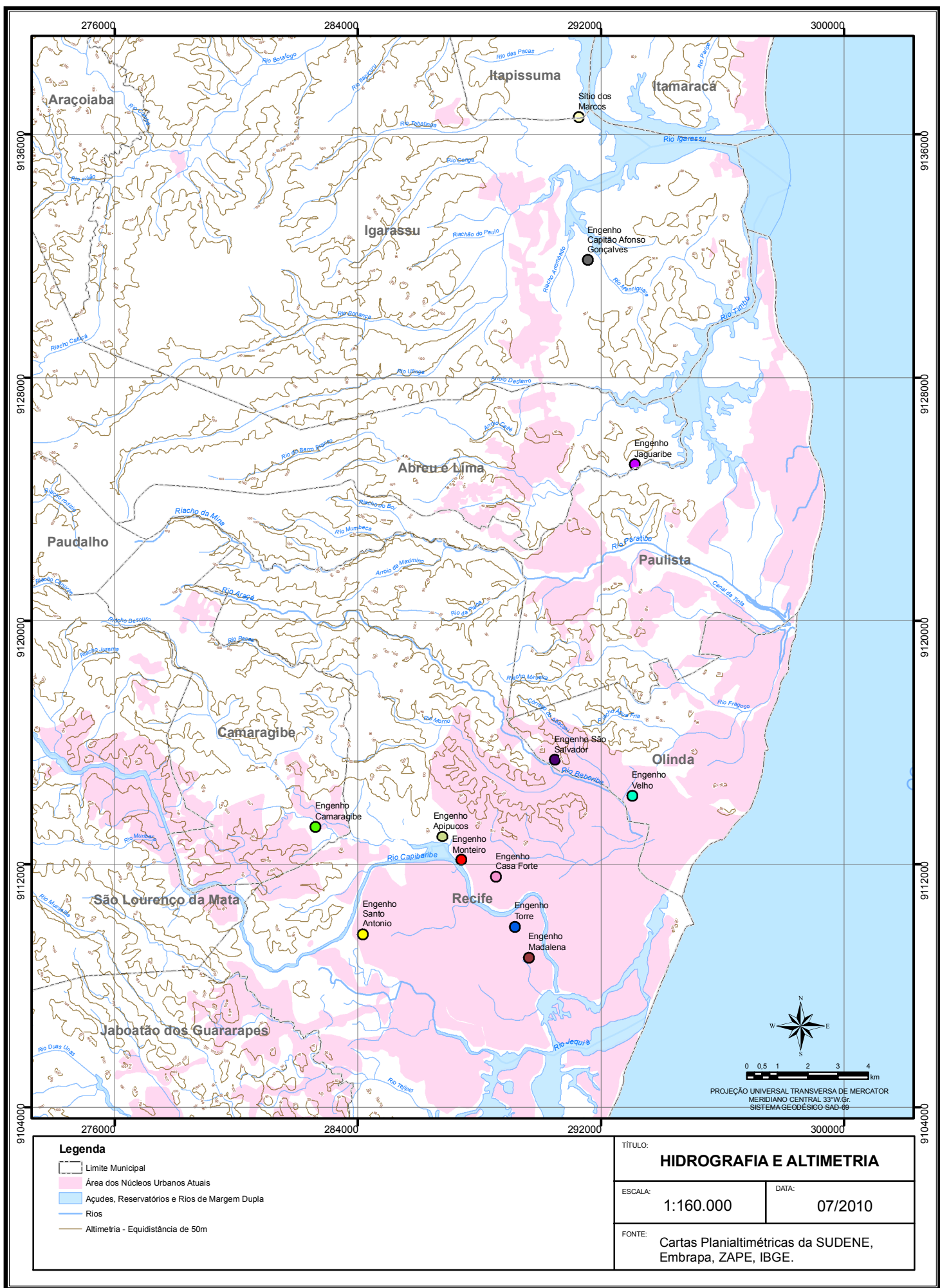
A bacia hidrográfica do rio Capibaribe tem este rio como curso d'água principal, representa o sistema hidrográfico de maior expressão . Possui cerca de 7.400km² de extensão e tem sua nascente na Serra dos Campos, em terras do município de Jataúba (Zona do Agreste, planalto nordestino), a 195 km de sua foz, no estuário do Recife.

A área da RMR desta unidade hidrográfica corresponde a 334,9 km². Dentro do município do Recife, compreende a zona central da cidade, os bairros de Aflitos, Caxangá, Cordeiro, Casa Forte, Madalena, Prado e Torre, não mencionando os que são parcialmente inseridos.

A bacia hidrográfica do rio Beberibe, que nasce dentro dos limites da RMR, no município de São Lourenço da Mata, tem uma extensão de 79,0km² e abrange partes dos municípios do Recife (55,4km²), Olinda (13,3km²), Paulista(9,4km²) e São Lourenço da Mata (0,9km²), servindo-lhes de divisa.





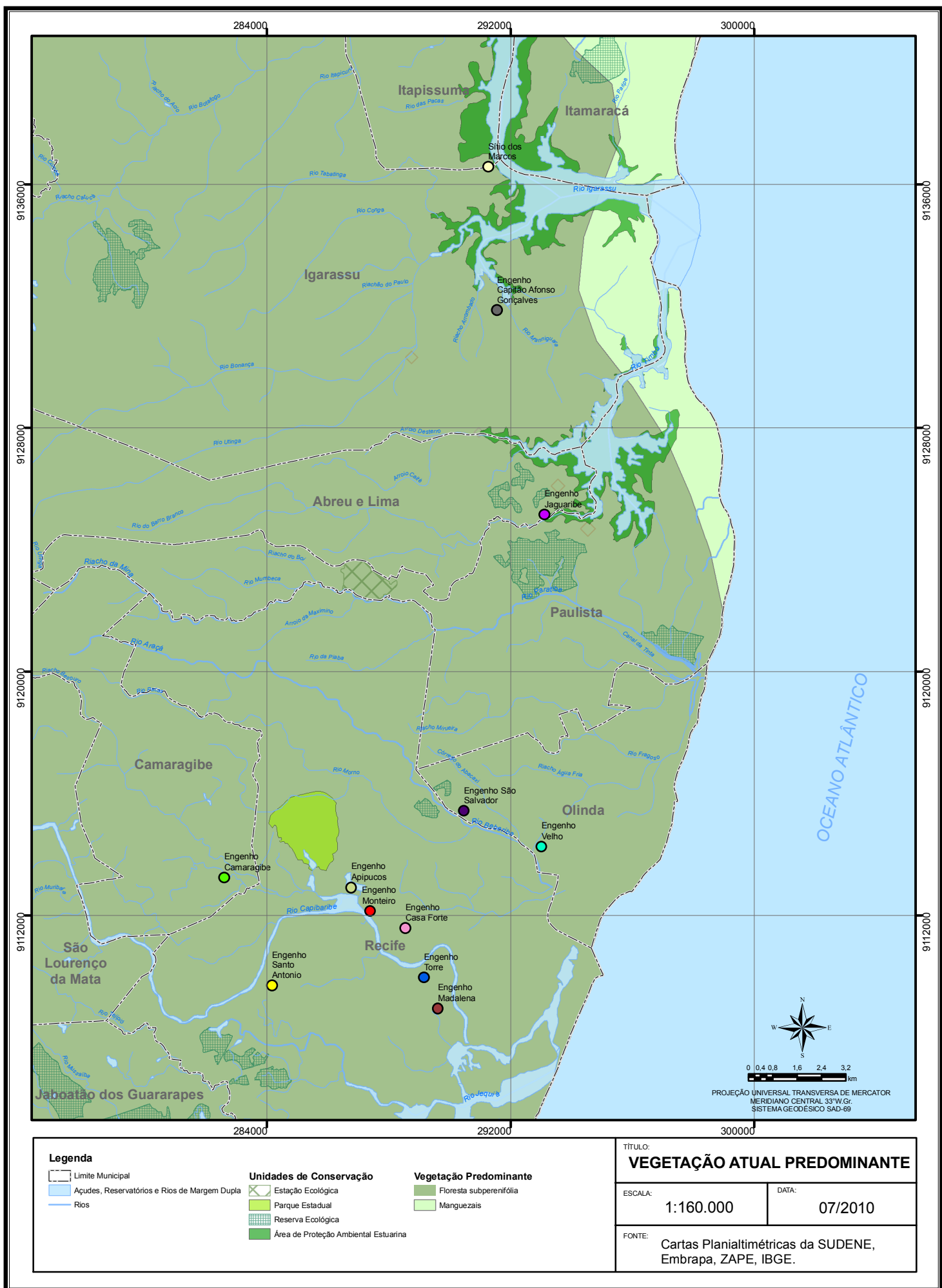


Do ponto de vista geológico, aparecem sedimentos arenosos do Grupo Barreiras e Formação Beberibe na porção superior da bacia, enquanto na área estuarina os depósitos recentes são predominantes, encontrando-se os aluviões flúvio-deltaicos, as dunas litorâneas e os mangues salinizados.

Esta bacia é responsável pela drenagem da zona norte do Recife, sendo a calha principal a divisa com Olinda. A ocupação urbana se faz presente a partir da BR-101, incluindo-se inúmeros bairros dos municípios de Olinda e Recife, como os da Guabiraba, Nova Descoberta, Cajueiro e parte dos bairros de Água Fria, Casa Amarela, Tamarineira e Encruzilhada, no Recife; e Peixinhos e Jardim Brasil, em Olinda.

De acordo com o documento Metrópole Estratégica (Governo do Estado de Pernambuco, 2002), a área de maior adensamento urbano da RMR, em quase toda sua extensão, é dominada por planícies com altitude média de até 4 metros. Dentre estas, pela sua maior extensão espacial, destaca-se a planície flúvio-marinha do Recife, formada pelos aluviões carregados pelos rios e pelos sedimentos marinhos trazidos pelas marés.

Consta ainda nesse documento que a vegetação (Mapa 06) encontrada na RMR pertence às classes fitogeográficas Zona do Litoral e Zona da Mata (ANDRADE LIMA, 1960 apud GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2002). A primeira, constituída pelas subzonas de vegetação marítima, de praia, de restingas e terraços litorâneos, que podem ocorrer fora do alcance direto das ondas, representadas por matas e campos de restingas, já a segunda, constituída pela subzona mata úmida.



A vegetação remanescente de restingas e praias foi em grande parte removida pela ocupação urbana que se deu fortemente neste domínio geomorfológico.

Em relação às Unidades Geomorfológicas, segundo o Sistema de Informações Geoambientais da Região Metropolitana do Recife (COMPANHIA ..., 2003), a principal morfologia da área de estudo é a Planície, tendo por entorno Baixios de Maré ao norte e a leste, e terraços a oeste, conforme pode ser visualizado na Figura 47, que mostra as classificações da morfologia da RMR.

IDADE	MORFOLOGIA		LITOLOGIA	UNIDADES GEOLÓGICAS
QUATERNÁRIO	Praia 1		Área predominantemente quartzosa com bioclastos	Coberturas Recentes
	Recifes 2		Arenitos com cimento carbonático	
	Baixo de Maré 3		Sedimentos silte-argilosos com matéria orgânica	
	Planície 4		Areias, siltes, argilas e sedimentos turfáceos	
	Terraços 5		Areia branca marinha	
TERCIÁRIO	Tabuleiros 6		Sedimento areno-argiloso e arenitos lateríticos	Grupo Barreiras
CRETÁCIO	Colinas 7		Rochas vulcânicas, conglomerados, arenitos conglomeráticos, argilitos e siltitos	Formação Maria Farinha Formação Gramame Formação Beberibe Formação Ipojuca Formação Estiva Formação Cabo
PRÉ-CAMBRIANO		Morros Graníticos	Granitos Félsicos 811	Granitóides - Complexo Belém do São Francisco - Complexo Vertentes - Complexo gnaissico-migmatítico
			Granitos intermediários a máficos 812	
	Morros 8	Morros Gnaissicos 82	Ortognaisses granodioríticos e tonalíticos	

Figura 47. Unidades Geomorfológicas da RMR.

Fonte: (COMPANHIA ..., 2003)

Analisando estas unidades, percebe-se que são coberturas recentes, portanto, não consolidadas e mais suscetíveis às influências dos agentes modeladores do relevo. Uma vez que toda a área está contida em ambiente urbano, os impactos dos agentes, inclusive o antrópico, podem ser intensos e rápidos, exigindo do ambiente uma capacidade de suporte elevada às atividades realizadas em sua superfície, além de boa capacidade de adaptação a uma nova realidade que se pode apresentar como decorrente de tais atividades, como, por exemplo, uma área antes inundável passar a estar aterrada e impermeabilizada por obras viárias.

O relevo da RMR, conforme o documento *Metrópole Estratégica*, do Governo do Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2002), é constituído por três domínios geomorfológicos (Figura 48), denominados:

- Tabuleiros Costeiros
- Planalto Rebaixado Litorâneo
- Faixa Litorânea

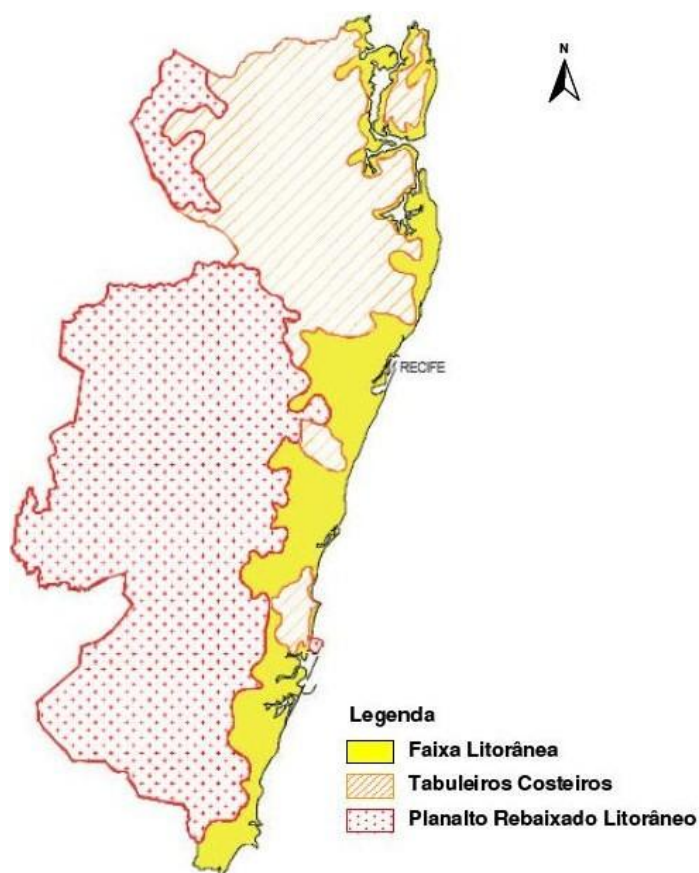


Figura 48 . Domínios Geomorfológicos da Região Metropolitana do Recife.
Fonte: (PERNAMBUCO, 2002).

Os Tabuleiros Costeiros foram desenvolvidos sobre sedimentos e rochas sedimentares e encontram-se principalmente na parte norte da RMR e em algumas áreas isoladas, onde as condições geológicas permitiram seu desenvolvimento.

O Planalto Rebaixado Litorâneo, também conhecido como Depressão Periférica Pré-Litorânea, corresponde às áreas dissecadas sobre rochas do embasamento cristalino e rochas sedimentares, e constitui um setor fortemente dissecado e rebaixado que antecede o Planalto da Borborema. Sua porção centro-oeste e sudoeste apresenta cotas superiores a 300 metros, passando para morros com topos arredondados em direção ao litoral, com cotas variando de 200 a 100 metros.

A Faixa Litorânea corresponde à Planície Costeira, é constituída por sedimentos de origem marinha e fluviolagunar, ocorre ao longo de todo o litoral metropolitano, variando sua largura desde centenas de metros até pouco mais de 10 quilômetros. Nas cotas abaixo de 4 metros, tem-se as planícies aluviais atuais com terras úmidas constituídas por brejos e pântanos, os mangues, a faixa de praia atual e as áreas permanentemente alagadas, onde se desenvolvem ecossistemas de menor resiliência ambiental, controlados principalmente pelo regime hidrodinâmico dos corpos d'água ali instalados.

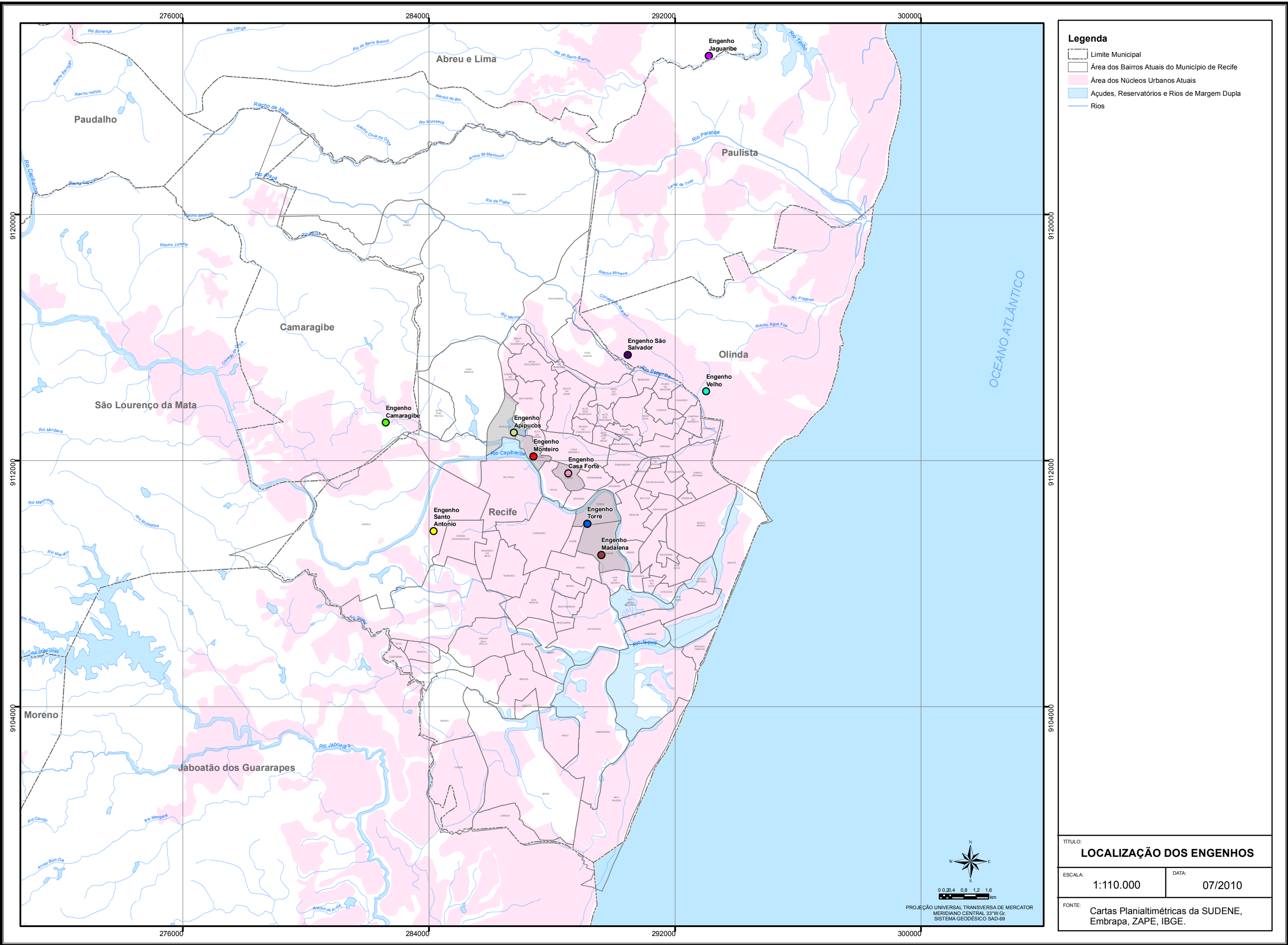
Todo esse contexto ambiental nos fornece informações das ações sofridas e das consequências na paisagem, reflexo do processo antrópico e natural.

No mapa 07 pode-se observar como a distribuição espacial dos engenhos tem hoje uma relação direta com os bairros que compõem a cidade do Recife. Tudo sugere que esta paisagem, apesar das transformações, ainda permanece como espaço de moradia, perdendo a sua função de produção açucareira, mas sendo incorporada como área urbana.

A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção e evolução espacial, os quais fornecem elementos para uma discussão acerca desta temática e do modo pelo qual foi produzida. A paisagem não só é produto da história

como também reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer e do beber, enfim, do viver.

A análise da distribuição espacial dos sítios arqueológicos pesquisados, em função dos seus aspectos geoambientais, foi fundamental para a compreensão da “lógica de planejamento português na Capitania de Pernambuco”, permitindo observar o quanto os aspectos geográficos foram determinantes para a implantação deste pensar português.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema de Capitâneas Hereditárias adotado no Brasil dá início à implantação de uma lógica de ocupação portuguesa nas terras do novo mundo. Sem dúvida, esse Sistema já configura um pensar português sobre esse processo. Um outro ponto que deve ser levado em consideração sobre essa lógica de planejamento é que a carta de doação já determinava fundar vilas, instalar engenhos e doar sesmarias. Desta maneira, os donatários assumiam a sua capitania com um esboço prévio de um planejamento a ser executado.

O donatário da Capitania de Pernambuco imprimiu sua visão de mundo na paisagem, ao disciplinar áreas vazias de regramentos e normalizar a seu modo as relações entre o ser humano e a materialidade que o cercava, incluindo aí as relações entre os próprios seres humanos. Tornadas parte do cotidiano rural, as construções misturavam-se à vida das pessoas e, por reproduzir a lógica dominante, colaboravam com o intuito colonizador ao ser incorporadas na paisagem como algo espontâneo, lógico, tornando naturais também as formas de relação social.

A organização espacial dos engenhos na região da Capitania de Pernambuco demonstra em que medida a modificação da paisagem tem a ver com a lógica colonial, que passa a constituir um instrumento de dominação e reprodução da estrutura social imposta pela elite, moldando a identidade regional.

Neste estudo, tomou-se como elemento norteador para a compreensão desta lógica de planejamento português, verificar a hipótese de que não houve apenas uma intenção mercantil na implantação dos engenhos, mas um propósito, um planejamento de ocupação territorial. Esta hipótese leva à conjectura de que o local de implantação dos engenhos e vilas foi escolhido obedecendo a um planejamento de apropriação territorial de um urbanismo conveniente luso-brasileiro, contrariando a noção de espontaneidade.

Trabalhar dentro de uma perspectiva da Arqueologia da Paisagem, nesta pesquisa, com certeza contribuiu para minimizar as perdas de informações que

certamente teriam ocorrido durante um processo de escavação. Isto não significa que não se deva escavar os sítios arqueológicos históricos, mas, sim, evitar destruir as páginas escritas pelo tempo, buscando novos caminhos. O que a Arqueologia se propõe, nos dias de hoje, é trabalhar em equipe, dentro de uma visão multi e interdisciplinar, com o objetivo de produzir um conhecimento que possa compreender os homens dentro de um espaço e tempo determinado.

Portanto, esta pesquisa possibilitou realizar uma leitura arqueológica por meio das informações textuais, dos relatos dos cronistas, dos registros iconográficos e cartográficos da época, do estudo das unidades de paisagens auxiliado pelo sistema de informação geográfica e pelo trabalho de prospecção na área. A prospecção tinha como objetivo observar a paisagem onde esses sítios se localizavam e tentar “ler” os seus significados, dentro do contexto. O grande artefato nesta pesquisa era a “paisagem” natural e a construída pela intervenção do homem; por mais dinâmica que sejam, sempre permanece alguma marca ou pátina do tempo.

A paisagem aqui considerada como o domínio do visível – a expressão visível de um espaço –, o domínio do aparente, de tudo que nossa visão alcança; o domínio do que é vivido diretamente com nosso corpo, com nossos sentidos – visão, audição, tato, olfato, paladar; ou seja, a dimensão das formas que expressam o movimento da sociedade. A observação e a compreensão dessas formas servem para apontar caminhos de análises do espaço. Nesse sentido, têm lugar tanto os aspectos objetivos captados na paisagem, quanto os aspectos subjetivos dos sujeitos que dão significado e sentido aos elementos dessa paisagem. As paisagens são, assim, expressões técnicas, funcionais e estéticas da sociedade. São também dinâmicas e históricas, já que estão ligadas a expressões de movimentos da sociedade. Pode-se dizer que, pela observação dos objetos da paisagem – observação que é subjetiva e seletiva –, percebem-se as ações sociais, as contradições sociais, o testemunho de ações passadas de distintos tempos.

Sabe-se que a paisagem é uma herança, seja de processos geomorfológicos e bióticos, em cruzamento com a história da humanidade, assim como é um patrimônio coletivo. Mas, além disso, é um livro a ser lido e interpretado.

O resultado desta leitura enriqueceu a historiografia, a arquitetura urbana, criou novas possibilidades de ver essa paisagem do passado, do presente e prevê-la no futuro. Mas, acima de tudo, é um olhar sob a perspectiva da Arqueologia. Não uma Arqueologia tradicional, focada nos materiais que foram modificados ou criados pelo homem, mas, sim, na paisagem.

Fica claro que o donatário soube implantar o projeto de ocupação da sua Capitania. Projeto este de grande racionalidade, no qual é possível observar todo um pensar português, desde a preocupação em se instalar num sítio com um sistema de defesa, ou seja, cidades em local alto, sempre no topo de morros; buscar caminhos que possibilitassem a comunicação com o “Velho Mundo”, nesse caso instalando o principal porto no povoado do Recife, cujo calado era compatível com grandes e pequenas embarcações; criar condições para a sustentabilidade, incentivando a instalação de engenhos de açúcar em locais propícios, próximos aos rios, de modo a assegurar a água necessária à produção do açúcar e ao escoamento (transporte) para o embarque no porto do Recife.

Uma forma de garantir o aproveitamento das condições favoráveis à produção do açúcar, dentre os quais o excelente ambiente geográfico que aqui existia: solo de massapê, cobertura vegetal com a Mata Atlântica, que garantia a madeira necessária para as moendas e os trabalhos executados nos engenhos, clima quente e úmido, adequado ao plantio da cana-de-açúcar.

Na implantação deste sistema econômico baseado na produção de açúcar a Coroa Portuguesa levou em conta a experiência antecedente nas ilhas de Açores e Madeira.

O sucesso da Capitania de Pernambuco decorreu não apenas da postura do donatário Duarte Coelho, que a dirigiu com pulso forte. Não apenas, também, dos fatores ambientais. Este sucesso foi consequência, também, da aplicação da “lógica do pensar português” naquele momento de conquistas de terras ultra-mar, um projeto com base nas vivências e experiências anteriores. Portanto, sem dúvida nenhuma, os portugueses (nesse caso representados por Duarte Coelho) não ocuparam aleatoriamente a Capitania de Pernambuco, nem mesmo de maneira desleixada ou apenas semeando

seus espaços de ocupação. E, sim, implantando uma “lógica de planejamento português na Capitania de Pernambuco”.

Apesar de todas as transformações ocorridas na área pesquisada, pode-se observar como ainda persiste a gênese dessa ocupação da Capitania, do seu planejamento instalado por Duarte Coelho, ou seja, o porto continua com a sua função portuária e de comunicação com o mundo. Nesta península convivem com o porto atividades diversas, em edificações como os fortes militares, os edifícios de comércio de importação e exportação, as sedes de bancos, as edificações religiosas católicas e alfandegárias, entre outras.

As áreas dos antigos engenhos que, além de um caráter econômico, tinham um papel fundamental na efetiva ocupação das terras, passaram a ser bairros do Recife, mas continuam como local de habitação. Mesmo perdendo a função de produção de açúcar, não perderam seu caráter de locais autossuficientes, como no passado, em que os engenhos eram completamente independentes da vila de Olinda e do porto do Recife. Atualmente, esses bairros não dependem do centro da cidade, todos têm o seu próprio comércio, escolas, bancos etc. A situação político-administrativa, econômica e social sofreu modificações no contexto atual. No entanto, o uso do espaço preserva a mesma identidade de ocupação do passado.

O rio Capibaribe nos remete ao início de sua ocupação. Ao transitá-lo em pequenas embarcações é possível sentir sua relação com os antigos engenhos de açúcar; com as grandes moradias de veraneio que o utilizavam como local de tratamento de saúde e de descanso. Morar nesses bairros, ricos em história e de clima ameno, tem sido o cerne do marketing da expansão imobiliária para explorar essas terras.

Com o intuito de frear esse crescimento imobiliário e a preocupação em manter vivo o patrimônio ainda existente, a comunidade está sempre a reivindicar uma maior atenção do poder público. O Recife Antigo teve sua área tombada e muitas das edificações que fazem parte deste contexto histórico e que marcam a paisagem também tiveram o seu tombamento.

O Plano Diretor da cidade do Recife é um outro instrumento no qual está presente a preocupação de proteção. Uma de suas principais diretrizes é:

Ordenar e controlar o uso e a ocupação do solo, com vistas a respeitar as condições ambientais e infraestruturais e valorizar a diversidade espacial e cultural da cidade, com as suas diferentes paisagens formadas pelo patrimônio natural e construído, elementos da identidade urbanística do Recife.

Olhar o Recife de hoje, caminhar pelos seus principais bairros, leva a uma viagem ao passado. Sua paisagem continua impregnada de pequenos fragmentos ainda existentes de cada época e possíveis de serem lidos e interpretados pelo olhar de cada pesquisador.

BIBLIOGRAFIA

ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Belo Horizonte:Itatiaia, 1975. 297 p. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 19).

AB'SABER, Aziz N. A climatologia e a meteorologia no Brasil. In: FERRI,Mario G.; MOTOYANA, Shozo (Orgs.). **História das ciências no Brasil**. São Paulo:Edusp, 1979. p. 119-145.

ALMÔEDO DE ASSIS, Virgínia M. **Palavra de rei ... autonomia e subordinação da Capitania hereditária de Pernambuco**. Tese (Doutoramento). Recife, 2001.

AMENOMORI, Sandra Nami. **Paisagem das ilhas, as ilhas da paisagem: a ocupação dos grupos pescadores-coletores pré-históricos do litoral norte de São Paulo**. Tese (Doutoramento). São Paulo, 2005.

ANDRADE, Manuel C. de. **História econômica e administrativa do Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

_____. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

_____.**A economia pernambucana no século XVI**. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2003.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1976.

ARAÚJO, Renata Malcher. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: Faup Publicações, 1998.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho – A formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas, 2004. 554p.

ATHAÍDES, Jésus M.; MACHADO, Laís A.; SOUZA, André T. **Cuidando do patrimônio cultural**. Goiânia: Ed. UCG, 1997.

AZEVEDO, Aroldo de. Aldeias e aldeamentos de índios. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 53, out. 1956.

AZEVEDO, Esterzilda B. **Arquitetura do açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.

AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1948.

BARCELOS, Artur H. F. **Espaço & arqueologia nas missões jesuíticas: O caso de São João Batista**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

BARTHES, Roland. Rhétorique de l'image. **Communications**, v. 4, p. 40-51, 1964.

BICALHO, Maria Fernanda B; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fatima S.(Orgs). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 2001.

BELUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. Rio de Janeiro. Ed. Objetiva. 1995.

_____. A propósito do Brasil dos viajantes. **Revista da USP (Dossiê Brasil dos Viajantes)**, São Paulo, n. 30, p. 9-20, 1996.

BERNARDES, Denis. Para reler o Recife e suas origens. In: REZENDE, Antônio Paulo (Org.). **Recife: que História é essa?** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987. p. 17, 19, 27.

BEROUTCHAVILLE, N; BERTRAND, G. Le geossysteme ou systeme territorial naturel. **Revue Geographique des Pyrenees, et du Sud-Ouest**, v.49, n.2, p.167-180, 1978.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L. ; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p.84-91.

BEZERRA DE MENEZES, U. O estudo da cultura material nas sociedades antigas. **Revista de História**, Nova Série, São Paulo, n. 115, p.110-113, 1983.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. 3ª ed. Recife: Fundaj/Editora Massangana, 1997. p. 31.

BROEK, Jan O. M. The relations between history and geography. In: Brooks GREEN, D. (Ed.). **Historical geography – a methodological portrayal**. New York: Rowan & Littlefield, 1991. p. 29-33.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.

_____. **Visão do paraíso**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.

BUENO, Eduardo. **História do Brasil**. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1997. 320 p.

_____. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. Caiscais: Pergaminho, 2001.

BUTZER, K. **Archaeology as human ecology**. London: Cambridge University Press, 1982. 364p.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. Uma Nova Lusitânia. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rey Dom Manuel**. Versão de Rubem Braga. Rio de Janeiro: Record, 1981. 101 p.

CANDIDO, Maria Inez. **Documentação museológica**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2002. (Caderno de Diretrizes Museológicas, 1).

CAPISTRANO DE ABREU, J. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itataia, 1989.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional/MEC, 1978. 259 p. (Série Brasileira, v. 168).

CASTAÑEDA, Gustavo C. Consolidación teórica y conceptual de la cartografía contemporânea. In: **Cuadernos de Geografía. Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Geografía, Universidad Nacional de Columbia**, Bogotá, v. 3, n. 1, p. 21-26, 1991.

CASTRO, Antônio de Barros. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil**. Tese (Doutoramento) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

CASTRO, Josué de. **Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana**. Brasil: Imprensa Nacional, 1948, p. 32. .

CLARKE, D.L. **Spatial archaeology**. London: Methuen, 1977.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Sistema de informações geoambientais da Região Metropolitana do Recife**. Recife, 2003. p.119. Mapas in color.

CORDEIRO, José Pedro de Leite. **Engenho de São Jorge dos Erasmos**. São Paulo: Gráfica Bentivegna, 1949.

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. **Cartografia portuguesa antiga**. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. 195 p. (Coleção Henriquiana, n.8).

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1971.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2004: 92-123.

_____. (Org.). **Mappings**. London: Reaktion Books, 2004 b.

COSTA PORTO, José da. **Estudo do Sistema Sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1965.

_____. Os cinco primeiros engenhos pernambucanos. **Revista do Museu do Açúcar**. Recife, n. 2, 1969.

CRIADO BOADO, Felipe. Del terreno al espacio: Planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje. In: CAPA **Criterios y convenciones en Arqueología del Paisaje**. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidad de Santiago de Compostela, 1999. n. 6.

CRIADO BOADO, F.; C. PARCERO (ed) **Landscape, archaeology, heritage**. TAPA, 2, 1997.

_____. **A paisagem pernambucana**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993.

DEL BRENNA, Giovanna Rosso. **De la regularité relative; Deux Villes Coloniales au Brésil du XVI e au XVIII siècle. In: La Ville régulière; modèles et traces**. Paris: Picard, 1997. p. 99-109.

DELSON, Roberta Marx. **New towns for colonial Brazil; special and social planning of the eighteenth century**. Syracuse, Dept. of Geography - Syracuse University/ University Microfilms International, 1979.

DUNCAN, J. The city as text: the politics of landscapes interpretation. In: **THE KANYAN KINGDOM**. USA, Cambridge University Press, 1990.

ECO, Umberto. Superinterpretando textos. In: _____. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 79-104.

FARIA, M. D.; ADONIAS, I. **A representação cartográfica no Brasil colonial** Coleção da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html 2006.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial**. Baurú: Edusc, 2003.

FERNANDES, Hamilton. **Açúcar e álcool, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1971.

FERRAZ, Joaquim de Sampaio. A meteorologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). **As ciências no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1980. p. 205-240.

FERREIRA, M. C. **Mapeamento de unidades de paisagem com sistema de informação geográfica alguns pressupostos fundamentais. Geografia**. v. 22, n.1, p. 23-25.

FIDEM. **Cidade do amanhã Região Metropolitana do Recife**. Recife, 1987. (Série Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente).

FLEXOR, Maria Helena. **Os núcleos urbanos planejados do século XVIII: Porto Seguro e São Paulo**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1989.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; RAMINELLI, Ronald. **Andanças pelo Brasil colonial – catálogo comentado (1503 – 1808)**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e da Saúde, 1944.

FREYRE, Gilberto. In: **Enciclopédia Barsa**. Rio de Janeiro, 1980. v. 2, p. 71-72.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Petrópolis: Jorge Zahar/ Garamond, 1999.

_____. Breve história do debate sobre a cidade colonial. In: **A cidade como história**. Salvador: Edufba, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In: ZARANKIN, Andrés; SENATORE, Ximena - **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul - Cultura material, discursos e práticas**. Buenos Aires, Ed. Del Tridente, 2002, p. 107 –115.

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias históricas da Província de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária, 1978.

GAMA, Ruy. **Engenho e tecnologia**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

GÂNDAMO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil: história da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

GLASSIE, Henry. **Material culture**. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

GODINHO, Vitorino Magalhães. O que significa descobrir? In: NOVAES, Adauto. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Geraldo. **Engenho & arquitetura**. 2ªed. rev. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

GUEDES, Max Justo. A cartografia holandesa do Brasil. In: HERCKENHOFF, Paulo,(Org.) **O Brasil e os holandeses 1630-1654**, São Paulo: Sextante, 1999. p. 64-85.

GUERRA, Flávio. **Evolução histórica de Pernambuco**. Recife : Companhia Editora de Pernambuco, 1970. Parte I – Donatária.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HABER, Alejandro. Tortura, verdad, repression, arqueologia. In: ZARANKIN, A. ; FUNARI P. P. **Arqueologia de la represión y la resistência en America Latina**. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2006.

HARDESTY, Donald L.; FOWLER, Don D. Archaeology and environmental change. In: CRUMLEY, Carole L. (Ed.). **New directions in Anthropology and environment:intersections**. Walnut Creek : AltaMira Press, 2001. p.72-89.

HARLEY, J.B. Maps, knowledge and power. In: COSGROVE, D.; DANIELS, S. **The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments**. New York: Cambridge University Press.

HERNÁNDEZ, Maria Herminia Oliveira. **O patrimônio territorial do mosteiro de São Bento da Bahia**. 2000. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HODDER, I. Converging traditions: the search for symbolic meanings in Archaeology and geographical. In: WAGSTAFF, J. M. (Ed.). **Landscape of culture: geographical & archaeological perspective**. New York: Basil Blackwell, 1987. P.134-145.

HOLZER, Werther. A geografia humanista-sua trajetória de 1950 a 1990. 1992. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992. 2 v.

_____. Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar : a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. 1998. Tese (doutorado). São Paulo, 1998.

HYDER, William D. Locational analysis in rock-art studies. In: CHIPPINDALE, C.; NASH, G (Eds.). Pictures in place. The figured landscape of rock-art. London: Cambridge University Press, 2004. p. 85-101.

HUNOLD LARA, Silvia. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Orgs). Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

ISNARD, Hildebert. O espaço geografico. Coimbra: Almedina, 1982.

ISNARDIS, A. Pinturas rupestres urbanas: uma etnoarqueologia das pichações de BH. In: Revista de Arqueologia, São Paulo, v. 10, 1997.

_____. Lapa, parede, painel – Distribuição geográfica das unidades estilísticas de grafismos rupestres no vale do Rio Peruaçu e suas relações diacrônicas (Alto-Médio São Francisco, norte de Minas Gerais). 2004. Dissertação (Mestrado). FFLCH./USP, São Paulo, 2004.

JABOATÃO, Fr. Antonio de Santa Maria. Novo orbe seráfico brasileiro ou chronica dos frades menores da Província do Brasil. Recife: Gráfica Star, 1979, 2v.

JORGE, Vitor O. Arqueologia, patrimônio e cultura. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

KNAPP, B.; ASHMORE, W. Landscape: conceptualized, constructed and ideational. In: ASHMORE, W.; KNAPP, B. (Orgs.) Archaeologies of landscape. Cambridge: Cambridge Press, 1999.

KOSSOY, Bóris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In.:SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec / Editora Senac, 2005, p. 39-45.

LAET, Joannes de. **Historia ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes**. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1916. p. 235, 240.

LAGO, Pedro; CORRÊA, Bia . **Frans Post (1612-1680) obra completa**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

LE GOFF, Jacques. O desejo pela História. In: CHAUNU, P., et al. **Ensaio de Ego-História**. Lisboa: Edições 70, 1987.

LEITE, José Roberto Teixeira. **A pintura no Brasil Holandês**. Rio de Janeiro. G.R.D. 1967.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Introdução aos estudos sociais**. São Paulo: Cultrix, 1972. 228 p.

_____. A fotografia e as Ciências Humanas. **BIB**, Rio de Janeiro, nº 25, 1º sem., p. 83-90, 1988.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Barcelona: Paidós, 1987.

LIMA, G.A. **Cultura da cana-de-açúcar**. 1984. 159 p.

LINS, Rachel C. Alguns aspectos originais do Sítio do Recife. In : PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual. **Um tempo de Recife**. Recife, 1982. p. 99-109.

LIPPMANN, Edmund Von. **História do Açúcar**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1941.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco**. 2003. Tese (Doutorado). Unicamp, Campinas, 2003.

MARANHÃO, Methodio. **Duarte Coelho e a colonização de Pernambuco**. Recife: Imprensa Industrial, 1935.

MARCGRAVE, Jorge. **História natural do Brasil (1848)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

_____. **Cidade do Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A ferida de narciso – ensaio de história regional**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

_____. O negócio do Brasil – Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641 – 1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELLO, José Antônio G. de. **A cartografia holandesa do Recife – Estudo dos principais mapas da cidade do período 1631-1648**. Recife: IPHAN/MEC, 1976.

_____. Fontes para a história do Brasil holandês. **A economia açucareira**. Recife. MEC-SPHAN, 1981. V.1

_____. **Tempo dos flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 3. ed. Recife: Editora Massangana, 1987. 304 p.

_____. Os holandeses no Brasil. HERKENHOFF, Paulo. **O Brasil e os Holandeses (1630-1654)**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999: 20-48.

MELLO, José Antônio G. de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei: reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada**. 2. ed. Recife: Editora Massangana, 1997. 148 p.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática do espaço urbano: reflexões para um tempo de globalização. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, Rio de Janeiro, v. 55, p. 11-20, jan-dez. 1997.

MERÊA, Paulo. A solução tradicional da colonização do Brasil. In: **História da colonização portuguesa do Brasil**, Porto: Litografia Nacional, 1924. v. 3.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo Edusp. 2001.

MORAIS, J. L.; MORAIS, D. Arqueologia da paisagem urbana: a cidade na perspectiva patrimonial. **Revista de Arqueologia Americana**, 20:81-110, 2001.

MORENO, Diogo de Campos. **Relação das praças fortes do Brasil (1609)**. RIAP, Recife, v. LVII, p. 185-246, 1984.

MOTA MENEZES, José Luiz da. **Olinda: evolução urbana**. Universo urbanístico português: 1415-1822, Lisboa, p. 331-352, CNCDP, 1998.

_____. Prefácio. In: PONTUAL, Virginia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Org.). **História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luis**. Recife: Bagaço, 2005. p.7 – 11.

_____. **Olinda e Recife, antes de 1630.** In: VAN DENBOOGART, Ernst et al. Viver ou morrer no Brasil holandês. Recife: Fundaj. , Ed. Massangana, 2007.

MOTA, A. Teixeira da; CORTESÃO, Armando. **Estudo cartográfico que acompanha a edição do livro utilizada neste artigo (sem paginação): Rezão do Estado do Brasil (c. 1616).** Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999. Edição fac-similada do Códice da Biblioteca Pública do Porto.

NABUCO, Joaquim. Ramalho Ortigão no Recife. In: GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Perfil do tempo.** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1990. p. 169-173. Publicado no jornal O Paiz, de 30/11/1887.

Nieuhof, Johan. 1640. In: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo D. (Orgs.). **A paisagem pernambucana.** Recife. Fundaj, Ed. Massangana, 1993. p. 39-45.

OLIVEIRA LIMA. **Pernambuco e seu desenvolvimento histórico.** Recife : Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

OLIVEIRA, Valéria Maria Agra (Coord.). **Projeto Foral de Olinda – relatório final.** Olinda: Prefeitura Municipal, 1996. 53 p.

OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial.** Brasília: Ebasa; Instituto Nacional do Livro, 1971.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais pernambucanos.** 2ª. ed. Recife: Fundarpe, 1983. v. 1, p. 187.

_____. **Anais pernambucanos.** Recife: Fundarpe. Diretoria de assuntos culturais, 1983. V. 2, 6.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Metrópole estratégica: estratégia de desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – 2003/2015.** Recife, 2002. p.306.

PERRONE-MOISES, Leyla. Alegres trópicos: Gonneville, Thevet e Léry. **Revista da USP (Dossiê Brasil dos Viajantes)**, São Paulo, n. 30, p. 85-94, 1996.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **Evolução política do Brasil**. 21ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PROUS, André P. Arqueologia. Pré-história e história. In: TENÓRIO, Maria Cristina. **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

PURSER, M. Consumption as communication in nineteenth-century Paradise Valley, Nevada. **Historical archaeology**, v. 26, n.3, p. 105-116, 1992.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Livraria Progresso Editora, 2000.

RODRIGUES, M.. Introdução ao Geoprocessamento. In: SIMPÓSIO SOBRE GEOPROCESSAMENTO, 1990, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Epusp, 1990. p. 01-26.

ROSSA, Walter. O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Orgs). **Coletânea de estudos universo urbanístico português, 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

ROTMAN, D.; NASSANEY, M. S. Class, gender, and the built environment: deriving social relations from cultural landscapes in southwest Michigan. **Historical Archaeology**, v. 31, p. 42-62, 1997.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. 6ª ed. Brasília: Melhoramentos, 1975. p. 114.

SANTOS, M. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1992, (Coleção Espaços).

SANTOS, Paulo F. Formação de cidades no Brasil colonial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5.. **Anais ...** Coimbra, 1968.

SANTOS, Reginaldo. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ IPHAN, 1996.

SANTOS, Shirley M. **Reconhecendo os engenhos da freguesia de Santo Antônio do Cabo: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII**. 1995. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História - UFPE, Recife, 1995.

SAUER, O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA; ROZENDAHL (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1991.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Maria Angélica da; Oliveira, Roseline. Qua Patet Orbis: Maurício de Nassau e o registro do mundo. *Estudios Avanzados Interactivos*, a. 3, n. 5, 2004. Disponível:

http://lauca.usach.cl/revistaidea/html/revista%205/pdf/Maria_AngelicadaSilva.pdf

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500/1820)**. 7. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 145-188.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Recife : Fundaj, Editora Massangana, 2000.

SPRING, Menu de ajuda; informações conceituais. **Spring** , v.3.4, 2003. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 216 p. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 17).

SYMANSKI, Luis Cláudio P. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

TEIXEIRA, Manuel C. **A construção da cidade brasileira**. Porto: Livros Horizontes, 2004.

THEVET, André. **As singularidades da França Antártica**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. 271 p. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 45).

THOMÉ, R. **Interoperabilidade em geoprocessamento: conversão entre modelos conceituais de sistemas de informação geográfica e comparação com o padrão OPEN GIS** / R. Thomé. – São José dos Campos: Inpe, 1998. 196p.

TILLEY, Christopher Y. **Material culture and text : the art of ambiguity**. New York: Routledge, 1991.

_____. **A phenomenology of landscape: places, paths and monuments**. Oxford : Berg Publishers, 1994.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel, et al.(Orgs). Seminário Internacional **. A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005. p. 145-168.

TRIGGER, B. G. **História del pensamiento arqueológico**. Barcelona, Editorial Crítica, 1992. 457 p.

TUAN, Yi Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo. Difel. 1983.

_____. Maps and art: identity and utopia. In: SILBERMAN, Robert Bruce. World views: Maps & art: September 11, 1999 - January 2, 2000. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

UCKO, Peter; LAYTON, Robert. The archaeology and anthropology of landscape. London: Routledge, 1999.

VAINFAS, Ronaldo et al. Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. 594 p.

VARNHAGEN, F. A. História geral do Brasil, 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

VIEIRA, Alberto. Portugal y las islas del Atlántico. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. 316 p.

ZARANKIN, Andrés. Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista. Campinas: Fapesp, 2002.

_____. “Tudo muda para que nada mude” – Arqueologia da Paisagem na Serra da Cantareira/São Paulo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 13. Anais Campo Grande: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005.

ZARANKIN, Andrés; NIRO, Cádio. La materialización del sadismo. Arqueologia de la arquetetura de los centros clandestinos de detención de la ditadura militar (1976- 1983). In: ZARANKIN, A. & FUNARI P. P. Arqueologia de la represión y la resistência en America Latina. Córdoba. Encuentro Grupo Editor. 2006.

Fontes manuscritas

ALBUQUERQUE, Duarte Coelho. **Carta de 1546**. Disponível no acervo da Torre do Tombo em Lisboa. TT, ref.PT-TT-CC-1/78/105.

ALBUQUERQUE, Duarte Coelho. **Carta de 1551**. Disponível no acervo da Torre do Tombo em Lisboa. TT, ref.PT-TT-CC-1/82/88.